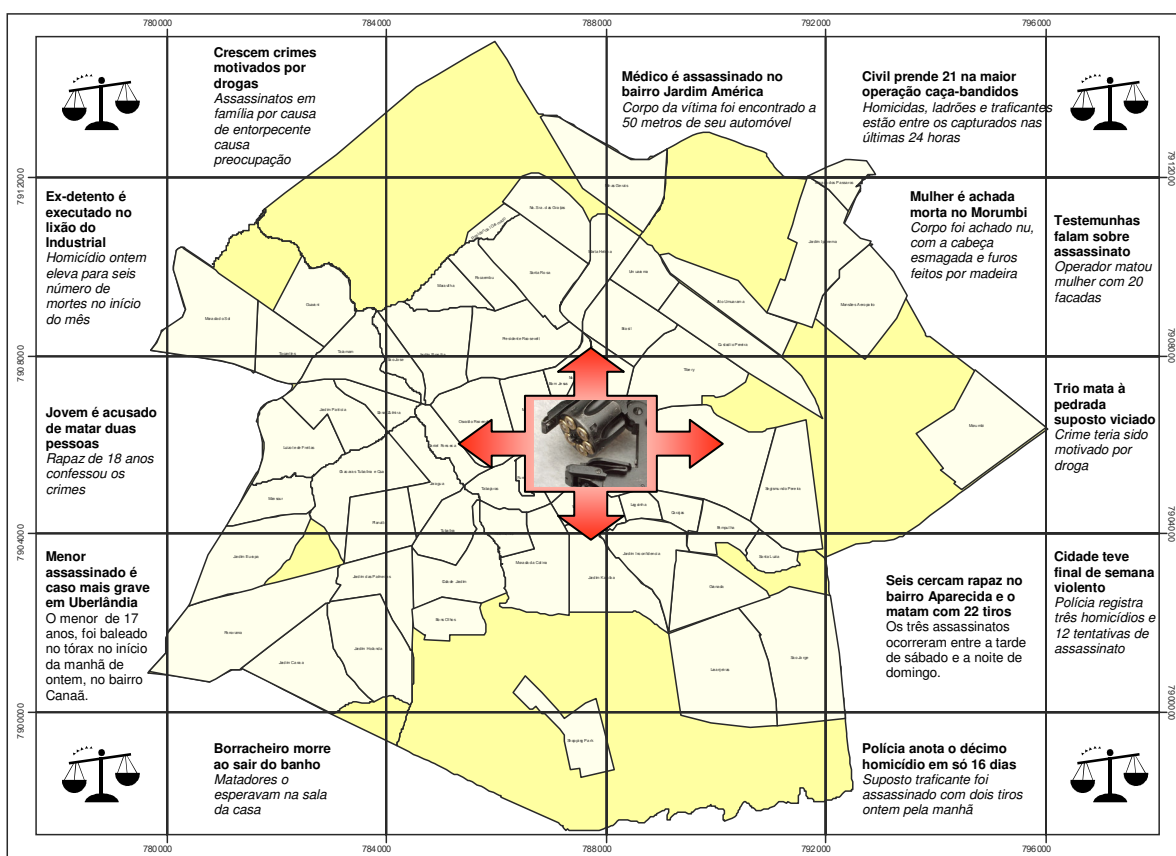


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

ANÁLISE DA ESPACIALIZAÇÃO DOS HOMICÍDIOS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA/MG



MÁRCIA ANDRÉIA FERREIRA SANTOS

UBERLÂNDIA
2006

MÁRCIA ANDRÉIA FERREIRA SANTOS

**ANÁLISE DA ESPACIALIZAÇÃO DOS HOMICÍDIOS NA CIDADE DE
UBERLÂNDIA/MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar de Lima Ramires.

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação / mg / 03/06

S237a Santos, Márcia Andréia Ferreira, 1979-

Análise da espacialização dos homicídios na cidade de Uberlândia/
MG / Márcia Andréia Ferreira Santos. - Uberlândia, 2006.

261f. : il.

Orientador: Julio Cesar de Lima Ramires.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

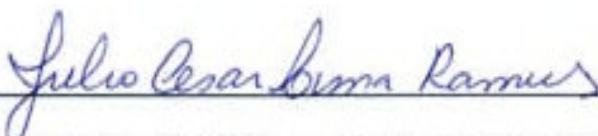
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Saúde – Uberlândia (MG) - Teses. 2. Homicídios - Uberlândia (MG) - Teses. I. Ramires, Julio Cesar de Lima. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.1: 614.1(815.1*UDI)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**Programa de Pós-Graduação em Geografia****MÁRCIA ANDRÉIA FERREIRA SANTOS**

Análise da Espacialização dos Homicídios na Cidade de Uberlândia – MG



Prof(a). Dr(a). Júlio César de Lima Ramires (Orientador) - UFU



Prof(a) Dr(a). Raul Borges Guimarães - UNESP



Prof(a). Dr(a). Denise Labrea Ferreira - UFU

Data: 23 / 02 de 2006Resultado: Aprovada com distinção

Dedico esta Pesquisa a todos aqueles que abraçam os desafios e as intempéries da vida, e que nunca desistem de lutar, mesmo quando algumas batalhas são perdidas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a **Deus** o privilégio de ter feito um curso superior, algo que para mim - devido a diversos fatores geográficos e econômicos - seria impossível se Ele não estivesse no controle dos meus propósitos.

Reconheço a importância da **Universidade Federal de Uberlândia** em minha formação acadêmica e profissional, e agradeço a oportunidade de ter feito o curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia nessa instituição. E, neste sentido, o **Instituto de Geografia** teve uma influência fundamental em toda a minha trajetória pelo curso, quando pude participar de diversos trabalhos de campo e congressos que contribuíram para a aquisição e troca de conhecimentos. Pude participar, também, do Programa Especial de Treinamento - PET por um período de um ano, e isso me proporcionou a iniciação à pesquisa científica. Destaco, ainda, a minha participação como aluna bolsista de Iniciação Científica, que me permitiu aprofundar e aprender as técnicas de pesquisa, fatores que me ajudaram no desenvolvimento de dois trabalhos científicos e da Monografia de bacharelado. Não fosse a minha participação em tais programas teria sido difícil a conclusão dessa dissertação.

Considero e destaco a fundamental participação do Prof. Dr. **Julio Cesar de Lima Ramires** em minha formação acadêmica, pois para mim ele foi mais do que um orientador das pesquisas científicas desenvolvidas, mas ele mostrou, em toda a minha trajetória pelo curso, a sua compreensão, amizade e confiança em meu trabalho, fatores que foram essenciais para, em cada dificuldade e obstáculos que surgiam, superá-los.

Agradeço à Profa. Dra. **Beatriz Ribeiro Soares**, tutora do PET, que representa para mim mais que uma profissional, sendo uma amiga admirável e exclusiva. Ela é alguém que possui um agradável brilho próprio, que não ofusca os olhos, e alegra-nos sobremaneira com a sua presença. Você foi professora Beatriz uma acalentadora dos ânimos nas

adversidades pelas quais passei.

Sou grata à Profa. Dra. **Denise Labrea Ferreira** por ter participado da banca de exame da minha dissertação. Agradeço as contribuições e sugestões estabelecidas. E não poderia deixar de destacar a sua delicadeza e elegância para se expressar, que faz de ti uma pessoa muito especial. A sua simplicidade é o seu mais belo perfume.

Agradeço Prof. Dr. **Raul Borges Guimarães** por ter aceitado o pedido para compor a Banca Examinadora desta dissertação. Agradeço as contribuições.

Aos Profs. Drs. Roberto Rosa e Willian Rodrigues Ferreira a minha sincera gratidão pela atenção despendida a mim quando cursei, respectivamente, as disciplinas “*Geoprocessamento*” e “*Organização do Espaço Urbano e Transporte*”. Agradeço a participação de vocês na leitura, correção e participação nos artigos publicados. Destaco a importância da disciplina Geoprocessamento, ministrada pelo professor Roberto Rosa, que foi fundamental na realização desta pesquisa.

Não poderia deixar de falar do Professor Dr. Adriano, sempre sorridente e pronto a alegrar-nos com a sua presença descontraída. Sou grata pelos incentivos e pela amizade sincera, que eu sei, permanecerá mesmo quando, por motivos diversos, não mais tivermos a oportunidade de *geografar*.

Destaco a relevante importância da **Polícia Militar de Uberlândia**, pois sem as informações coletadas nessa instituição não teria sido possível realizar este trabalho. Quero ressaltar o nome do *Capitão Geraldo Rogério de Oliveira*, Chefe da Assessoria de Estatística e Geoprocessamento, por sua colaboração e estruturação dos dados dos Boletins de Ocorrência sobre os homicídios ocorridos em Uberlândia em um Banco de Dados.

Evidencio a participação da **Secretaria Municipal de Segurança Pública, Justiça e Cidadania** na pessoa de *Karlos Alves*, que me forneceu o Plano Diretor de Segurança Pública de Uberlândia, uma fonte importante para conhecer as estratégias e ações

estabelecidas pela Prefeitura Municipal direcionadas à Segurança Pública do município. Quero te agradecer, ainda, pelos outros materiais fornecidos, que me ajudaram bastante.

Ressalto a significativa presença da **Secretaria Municipal de Saúde** neste trabalho, sobretudo do NIS – Núcleo de Informação à Saúde, na pessoa da *Dra. Rubia Pereira Barra e Ermínia M. P. Resende*, que me forneceram os dados da Declaração de Óbito sobre as ocorrências de mortes por homicídios em Uberlândia.

Agradeço à **Associação Comercial e Industrial de Uberlândia – ACIUB**, que me forneceu o trabalho intitulado “*Diagnóstico da criminalidade e do aparato de segurança pública no município de Uberlândia*”, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro. Tal pesquisa teve o seu lugar nesta dissertação, pois trouxe informações singulares e relevantes.

Quero frisar a participação, neste trabalho, do **Posto Integrado de Segurança Pública, Justiça e Cidadania – PISC** dos bairros Morumbi e Mansour, destacando, para o primeiro, o *Cabo Getúlio Vargas*, que fornecem informações importantes dos Boletins de Ocorrência sobre homicídios registrados naquele órgão. Ressalto, ainda, o nome do *Sargento Aleksandro Moreira Souza*, que me disponibilizou dados e informações sobre drogas e o PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, desenvolvido nas escolas de Uberlândia pela Polícia Militar, sendo esta uma importante ação de nível estadual voltada à redução da criminalidade em geral.

Não poderia deixar de mencionar o nome da amiga **Lucia Sangali Lepera**, vinculada ao PISC/Mansour, que teve um papel importante, muito importante, na conclusão desse trabalho. Além das informações fornecidas sobre o trabalho desenvolvido por aquele órgão, tivemos várias conversas informais que ajudaram a delinear caminhos nesta pesquisa. Mas nada disso é mais importante do que a nossa amizade e o especial carinho que eu tenho para por você. Sou grata pelos incentivos e pela sua presença constante em todo o meu trajeto pelo Mestrado e, sobretudo, no desenvolvimento dessa dissertação.

Volto a minha atenção a todos os **Moradores** entrevistados, que tiveram a sua participação neste trabalho ao apresentar as suas considerações sobre a violência urbana geral e, especificamente, sobre os homicídios em Uberlândia, fator importante para compreender o que eles pensam desse fenômeno e da segurança pública implementada na cidade.

Agradeço aos **Amigos**: Luiz Humberto de Freitas, pela ajuda com o *software* AutoCad e com outros detalhes da pesquisa; Oracilda de Freitas pela amizade e atenção despendida no decorrer do Mestrado.

Dedico este parágrafo à **Jeane “Muscovitha”**, alguém de fundamental importância em toda a minha trajetória pelo Curso de Geografia (Graduação e Mestrado). Não vou me esquecer jamais das diversas situações vividas nos trabalhos de campo, e você sabe a que me refiro. Serão inesquecíveis os momentos pelos quais passamos no desenvolvimento dos trabalhos de graduação. Agradeço pela sua presença marcante no processo de seleção do mestrado, com os incentivos despendidos. Sou grata pelos materiais bibliográficos fornecidos e pela leitura e correção deste trabalho. Enfim, não preciso dizer mais nada, apenas que a nossa amizade permanecerá tal como os “*matacões*” de granito.

Sou grata aos amigos da **7ª. Igreja Presbiteriana de Uberlândia**, pela compreensão quando eu não podia estar presente nas reuniões. Destaco o nome *do Pr. Calvino Ribeiro Chagas*, que sempre se preocupou comigo e se interessava com a temática desenvolvida nesta dissertação.

À minha **Família**. Todos vocês tiveram uma participação singular em minha formação. Agradeço à minha *mãe*, pela compreensão, preocupação e orações e, principalmente, por ter investido em meus estudos. Sei que ela foi um instrumento de Deus usado para me ajudar a chegar onde estou hoje. Foram muitas noites de sono perdidas porque eu ficava até tarde acordada, concluindo algo que estava escrevendo.

Foi marcante a presença dos meus *irmãos* em todo esse processo, pois sempre

acreditaram em mim e na minha vontade de vencer. Quando achavam que eu já havia conquistado tudo o que sonhava com relação aos estudos, eu chegava e dizia: agora vou fazer uma Faculdade.... agora vou fazer Mestrado.... agora vou fazer outro curso de Graduação... agora vou fazer Doutorado... agora...!

Este espaço será dedicado ao **Leandro**, meu namorado, amigo e companheiro. Agradeço a insigne compreensão e participação, ainda que indiretamente, do meu percurso pelo Mestrado. Amo você!

A **Todos** que, direta ou indiretamente contribuíram com o desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Sou verdadeiramente grata a tudo e a todos.

End.

RECEITA PARA UM TIRO

Recolha um trovão no céu perturbado.
Amasse a massa sonora da escuridão,
Reduza-a a um peso pequeno.
Amasse e condense a ira rude e ríspida
Dos raios. Retire-lhes a amplidão até aqui.
Atire-as contra o alvo da vida
E terás esta insana ida ensangüentada,
Pois contra um estampido, o corpo,
Por tudo que seja, não vale nada.

(Autora: Jeane Medeiros Silva – 2005)

RESUMO

Este estudo aborda as ocorrências de homicídios na cidade de Uberlândia (MG), no período de 2000 a 2003. A pesquisa apresenta a discussão sobre a violência e a criminalidade em diversas áreas do conhecimento científico: na Geografia, na Antropologia, na Sociologia e na Saúde Pública. Durante o estudo, foram feitos os seguintes procedimentos metodológicos: 1) Levantamento e revisão bibliográficos; 2) Levantamento de informações sobre grupos de pesquisa voltados à temática da violência; 3) Levantamento dos trabalhos sobre violência apresentados em eventos científicos de Geografia; 4) Levantamento de teses e dissertações sobre violência, defendidas em Programas de Pós-Graduação em Geografia; 5) Coleta de dados em instituições governamentais; 6) Seleção das variáveis a serem estudadas (econômicas, sociais e criminais, relacionadas aos homicídios); 7) Escolha das instituições nas quais seriam coletadas as informações; 8) Análise de reportagens do Jornal Correio sobre segurança e violência em Uberlândia; 9) Entrevistas com moradores e com agentes do Posto Integrado de Segurança Pública, Justiça e Cidadania (PISC); 10) Sistematização dos dados em forma de gráficos, tabelas, quadros e mapas, e análise dos mesmos. Para analisar o perfil da vítima, bem como o espaço geográfico de ocorrência e as circunstâncias nas quais se deu o evento foram selecionadas as seguintes variáveis: sexo, faixa etária, cor da pele, estado civil, local de ocorrência da morte, local de ocorrência do evento, meio utilizado (instrumento) para produzir o homicídio, dia da semana, horário da ocorrência, presença de tráfico e uso de drogas nos bairros da cidade. Também foram realizadas comparações entre os homicídios e duas variáveis sócio-econômicas, a saber: renda e escolaridade. Os resultados alcançados na análise dos homicídios em Uberlândia foram os seguintes: 90% das vítimas eram do sexo masculino; 37% tinham idade entre 20 a 29 anos; 64% eram de cor branca, 62% eram solteiros; 39% morreram em hospitais; 60% dos homicídios foram praticados utilizando-se armas de fogo; a maioria das ocorrências (22%) se deu no domingo; 32% dos eventos homicidas foram registrados no intervalo de tempo das 18h01min às 00h00min. Praticamente todas as ocorrências relacionadas ao tráfico e uso de drogas se deram no Setor Central, com exceção dos registros de menores presos por tráfico, cuja ocorrência mais elevada foi observada no Setor Leste da cidade. Constatou-se que alguns dos homicídios tiveram a droga como fator predisponente. Com relação à renda e à escolaridade, verificou-se que 56% dos habitantes de Uberlândia recebiam entre 1 e 3 salários mínimos e que 30% possuíam apenas o Ensino Fundamental. Observou-se que na maioria dos bairros com maior poder aquisitivo e com elevado nível de escolaridade (Ensino Superior) não houve ocorrência de homicídios. Por outro lado, nos bairros de baixa escolaridade e renda, foram registradas ocorrências, porém de baixa intensidade. Constatou-se que em 38% dos bairros de Uberlândia, a taxa de homicídios identificada foi de 1 a 38/100.000 habitantes. Considera-se, portanto, que a situação dos homicídios na cidade de Uberlândia é uma questão que precisa de maior atenção por parte do Poder Público e das instituições de segurança locais, pois as consequências que tais eventos têm trazido para a população são indizíveis.

Palavras-chave: Geografia da Saúde, Violência, Causas Externas, Homicídios, Espacialização, Uberlândia.

ABSTRACT

This study makes an approach of the homicide occurrences at Uberlândia city (MG) in the years among 2000 and 2003. The research presents the discussions about the violence and criminality realized by diverse areas of the scientific knowledge: Geography, Anthropology, Sociology and Public Health. During the study, the following methodological procedures had been made: 1) bibliographical survey and revision; 2) survey of information on research groups directed to the violence thematic; 3) survey of the works on violence presented in Geography scientific events; 4) survey of thesis and dissertations about violence, defended in Geography Pos-Graduate Programs; 5) research of data in governmental institutions; 6) selection of the variable to be studied (economic, social and criminal, related to the homicides); 7) choice of the institutions in which would be collected the information; 8) analysis of news articles of the periodical *Jornal Correio* on security and violence in Uberlândia; 9) interviews with inhabitants and agents of the PISC; 10) systematization of the data in form of graphs, tables, pictures and maps, and analysis of the same ones. To analyze the victim profile, the geographic space of occurrence and the circumstances in which this events happened, we had been selected the following variable: sex, age group, skin colour, marital status, place of the death occurrence, place of the event occurrence, instrument used (weapon) to produce the homicide, day of the week, moment of the occurrence (hour), the traffic presence and drugs use in the quarters of the city. We realized correlative analyses between the homicides and two social-economic variables: income and schooling. The results reached in the analysis of the homicides in Uberlândia had been the following facts: 90% of the victims were masculine sex; 37% had age between 20 and 29 years old; 64% were white color, 62% were single; 39% had died in hospitals; 60% of the homicides had been practiced using firearms; the majority of the homicides (22%) occurs in the Sunday; 32% of the events homicides had been registered in the interval of time between 18h01 p.m. and Zero hours. Practically all the occurrences related to the traffic and drugs use were given in the Central Sector, with exception of the registers of imprisoned children for traffic, whose raised occurrence more was observed in the Sector East of the city. We evidenced that some of the homicides have the drug as predispose factor. About the income and the schooling, we verified that 56% of the inhabitants received between 1 and 3 minimum wages and 30% have only Element School. It was observed that in the majority of the quarters with greater purchasing power and high level of schooling (Superior Education), in this cases haven't occurrence of homicides. Another side, in the quarters of low schooling and income, we observed registered occurrences, however of low intensity. One evidenced that in 38% of the quarters of Uberlândia, the tax of homicides identified was of 1 the 38/100,000 inhabitants. Therefore, we considered that urban violence, the homicides, Public Security situation in Brazil needs an urgent State intervention because the consequences verified it has been carry problems to the Brazilian population, innumerable problems.

Keywords: Geography of the Health, Violence, External Causes, Homicides, Espacialization, Uberlândia.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Organograma do desdobramento de um evento criminal.....	36
FIGURA 02: Minas Gerais. Taxa bruta de homicídios (por 100 mil habitantes), segundo regiões - 1997.....	47
FIGURA 03: Diagrama do modelo zonal de desenvolvimento urbano – Teoria das Zonas Concêntricas.....	55
FIGURA 04: São Paulo. Taxa de mortalidade por homicídios, segundo Distritos da Capital: 1999.....	81
FIGURA 05: Cidade de Uberlândia. Crimes violentos ocorridos no Centro em 2003.....	113
FIGURA 06: Município de São Paulo: Evolução da variação da taxa de homicídio (por 100 mil habitantes), e taxa de variação: 2001 e 2002.....	121
FIGURA 07: Município de Uberlândia. Dez distritos mais violentos em 2000 e taxa (por 100 mil hab.): 2001-2002.....	122
FIGURA 08: Município de Uberlândia. Porcentagem das cinco principais causas de morte: 2002.....	127
FIGURA 09: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de mortes por Doenças do Aparelho Circulatório, segundo faixa etária: 2003.....	128
FIGURA 10: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de mortes por Neoplasias, segundo faixa etária: 2003.....	128
FIGURA 11: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de mortes por Doenças do Aparelho Respiratório, segundo faixa etária: 2003.....	128
FIGURA 12: Cidade de Uberlândia: Porcentagem de mortes por Causas Externas de Morbidade e Mortalidade, segundo faixa etária: 2003.....	128
FIGURA 13: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de mortes por Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias, segundo faixa etária: 2003.....	128
FIGURA 14: Cidade de Uberlândia. Demais mortes da CID-10: 2003.....	128
FIGURA 15: Município de Uberlândia. Porcentagem da mortalidade por Causas Externas, segundo grupos específicos de causa: 2002.....	129
FIGURA 16: Município de Uberlândia. Número absoluto de mortalidade por Causas Externas, segundo faixa etária: 2002.....	130
FIGURA 17: Município de Uberlândia. Número absoluto e taxa (por 100 mil hab.) de homicídios tentados e Consumados: 2000-2003.....	131

FIGURA 18: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de homicídios e taxa (por 100 mil hab.), segundo setores urbanos: 2000-2003.....	136
FIGURA 19: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100 mil hab.) nos bairros do Setor Norte: 2000-2003.....	138
FIGURA 20: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100 mil hab.) nos bairros do Setor Sul: 2000-2003.....	142
FIGURA 21: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100 mil hab.) nos bairros do Setor Oeste: 2000-2003.....	145
FIGURA 22: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100 mil hab.) nos bairros do Setor Leste: 2000-2003.....	156
FIGURA 23: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100 mil hab.) nos bairros do Setor Central: 2000-2003.....	161
FIGURA 24: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100 mil hab.), segundo faixa etária: 2000-2003.....	164
FIGURA 25: Cidade de Uberlândia. Porcentagem e taxa de homicídios (por 100 mil hab.), segundo sexo: 2000-2003.....	166
FIGURA 26: Cidade de Uberlândia. Porcentagem e taxa de homicídios (por 100 mil hab.), segundo sexo e faixa etária: 2000-2003.....	167
FIGURA 27: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo cor da pele: 2000-2003.....	168
FIGURA 28: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo estado civil: 2000-2003.....	169
FIGURA 29: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de escolaridade das vítimas de homicídio: 2000-2003.....	170
FIGURA 30: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo local de ocorrência da morte: 2000-2003.....	171
FIGURA 31: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo meio utilizado: 2000-2003.....	172
FIGURA 32: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo dia da semana: 2000-2003.....	174
FIGURA 33: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo horário de ocorrência: 2000-2003.....	175
FIGURA 34: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios no horário das 18h01min às 00h00min, nos setores urbanos: 2000-2003.....	176

FIGURA 35: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios no horário das 00h01min às 06h00min, nos setores urbanos: 2000-2003.....	178
FIGURA 36: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios no horário das 06h01min às 12h00min, nos setores urbanos: 2003.....	180
FIGURA 37: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios no horário das 12h01min às 18h00min, nos setores urbanos: 2003.....	182
FIGURA 38: Cidade de Uberlândia. Porcentagem e taxa (por 100 mil hab.) de ocorrências relacionadas às drogas: 2000-2003.....	184
FIGURA 39: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências relacionadas a posse de drogas para uso nos setores urbanos: 2000-2003.....	185
FIGURA 40: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências de prisões por uso de drogas nos setores urbanos: 2000-2003.....	187
FIGURA 41: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências de prisões por tráfico de drogas nos setores urbanos: 2000-2003.....	189
FIGURA 42: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências relacionadas a tráfico de drogas nos setores urbanos: 2000-2003.....	191
FIGURA 43: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências de prisão de menores por uso de drogas nos setores urbanos: 2000-2003.....	193
FIGURA 44: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências de prisão de menores por tráfico de drogas nos setores urbanos: 2000-2003.....	195
FIGURA 45: Cidade de Uberlândia. Parque Municipal do Distrito Industrial.....	227
FIGURA 46: Cidade de Uberlândia. Parque Municipal Victorio Siquierolli.....	228
FIGURA 47: Cidade de Uberlândia. Parque Municipal Mansour.....	229
FIGURA 48: Cidade de Uberlândia. Parque Municipal Santa Luzia.....	230
FIGURA 49: Cidade de Uberlândia. Parque Municipal Luizote de Freitas.....	231
FIGURA 50: Cidade de Uberlândia. Complexo Parque do Sabiá.....	232

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Brasil. Número absoluto e taxa (por 100 mil hab.) de armas apreendidas pela polícia entre 1999 e 2001.....	105
TABELA 02: Município de Uberlândia. Taxa (por 100.000 hab.), número absoluto e porcentagem de homicídios consumados: 2000-2003.....	132

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: Minas Gerais. Índice de Desenvolvimento Humano: 2000.....	3
MAPA 02: Localização do município de Uberlândia no Triângulo Mineiro.....	14
MAPA 03: Cidade de Uberlândia. Configuração espacial dos bairros: 2005.....	15
MAPA 04: Minas Gerais. Taxa bruta de homicídios (por 100 mil hab.), segundo municípios: 1997.....	48
MAPA 05: Cidade de Uberlândia. Localização das Companhias da Polícia Militar.....	115
MAPA 06: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial dos PISC e localização da Delegacia de Homicídios.....	117
MAPA 07: Minas Gerais. Taxa bruta de crimes violentos (por 100 mil habitantes), segundo municípios, em 1997.....	118
MAPA 08: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de óbitos por homicídios ocorridos em 2003.....	133
MAPA 09: Cidade de Uberlândia. Taxa de homicídios (por 100.000 hab.), ocorridos em 2003.....	134
MAPA 10: Cidade de Uberlândia. Configuração espacial dos setores territoriais urbanos.....	135
MAPA 12: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial dos homicídios no Setor Sul em 2003.....	144
MAPA 13: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial dos homicídios no Setor Oeste em 2003.....	150
MAPA 14: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial dos homicídios no Setor Leste em 2003.....	158
MAPA 15: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial dos homicídios no Setor Central em 2003.....	162
MAPA 16: Cidade de Uberlândia. Distribuição do número absoluto de homicídios: Das 18h01min às 00h00min: 2003.....	177
MAPA 17: Cidade de Uberlândia. Distribuição do número absoluto de homicídios: Das 00h01min às 06h00min: 2003.....	179
MAPA 18: Cidade de Uberlândia. Distribuição do número absoluto de homicídios: Das 06h01min às 12h00min: 2003.....	181

MAPA 19: Cidade de Uberlândia. Distribuição do número absoluto de homicídio: Das 12h01min às 18h00min 2003.....	183
MAPA 20: Cidade de Uberlândia. Taxa (por 100 mil hab.) de ocorrências de posse de drogas para uso próprio: 2003.....	186
MAPA 21: Cidade de Uberlândia. Taxa (por 100 mil hab.) de ocorrências de presos por uso de drogas em 2003.....	188
MAPA 22: Cidade de Uberlândia. Taxa (por 100 mil hab.) de ocorrências de prisões por tráfico de drogas em 2003.....	190
MAPA 23: Cidade de Uberlândia. Taxa (por 100 mil hab.) de ocorrências de tráfico de drogas em 2003.....	192
MAPA 24: Cidade de Uberlândia. Taxa (por 100 mil hab.) de prisão de menores por uso de drogas em 2003.....	194
MAPA 25: Cidade de Uberlândia. Taxa (por 100 mil hab.) de prisão de menores por tráfico de drogas em 2003.....	196
MAPA 26: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio sem renda em 2000.....	202
MAPA 27: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com renda entre 1 e 3 salários mínimos em 2000.....	204
MAPA 28: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com renda entre 5 e 10 salários mínimos em 2000.....	206
MAPA 29: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com renda em mais de 30 salários mínimos em 2000.....	208
MAPA 30: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio não alfabetizado em 2000.....	210
MAPA 31: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com Ensino Fundamental completo em 2000.....	212
MAPA 32: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com Ensino Médio completo em 2000.....	214
MAPA 33: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com Ensino Superior completo: 2000.....	216

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Parte do Banco de dados da Polícia Militar com as ocorrências de homicídios consumados em Uberlândia durante o ano de 2003 (baseado nos Boletins de Ocorrência – BO).....	22
QUADRO 02: Síntese das variáveis e das fontes selecionadas para o estudo dos homicídios em Uberlândia.....	24
QUADRO 03: Modelo de informações sobre os fluxos de produção da Justiça Criminal.	29
QUADRO 04: Homicídios registrados em Belo Horizonte: 1991-1997.....	30
QUADRO 05: Fonte de dados sobre crime e violência no Brasil.....	32
QUADRO 06: Estrutura do Plano Nacional de Segurança Pública.....	98
QUADRO 07: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial das Companhias da Polícia Militar.....	114
QUADRO 08: Cidade de Uberlândia. Perfil dos homicídios ocorridos no Setor Norte de Uberlândia: 2003.....	139
QUADRO 09: Cidade de Uberlândia. Perfil dos homicídios ocorridos no Setor Sul de Uberlândia: 2003.....	143
QUADRO 10: Cidade de Uberlândia. Perfil dos homicídios ocorridos no Setor Oeste de Uberlândia: 2003.....	149
QUADRO 11: Cidade de Uberlândia. Perfil dos homicídios ocorridos no Setor Leste de Uberlândia: 2003.....	157
QUADRO 12: Cidade de Uberlândia. Perfil dos homicídios ocorridos no Setor Central de Uberlândia: 2003.....	161
QUADRO 13: Síntese das informações analisadas no Capítulo 04.....	218

LISTA DE SIGLAS

1. BO: Boletim de Ocorrência
2. CCDS: Centro de Coordenação de Defesa Social
3. CDC: Center of Diseases Control na Prevention
4. CDL: Câmara de Dirigentes Lojistas
5. CID-10: Décima Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à saúde
6. CISAU: Centro de Integração Social do Adolescente
7. CISP: Centro Integrado de Informação e Inteligência em Segurança Pública
8. CONSEP: Conselhos Comunitários de Segurança Pública
9. COPOM: Centro de Operações Policiais Militares
10. DATASUS: Departamento de Informação do Sistema Único de Saúde
11. DO: Declaração de Óbito
12. DPF: Departamento da Polícia Federal
13. EMCOP: Empresa Brasileira de Urbanização e Construção Popular
14. ESTATCART: Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas
15. FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz
16. FJP: Fundação João Pinheiro
17. GPS: Sistema de Posicionamento Global
18. GUTO: Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana de Trabalho Organizado
19. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
20. IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
21. INFOSEG: Programa de Integração Nacional de Informação de Justiça e Segurança Pública
22. IPEA: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
23. NESP/MG: Núcleo de Estudos em Segurança Pública de Minas Gerais
24. NEVI: Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão
25. NIS: Núcleo de Informação à Saúde
26. OMS: Organização Mundial de Saúde
27. ONG: Organização Não-Governamentais
28. ONU: Organização das Nações Unidas
29. OPAS: Organização Pan-americana de Saúde
30. PIB: Produto Interno Bruto
31. PISC: Posto Integrado de Segurança e Cidadania

- 32. PMMG: Polícia Militar de Minas Gerais
- 33. PMSP: Prefeitura Municipal de São Paulo
- 34. PMU: Prefeitura Municipal de Uberlândia
- 35. PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- 36. PROERD: Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
- 37. RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte
- 38. SDTS/SP: Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo
- 39. SEDUR: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
- 40. SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- 41. SIG: Sistema de Informação Geográfica
- 42. SIM: Sistema de Informação sobre Mortalidade
- 43. SINARM: Sistema Nacional de Armas
- 44. UF: Unidades da Federação
- 45. UFES: Universidade Federal do Espírito Santos
- 46. UFU: Universidade Federal de Uberlândia
- 47. UNESP: Universidade Estadual Paulista
- 48. UNITRI: Universidade do Triângulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. OS CAMINHOS DA PESQUISA SOBRE OS HOMICÍDIOS.....	16
1.1. Levantamento e revisão bibliográficos.....	17
1.2. Levantamento de informações sobre grupos de pesquisa.....	17
1.3. Levantamento de trabalhos sobre violência apresentados em eventos científicos na área da Geografia.....	19
1.4. Levantamento de teses e dissertações sobre violência, defendidas em Programas de Pós-Graduação em Geografia.....	20
1.5. Coleta de dados.....	21
1.6. Seleção das variáveis.....	21
1.6.1. Fonte dos dados.....	24
1.6.2. Conceitos e Definições dados pelo IBGE para as variáveis selecionadas no Censo Demográfico de 2000.....	25
1.6.2.1. Domicílio.....	25
1.6.2.2. População residente.....	26
1.6.2.3. Características das pessoas.....	27
1.7. Escolha das instituições.....	28
1.8. Análise de reportagens do Jornal Correio sobre segurança e violência.....	33
1.9. Entrevistas.....	33
1.9.1. Entrevista com os moradores do bairro Luizote de Freitas e Morumbi.....	33
1.9.2. Entrevista com agentes do PISC.....	34
1.9.2.1. PISC do bairro Morumbi.....	34
1.9.2.2. PISC do bairro Mansour.....	34
1.10. Sistematização dos dados.....	35
1.11. Organograma de desdobramento de um evento criminal.....	36

CAPÍTULO 2: ESPAÇO URBANO E VIOLÊNCIA: uma contribuição Geográfica.....	37
2.1. Violência urbana: alguns conceitos.....	37
2.2. Os homicídios no Brasil: uma caracterização.....	43
2.3. Contribuição geográfica ao estudo da violência urbana.....	51
2.3.1. A Escola de Chicago.....	51
2.3.2. Geografia e violência urbana.....	58
2.3.2.1. Diferenciação no espaço intra-urbano e a distribuição desigual da violência.....	69
2.3.2.2. A distribuição dos homicídios no espaço intra-urbano de algumas cidades brasileiras.....	78
2.3.2.3. Geoprocessamento: importante ferramenta na análise da distribuição dos homicídios.....	84
CAPÍTULO 3: POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: impasses e Perspectivas.....	89
3.1. Políticas de Segurança Pública no Brasil.....	92
3.1.1. Plano Nacional de Segurança Pública.....	97
3.1.2. Projeto Nacional de Segurança Pública.....	99
3.1.2.1. Mortes por armas de fogo no Brasil.....	100
3.1.3. Políticas de Segurança Pública de Minas Gerais e de Uberlândia.....	107
3.1.3.1. Plano de Segurança Pública de Minas Gerais.....	107
3.1.3.2. A Segurança Pública em Uberlândia.....	110
3.2. Experiências de redução de homicídios no Brasil.....	119
CAPÍTULO 4: A DIMENSÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS EM UBERLÂNDIA.....	126
4.1. Caracterização espacial dos homicídios em Uberlândia.....	126
4.1.1. Os homicídios nos setores urbanos de Uberlândia.....	135

4.1.1.1. Setor Norte.....	137
4.1.1.2. Setor Sul.....	141
4.1.1.3. Setor Oeste.....	145
4.1.1.4. Setor Leste.....	151
4.1.1.5. Setor Central.....	159
4.1.2. Perfil das vítimas e caracterização do espaço de ocorrência dos homicídios.....	163
4.1.2.1. Faixa etária.....	164
4.1.2.2. Sexo.....	165
4.1.2.3. Cor da pele.....	167
4.1.2.4. Estado civil.....	169
4.1.2.5. Escolaridade.....	170
4.1.2.6. Local de ocorrência da morte.....	171
4.1.2.7. Meio utilizado (instrumento usado no crime).....	172
4.1.2.8. Dia da semana.....	174
4.1.2.9. Horário da ocorrência.....	175
4.1.2.9.1. Das 18h01min às 00h00min.....	176
4.1.2.9.2. Das 00h01min às 06h00min.....	178
4.1.2.9.3. Das 06h01min às 12h00min.....	180
4.1.2.9.4. Das 12h01min às 18h00min.....	182
4.1.2.10. Drogas.....	184
4.1.2.10.1. Posse de drogas para uso próprio.....	185
4.1.2.10.2. Presos por uso de drogas.....	187
4.1.2.10.3. Prisões por tráfico de drogas.....	189
4.1.2.10.4. Tráfico de drogas.....	191
4.1.2.10.5. Menores presos por uso de drogas.....	193

4.1.2.10.6. Menores presos por tráfico de drogas.....	195
4.2. Análise correlativa entre homicídios e determinantes sócio-econômicos.....	200
4.2.1. Correlação entre homicídios, renda e escolaridade.....	201
4.2.1.1. Pessoa responsável pelo domicílio (sem renda).....	201
4.2.1.2. Responsável pelo domicílio com renda mensal de 1 a 3 salários mínimos.....	203
4.2.1.3. Responsável pelo domicílio com renda mensal de 5 a 10 salários mínimos.....	205
4.2.1.4. Responsável pelo domicílio com renda mensal de mais de 30 salários mínimos.....	207
4.2.1.5. Responsável pelo domicílio não alfabetizado.....	209
4.2.1.6. Responsável pelo domicílio com o Ensino Fundamental concluído.....	211
4.2.1.7. Responsável pelo domicílio com o Ensino Médio concluído.....	213
4.2.1.8. Responsável pelo domicílio com o Ensino Superior concluído.....	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
REFERÊNCIAS.....	235
ANEXOS.....	248
Anexo 01: Grupos de trabalho sobre violência no Brasil.....	249
Anexo 02: Levantamento de trabalhos sobre violência publicados em eventos Geográficos.....	251
Anexo 03: Levantamento de teses e dissertações sobre violência, defendidas em Programas de Pós-Graduação em Geografia.....	252
Anexo 04: Entrevista no PISC do bairro Morumbi.....	254
Anexo 05: Entrevista no PISC do bairro Mansour.....	258
Anexo 06: Planos e propostas de segurança pública nacional e de outros países.....	259
Anexo 07: Projetos de segurança pública desenvolvidos pela Coordenadoria de Defesa Social.....	260
Anexo 08: Reportagem sobre o PROERD.....	261

INTRODUÇÃO

[...] a análise do fenômeno urbano ao sublinhar o que se passa fora do âmbito do trabalho, acentua a esfera da vida cotidiana, de modo que a reprodução do espaço urbano articulado e determinado pelo processo de reprodução das relações sociais se apresenta de modo mais amplo do que relações de produção estrito senso (a da produção de mercadorias), envolvendo momentos dependentes e articulados. A vida cotidiana, nesta perspectiva, se definiria como uma totalidade apreendida em seus momentos (trabalho, lazer e vida privada) e nesse sentido guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças. (CARLOS, 2004, p.22).

O município de Uberlândia, situado no Estado de Minas Gerais, possui uma área de 4.040 km², sendo a área urbana representada por 219 km². É constituído de cinco Distritos: Uberlândia (Distrito Sede), Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Miraporanga e Tapuirama.

Este município constitui um importante entroncamento rodo-ferroviário, que facilita a comunicação com outros centros urbanos importantes das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Passam pela área urbana a Ferrovia Paulista S/A e as seguintes rodovias: a BR-050, a BR-365, a BR-452, a BR-455 e a BR-497.

Em termos populacionais, a cidade de Uberlândia ocupava, em 2000, a 31ª posição dentre as cidades brasileiras, incluindo as capitais. De acordo com o Banco de Dados Integrados de Uberlândia (2004), em 2003, a população do município era de 552.149 habitantes. É a 15ª cidade brasileira, excluindo as capitais, e é a 3ª maior cidade do Estado de Minas Gerais, vindo após Belo Horizonte (4º. lugar) e Contagem (29º. lugar). Sua população é, também, superior à de nove capitais: Cuiabá, Aracaju, Boa Vista, Vitória, Florianópolis, Macapá, Palmas, Rio Branco e Porto Velho (IBGE, 2000).

A população com idade entre 10 e 19 anos representa 19,09%; de 20 a 29 anos,

19,42%; e de 30 a 39 anos, 16,96%. Percebe-se que existe, também, um considerável número de crianças na faixa etária de 1 a 9 anos (15,29%). Essas quatro faixas etárias perfaziam 70,76% da população do município de Uberlândia em 2003.

Apesar de Uberlândia estar bem colocada no perfil dos municípios com o melhor Produto Interno Bruto (PIB) por habitante em 2000¹, e ter ocupado a 7ª posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Unidades da Federação, vê-se que o município tem apresentado um aumento nas falhas e na ausência de segurança, com taxas altas de criminalidade violenta, principalmente nos homicídios.

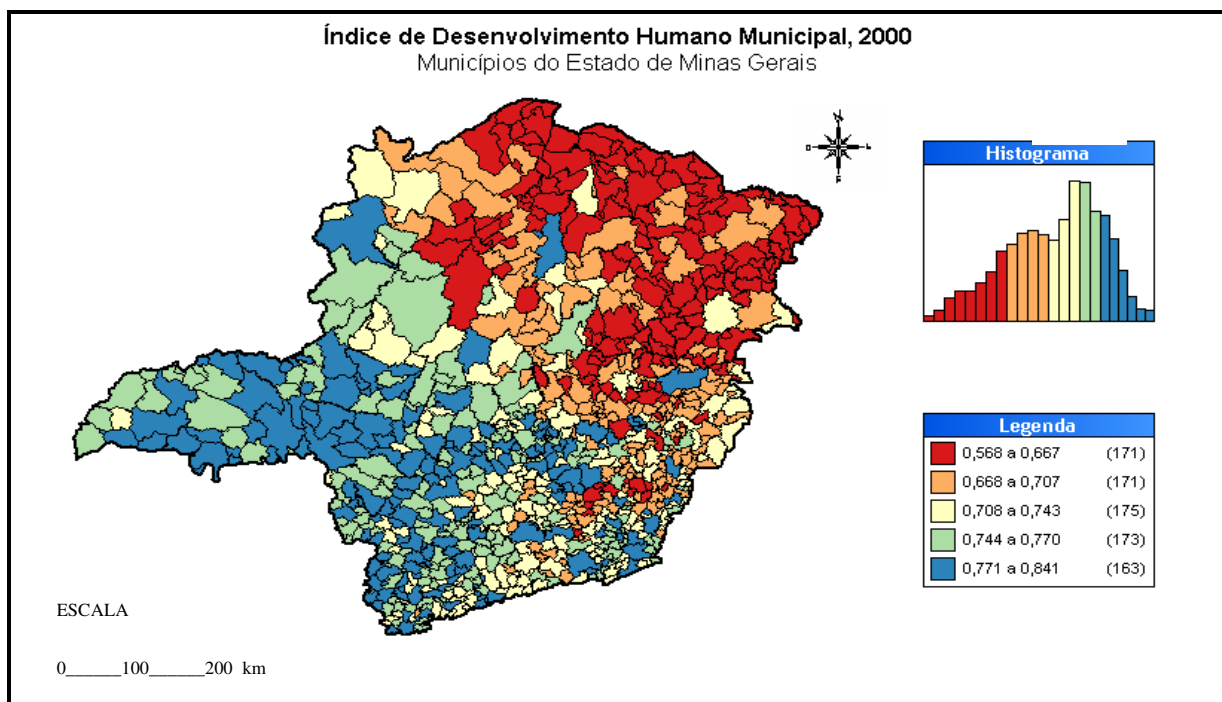
Constata-se que os problemas relacionados à criminalidade em Uberlândia, sobretudo com relação aos roubos, estão presentes nos bairros centrais, onde se localizam os comércios, os serviços e, portanto, um poder aquisitivo elevado e em trânsito. Contudo, o criminoso habita os bairros periféricos mais carentes. Isso mostra que, apesar de apresentar indicadores sociais favoráveis, o município tem problemas locais de exclusão social que não são revelados pelo IDH, composto dos índices de renda, educação e longevidade.

De acordo com dados do Atlas da Exclusão Social no Brasil, organizado por Pochmann e Amorim (2003), o Índice de Emprego Formal e o Índice de Desigualdade no município de Uberlândia, em 2000, apresentaram valores próximos a zero, respectivamente 0,243 e 0,245, o que significa que a condição de vida no município não se apresentava favorável². Isso mostra que, apesar do IDH do município de Uberlândia ter ficado em uma posição de destaque no ano 2000, não revela as desigualdades intra-urbanas existentes.

O MAPA 01 traz os valores do IDH dos municípios de Minas Gerais em 2000. Os valores crescem da cor vermelha para a cor azul, ou seja, os municípios representados com a cor azul apresentam os melhores valores, e aqueles com a cor vermelha, os piores.

¹ No ano 2000, o PIB por habitante do município de Uberlândia era o terceiro melhor do Estado de Minas Gerais, vindo após Belo Horizonte (1º. lugar) e Contagem (2º. lugar).

² As condições de vida tendem a ficar piores à medida que os valores se aproximam de zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de um. (POCHMANN; AMORIM, 2003).



MAPA 01: Minas Gerais. Índice de Desenvolvimento Humano – 2000.

FONTE: IBGE/IPEA/Fundação João Pinheiro (2002).

Conclui-se, portanto, que uma realidade social não pode ser explicada apenas pela estatística. Existem várias questões que permeiam as relações sociais mantidas pelo ser humano no espaço, e que devem ser levadas em consideração; caso contrário, passa-se a depender de dados que camuflam a realidade humana, com certeza sempre mais complexa que os instrumentos de medição.

A percepção da intensidade de fenômenos, tais como a violência, deve ser analisada sob diferentes prismas, considerando-se que se trata de um fenômeno social complexo, permeado por diferentes causas e efeitos.

Os fatores sócio-econômicos explicam apenas em parte os eventos violentos, na medida em que eles criam situações de exclusão ou de marginalização que predispõem a geração de circunstâncias que favorecem a ocorrência de eventos violentos.

Minayo; Souza (1998) consideram a violência um fenômeno complexo, dinâmico e polissêmico, constituído de ações que provocam dano físico ou moral a outros indivíduos ou a si próprio. Tais ações podem ser realizadas individualmente, por grupos, classes sociais ou

nações.

A violência que será discutida neste trabalho enquadra-se na categoria Causas Externas de Morbidade e Mortalidade, Décima Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). Essa categoria abrange diversos eventos que podem ser resumidos como agressões, aqui denominadas homicídios (códigos: X85 a Y09); lesões autoprovocadas intencionalmente, aqui denominadas suicídios (códigos: X60 a X84); acidentes de transporte (códigos: V01 a V99) e outras violências. Minayo e Souza (1998) afirmam que tal classificação não é capaz de abranger todos os eventos violentos, pois estes possuem um caráter polissêmico e complexo.

Na década de 1980, ocorreram mudanças importantes no perfil da mortalidade no país. Minayo; Souza (1993) comentam que as doenças do aparelho circulatório, as neoplasias e as Causas Externas assumiram o papel das principais causas de óbito da população brasileira nesse período. Nessa década, a violência apresentava-se como um fenômeno determinante no cotidiano da população, sobretudo das grandes cidades, desencadeando o medo generalizado de assaltos, seqüestros e assassinatos.

Em 1980, várias áreas do saber, entre elas a Saúde Pública, desenvolveram reflexões sobre o impacto da morbi-mortalidade violenta no Brasil, pois já havia uma preocupação com os agravos físicos, sociais, psicológicos e econômicos advindos dos eventos violentos. As autoras declaram que um dos principais agravos trazidos pela violência à saúde pública é a morte, provocada, ademais, pelos crimes cometidos no trânsito e pelos assassinatos que atingem, principalmente, a faixa etária dos jovens no Brasil.

A violência é um fenômeno mundial, “um problema de saúde pública de grande magnitude e transcendência” (MELLO JORGE, 2002, p. 52). Na década de 1980, muitos países presenciaram uma série de fenômenos violentos que mobilizaram o interesse de pesquisadores de diferentes áreas da sociedade para essa questão. Isso não ocorreu apenas em

países em desenvolvimento, mas em alguns países da Europa, bem como nos Estados Unidos, houve uma mobilização de comunidades civis e científicas no tocante à questão do aumento dos atos violentos.

A violência, real ou imaginária, traz o medo, sentimento que causa angústia, inquietação, ansiedade, preocupação e temor. Chesnais (1990, p. 54) afirma que

[...] a violência gera o medo, mas este gera igualmente a violência. Trata-se então de um círculo vicioso que se instala, uma psicose coletiva que é preciso romper a qualquer preço e cujos únicos beneficiados são certos *lobbies* da segurança, como as firmas de vigilância, as milícias privadas, as companhias de seguros, os esquadrões da morte, etc.

O medo generalizou-se a ponto de algumas pessoas temerem sair de casa ou permanecerem nela sozinhas, pois a violência está presente, também, dentro das habitações. Nem mesmo dentro dos lares há segurança. Há medo e temor da violência pela falta de segurança existente. Este dois fenômenos caminham juntos na fala da população brasileira, e se encontram presentes no seu cotidiano; é o que afirma Moraes (1990, p. 12):

[...] o medo é o pão cotidiano dos cidadãos. As casas não mais expõem suas fachadas românticas, pois cercam-nas muros muito altos [...]. As pessoas trafegam em seus automóveis com os vidros bem fechados para evitar abordagens perigosas em cruzamentos e semáforos e, dependendo de por onde andem à pé, sentem-se como se estivessem em plena prática da 'roleta russa' [...]. Temem-se igualmente tanto as ações criminosas dos assaltantes quanto as ações policiais, marcadas por igual ferocidade. E em parte alguma há segurança.

Medo: esta é a palavra emitida pela maioria dos habitantes das grandes cidades brasileiras e, em menor proporção, por aqueles das pequenas cidades. Estas ainda conservam certa tranquilidade, em contraste com as cidades de grande e médio porte, que têm vivenciado uma série de fenômenos urbanos conflitantes, decorrentes da urbanização.

É um medo que, além de alterar o comportamento da população, modifica também as formas urbanas. Felix (2002) confirma o que foi dito quando argumenta que tanto o medo quanto a necessidade de proteção refletem nas diversas formas de aproveitamento do espaço e transformam o desenho da paisagem urbana. E, ainda:

[...] o medo tanto pode inibir ações cooperativas contra o crime quanto encorajar estratégias individualistas em nível residencial. A utilização de animais em residências, o *design* de certas construções (grades de proteção, muros altos, vitrões pequenos e altos etc.), a criação de guardas particulares, a manutenção de luzes acesas no interior das casas, o surgimento de bairros fechados etc., são positivamente relacionados com o medo do crime. A exploração deste medo e a ansiedade da população são visíveis em diversos setores e explorado das mais diversas formas, que vão desde o *marketing* político (eleitoreiro) até o financeiro (imobiliário). Atualmente os anúncios de compra e venda de imóveis estão dando maior destaque à segurança do que ao próprio conforto habitacional (FELIX, 2002, p. 129).

Como consequência disso, o “mercado de segurança”, tal como afirma Felix (2002, p. 130), cresce de 30% a 40% ao ano, e tende a acelerar-se ainda mais, uma vez que o “[...] o medo e a insegurança estão crescendo mais que os índices criminais (há quem afirme que enquanto o crime aumenta em progressão aritmética, o medo cresce em progressão geométrica)”.

Esse medo vivido pela população brasileira cresce a um ritmo então não conhecido a partir da década de 1980. Peralva (2000) argumenta que o retorno do Brasil à democracia foi marcado pela passagem das violências aquisitivas – que tiveram sua curva elevada na década de 1970 para os crimes de sangue, cujas taxas dobraram entre 1980 e 1990, e situam-se, hoje, entre as mais elevadas do mundo. A autora destaca que houve um crescimento da violência urbana no interior do processo no qual se formou a democracia brasileira, em que ricos e pobres se encontraram conjuntamente envolvidos. E afirma que, nesse contexto político e social, os brasileiros passaram a reproduzir uma violência da qual eles próprios eram vítimas.

A autora citada declara que o crescimento da criminalidade no Brasil não se separa da desestabilização que afetou as instituições responsáveis pela ordem pública, durante o curso de uma transição democrática longa e difícil. Intensificou-se a violência policial contra a população civil e acentuou-se o comprometimento da polícia com o crime. E acrescenta que a ausência de políticas eficientes de manutenção da ordem estimulou a delinquência.

Peralva (2000) sustenta que houve a privatização da segurança nesse período e a justiça ilegal ganhou importância. Além do aumento da violência nesse momento histórico, a ineficiência das instituições responsáveis pela ordem pública favoreceu a privatização da segurança, que assumiu formas legais e ilegais na sociedade civil. Beato Filho (1999, p. 13) argumenta que, devido ao medo de ser vítimas da violência, a população adota precauções e “[...] comportamentos defensivos na forma de seguros, sistemas de segurança eletrônicos, cães de guarda, segurança privada, grades e muros altos, alarmes”.

Castro (2003) comenta que as primeiras formas de segurança privada apareceram nos Estados Unidos, no século XIX, quando Allan Pinkerton organizou um grupo de homens para proteger o presidente Abrahan Lincoln. Daí seria fundada a primeira empresa de segurança privada do mundo, denominada Pinderton's. Peralva (2000) e Castro (2003) lembram que o seu aparecimento no Brasil remonta aos anos da Ditadura Militar (1964-1984).

O contexto social brasileiro da época estava marcado pelo aumento dos assaltos a instituições financeiras, e tais empresas surgem com o objetivo de realizar o transporte de valores e a proteção de patrimônios e pessoas. Até então, o serviço não era regulamentado por lei. Isso só ocorreu em 1983, com a criação da Lei 7.102/82, que instituiu normas de constituição e funcionamento dessas empresas (CASTRO, 2003). Contudo, a partir da década de 1980, diante das mudanças políticas citadas anteriormente, o controle antes exercido pelo governo sobre esse tipo de serviço torna-se menos freqüente do que no período do regime militar (PERALVA, 2000). É nesse contexto que surgem muitas empresas ilegais no Brasil, prestando serviços de segurança.

Soares et al. (2002), coordenadores do Projeto de Segurança Pública para o Brasil, afirmam que no final do ano 2000, havia no Brasil 2.582 empresas de segurança privada, 1.368 empresas de vigilância, 540.334 vigilantes e 236 empresas de transporte de valores cadastrados no Departamento da Polícia Federal (DPF), órgão responsável pela autorização,

fiscalização e controle dos serviços privados de segurança. Em 2003, existiam no país 3.028 empresas de segurança privada regularizadas, que geravam mais de 910 mil postos de trabalho formais e diretos (CASTRO, 2003).

Alguns autores afirmam que esses dados não são confiáveis, pois existem muitas empresas neste ramo de atividade que prestam serviços na clandestinidade, sem nenhum registro oficial. Soares et al. (2002) dizem que as estimativas sobre o total de agentes privados atualmente em atividade no Brasil variam de um milhão a um milhão e meio, e isso corresponde, segundo eles, aproximadamente, ao dobro do contingente de todas as forças brasileiras de segurança pública juntas: policiais militares, civis e federais, bem como bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais.

Em 1995, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) confirmou que já havia naquele período, no Brasil, 921.783 trabalhadores ocupados em serviços particulares de vigilância. Destes, 246.854 eram “vigilantes”, conforme a classificação do IBGE, que não coincide com a aquela realizada pela Polícia Federal. Todos estes “vigilantes” estavam empregados em firmas de segurança, vigilância e/ou transporte de valores. Os demais, contabilizados em 674.929, eram classificados como “vigias”, trabalhavam na sua maioria em empresas e instituições de outros ramos de atividades. Os autores dizem que isso não correspondia necessariamente ao universo da segurança clandestina, podendo incluir corpos orgânicos de segurança autorizados pelo DPF (SOARES et al., 2002, p. 78). E argumentam que é provável que esses dados não incluam policiais, bombeiros e guardas penitenciários com segundo emprego na segurança particular, pois o cálculo foi feito a partir da ocupação principal declarada pelos entrevistados ao IBGE. E, pelo fato de ser ilegal, o “bico” quase não aparece nas estatísticas da PNAD. Ao serem indagados, os entrevistados, sobre suas ocupações secundárias, 90% deles, cuja ocupação principal era a segurança pública, responderam que não possuíam nenhuma e apenas 1,5% afirmaram que exerciam

funções privadas de vigilante ou vigia em concomitância com a ocupação principal.

O governo do estado de Minas Gerais gastou, em 1995, 940 milhões de reais com seu sistema de segurança, e isso representou 10% do orçamento total para aquele ano. Esse valor, como demonstra Beato Filho (1999), seria suficiente para amenizar outros problemas nos setores da saúde, educação e habitação, que também merecem atenção do Estado.

Beato Filho (1999) comenta que os custos diretos com a violência são elevados. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1992, as vítimas de furtos, arrombamentos, assaltos, estupros e despesas médias imediatas perderam 17,6 bilhões de dólares em custos. No Brasil, estima-se que os gastos anuais com segurança pública no município do Rio de Janeiro chega a cerca de 2 bilhões e meio, o equivalente a 5% do PIB municipal. Beato Filho (1999, p. 13) acrescenta que, nestes cálculos, “[...] são computados gastos com atendimento médico, anos perdidos pela morte ou incapacidade prematura, gastos com o sistema de segurança e justiça, além de transferências sociais na forma de seguros”. Mas estes custos não levam em consideração os gastos realizados com a segurança privada e com as consequências da violência sobre os investimentos privados. O autor citado afirma, ainda, que se fosse avaliado o impacto da segurança sobre os valores do uso da propriedade – tais como da residência ou do valor do aluguel destas residências conforme sua localização geográfica – estes custos aumentariam ainda mais.

Diversos crimes violentos podem ser controlados pela estruturação de uma segurança estratégica. Mas existem eventos criminais que, devido ao seu caráter polissêmico e multicircunstancial, são difíceis de serem controlados. Dentre eles, o homicídio é considerado o de maior dificuldade de controle e o mais agressivo, pois é um fenômeno que leva à morte. Zanotelli (2003) afirma que ele pode ser desencadeado a partir da utilização de qualquer meio, provocando danos, lesões e, em consequência, a morte da vítima. O Código Penal o define como o ato de “matar alguém” (BRASIL, 1940, Artigo 121). É, portanto, um crime violento.

Nesta categoria, encontram-se o homicídio tentado e consumado, seqüestro e cárcere privado, roubo consumado, roubo à mão armada consumado, latrocínio, extorsão mediante seqüestro, estupro tentado e estupro consumado.

Silva (1999) comenta que os crimes violentos intentam contra a vida e a integridade física e moral, diferentemente de outros crimes que não envolvem a violência, pelo menos aparentemente. Dias Neto (2005, p. 106), por sua vez, afirma que “A população não tem medo de ser vítima de crime de corrupção, poluição ou lavagem de dinheiro, a despeito dos enormes custos sociais que tais condutas possam representar”. Todavia, o medo da população encontra-se, “[...] essencialmente relacionado aos crimes contra a vida e o patrimônio praticados mediante o emprego da violência física”.

A violência atinge a todos os grupos etários da sociedade, porém estudos sobre homicídios, desenvolvidos no Brasil e no mundo, apresentam os jovens do sexo masculino como o principal grupo de risco (MINAYO, 1994; MINAYO; SOUZA, 1993; SOUZA, 1994; LIMA et al., 2002; SOUZA et al., 2002). Nos Estados Unidos, enquanto a média de homicídios, em 1988, era de 3,1 casos envolvendo homens para 1,0 caso entre mulheres, no Brasil, a proporção era de 11 para 1,0.

Pochamann (2002) afirma que o coeficiente de mortalidade por homicídio no Brasil, na faixa etária de 15 a 24 anos, em 1997, foi de 80,4/100.000 habitantes para o sexo masculino e 6,4/100.000 habitantes para o sexo feminino. Nos Estados Unidos, foi de 27,9/100.000 habitantes para o masculino e de 4,7/100.000 habitantes para o feminino. O autor diz que a quantidade de jovens com idade entre 15 e 24 anos morta por homicídio no Brasil, em 1997, foi maior do que em países como a Croácia, a Eslovênia, a Irlanda do Norte e Israel, que registram situações de conflito aberto.

Desde as últimas duas décadas, o Brasil vive uma “guerra civil” sem precedentes, na qual milhares de jovens são mortos todos os anos, sobretudo por armas de fogo,

envolvidos, principalmente, com o tráfico de drogas, que vem aumentando a cada ano no país.

O aumento dos homicídios é percebido em nível nacional e, devido à tendência de crescimento desse crime, também no município de Uberlândia, nos últimos anos, surgiu o interesse em estudar sua espacialidade e peculiaridades no espaço urbano desse município.

Junto à elevação das taxas de homicídios em Uberlândia, que em 1980 era de 0,83/100.000 habitantes (dois homicídios), e passa para 15,96/100.000 habitantes em 2003 (80 homicídios), de acordo com o DATASUS (2005), cresce concomitante a isso o sentimento de insegurança e medo, fazendo com que a população busque refúgio segregando-se ou mudando suas práticas cotidianas em função da insegurança presente, sobretudo na área urbana.

Em apenas três anos, de 2000 a 2003, houve um aumento de 27 homicídios no município de Uberlândia, ou seja, no primeiro ano ocorreram 53 homicídios e, em 2003, registraram-se 80 ocorrências (DATASUS, 2005). É um aumento considerável para apenas três anos, se comparado à variação ocorrida entre 1980 e 1990, quando foram registrados, respectivamente dois e 25 homicídios, apresentando uma variação, em 10 anos, de 23 homicídios. Analisando esses valores, constata-se que a média registrada para o período de 1980/1990 era de 2,3 homicídios por ano e, entre 2000/2003, de 6,8 homicídios.

Dessa forma, este trabalho pretende analisar a distribuição dos homicídios no espaço urbano de Uberlândia, com o intuito de conhecer os principais fatores predisponentes de sua ocorrência, assim como as circunstâncias que motivaram o homicídio. Procurou-se, ainda, verificar, a partir de entrevistas, quais são os crimes violentos que causam um maior sentimento de insegurança e medo nos moradores dos bairros mais violentos da cidade. E objetiva-se, ainda, analisar a contribuição da Geografia no estudo da violência urbana e descrever e considerar as ações do poder público local no combate à violência urbana por meio de políticas de segurança pública.

Ressalta-se que quando o projeto dessa dissertação foi defendido no Programa de Pós-Graduação em Geografia, em 2004, o Centro de Operações Policiais Militares (COPOM), havia estruturado apenas os dados de 2003, não tendo sido consolidadas as estatísticas de 2004. Dessa forma, optou-se por considerar a variação temporal dos homicídios de 2000 a 2003, mostrando o comportamento desse fenômeno nesse período, analisando a correlação dos homicídios com os dados sócio-econômicos para o ano de 2003.

Para tanto, estruturou-se a dissertação em quatro capítulos, distribuídos da seguinte forma: Capítulo 1: *Os caminhos da pesquisa sobre os homicídios*; Capítulo 2: *Espaço urbano e violência: uma contribuição geográfica*; Capítulo 3: *Políticas de Segurança Pública: desafios e perspectivas*; e Capítulo 4: *A dimensão sócio-espacial dos homicídios em Uberlândia*. E, por fim, as considerações finais, em que são apresentadas algumas medidas de controle dos homicídios. Dentre elas, a existência de equipamentos públicos, principalmente de recreação e de profissionalização, em locais da cidade onde as incidências de homicídios envolvendo, sobretudo, jovens são mais elevadas.

No Capítulo 1 foram delineados os caminhos percorridos para a realização da pesquisa. Nele estão presentes as variáveis escolhidas para a análise dos homicídios e a metodologia utilizada para a verificação dos resultados.

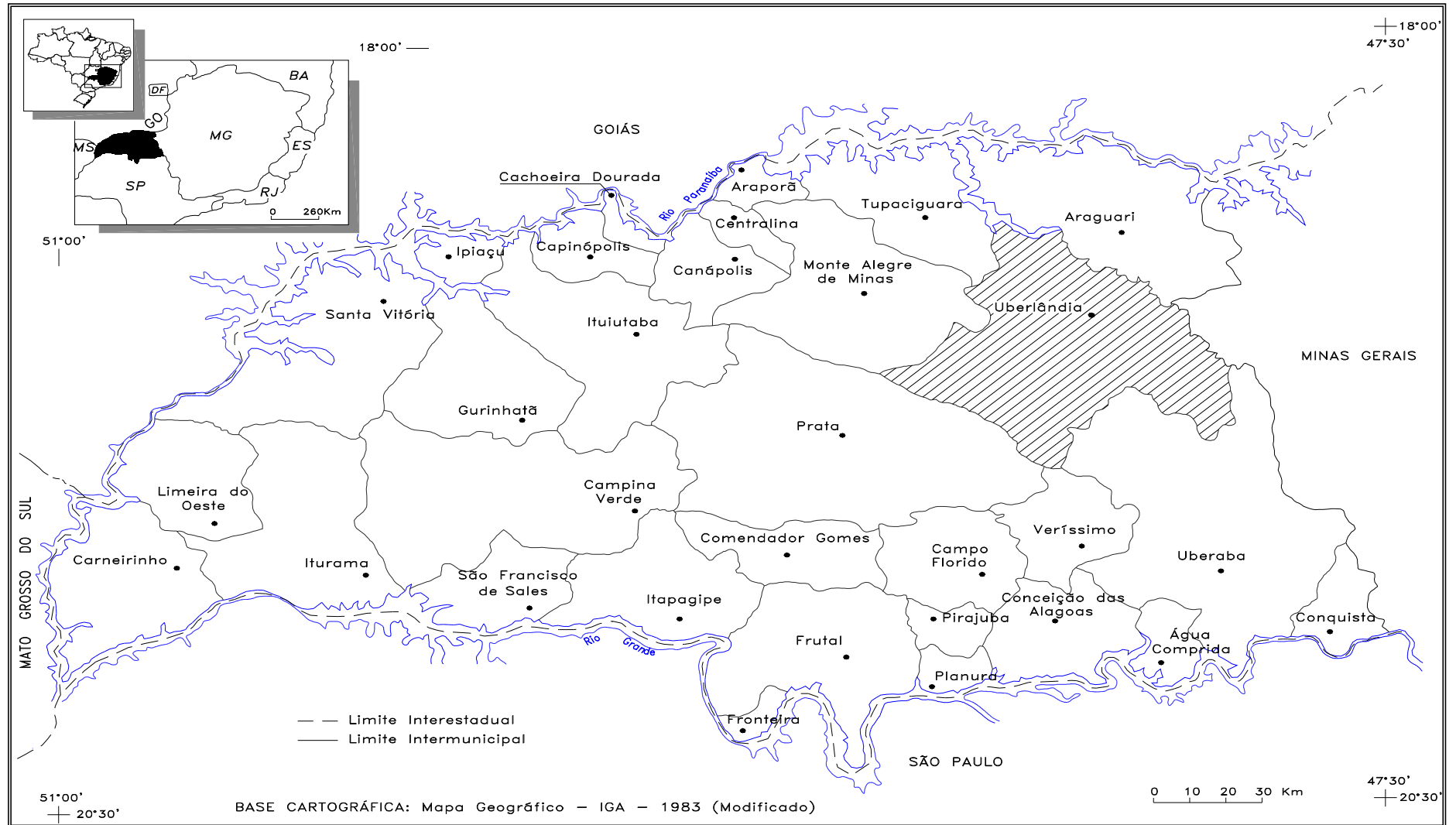
No Capítulo 2 são feitas discussões teóricas sobre violência e homicídios, realizadas pela Sociologia, Antropologia, Geografia, Direito e Medicina, dentre outras. Apresentaram-se, ainda neste capítulo, argumentos a respeito dos estudos sobre criminalidade no espaço urbano, realizados pela Escola de Chicago.

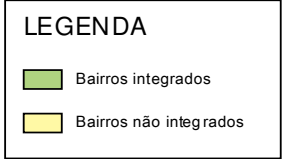
O Capítulo 3 trata das políticas públicas de segurança implementadas no Brasil. Discute-se o Projeto Nacional de Segurança Pública, o Plano Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais e o Plano Diretor de Segurança Pública do município de Uberlândia. São apresentadas, também, algumas experiências de redução de homicídios no país.

E, por fim, o Capítulo 4 volta-se à análise dos homicídios no espaço urbano de Uberlândia. Nele são verificados o perfil da vítima dos homicídios (sexo, faixa etária, estado civil etc.), os horários e os dias da semana de maior incidência, os meios utilizados (instrumento) e ainda os motivos que desencadearam o homicídio. Neste capítulo também são realizadas correlações entre variáveis sócio-econômicas e os homicídios.

Serão apresentados a seguir dois mapas referentes à Uberlândia. O MAPA 02 mostra a localização do município de Uberlândia na região do Triângulo Mineiro, e o MAPA 03 refere-se ao espaço urbano, onde aparece a distribuição dos bairros estabelecidos no perímetro urbano do município.

MAPA 02: Localização do município de Uberlândia no Triângulo Mineiro.





1. OS CAMINHOS DA PESQUISA SOBRE OS HOMICÍDIOS

Sempre fui de opinião que, quando for possível, devemos analisar de forma histórica e empírica o palco, os atores envolvidos, o contexto e as resultantes onde se dão os eventos violentos, nunca nos conformando ou com idéias metafísicas ou apenas com dados que simplesmente enumeram os fatos. [...]. Ademais da violência visível e contável, existe uma violência invisível, que se manifesta de forma naturalizada na cultura, constituindo, não a causa, não o determinante, no sentido positivista do termo, mas o patamar de onde a dinâmica da violência social, (real e imaginária) se desdobra. (MINAYO, 1999, p. 145).

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram estruturados em 10 etapas: 1) Levantamento e revisão bibliográficos; 2) Levantamento de informações sobre grupos de pesquisa voltados à temática da violência; 3) Levantamento dos trabalhos sobre violência apresentados em eventos científicos de Geografia; 4) Levantamento de teses e dissertações sobre violência, defendidas em Programas de Pós-Graduação em Geografia; 5) Coleta de dados em instituições governamentais; 6) Seleção das variáveis a serem estudadas (econômicas, sociais e criminais, relacionadas aos homicídios); 7) Escolha das instituições nas quais seriam coletadas as informações; 8) Análise de reportagens do Jornal Correio sobre segurança e violência em Uberlândia; 9) Entrevista com moradores dos bairros Luizote de Freitas (Setor Oeste) e Morumbi (Setor Oeste), onde a quantidade de homicídios foi mais elevada em 2003, em relação aos demais bairros da cidade; entrevista com agentes do PISC; 10) Sistematização dos dados.

1.1. Levantamento e revisão bibliográficos

Tendo em vista a análise dos homicídios e a compreensão de suas causas e distribuição no espaço urbano de Uberlândia, foi preciso conhecer os conceitos sobre violência abordados pelas diversas áreas do conhecimento científico.

A leitura das referências levantadas permitiu constatar que os autores interpretam os homicídios como sendo um fenômeno violento, cujas manifestações se dão por diversas causas, que perpassam o sexo, idade, o estado civil, o local de residência da vítima, o uso de drogas ilícitas, o álcool, os conflitos interpessoais e as particularidades físicas, sociais e econômicas dos espaços nos quais eles ocorrem.

Os estudos sobre os homicídios afirmam também que a sua incidência é maior entre jovens do sexo masculino que apresentam baixa escolaridade e renda, e que habitam espaços com infra-estrutura urbana insipiente. Os estudos de Barata (2002), Beato Filho (2004), Cardia (2004), Cárdua e Schiffer (2002), Lima e Ximenes (1998), Maia (1999), Mesquita Neto (2001), Peres (2004), Toledo (1996) confirmam esse argumento.

De posse dessas informações, buscou-se levantar dados e variáveis que comprovassem ou refutassem o que os estudos afirmavam sobre o perfil das vítimas e dos espaços de ocorrência dos homicídios.

1.2. Levantamento de informações sobre grupos de pesquisa

Foram coletadas informações sobre grupos de pesquisa voltados aos estudos da violência no Brasil com o intuito de conhecer o trabalho desenvolvido por eles, bem como visitar as páginas de suas instituições com vistas a levantar informações e artigos sobre a temática da violência.

Adorno (2002) realizou este levantamento, cuja lista encontra-se no ANEXO 01. Salienta-se que, em todos os grupos de pesquisa levantados pelo autor supracitado, a Geografia não aparece na área de predominância dos estudos desenvolvidos. Aparece somente a área maior, ou seja, Ciências Humanas e, provavelmente, a Geografia esteja inclusa nesse grupo. Adorno comenta sobre os requisitos exigidos para que o grupo de pesquisa fosse incluído no levantamento feito por ele para grupos de pesquisa que trabalham o tema violência. O autor afirma que a lista elaborada em seu trabalho considera somente grupos de pesquisa de referência no campo dos estudos sobre violência, direitos humanos e políticas de segurança e justiça. Os grupos de referência compreendem grupos fundamentados, consolidados, que apresentam produção e divulgação regular de pesquisas, participação em fóruns acadêmicos e não-acadêmicos, inovações científica e tecnológica.

A lista de Adorno privilegiou grupos cujo trabalho de investigação científica concentra-se no campo temático focalizado. Dessa forma, a linha de pesquisa do grupo deveria concentrar-se, em sua maior parte, na investigação sobre violência, devendo ser esta a linha de pesquisa de peso do grupo. A lista não enfoca, igualmente, linhas de pesquisa sobre violência beneficiadas com fomento de agências, tais como CNPq e FAPESP, e não contempla pesquisadores individuais, mesmo que sua contribuição seja relevante.

Existem dois importantes grupos de pesquisa sobre violência que têm a participação de geógrafos em seus estudos: o Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana de Trabalho Organizado (GUTO), da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP de Marília) – este grupo é presidido pela professora Sueli Andruccioli Felix, graduada em Ciências Sociais e Doutora em Geografia; o segundo grupo, denominado Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), têm a participação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, tal como o primeiro, por

sua vez contando com a relevante participação do professor Cláudio Luiz Zanotelli, Doutor em Geografia. Contudo, esses ambos grupos de pesquisa não aparecem na lista organizada por Adorno (2002).

1.3. Levantamento de trabalhos sobre violência apresentados em eventos científicos na área da geografia

O levantamento de pesquisas sobre violência em trabalhos publicados e apresentados em eventos científicos de Geografia limitou-se aos primeiros anos da década de 2000, tendo em vista a possibilidade de acesso a esse material. Procedeu-se, para reunir as informações pertinentes, ao exame dos resumos publicados nos anais dos eventos (Cf. o ANEXO 02). Ressalta-se que não foi possível incluir o 9º Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado no México em 2003, porque a pesquisadora não participou do mesmo.

O objetivo deste levantamento foi conhecer como está ocorrendo a produção geográfica sobre a violência no Brasil, e os eventos científicos são uma forma apropriada para medir a intensidade e os rumos das pesquisas realizadas, uma vez que neles são abordados temas relevantes para o campo geográfico.

Escolheram-se, para a realização desse levantamento, os seguintes eventos: Encontro de Geógrafos da América Latina, Congresso Brasileiro de Geógrafos³ e Encontro Nacional de Geógrafos – pelo caráter amplo apresentado por eles, no que se refere às discussões realizadas, e por serem estruturados em eixos temáticos, cujas discussões são pertinentes ao campo da Geografia. Além disso, estes são eventos que promovem a

³ O Congresso Brasileiro de Geógrafos “[...] é o maior, o mais antigo e o mais expressivo evento da Geografia Brasileira” (VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS), realizado a cada 10 anos e, em 2004, por ocasião do 70º aniversário da Associação Brasileira de Geógrafos – AGB – foi realizado o VI Congresso Brasileiro de Geógrafos em Goiânia-GO.

participação de profissionais e estudantes de outras áreas do conhecimento, fator que permite um diálogo entre as mesmas, contribuindo, assim, para alavancar as argumentações sobre os diversos temas abordados.

Constatou-se, neste levantamento, que a violência é um tema pouco trabalhado pelos geógrafos brasileiros, se considerada a amplitude desses eventos em termos de participantes. Foram contabilizados 21 trabalhos, distribuídos da seguinte forma: Encontro de Geógrafos: quatro; Congresso Brasileiro de Geógrafos: sete; Encontro de Geógrafos da América Latina: 10.

1.4. Levantamento de teses e dissertações sobre violência, defendidas em Programas De Pós-Graduação em Geografia

Objetivou-se, com este levantamento, verificar quais abordagens sobre violência estão sendo realizadas pela Geografia brasileira, ou seja, quais os tipos de violência são estudados, e qual o tipo de enfoque feito. Alguns destes trabalhos fizeram parte do levantamento bibliográfico realizado.

Consultou-se, para isso, o Portal da Capes, utilizando-se os seguintes critérios: Nível: Mestrado e Doutorado; Palavras: violência, homicídio e criminalidade; Período: décadas de 1990 e 2000. Foram encontrados 17 trabalhos, sendo quatro teses de Doutorado e 13 dissertações de Mestrado (Cf. ANEXO 03).

A temática da violência aparece explícita no título de apenas duas teses de Doutorado; nas dissertações de Mestrado, em seis. As principais palavras-chave que aparecem nos trabalhos levantados nessa etapa são: violência, criminalidade, segurança, medo, Geografia Médica, Saúde e políticas públicas.

1.5. Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada nas seguintes instituições: Núcleo de Informação em Saúde (NIS), da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia; Polícia Militar de Minas Gerais; Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, a partir do Departamento de Informação do Sistema Único de Saúde (DATASUS); Fundação João Pinheiro (FJP); Coordenadoria de Defesa Social, da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Justiça e Cidadania; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.6. Seleção das variáveis

O objetivo desta dissertação é analisar a distribuição apenas dos homicídios consumados. Para tanto, as variáveis utilizadas foram selecionadas considerando-se sua utilidade e importância para o estudo. Foram coletadas em diferentes instituições, tal como foi apresentado na descrição anterior.

Algumas variáveis selecionadas estão disponíveis numa única fonte, a exemplo do local de ocorrência do homicídio, presente apenas no Boletim de Ocorrência – BO. Outras, por sua vez, podem ser obtidas em diversas fontes, tal como a idade, que geralmente é preenchida nos documentos relacionados à vítima. As variáveis *escolaridade* e *cor da vítima* são variáveis importantes na análise do homicídio; no entanto, apesar de sua importância, esses dados são pouco confiáveis.

Verificou-se que em 96% dos homicídios ocorridos em Uberlândia, em 2003, a escolaridade das vítimas foi ignorada. Como essa variável é importante para a análise do

homicídio, foi necessário identificar a escolaridade dos responsáveis pelos domicílios para, a partir disso, conhecer o grau de escolaridade dos residentes. Essa análise não revela a escolaridade da vítima, mas dos habitantes de um dado espaço urbano. Esse dado foi obtido no IBGE, a partir do *software* Statcart.

Dessa forma, utilizaram-se diferentes fontes de informação e, para cada variável escolhida, uma fonte foi priorizada. A escolha das fontes de onde algumas variáveis foram selecionadas baseou-se na metodologia utilizada por Gawryszewski (2002, p. 35): “Para aquelas que podem ser encontradas em vários locais, a informação que consta na Declaração de Óbito foi a escolhida”.

As variáveis escolhidas para a análise foram:

- **Homicídios:** idade, sexo, cor da pele, estado civil, escolaridade, local, dia da semana, horário da ocorrência e meio utilizado, além de renda. As seis primeiras variáveis foram extraídas do Banco de Dados do NIS, elaborado a partir de informações retiradas da Declaração de Óbito – DO. As demais, com exceção da renda, foram extraídas do Banco de Dados do COPOM (Cf. QUADRO 01), elaborado a partir do BO.

NR BO	DATA	HORA	NAT	DESCRIÇÃO	LOGRADOURO	NR	COMPLEMENTO	BAIRRO
37972	04/05/03	02:36:00	B04002	Homicídio consumado	Alameda Raul Petronilho Pádua	5	Mister Lanches	Granada
107085	09/12/03	02:27:00	B04002	Homicídio consumado	Avenida Nova Era	170	Bar/Mercearia	Joana Darc
'00078	03/01/03	16:21:00	B04002	Homicídio consumado	Estradas 455	36	Fazenda André Goulart	RURAL I
19350	05/03/03	18:36:00	B04002	Homicídio consumado	Rua São Paulo	390	...	Brasil
83825	27/09/03	11:29:00	B04002	Homicídio consumado	Avenida Rondon Pacheco (Impar – 91 CIA	5715	...	Brasil

QUADRO 01: Parte do Banco de dados da Polícia Militar com as ocorrências de homicídios consumados em Uberlândia durante o ano de 2003 (baseado nos Boletins de Ocorrência – BO).

FONTE: COPOM (2004).

- **Drogas:** tráfico, posse para uso, presos por tráfico e uso. Estas informações foram fornecidas pelo COPOM de Uberlândia para o período de 2000 a 2003.
- **Equipamentos urbanos:** unidades da polícia; Posto Integrado de Segurança e Cidadania; quadras esportivas, parques municipais. As informações sobre as unidades da Polícia Militar e os PISC's foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, Justiça e Cidadania de Uberlândia.
- **Renda** (do responsável pelo domicílio): sem renda, de 1 a 3 salários, de 5 a 10 salários e mais de 30 salários mínimos.
- **Escolaridade:** não alfabetizado, ensinos fundamental, médio e superior. Dados do censo demográfico de 2000, retirados do *software* Estatcart 1.2, produzido pelo IBGE.
- **Mortalidade:** os dados sobre as mortes da CID-10, bem como de outras Causas Externas (suicídio e acidentes de trânsito), além dos homicídios, foram extraídos do DATASUS.

As causas básicas de morte foram codificadas e agrupadas de acordo com a Décima Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). As causas básicas de óbito referentes às Causas Externas encontram-se no capítulo XX do CID-10.

A seguir, encontra-se o QUADRO 02, com uma síntese dos locais de onde essas variáveis foram extraídas.

1.6.1. Fonte dos dados

VARIÁVEL	FONTE				
	DO/NIS	BO/COPOM	PMU	DATASUS	IBGE
Sexo	X				
Estado Civil	X				
Local de ocorrência da morte	X				
Local de ocorrência do evento		X			
Meio utilizado	X				
Horário da ocorrência		X			
Dia da semana		X			
Drogas		X			
Escolaridade	X				X
Renda			X		
Mortalidade geral	X			X	
Demográficos			X		X
Saneamento básico					X
Tipo de domicílio					X
Equipamentos urbanos			X		

QUADRO 02: Síntese das variáveis e das fontes selecionadas para o estudo dos homicídios em Uberlândia.

FONTE: SANTOS (2005)

ORG.: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

O mapa de ruas (logradouros) e malha de bairros, utilizado para espacializar algumas dessas variáveis, foi disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia em meio digital em formato compatível com o *software* AUTOCAD 2000.

Os bairros integrados Mansões Aeroporto, Jardim Ipanema, Alto Umuarama, Morada dos Pássaros, Nossa Senhora das Graças, Santa Rosa, Bons Olhos e Jardim Inconfidência foram digitalizados no AUTOCAD, pois o mapa da Prefeitura ainda não estava atualizado com a nova delimitação dos mesmos após sua integração.

O Projeto Bairros Integrados foi estruturado pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes no final da década de 1980 e, em 1990, foi aprovado o primeiro bairro desse projeto, o Segismundo Pereira. A partir de 1992, a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano torna-se participante da elaboração das propostas para os futuros bairros. Existem, hoje, 64 bairros resultantes desse projeto.

Os Bairros Integrados são instituídos por meio de leis, e tal projeto tem por

objetivo racionalizar a quantidade de “bairros” existentes na cidade, por meio de critérios tais como homogeneidade de cada setor, limites naturais, características geográficas e de uso e ocupação do solo e sistema viário. O projeto visa criar, ainda, as condições para um estudo minucioso da atual malha urbana, propondo um sistema racionalizado da divisão do espaço, o qual facilita o trabalho dos órgãos públicos e das entidades privadas e orienta a população no que se refere à sua localização na cidade.

O propósito é contribuir com a estruturação da cidade, possibilitando um crescimento ordenado e uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes. O projeto é de suma importância, confirmado pelo IBGE, que utiliza os limites dos bairros integrados para a execução dos trabalhos censitários, oferecendo informações detalhadas das diversas áreas da cidade. A Empresa de Correios e Telégrafos e a de guia de ruas incorporaram em seu planejamento esse sistema para o endereçamento postal e o direcionamento na cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2005).

O mapa de setores censitários, utilizado para espacializar as informações relacionadas à escolaridade dos responsáveis pelo domicílio (não alfabetizado, ensino fundamental, médio e superior), foi disponibilizado pelo IBGE em CD-ROM, a partir do *software* ESTATCART (Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas).

1.6.2. Conceitos e Definições dados pelo IBGE para as variáveis selecionadas no Censo Demográfico 2000

1.6.2.1. Domicílio

Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a

servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência.

A separação fica caracterizada quando o local de habitação é limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas.

Quanto à espécie, classificou-se o domicílio *particular*, que é quando o relacionamento entre seus ocupantes realiza-se por meio de laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Diz-se domicílio particular permanente quando o mesmo é construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

1.6.2.2. População residente

A população residente constituiu-se pelos moradores em domicílios na data de referência. Considerou-se como moradora a pessoa que tinha o domicílio como local de residência habitual e que, na data de referência, estava presente ou ausente por período que não tenha sido superior a 12 meses em relação àquela data, por um dos seguintes motivos: viagens a passeio, serviço, negócio ou estudos etc., internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, visando facilitar a frequência à escola durante o ano letivo, detenção sem sentença definitiva declarada, internação temporária em hospital ou estabelecimento similar e embarque a serviço (marítimos).

1.6.2.3. Características das pessoas

a) Alfabetização: Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecia. Aquela que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu, e a que apenas assinava o próprio nome foi considerada analfabeta.

b) Idade: Foi calculada em relação ao dia 31 de julho de 2000. A investigação foi feita por meio da pesquisa do mês e ano do nascimento e, também, da idade da pessoa em 31 de julho de 2000, em anos completos ou em meses completos para as crianças de menos de um ano. Para a pessoa que não sabia o mês e o ano do nascimento, investigou-se a idade presumida.

c) Condição no domicílio: Pessoa responsável – para o homem ou a mulher responsável pelo domicílio particular permanente ou que assim era considerado(a) pelos demais moradores.

d) Rendimento nominal mensal: Considerou-se como rendimento nominal mensal da pessoa de 10 anos ou mais de idade, responsável pelo domicílio particular permanente, a soma do rendimento nominal mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

e) Salário mínimo: Para a apuração dos rendimentos, segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o valor que vigorava no mês de referência, que foi julho de 2000. O salário mínimo era de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais) ou US\$ 276,33.

1.7. Escolha das instituições

As informações relacionadas às mortes por homicídios são as mais confiáveis. Contudo, ainda existem problemas no que se refere à coleta de dados nas ocorrências policiais entre as diferentes instituições encarregadas de realizar esse processo. Em sua análise, não há como trabalhar com apenas uma instituição, pois nem todas levantam as informações necessárias ao estudo dos homicídios, sendo necessário selecionar as variáveis em diversos órgãos encarregados de registrar os dados referentes à ocorrência do crime.

Cada ocorrência policial corresponde um BO, que registra de forma abreviada o fato, apresentando informações tais como idade, sexo, profissão e endereço de vítimas, autores, testemunhas, além de objetos apreendidos, vestígios e produtos de crimes. É por meio do BO que se leva à autoridade de polícia judiciária a notificação da infração penal. Ele é, portanto, um instrumento importante para o inquérito policial e indispensável ao processo-crime a ser instaurado judicialmente (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1998).

Esta instituição citada declara que a maioria das intervenções é feita por meio de solicitações do público, e o fato é relatado em linguagem coloquial, sem nenhuma preocupação com tipificações de ordem legal. Eis alguns exemplos: “Aqui na rua Capim Branco há um indivíduo baleado” (Ocorrência xx de x/x/xx); “Meu irmão foi atingido por um disparo de arma de fogo, desferido por um indivíduo conhecido como Sael. Ele já foi socorrido” (Ocorrência xx de x/x/xx); “Aqui na Favela São José, um indivíduo conhecido por R.B.C. foi assassinado a facadas” (Ocorrência xx de x/x/xx).

Quando um homicídio ocorre, a primeira instituição a ser acionada geralmente é a Polícia Militar que registra a ocorrência e coleta informações sobre as circunstâncias nas quais o crime ocorreu, sobre o agente, quando esse pode ser identificado, e sobre a vítima, também quando é possível fazer o seu reconhecimento. O segundo passo é enviar o BO da Polícia

Militar à Polícia Civil, responsável pela parte investigativa do crime. Essa, por sua vez, encaminha o inquérito ao Ministério Público. Ocasionalmente, os homicídios podem ser notificados diretamente à Polícia Civil, que instaura um inquérito de investigação e dá prosseguimento da mesma forma.

Uma outra fonte de dados sobre homicídios é o SIM, implantado no Brasil desde 1975. O SIM é uma base de informações de atestados de óbitos nacional, da qual se obtém informações sobre homicídios a partir dos registros de mortes ocasionadas por Causas Externas. Veja o modelo do fluxo de informações da Justiça Criminal no QUADRO 03.

SEGMENTO ORGANIZACIONAL	PAPÉIS	PESSOAS
Polícia Militar	Ocorrências	Prisões
Polícia Civil	Inquéritos	Indiciados/implicados
Ministério Público	Denúncias	Denunciados/Acusados
Justiça	Processos	Condenados
Censo Penitenciário	...	Populações prisionais

QUADRO 03: Modelo de informações sobre os fluxos de produção da Justiça Criminal

FONTE: Indicadores Sociais de Criminalidade. Belo Horizonte; Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1987.

A disparidade dos dados produzidos por cada uma destas organizações em relação às outras é notável. A título de exemplo, o crime de homicídio, em princípio, estaria menos sujeito a variações na sua produção. Percebe-se, contudo, no QUADRO 04, que a situação não é bem esta. De 1991 a 1997, foram contabilizados pela PMMG, pela Polícia Civil e pelo Sistema de Informações de mortalidade os seguintes números de homicídios:

ANO	POLÍCIA MILITAR	POLÍCIA CIVIL	SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE
1991	231	312	308
1992	196	286	280
1993	197	293	274
1994	218	295	261
1995	235	321	373
1996	259	323	...
1997	271	326	...

QUADRO 04: Homicídios registrados em Belo Horizonte – 1991-1997.

FONTE: Fundação João Pinheiro, 1998.

Em 1991, por exemplo, a PMMG contabilizara 231 homicídios, a Polícia Civil, 312, e o SIM, 308. As discordâncias são bastante expressivas. Convém saber se elas estariam invalidando a base de dados. Uma primeira ponderação a ser feita tem a ver com a natureza das ocorrências atendidas pela Polícia Militar e pela Polícia Civil. A Fundação João Pinheiro (1998, s.l.) comenta que “[...] a Polícia Militar classifica como homicídios aquelas mortes verificadas no local do crime; a Polícia Civil, por sua vez, pode classificá-los várias horas ou dias depois da ocorrência, como resultado de um inquérito policial”. Sendo assim, tal diferença reflete as distintas funções que cabem a cada polícia no Brasil.

Sabe-se que a maioria dos homicídios no Brasil é provocada por armas de fogo e existe um problema quanto à coleta desse tipo de informação. Peres (2004) comenta que são poucos os pesquisadores que, ao estudarem a criminalidade no Brasil e, em especial os homicídios, abordam a contribuição das armas de fogo, pois há um problema quanto à baixa confiabilidade, validade e padronização na coleta de dados criminais, o que dificulta essa análise.

Beato Filho (2000) argumenta que são poucas as Secretarias de Segurança Pública que dispõem de departamentos de coleta de dados e análise estatística, assim como de tecnologia apropriada para tal. Outro problema é a inexistência de uma cultura de produção, disseminação e uso de informações para fins de planejamento.

Cano (2000), por sua vez, argumenta que a coleta de dados pelos agentes policiais parece ser considerada uma atividade burocrática e inútil, que se encontra fragilmente articulada ao seu trabalho cotidiano. Essa visão tem um efeito direto na qualidade dos dados coletados. Esse mesmo autor, ao analisar os dados produzidos pelos Departamentos de Polícia no Rio de Janeiro, identificou que os principais problemas que limitam a qualidade dos mesmos são a falta de padronização entre as categorias em diferentes anos, a duplicação de informações coletadas por diferentes departamentos de polícia, a falta de informações sobre características das vítimas, dos agressores e das atividades criminais, a falta de padronização nos procedimentos de coleta de dados e nas categorias utilizadas entre diferentes unidades e a sub-notificação.

A esse respeito, Cardia et al. (2003) falam que o mesmo evento pode ser categorizado de diferentes formas durante os procedimentos investigativo e judicial. Uma outra dificuldade encontra-se na utilização de informações policiais para monitorar atividades criminais no Brasil, pois os dados policiais publicados fornecem informações apenas sobre o número de eventos criminais, mesmo quando envolvem mais de uma vítima ou agressor. Desta forma, para um homicídio múltiplo, tal como uma chacina, registra-se apenas um evento no BO, independente do número de vítimas (CARDIA et al., 2003). Assim, Peres (2004) afirma que as referências sócio-geográficas dos departamentos de polícia não coincidem com outras áreas administrativas, o que dificulta o cálculo e a comparação de taxas.

O QUADRO 05, que será apresentado a seguir, descreve alguns trabalhos desenvolvidos sobre crime e violência no Brasil, e mostra quais fontes foram utilizadas, a descrição do tipo de dado, o tipo de informação trabalhada, tal como a quantidade de armas de fogo apreendidas, e apresenta uma descrição breve das principais dificuldades encontradas nas diversas fontes utilizadas:

FONTE	DESCRIÇÃO	TIPO DE INFORMAÇÃO	PRINCIPAIS PROBLEMAS
Dados policiais	Dados coletados por oficiais de Polícia relativos às atividades criminais.	- Atividade criminal - Armas de fogo apreendidas	- Sub-notificação; - Falta de Padronização; Duplicação de Informação; - Falta de informação sobre a arma utilizada, perfil da vítima e do agressor; - Cada Estado tem seu próprio procedimento de coleta de dados; - Dados brutos não disponíveis.
Dados de mortalidade	- Dados coletados pelas autoridades municipais de saúde a partir de declarações de óbito. - As mortes classificadas de acordo com a CID*- 9a e 10a revisões, são compiladas em uma base de dados nacional. Disponível pela Internet e em CD-Rom (banco de dados brutos)	- Todas as mortes notificadas ocorridas no país a partir de 1979. - Informação sobre características sociodemográficas das vítimas (sexo, idade, estado civil, ocupação, escolaridade), assistência médica, local, causa e circunstância da morte.	- Sub-notificação; - Falha nas informações sobre as características sociodemográficas das vítimas, assistência médica, local da morte; - Elevada proporção de causas externas de morte com intenção desconhecida.
Pesquisas de vitimização	Coleta de dados primários.	Prevalência de vitimização, posse e uso das armas de fogo, características das vítimas e dos agressores, notificação para a polícia, percepção pública, atitudes, normas e comportamentos relativos à violência, acesso à justiça.	- Problemas metodológicos tais como <i>bias</i> de informações e rememoração, amostragem e validade externa. - Prevalência não representa a vitimização ou posse de armas de fogo "reais".

QUADRO 05: Fonte de dados sobre crime e violência no Brasil.

FONTE: Peres (2004)

Nota: (*) Classificação Internacional de Doenças

Os problemas relacionados à comparação de dados coletados em diferentes estados são ainda maiores, uma vez que se utilizam diferentes categorias para classificar eventos criminais. Beato Filho (2000) comenta que, enquanto o Departamento de Polícia no Rio de Janeiro utiliza sete diferentes categorias para classificar crimes tais como o roubo, em Minas Gerais é utilizado 31, e em São Paulo, cinco categorias para o mesmo tipo de crime. Dessa forma, Peres (2004) afirma que não é possível fazer uma análise comparativa dos dados de forma temporal e espacial, e isso dificulta um diagnóstico nacional da violência criminal no Brasil, em termos de sua magnitude, distribuição, características das vítimas e dos agressores, bem como dos fatores de risco.

1.8. Análise de reportagens do Jornal Correio sobre segurança e violência

A pesquisa foi feita na seção sobre Segurança do Jornal Correio, e foram analisadas 130 reportagens do ano de 2003 desse jornal. Desse número, 28 estão relacionadas à Segurança Pública (prisões, julgamento e criminalidade geral); três referem-se à violência doméstica, que pode desencadear o homicídio; e 99 reportagens são sobre homicídios (tentativas e consumados).

Foi possível verificar, a partir desse levantamento, quais ações o Poder Público, sobretudo a Polícia Militar, têm realizado no sentido de combater e controlar a criminalidade na cidade de Uberlândia. A análise permitiu, também, identificar dados importantes sobre alguns dos homicídios ocorridos em 2003, a exemplo do sexo e da idade do agressor e da vítima, local de ocorrência do crime, meio utilizado para praticar o homicídio, o motivo que desencadeou o fato e o bairro de ocorrência.

1.9. Entrevistas

1.9.1. Entrevista com os moradores do bairro Luizote de Freitas e Morumbi

As entrevistas realizadas nos bairros Luizote de Freitas (Setor Oeste) e no Morumbi (Setor Leste) tiveram o objetivo de conhecer, dentre outras questões, o sentimento de medo vivido pelos moradores do bairro com relação às ocorrências de homicídio, como é a segurança pública no local e quais os crimes de maior incidência no bairro.

Escolheram-se, para a realização das entrevistas, dois bairros extremos da cidade de Uberlândia, onde as ocorrências de homicídio em 2003 foram as mais elevadas. Em cada um deles foram realizadas 10 entrevistas estruturadas que, segundo Marconi; Lakatos (2003),

o entrevistador segue um roteiro pré-estabelecido com perguntas pré-determinadas, durante a qual pode ser utilizado um gravador para registrar as falas.

1.9.2. Entrevista com agentes do PISC

1.9.2.1. PISC do bairro Morumbi (Anexo 04)

No PISC do Morumbi foram realizadas entrevistas com o Cabo Getúlio Vargas e o Sargento Aleqsandro Moreira Souza, ambos da Polícia Militar. A entrevista buscou coletar informações sobre os usuários do PISC (estado civil, sexo) e sobre quais são os principais crimes nos quais são gerados BOs.

Além disso, foi possível coletar informações sobre as principais causas dos homicídios ocorridos no bairro; sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD (no caso específico, o programa é desempenhado pelo Sargento Aleqsandro nas escolas do bairro); pôde-se ter acesso aos BOs gerados pelos policiais daquela instituição.

1.9.2.2. PISC do bairro Mansour (Anexo 05)

Escolheu-se o PISC do Mansour porque seu atendimento abrange os bairros do Setor Oeste de Uberlândia. Além das questões presentes na entrevista realizada no PISC do Morumbi, foram feitos questionamentos referentes à área de maior demanda pelos serviços, quais os bairros que mais procuram os serviços e para qual área (jurídica, social etc.) há mais encaminhamento do usuário.

1.10. Sistematização dos dados

Parte dos dados foi sistematizada em forma de tabelas, quadros, figuras e mapas e, para isso, foram feitos cálculos estatísticos de taxa bruta e porcentagem de homicídios para o total de ocorrências. Para cada dia da semana e horário foram realizados cálculos de porcentagem. Para o cálculo das taxas utilizaram-se os dados populacionais do Censo do IBGE do ano 2000.

Os horários foram estabelecidos em quatro intervalos de tempo: de meio-dia e um minuto às dezoito horas (12h01min às 18h00min); das dezoito horas e um minuto a zero hora (12h01min à 00h00min); de zero hora e um minuto às seis horas da manhã (00h01min às 06h00min); de seis horas e um minuto ao meio-dia (06h01min às 12h00min).

Para estimar o risco de ocorrência de um evento em pequenas áreas, existem alguns métodos de estimação, sendo o cálculo da taxa bruta o mais simples e usual, consistindo na razão entre o número de eventos ocorridos em uma área em um período de tempo e o número de pessoas-ano expostas à ocorrência desse evento na mesma área e período.

A Fundação João Pinheiro (1998) considera que um dos problemas mais comuns em pesquisa sobre criminalidade esteja relacionado à comparação da ocorrência de eventos entre diferentes populações ou na mesma população em diferenciados momentos no tempo. Se as populações fossem semelhantes em relação a fatores associados com a ocorrência dos eventos, não haveria problemas em comparar os números de casos entre as populações. Porém, as populações diferem em vários aspectos que afetam o número absoluto de ocorrências, mas não o risco subjacente que os habitantes de determinado espaço estão submetidos. O aspecto mais fundamental é seu tamanho: se uma população é o dobro de outra, esperam-se duas vezes mais ocorrências na primeira. Tal idéia leva à padronização mais

simples possível, pelo tamanho da população. Dessa forma, em vez de usar os números absolutos, usam-se taxas que são definidas como número de casos divididos pela população. Nos estudos sobre criminalidade, multiplica-se este número por 100 mil para se obter uma estimativa das ocorrências para cada grupo de 100 mil habitantes.

1.11. Organograma de desdobramento de um evento criminal

Todo evento criminal (acidentes, incidentes, incivildades, violências etc.) é encaminhado, primeiramente, para a Polícia Civil ou Militar, ou desta para a primeira. Cabe à Polícia Civil encerrar o fato, encaminhar para outros órgãos competentes ou gerar um Boletim de Ocorrência que, ao evoluir, se direcionará à abertura de um inquérito policial e, finalmente, ao processo. Vale ressaltar que muitos eventos são sub-notificados e, portanto, não passam por todo o processo descrito. Veja-se, a propósito, na FIGURA 01, o organograma de um evento criminal.

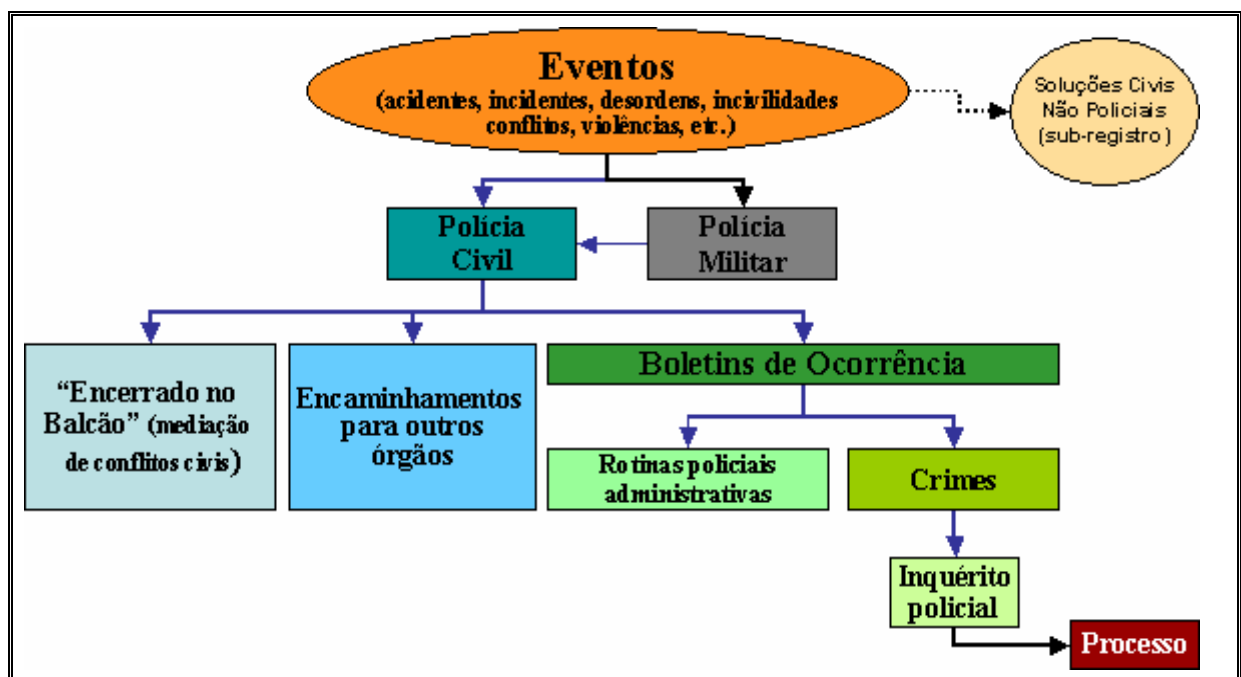


FIGURA 01: Organograma do desdobramento de um evento criminal.

FONTE: www.senasp.gov.br.

2. ESPAÇO URBANO E VIOLÊNCIA: uma contribuição geográfica

A violência está nas ruas, na imprensa, nos estudos científicos e nos bate-papos de esquinas. É uma preocupação cotidiana, especialmente dos moradores de áreas metropolitanas que, acuados por sentimentos de medo e insegurança, vêm exigindo cada vez mais medidas punitivas (aprovação da pena de morte) ou aplicando-as por si próprios (linchamentos) (FELIX, 2002, p.3).

2.1. Violência urbana: alguns conceitos

Houaiss; Villar (2001) afirmam que, etimologicamente, violência vem do latim, *violabilis*, e significa:

1. Qualidade do que é violento [...]. 2. Ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); Ato violento, crueldade, força [...]. 3. Exercício infinito ou discricionário ilegal de força ou de poder [...]. 7. JUR. Constrangimento físico ou moral, exercido sobre alguém para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; Coação (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2866).

Criminalidade, etimologicamente, também origina no latim, *criminalis*, relativo ao crime, ao julgamento e, para a jurisprudência, é a

[...] 2. caracterização ou estilo de que ou do que é criminal, criminoso, criminoso; caracterização ou qualificação de um crime; 3. Circunstância que envolve um ilícito penal distinguindo-o como transgressão, ato imputável e punível [...] (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 869).

Morais (1990) afirma que a urbanização, acelerada pelo processo capitalista, criou um ambiente propício à violência. Não se pode mais falar em segurança. A vida na cidade grande é marcada por riscos a todo instante. É algo inevitável. E acrescenta que a violência urbana produz disfunções no organismo que tendem a gerar situações de constrangimento às pessoas, posto que provoca a hipotensão e o medo, criando uma cadeia de outros sintomas que se instalam simultaneamente a esses. E, a partir disso, gera-se um sentimento de fraqueza

física (astenia), náuseas, dores de cabeça.

O autor supracitado comenta que “O medo gerado pela violência tem sido ‘o pão de cada dia’ do cidadão brasileiro”, e apresenta o medo como um fator que faz parte do cotidiano da população brasileira, que gera um sentimento de fraqueza física e psíquica, com implicações na saúde coletiva. E, ao afetar a saúde, Minayo (1997) diz que a violência ameaça a vida, produz enfermidades e provoca a morte como realidade ou possibilidade próxima.

Tal como afirma Francisco Filho (2004), a violência participa cada vez mais dos temores de quem habita as cidades, proporcionando um comportamento no qual o medo ocupa o topo de suas inquietações. Nas palavras deste autor,

Viver a cidade, hoje, é viver o medo, a incerteza de chegar em casa ao final do dia, se nossos filhos voltam ilesos depois de se aventurarem pela cidade, seja em busca de divertimento, ou de conhecimento. Conhecer essa realidade, entender como esse processo nasce, se desenvolve e se espacializa nas nossas metrópoles é de grande importância, pois sem isso estaremos fadados a viver em espaços cada vez mais segregados, fechados dentro de uma realidade que não vai além dos muros e das cercas eletrificadas (FRANCISCO FILHO, 2004, p. 1).

A violência é, portanto, um fenômeno complexo que envolve causas múltiplas e apresenta várias definições. Sua compreensão requer uma abordagem interdisciplinar que busque teorizá-la e entendê-la a partir da análise dos diferentes questionamentos realizados pelas diversas áreas do saber científico. A esse respeito, Santana (2004, p. 22) afirma que “A multicausalidade é uma característica inerente à violência, o que significa que uma variedade de fatores suficientes e/ou necessários produzem tanto efeitos similares como diversos. Por esta razão, é importante investigar esses diversos fatores”. Dentre esses fatores, encontra-se a pobreza, geradora de situações favoráveis ao desenvolvimento da violência em determinados espaços. Sobre isso, Santana (2004, p. 26) diz o seguinte:

Estudos em países industrializados têm documentado relacionamentos significativos entre pobreza e violência social. Portanto, é plausível acreditar que na região das Américas, a pobreza é um fator de risco para a violência, não porque os pobres sejam mais agressivos por natureza, mas, pelo contrário, porque a pobreza é por si só prejudicial e conduz a vários outros fatores de risco que estão associados à violência.

Santana comenta que estudos relacionados à variação de taxas de homicídios ou de violência, desenvolvidos em alguns países, constataram que há uma ligação entre desigualdade de renda, violência e saúde, “[...] ou seja, tem sido constatado que quanto maior a desigualdade de renda, tanto mais violenta e menos saudável é a sociedade” (SANTANA, 2004, p. 26). E ainda: “Áreas com altas taxas de crimes tendem a exibir altas taxas de mortalidade por todas as causas, sugerindo que crime e estado de saúde da população têm a mesma origem social” (SANTANA, 2004, p. 28).

Dentre os fatores citados de risco à violência pelo referido autor, os mais frequentes, que muitas vezes podem servir de mediadores ou modificadores da dinâmica social, são taxas de desemprego e subemprego, pobreza, privação econômica, desorganização social e frustração entre grupos específicos da população, que podem provocar a desintegração social e familiar.

A violência é um fenômeno cujas causas são múltiplas e, para compreendê-la, Santana propõe que se faça uma análise de variáveis sócio-econômicas e ambientais, com o intuito de buscar elementos que possam estar relacionados a fatores de risco e predisposição a atos violentos. A partir disso, o autor realiza indagações importantes: “[...] como os fenômenos socioeconômicos e ambientais sob diversos níveis e em diferentes momentos interagem com as características do indivíduo no grupo populacional em que vive e determina a magnitude do risco de morrer por morte violenta?” (SANTANA, 2004, p. 14). O referido autor comenta também que espaços tais como a casa, a escola e a rua modelam o comportamento violento, pois uma das primeiras oportunidades que o indivíduo tem para tornar-se agressivo é aprendendo e imitando o comportamento agressivo dos pais, de outros membros da família e, com frequência, por meio da televisão e outras mídias.

Peralva (2000, p. 73) ressalta que a violência no Brasil começou a aumentar a partir da década de 1970, mas foi no período de 1980 “[...] que acelerou o crescimento das

taxas de homicídios, atingindo patamares até então desconhecidos e combinando-se a outras formas de violência múltiplas e fragmentárias”. A autora utiliza quatro eixos interpretativos para explicar o crescimento da violência no Brasil: continuidade autoritária, desorganização das instituições, pobreza e mudança social.

A continuidade autoritária baseia-se na noção de “autoritarismo socialmente implantado”. Por meio desta continuidade autoritária explicava-se o emprego de métodos violentos pela política, a prática de extermínio e o recurso a métodos de justiça ilegal.

No segundo eixo – denominado *Desorganização das instituições* – a autora destaca que tal fenômeno ocasionou graves violações dos direitos do cidadão e permitiu a diversificação de práticas criminosas envolvendo diretamente a polícia, que se beneficiava de cobertura institucional.

A pobreza, representada no terceiro eixo interpretativo, é uma questão ainda contraditória na análise da violência. Peralva (2000) afirma que, ainda que as ciências sociais se recusem a estabelecer qualquer relação de causa e efeito entre pobreza e violência, elas sempre tiveram dificuldade em fazer valer seu ponto de vista diante de constatações simples: “A geografia das mortes violentas, que se concentram nas periferias pobres e não nos bairros ricos; a geografia das intervenções policiais, ou a população das prisões, que sugerem que a associação entre crime e pobreza é incontornável” (PERALVA, 2000, p. 81).

O quarto eixo interpretativo está relacionado com o impacto trazido pela mudança social. A autora destaca que a mudança desfaz e cria vínculos e que, no intervalo desse processo, a violência tem chances de aparecer. A mudança no mundo do trabalho, vivenciada pela população brasileira na década de 1980, juntamente com a crise econômica desse período, foi um fator que possibilitou o desencadeamento de atos violentos, sobretudo nos grandes espaços urbanos. Pelo fato de ter ocorrido certa desestabilização na oferta dos empregos, muitos conflitos advieram desse processo e, juntamente com eles, outras questões

relacionadas diretamente à vida cotidiana e às relações sociais que sofreram mudanças devidas, principalmente, à migração, que proporciona a quebra de vínculos e de relações de vizinhança.

Sobre a violência na década de 1980, Maricato (1996, p. 77) afirma que o crescimento dos homicídios e latrocínios, roubos, seqüestros e assaltos foi tão alarmante que se impõe como evidência, pois passou a fazer parte da experiência pessoal cotidiana, “[...] não apenas como assunto dos que têm muito a perder, mas também e sobretudo dos que têm apenas a própria vida”.

A violência tem adquirido um caráter endêmico e se converteu em um problema de saúde pública em vários países: esta é a afirmação da Organização Pan-americana de Saúde – OPAS (1990), realizada em um relatório publicado em 1993, centrado na violência no mundo. Tal agravo é considerado um transtorno para a saúde pública porque as seqüelas advindas de atos violentos são, geralmente, irreversíveis para a saúde do indivíduo, quando não levam à morte. Além disso, os gastos com internações e com seqüelas permanentes são elevados para o Estado.

Mello Jorge (2004) ressalta que as causas da violência são, em maior ou menor grau, passíveis de prevenção. Isso demonstra que a mesma pode ser evitada ou diminuída a partir de políticas de intervenção eficazes, implementadas nos espaços onde sua incidência é mais elevada.

Uma preocupação surge na sociedade brasileira quando se começa a perceber, conforme a fala de Zaluar (1996, p. 103), que “O Brasil não é mais um país com altas taxas de mortalidade infantil devido a doenças. O Brasil é hoje famoso no mundo por causa das mortes violentas que atingem crianças e adolescentes”. Reverter essa situação não é uma tarefa fácil, pois a violência já faz parte do cotidiano da população que habita as cidades, e influencia a conduta das pessoas quando estas escolhem morar em condomínios que dizem haver mais

segurança, ou, tal como afirma a autora referida, o espaço físico é modificado pelos efeitos da insegurança e do medo, com “[...] muros altos, grades, fechaduras, alarmes e cadeados” (ZALUAR, 1996, p. 108). E, ainda:

A violência urbana está nas ruas e nos jornais diários. Está no rádio, na televisão e nas nossas preocupações cotidianas. No entanto, não somos atingidos por essas diferentes fontes de informação sobre a violência da mesma maneira, e isso se reflete nas nossas concepções acerca dela. A classe social a que pertencemos, o local onde moramos, o jornal que lemos, o programa que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do local onde moramos constituem e compõem o modo como vivenciamos e pensamos a violência (ZALUAR, 1983, p. 251).

O Relatório Nacional de Violência por Armas de Fogo no Brasil, coordenado por Peres (2004), e com suporte técnico da Organização Mundial de Saúde (OMS), destaca que é expressiva a produção acadêmica sobre a violência no Brasil, sobretudo a partir do final da década de 1980, mas que são poucos os estudos que abordam a contribuição das armas de fogo nesse processo. Afirma, ainda, que grande parte dos estudos realizados tem uma divulgação restrita aos meios acadêmicos, não atingindo aqueles que trabalham para a redução e o controle da violência, seja na implantação ou na formulação de programas e políticas públicas. Peres (2004, p. 8) relata que:

Os resultados apresentados neste relatório demonstram que a violência por armas de fogo é um fator problema relevante no Brasil, que atinge sobretudo a população jovem dos centros urbanos. O tráfico de armas e drogas, fonte de suprimento de armas ilegais usadas em atividades criminais, a falta de perspectiva das populações jovens, em um contexto marcado pelo desemprego e por abismos sociais, vêm contribuindo para o crescimento da violência e da criminalidade urbana no País.

Assim, percebe-se que há diferentes formas de violência, e que ela não atinge a todos com a mesma intensidade. Há, porém, uma diferença na vitimização causada pela violência quando se faz referência ao sexo, faixa etária, condições sócio-econômicas e características físicas e sociais do espaço habitado. Conhecer esses determinantes e a sua dinâmica é um dos caminhos possíveis a serem utilizados na intervenção sobre os espaços da violência e sobre suas características epidemiológicas, mas este não é o único caminho, pois,

tal como afirma Nunes (1999 apud MINAYO, 1999, p. 24): “Dela podem se fazer várias cartografias, mas os seus desdobramentos vão além das suas delimitações espaciais e epidemiológicas”.

2.2. OS homicídios no Brasil: uma caracterização

Porque de dentro, do coração dos homens, é que procedem os maus pensamentos, a prostituição, os furtos, os homicídios (BÍBLIA SAGRADA, Marcos 7, v. 21).

O homicídio é um fenômeno universal, que vem atingindo patamares cada vez mais elevados nas últimas décadas, conforme assinalado anteriormente. À medida que as cidades se expandem, surge, concomitantemente a esse processo, um distanciamento entre as pessoas e rompem-se os laços de solidariedade, permitindo o surgimento de situações que predisõem à violência homicida.

Cada vez mais, o perfil da população que tem sido acometida pelas mortes violentas, ocasionadas pelos homicídios, volta-se para jovens do sexo masculino, e essa é uma realidade mundial. Dimenstein (1996) comenta que estudos sobre a relação de risco das populações colombianas referentes aos homicídios revelaram que as vítimas e os agressores tinham entre 16 e 24 anos, e que as mortes eram acometidas, sobretudo, por armas de fogo, nos finais de semana e à noite, estando as vítimas e os agressores sob o efeito de bebida alcoólica ou drogas.

O local de moradia das vítimas caracterizava-se por bairros sem policiamento e a maioria era desempregada. A partir desse diagnóstico, tentou-se desarmar os jovens, proibir a bebida depois de determinado horário e lançar programas para a geração de renda. Dessa forma, constatou-se que as taxas diminuíram. Em 1990, por exemplo, a taxa de violência

registrada na Colômbia era de 80/100.000 habitantes; em Cali, chegou a 100/100.000 habitantes e em Medellin, 350/100.000 habitantes. Esses números fizeram da Colômbia o país mais violento da América Latina, chegando a conquistar a posição de país mais violento do mundo atualmente.

A tendência ao aumento dos homicídios no Brasil vem sendo observada desde o início da década de 1980. Entre essa década e o ano 2000, 600 mil pessoas foram assassinadas no Brasil, o equivalente a uma média de 30 mil pessoas por ano, é o que diz Mota (2004), comentando alguns dados presentes no Relatório do IBGE sobre a criminalidade no Brasil. Esse autor destaca que o crescimento da taxa de homicídios nesse período foi de 130%. Um fator preocupante é que, no ano 2000, 57,1% das mortes por homicídio atingiu jovens do sexo masculino, com idade entre 15 e 24 anos, o que reduz a expectativa de vida da população nesse grupo etário.

Pesquisas revelam que o risco de assassinato no Brasil é de 87% maior para negros do que para pessoas brancas (MONKEN, 2004). Para chegar a esse resultado, o autor citado afirma que os pesquisadores relacionaram as taxas de vitimização de brancos e negros por 100 mil habitantes no ano 2000. Essa taxa é calculada a partir do número de vítimas por cor da pele dividido pelo total de população de cada cor. O autor comenta que a taxa de homicídios de negros com idades entre 15 e 24 anos é 74% maior do que de brancos na mesma faixa etária.

O número de homicídio entre mulheres é pequeno se comparado ao de homens, e isso vale tanto para brancos quanto para negros. De cada 13 vítimas negras, apenas uma é mulher. Por conseguinte, entre os brancos, de cada 12 mortos, apenas um é do sexo feminino. A pesquisa citada indica que as maiores taxas de homicídio por 100 mil habitantes, independente da cor, concentram-se entre jovens com 24 anos de idade. Destaca-se, ainda, que a taxa de negros mortos nessa idade é sete vezes maior do que a taxa registrada para

pessoas negras com 60 anos de idade. Uma explicação levantada na pesquisa do IBGE diz que o risco de negros serem mortos é maior do que o de brancos porque há mais pessoas dessa cor vivendo em áreas de situação de perigo, onde as taxas de violência são altas, e outros fatores tais como a droga e as armas estão presentes. A pesquisa ressalta, também, que as taxas de homicídios são mais elevadas entre os solteiros, pois estes se expõem mais. Assim, afirma-se que 17.291 solteiros não seriam mortos se a taxa fosse igual à dos casados. Fazer parte de uma religião e pertencer a uma família estruturada são fatores que, segundo a pesquisa, diminuem a exposição a situações de risco.

Gawryszewski; Mello Jorge (2000) comentam que entre 1979 e 1999 ocorreram 16.463.697 mortes por todas as causas no Brasil. Destas, as causas externas representaram 2.016.571, ou seja, 12% do total de todas as mortes. Os homicídios, por sua vez, foram responsáveis por 564.534 óbitos, o equivalente a 28% de todas as mortes violentas que, segundo os autores citados, representaram 27 mil pessoas por ano e cerca de 118 por dia.

Em todas as regiões brasileiras verifica-se que, tanto a mortalidade masculina por homicídio quanto a feminina apresenta crescimento estatístico significativo. Souza et al. (2002) comentam que, no Brasil, entre 1980 e 2000, houve um crescimento de 120% dos homicídios entre indivíduos do sexo masculino e de 82% para o sexo feminino. A região Sudeste sempre apresenta os maiores índices: entre 1998 e 2000, registrou-se uma taxa de homicídios de 69,18/100.000 habitantes para o sexo masculino e 5,65/100.000 habitantes para o feminino. Esses autores validam o argumento de que do total de 45.343 vítimas de homicídios registradas em 2000, 34.973 tinham entre 15 e 39 anos, representando quase 70% do total de ocorrências.

Ao analisar os homicídios de acordo com as Unidades da Federação (UF), Souza et al. (2002) constataram que no ano 2000, as taxas mais elevadas foram registradas em Pernambuco (54/100.000 habitantes), Rio de Janeiro (51/100.000 habitantes), Espírito Santo

(46/100.000 habitantes) e São Paulo (42/100.000 habitantes).

Souza et al. (2002) fizeram o cálculo da variação percentual da mortalidade por homicídios segundo Ufs em relação à taxa média nacional (27/100.000 habitantes), e chegaram à seguinte constatação: na região Norte, Roraima, Rondônia e Amapá ficaram acima da média nacional, respectivamente 50,1%, 26,5% e 22,5%; no Nordeste apenas o Pernambuco fica muito acima da média (102,2%) e, no Sudeste, somente Minas Gerais ficou abaixo. No Sul, Santa Catarina está 70% abaixo da média nacional; e no Centro-Oeste, com exceção de Goiás, todas as UFs estão acima da média nacional.

Vale ressaltar que Minas Gerais, estado da espacialidade em estudo, não aparece entre os cinco estados com a maior taxa de ocorrência de homicídios por 100 mil habitantes em 2000 (SOUZA et al., 2002). O Plano de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (2000), por exemplo, ao analisar a criminalidade violenta em Minas Gerais entre 1986 e 1999, constatou que o comportamento dos crimes violentos contra a pessoa (homicídio, homicídio tentado e estupro) tem apresentado uma tendência de estabilidade em suas taxas durante esse período. As taxas de homicídio oscilaram entre 9,0 e 12/100.000 habitantes. Mas o Plano ressalta que alguns municípios têm apresentado tendência de crescimento na incidência desse crime, neste mesmo período. Belo Horizonte, por exemplo, quase duplicou sua taxa entre 1986 e 1999, atingindo um patamar superior a 18/100.000 habitantes. Destaca-se que algumas regiões de Minas Gerais concentram altas taxas de homicídios, como o Vale do Rio Doce, Vale do Rio Mucuri e região Noroeste, em oposição às baixas taxas dos municípios situados no Sul do estado.

Na FIGURA 02 pode ser visualizada a distribuição dos homicídios segundo as regiões de Minas Gerais.

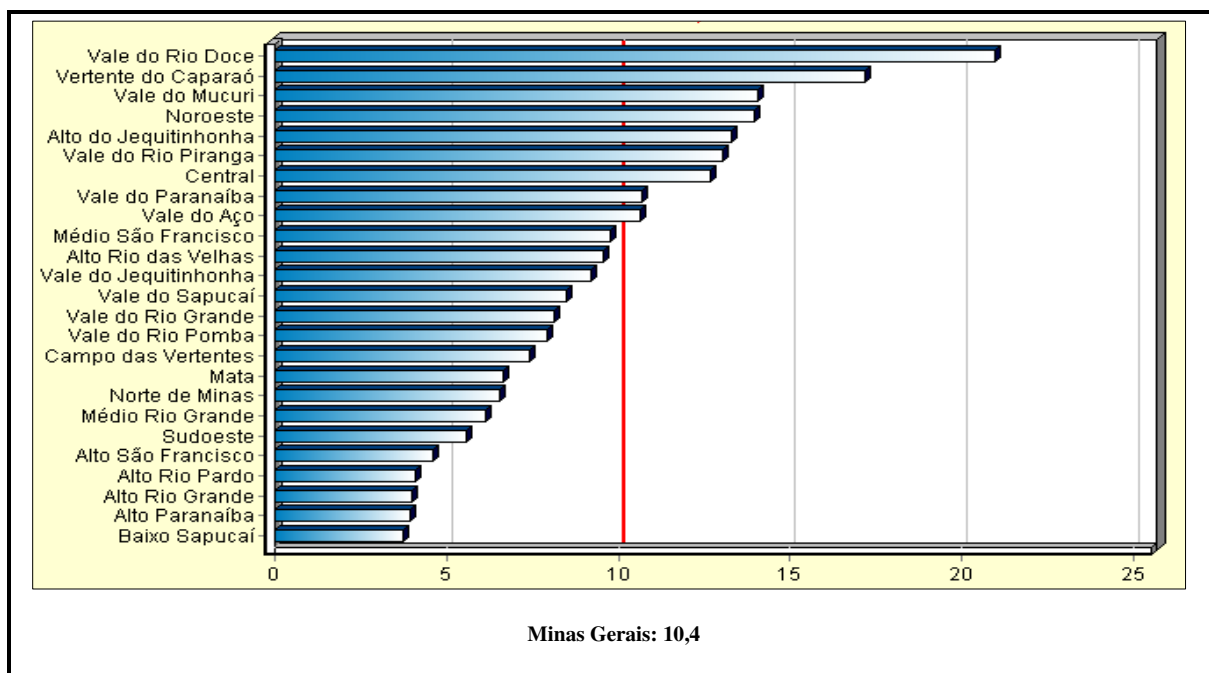


FIGURA 02: Minas Gerais. Taxa bruta de homicídios (por 100 mil habitantes), segundo regiões - 1997.

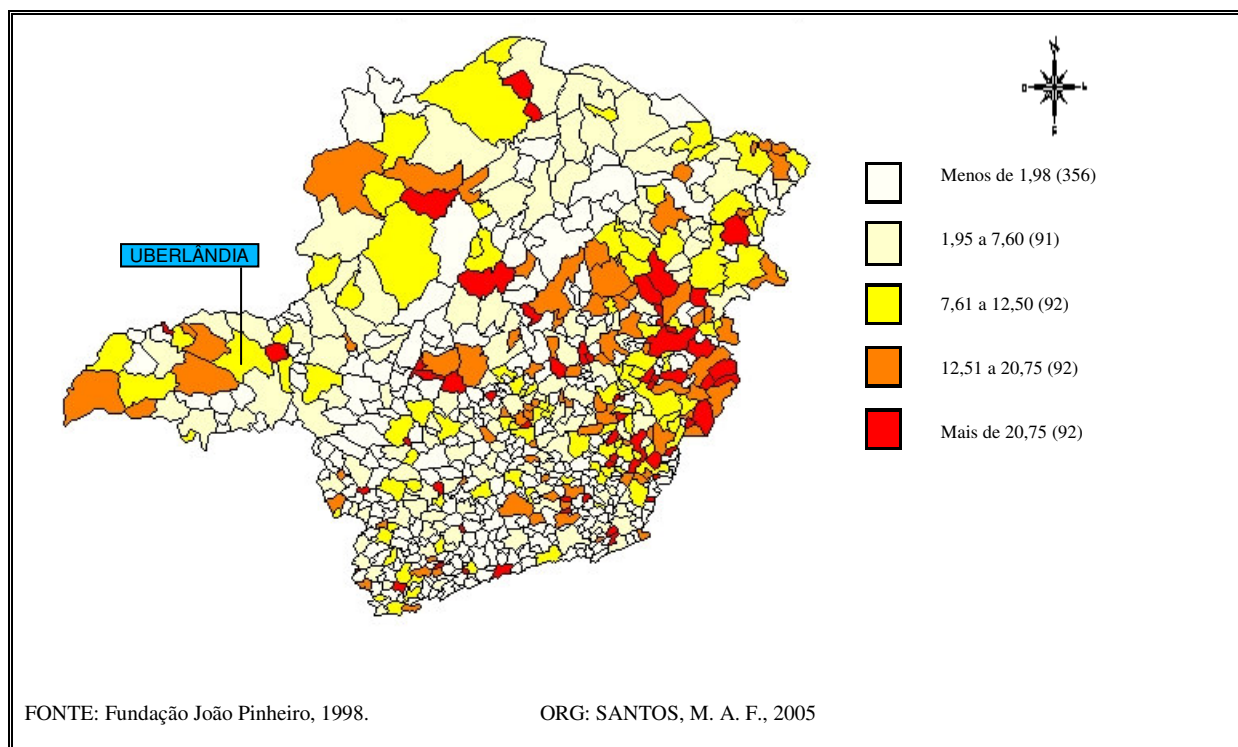
FONTE: Fundação João Pinheiro, 1998.

Rocha (2003), ao analisar a distribuição dos homicídios em municípios de Minas Gerais, entre 1991 e 1998, constatou que a densidade populacional está diretamente correlacionada com a maior presença de homicídios. E com relação à distribuição espacial, verificou que as maiores ocorrências se concentraram desde o Triângulo Mineiro até o Rio Doce, passando pela Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Alguns municípios mineiros se destacaram pelo aumento do homicídio, sendo eles Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, na RMBH, além de Governador Valadares, Ituiutaba e Uberlândia. Outros apresentaram diminuição: Carangola, Caratinga, Itabira, Itajubá, Nanuque e Paracatu.

Ressalta-se que há uma variação dos dados de homicídios entre as instituições que tratam dessa questão. A título de exemplo, em 1997, ocorreram três homicídios (0,82/100.000 habitantes) no município de Uberlândia, segundo o DATASUS (2005). Entretanto, a Fundação João Pinheiro (1998) apresenta em seus dados 56 homicídios (12,34/100.000 habitantes, Cf. MAPA 04). Este é mais um problema quando se pretende analisar ou comparar

os dados de homicídios entre os municípios brasileiros. Trata-se de mais uma questão que precisa ser trabalhada com veemência, buscando-se padronizar a coleta de informações nas diferentes instituições que a realizam.



MAPA 04: Minas Gerais. Taxa bruta de homicídios (por 100 mil habitantes), segundo municípios - 1997.

Uma das causas apresentadas pelo Plano de Segurança (2000) para a distribuição diferenciada dos homicídios nos municípios mineiros entre 1986 e 1999 está relacionada com o tráfico de drogas. Pelo fato de ser uma atividade comercial considerada ilegal, as relações sociais estabelecidas para sua efetivação – seja entre usuários e traficantes ou mesmo entre os próprios traficantes – são reguladas pelo uso da força física. O tráfico de drogas é, portanto, um fenômeno que provoca o desencadeamento de outros fatores que predispõem os indivíduos ao homicídio – o uso de armas de fogo é um exemplo. Assim, o Plano de Segurança Pública de Minas Gerais (2000, p. 8) comenta algo importante ao afirmar que não é coincidência, portanto, que a propagação do tráfico nas principais cidades de Minas Gerais

esteja associada “[...] à proliferação do uso da arma de fogo e, conseqüentemente, à incidência maior de homicídios, que vitimizam principalmente os jovens pobres na faixa etária de 15 a 24 anos”.

Lima (2002) declara que a literatura internacional especializada sobre homicídios identifica cinco grandes tendências explicativas para esse tipo de crime.

A primeira está relacionada com as obras *psiquiátricas*, que tratam os autores dos crimes como pessoas que apresentam distúrbios de personalidade.

A segunda tendência refere-se aos crimes cometidos em legítima defesa. Segundo Abel (1987 apud LIMA, 2002, p. 72), esses crimes possuem características regulares, dependendo do grupo no qual são cometidos. Variáveis como “sexo, cor da pele e idade são importantes na causalidade desse tipo de homicídio”.

A terceira tendência explica os homicídios, partindo do termo *subcultura da violência*, sendo o meio social o fator que condicionaria a ação do indivíduo, determinando ou não a ocorrência de homicídios. Nessa abordagem, o homicídio não é tomado como um comportamento irracional, mas é visto como um ato racional característico do meio social no qual a vítima e o agressor vivem.

A quarta tendência identifica um tipo de relação social em que vítima e agressor estariam jogando com suas próprias vidas, em um processo de recíprocas ameaças e provocações, com o objetivo de medir forças entre ambos.

A quinta e última abordagem sobre os homicídios, identificada na literatura internacional, relaciona esse evento a frustrações e agressões advindas da iniquidade econômica, da exclusão e da pobreza. O homicídio seria uma reação violenta às carências presentes no cotidiano da sociedade, em especial de grupos minoritários.

Lima (2002) argumenta que, devido às múltiplas explicações para os homicídios, há uma necessidade de se aprofundar no estudo desse fenômeno, que não está contido numa

única tipificação criminal e casual. O autor destaca ser importante analisar até que ponto o homicídio estaria indicando características múltiplas da forma como a sociedade se organiza e como seus conflitos são mediados. Assim, deve-se discorrer sobre como o homicídio é apropriado e compreendido pelas Ciências Humanas em geral, identificando características específicas da realidade brasileira, para então se obter uma compreensão mais ampla dos processos sociais relacionados.

O conhecimento acerca dos homicídios ainda é pequeno, e isso dificulta as políticas e ações preventivas (SOUZA, E., 1994). Não existe algo concreto sobre sua real prevalência, já que existem falhas nas informações sobre a incidência, pois os dados não são confiáveis o suficiente para informar sobre o tipo de arma de fogo utilizada, as circunstâncias do evento, os agressores e outros fatores. Mas, apesar dessas falhas, o homicídio é o tipo de crime que tem maior cobertura e menor instabilidade nos dados.

Borges; Soares (2003) destacam que os dados sobre homicídios devem ser analisados criteriosamente, pois os meses não têm o mesmo número de dias, feriados e dias de fim de semana, e isso pode ser responsável pelo aumento ou redução das ocorrências.

Pesquisas realizadas no Rio de Janeiro revelaram que os fins de semana (das 18:00 h da tarde de sexta-feira às seis da manhã de segunda-feira) apresentam níveis de violência por homicídios, acidentes de trânsito e afogamento mais altos do que nos outros dias. Isso acontece, também, em outros países. Conforme os autores citados anteriormente, “Em alguns lugares, o aumento começa na quinta-feira e, em quase todos, o período menos violento é de segunda-feira ao meio-dia até quinta-feira às dezoito horas” (BORGES; SOARES, 2003, p. 23). A explicação para isso é que a violência é um fenômeno social e tais flutuações são resultantes da organização da vida cotidiana: dedica-se à escola e ao trabalho de segunda a sexta-feira; nos fins de semana há uma exposição maior a situações de risco, tais como dirigir em estradas, ingerir maior quantidade de bebida alcoólica, ficar mais tempo nas

ruas à noite, ir a lugares onde há mais jovens. Esse comportamento, tal como afirmam Borges; Soares (2003, p. 28), “[...] diminui a proteção decorrente de certas atividades e instituições como ir à escola, trabalhar em ambientes de baixo risco, passar a noite em família”.

No Rio de Janeiro, estudos revelam que a média diária dos homicídios cai de fevereiro a março, de março a abril, e continua diminuindo até os meses menos violentos, para começar a crescer outra vez a partir de outubro. Borges; Soares (2003) declaram que a média aumenta mais rapidamente de novembro a dezembro, de dezembro a janeiro e, sobretudo, de janeiro a fevereiro. Os autores citados acrescentam que essa tendência não é observada em todos os países, nem em todos os estados do Brasil, e não apresentou sempre a mesma intensidade no Rio de Janeiro.

Conhecer esta tendência, bem como o perfil das vítimas dos homicídios, e também as características dos espaços mais violentos, ajuda a elaborar estratégias de combate e controle desse fenômeno que tem trazido inquietação e medo à sociedade mundial.

2.3. Contribuição geográfica ao estudo da violência urbana

2.3.1. A Escola de Chicago

O estudo da violência no espaço urbano, tido como um reflexo das mudanças ocorridas na ordem econômica, demográfica e espacial, não é recente. Importantes trabalhos de cunho sociológico foram realizados pela Primeira Escola de Chicago, que vigorou entre 1915 e 1940, e desenvolveram a Teoria da Ecologia Humana, de Robert Park, e a Teoria das Zonas Concêntricas, de Ernest Burgess (FREITAS, 2004), conceitos que serão comentados no decorrer deste trabalho. Tais estudos tiveram como área de análise a cidade de Chicago, nos

Estados Unidos, cuja caracterização será realizada a seguir.

A expansão das cidades americanas no século XIX foi um processo que decorreu da intensa industrialização, gerando profundas modificações no espaço. Freitas (2004) comenta que nesse momento foi visível o surgimento de novos fenômenos sociais que trouxeram mudanças de ordem econômica, demográfica e espacial, bem como alterações nos costumes e nas formas de interação e controle social. O contexto social, surgido a partir dessas mudanças, criou, igualmente, profundas desigualdades sociais, que foram propícias ao surgimento de desvios de conduta, sendo muitos destes caracterizados como crimes.

Eufrásio (1999) argumenta que, no período de 1850 e 1890, Chicago tornou-se uma grande cidade, com mais de 1.000.000 de habitantes – a segunda maior do país, perdendo apenas para Nova Iorque. Contudo, 40 anos depois, Chicago cresceu três vezes, atingindo, em 1930, aproximadamente 3.400.000 habitantes, pois recebeu, nesse período, migrantes de outros estados americanos, bem como de outros países, sobretudo da Europa.

Freitas (2004) diz que o crescimento acelerado de algumas cidades americanas, nesse período, contribuiu para tornar mais difíceis as condições de vida dos imigrantes e migrantes, sendo a moradia um dos maiores problemas para grande parte da população. Assim, o espaço urbano tornou-se, conforme o autor citado, um local de interações sociais que romperam com os instrumentos tradicionais de controle social. As instituições que outrora mantinham a ordem social – igreja, escola, família – passaram a sofrer influência da desestabilização da vida nas cidades, sendo, portanto, modificadas consideravelmente.

As mudanças ocorridas na organização e na distribuição da população afetaram os laços de vizinhança, que foram atingidos pela impessoalidade e pelo anonimato das relações sociais urbanas. Nesse período, Freitas (2004) afirma que Chicago enfrentava diversos problemas sociais: altas taxas de criminalidade, delinquência, prostituição, corrupção e alcoolismo. O autor citado explica que a mistura de culturas, aliada às condições de vida do

momento, contribuíram para o aumento da criminalidade, fazendo com que Chicago atingisse, em 1920, o título de campeã mundial do crime organizado. Ele se refere a Chicago como a

[...] cidade dos imigrantes, dos migrantes, da indústria, das oportunidades, da diversidade e do caos. Chicago da rebeldia, das gangues, do crime organizado, de Al Capone, dos movimentos sociais, das greves, do Primeiro de Março. Chicago, cidade da Atenas do meio-oeste: a Universidade de Chicago (FREITAS, 2004, p. 48).

Nesse contexto social, vivenciado pela cidade de Chicago, vários estudos foram desenvolvidos por alunos e professores da Escola de Sociologia da Universidade de Chicago – a “Escola de Chicago” – pesquisas que tinham por objetivo compreender o crime e a delinquência no meio urbano. Freitas (2004) destaca que a obra da Escola de Chicago teve uma grande influência entre os anos de 1920 e 1930, principalmente devido aos trabalhos que estabeleceram relação entre a organização do espaço e a criminalidade. A partir dos estudos sociológicos desenvolvidos pela Escola de Chicago, o crime passou a ser entendido como um produto da urbanização, sendo explicado a partir da *Teoria da Ecologia Humana e das Zonas Concêntricas*, teorias fundamentadas, respectivamente, por Robert Park e Ernest Burgess, sociólogos dessa corrente.

A Teoria da Ecologia Humana, de acordo com Freitas (2004) e Eufrásio (1999), fundamenta-se em dois conceitos da ciência natural: simbiose e invasão, dominação e sucessão, fatores estes que tinham a vida coletiva como uma situação consistente de interação entre meio ambiente, população e organização. Dessa forma, o crime passa a ser considerado um fenômeno ambiental que envolvia aspectos físicos, sociais e culturais. No trabalho de Park (1979), denominado *A Cidade: sugestões para a investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano*⁴, o autor define a Ecologia Humana da seguinte forma:

Em termos recentes a cidade tem sido estudada segundo o ponto de vista de sua geografia, e ainda mais recentemente segundo o ponto de vista de sua ecologia.

⁴ Para maiores detalhes, consultar a obra de: PARK, R. *A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano*. In: GUILHERME CARVALHO, O. (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979. p. 26-67.

Existem forças atuando dentro dos limites da comunidade urbana – na verdade, dentro dos limites de qualquer área de habitação humana – forças que tendem a ocasionar um agrupamento típico e ordenado de sua população e instituições. À ciência que procura isolar estes fatores, e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças, chama-se Ecologia Humana, que se distingue da Ecologia dos animais e plantas (PARK, 1979, p. 26-27).

Freitas explica que o conceito de simbiose, nas ciências naturais, refere-se à convivência de diferentes espécies para o benefício mútuo de cada uma delas. Assim, “Park via a cidade não apenas como um fenômeno geográfico, mas como um tipo de 'super-organismo' que tinha 'unidade orgânica' derivada das inter-relações simbióticas das pessoas que nela vivem” (FREITAS, 2004, p. 48).

O conceito de “invasão, dominação e sucessão” envolve o processo pelo qual o equilíbrio da natureza, numa dada área, pode sofrer modificações quando uma nova espécie invade, domina e dela afasta outras formas de vida. Robert Park entendeu que este processo também ocorre nas sociedades humanas. Freitas (2004, p. 69) exemplifica o que foi dito ao citar que “[...] a história das Américas é marcada por um processo de invasão, dominação e sucessão pelos europeus no território das populações nativas americanas”. Em outro exemplo, o autor citado diz que, “[...] nas cidades, um grupo cultural ou étnico pode tomar um bairro inteiro de outro grupo, podendo esse processo ter início com a mudança de apenas um ou alguns moradores”.

O referido autor afirma, ainda, que a teoria ecológica tem como base a vida coletiva que consiste da interação entre meio ambiente, população e organização. Sendo assim, o estudo das causas da criminalidade privilegia aspectos sociológicos e não individuais, uma vez que o comportamento humano é moldado pelas características sócio-ambientais. Freitas (2004, p. 70) argumenta que, por esse motivo, o “[...] crime não é considerado um fenômeno individual, mas ambiental, no sentido de que o ambiente compreende os aspectos físico, social e cultural da atividade humana”.

A Teoria das Zonas Concêntricas, por sua vez, explora três conceitos da ciência

natural, que se baseiam na divisão de Chicago em cinco zonas concêntricas, que se expandem a partir do centro, todas com características próprias e com permanente mobilidade. Tais zonas, conforme Freitas (2004), avançavam no território das outras por meio de processos de invasão, dominação e sucessão. Dessa forma, Park e Burgess tomaram a Zona II como o principal foco de análise porque ela apresentava os maiores índices de criminalidade, infraestrutura deficitária, pobreza, doenças, alcoolismo e baixo controle social, fatores estes que causavam uma desorganização social, propiciando a concentração de crime e delinquência (Cf. FIGURA 03).

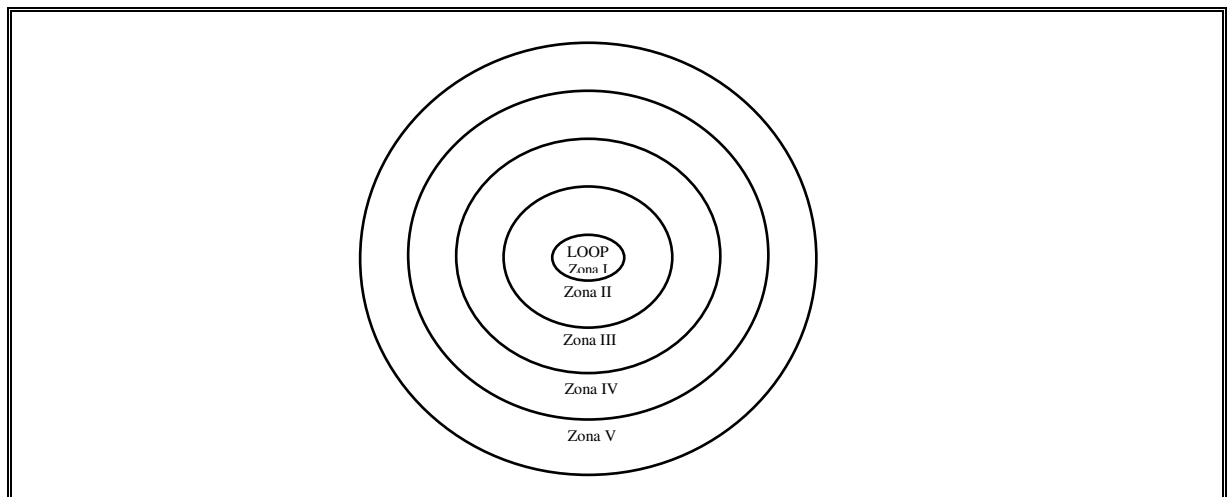


FIGURA 03: Diagrama do modelo zonal de desenvolvimento urbano – teoria das zonas concêntricas.

FONTE: Freitas (2004, p. 73).

A Zona I é caracterizada por estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, sendo o bairro central, também chamado de *loop*. A Zona II representa a transição do distrito comercial para as residências, local normalmente ocupado por pessoas mais pobres, sobretudo famílias de migrantes. É, também, chamada de “zona de transição”. Na Zona III existem residências de trabalhadores que saíram das baixas condições de vida da Zona II. É composta de uma segunda geração de famílias de imigrantes. A Zona IV, chamada

de *suburbia*⁵, é composta de bairros residenciais, com casas e apartamentos de luxo, cuja população é composta por pessoas de classes média e alta. A Zona V ou *exorbia* tem seus limites além da cidade, e possui áreas suburbanas e cidades satélites, habitadas por pessoas de classe média e alta que trabalham no *loop*.

Freitas (2004) afirma que o sociólogo Clifford Shaw, em 1929, realizou um teste sobre a hipótese de Park e Burgess, e concluiu que, em primeiro lugar, quanto mais próxima da localização da zona central da cidade, maior era a taxa de criminalidade. Em segundo lugar, constatou que as taxas mais altas apontavam para os locais onde havia uma maior deterioração do espaço físico e pouca densidade demográfica. E, por último, que mesmo sendo realizadas modificações na Zona II, as taxas de crimes permaneciam elevadas. Os “ecologistas de Chicago”, dessa forma, viam que somente a intervenção a partir de políticas públicas preventivas seria capaz de diminuir a criminalidade, por meio do aumento do controle social em áreas pobres do espaço urbano. Assim, Park desenvolve a idéia de *playgrounds*, que se caracterizam por

[...] áreas de lazer, mas que estariam voltadas para a formação de associações permanentes entre as crianças e seriam administradas ou monitoradas por agências que formam o caráter, como a escola, a igreja ou outras instituições locais, o que seria uma maneira de se criar vínculos positivos entre as pessoas a partir da infância, numa tentativa de preencher o espaço formador que antes era ocupado pela família, já que as condições da vida urbana fizeram com que muitos lares fossem transformados em pouco mais que meros dormitórios (PARK, 1925 apud FREITAS, 2004, p. 86-87).

Freitas (2004) diz que a Teoria Ecológica, após um período histórico latente, ressurge por volta da década de 1970 e 1980, influenciando concepções teóricas sobre a violência, dentre elas, a *Teoria Estrutural-funcionalista* do desvio e da anomia; a *Teoria da Associação Diferencial*; as *Teorias do Aprendizado Cultural* e as *Teorias do Controle*.

A Teoria estrutural-funcionalista do desvio e da anomia explica o crime tal como

⁵ O conceito de subúrbio das cidades norte-americanas difere daquele empregado para as cidades da América Latina. Enquanto nestas o subúrbio é usualmente caracterizado por ser uma área pobre, nos EUA é onde residem pessoas com um alto padrão sócio-econômico (FREITAS, 2004).

um problema social resultante das tensões existentes na estrutura da sociedade, ocasionadas pela desorganização social, que tem sua origem no conceito de anomia, formulado pelo sociólogo francês Émile Durkheim. Freitas (2004, p. 108) afirma que o elo que liga “[...] a Escola de Chicago à teoria do desvio e da anomia é o enfoque na forma em que as condições sociais produzem a criminalidade”.

A Teoria da Associação Diferencial diz que o crime decorre do aprendizado que se dá a partir da interação com outras pessoas por intermédio de um processo de comunicação. O autor citado anteriormente afirma que essa concepção foi desenvolvida por Edwin Sutherland, que aplicou a sua teoria ao crime denominado “colarinho branco”.

A Teoria do Aprendizado Cultural, de Ronald Akers, completa a Teoria da Associação Diferencial ao sustentar que o aprendizado do crime também pode ocorrer de interações diretas com o meio, independente de associações com outras pessoas.

A Teoria do Controle fundamenta-se na concepção de que aqueles que praticam crimes o fazem devido à fragilidade nas formas de controle operantes. E acrescenta, ainda, que “[...] qualquer pessoa é um criminoso potencial, sendo a oportunidade da prática do crime a maior incentivadora da atividade criminosa. São as formas de controle que evitam que a maioria das pessoas cometa crime” (FREITAS, 2004, p. 112).

A falta de controle propicia a prática do crime, tal como afirma Felix (2002), carros são roubados e abandonados em locais específicos – lotes vagos e outros espaços que escapam ao controle social. A autora afirma que o roubo praticado em locais com baixa circulação de pessoas e cujas ruas são estreitas e mal iluminadas – por onde as vítimas são obrigadas a passar e onde a fuga dos ofensores é facilitada – mostram que a configuração espacial e a ausência de segurança são fatores que contribuem para a ocorrência de atos violentos.

Freitas (2004) aplicou a Teoria das Zonas Concêntricas à cidade do Rio de

Janeiro, pois nela o centro comercial apresenta-se cercado por bairros e áreas pobres (Bairro de Fátima, Lapa, São Cristóvão, dentre outros), que lembram a Zona II, de Burgess. O autor faz um estudo comparativo, também, da Zona V, às cidades brasileiras que, segundo a teoria de Burgess, caracteriza-se por áreas de condomínio de luxo, ocupadas pela classe média e alta, em pontos distantes do centro comercial principal. Condomínios estes cercados por muros e monitorados por circuitos de monitores de vídeo e vigilância permanente. Freitas (2004) cita como exemplo o Alphaville, na capital São Paulo e, na capital Rio de Janeiro, Nova Ipanema e Novo Leblon, situados na Barra da Tijuca. Tais condomínios se adequam ao que Burgess chama de *commuters*, que é a Zona V, da teoria das zonas concêntricas.

Freitas (2004) diz que a Escola Sociológica de Chicago ocupa uma posição de destaque na história da sociologia do crime, pois contribuiu para a compreensão da criminalidade no espaço urbano. Mas outras áreas do saber – a exemplo da Geografia – vêm desenvolvendo estudos com o intuito de explicar a distribuição da violência nesses espaços.

2.3.2. Geografia e violência urbana

A abordagem sobre a criminalidade era feita, sobretudo, por criminólogos e sociólogos. Felix⁶ (2002, p. 27) lembra que a Escola Geográfica do Crime, notadamente a partir da década de 1970, busca esclarecer, a partir de diversas teorias e análises interdisciplinares, os processos que levam à distribuição diferenciada dos crimes no espaço geográfico. A autora acrescenta que o crime é um fenômeno social e, portanto, “[...] reflete certas condições de vida, diferenciadas por situações, culturais, políticas, demográficas, espaciais etc., e é o estudo destas condições que levará à compreensão dos níveis de variação da violência”.

⁶ Sueli Andruccioli Felix é graduada em Ciências Sociais e é Doutora em Geografia pela UNESP - um nome de destaque nas discussões sobre a Geografia do Crime no Brasil.

Felix (2002) afirma que, por muito tempo, a Geografia Urbana preocupou-se em analisar o crescimento demográfico e espacial das cidades, identificar suas funções e sua difusão para outros espaços em função da dinâmica econômica. Mas as questões relacionadas às desorganizações sociais ocorridas no interior desses espaços – e aí se inclui a criminalidade – eram preocupações unicamente de criminólogos e sociólogos. A autora ressalta que se a Geografia é uma ciência que se preocupa, também, com o planejamento urbano metropolitano – “[...] e a criminalidade vem provocando um grande rearranjo ambiental, com o surgimento de novos espaços defensivos” (FELIX, 2002, p. 137) – não pode ficar à margem do problema da criminalidade.

Conforme a autora citada, a criminalidade altera o ambiente ao induzir a criação de espaços chamados por ela de “defensivos”, ou seja, de locais que “asseguram” a segurança. Dentre estes podem ser citados os condomínios fechados, os *shoppings centers*, entre outros.

A Geografia do Crime tem explicado a tendência do aumento da criminalidade urbana nos últimos anos no Brasil, partindo do pressuposto de que “Os processos de ocupação espacial (econômicos, políticos etc.) acabam gerando certos espaços contributivos, provocativos e até marginais” (FELIX, 2002, p. 4). Assim, o questionamento sobre o crime é feito a partir de três abordagens: dinâmica social, dinâmica demográfica e dinâmica espacial.

A análise da dimensão social (sócio-histórica e de segregações), ou seja, dos processos sociais competentes a um dado espaço e tempo, são primordiais para a compreensão da dinâmica criminal e dos “(des)ajustes sócio-espaciais”. Como exemplo, Felix (2002) afirma que a análise do contexto de um espaço, bem como de sua população por meio de jornais é um procedimento que leva à compreensão da sociedade que nele habita, a partir do conhecimento de seus anseios, perspectivas e temores. Essa técnica, segundo a autora, permite traçar o perfil da (des)organização social e entender a sua dinâmica.

A dinâmica demográfica, conforme Felix (2002), é o segundo elemento

fundamental na análise da criminalidade; todavia, destaca-se que os valores demográficos relacionados ao sexo, à idade, à mobilidade sócio-espacial, entre outros, vão além dos números, sendo de fundamental importância investigar de que maneira a dinâmica demográfica tem ou não importância na compreensão da criminalidade, pois ela é uma variável que intervém no fenômeno. Colocadas estas questões, afirma:

Uma deficiência dos estudos criminais, também notada entre os geógrafos, é a utilização das estatísticas criminais sem críticas, como se as taxas fossem por si mesmas um fato social. É preciso pensar o controle social como um elemento constitutivo do comportamento desviante, pesquisando-se os controladores da mesma forma que os controlados (FELIX, 2002, p. 139).

A falta de controle social faz com que o medo e o sentimento de segurança aumentem. Souza, M. (1997, p. 270) afirma que isso “[...] encolhe a liberdade de locomover-se pela cidade e usufruir dos espaços públicos sem temer ser assaltado, importunado ou receber uma 'bala perdida' na cabeça”. Tal fenômeno induz à segregação e à auto-segregação, esta última baseada em condomínios, que parecem representar uma busca de autonomia, sendo este um paradoxo na realidade brasileira atual.

Souza, E.⁷ (1994, p. 25), em seu trabalho intitulado “*O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial*”, ressalta que:

[...] todo um conjunto de problemas direta ou indiretamente ligados ao incremento do tráfico de drogas – especialmente o aumento da criminalidade violenta ou, ao menos, do sentimento de insegurança por parte da população – constitui um dos fatores imediatos mais essenciais da complexificação e do agravamento da questão urbana em inúmeras cidades brasileiras.

O tráfico de drogas induz à violência e à criminalidade pelo fato de envolver diferentes situações que englobam o aliciamento de menores, a aquisição de armas de fogo, o 'acerto de contas', dentre outros. Isso faz com que se crie uma cadeia ligada a diferentes crimes, formando as redes do crime organizado. Souza, E. (1994, p. 30) afirma que há uma

⁷ Marcelo Lopes de Souza é geógrafo e, dentre outros trabalhos desenvolvidos, realiza pesquisas voltadas à influência do tráfico de drogas na organização sócio-espacial, sobretudo do Rio de Janeiro, uma das capitais mais violentas do Brasil que, segundo ele, é o verdadeiro símbolo nacional do tráfico de drogas.

generalização do consumo de drogas em escala nacional, mas a “[...] situação do Rio de Janeiro mantém [...] certa especificidade em função de ele ser palco de uma particularmente alarmante violência urbana, parcialmente relacionada com o tráfico”.

Souza, E. (1994) destaca que o tráfico de drogas no Rio de Janeiro tem a sua fundamentação nas favelas, local propício à distribuição da droga, devido às características espaciais que ajudam a manter a segurança do 'negócio'. A favela é um local onde o Estado não está presente, onde não há lei ou normas legais. São os traficantes quem fazem a segurança do local, bem como controlam e definem o comportamento dos moradores. Entrevistando um líder do tráfico de drogas da favela Morro do Céu, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, Souza, E. (1994) afirma a seguinte fala do mesmo: “[*só*] no local onde você mora você tem segurança”. Isso, segundo o autor citado, se dá

[...] devido ao fato de, para garantir maior tranquilidade ao negócio, os traficantes tenderem a coibir outros tipos de crimes praticados contra os moradores da favela (estupros, roubos, etc.) inclusive punindo exemplarmente os transgressores (SOUZA, E., 1994, p. 31).

Dessa forma, os traficantes exercem funções que cabem ao Estado – representado por juízes, polícia e outros – para garantir o bom desempenho de seus negócios, prevenindo-se de atrair a atenção ou, como afirma Souza, E. (1994, p. 37), evitar atrair, de forma desnecessária as autoridades para o local. Para isso, “[...] os traficantes reprimem duramente os crimes 'comuns' praticados por outros bandidos [...]. Brigas de vizinhos e outras situações de conflito podem, também, contar com a participação dos traficantes como árbitros supremos”.

Diante do exposto, percebe-se que o tráfico de drogas é um fenômeno que tem nas favelas a sua proliferação, devido à sua configuração sócio-espacial, predispondo o espaço à ocorrência de diferentes modalidades de crimes, que atingem a população, habitante do local, com intensidade e forma diferenciada. Portanto, seu combate requer uma visão ampla da

questão, pelo fato de ser uma realidade complexa e multifatorial. Sendo assim, Souza, E. (1994, p. 37) assegura que o enfrentamento do problema “[...] não deve, jamais, restringir-se à mera repressão, uma vez que essa não pode suprimir o contexto da pobreza, segregação, frustração e revolta no qual se enraíza e do qual se alimenta o tráfico de drogas”.

Em relação à segregação, Felix (2002, p. 17) declara que há uma forte tendência em criminalizar “[...] o desempregado, o subempregado, o pobre e miserável, o negro, o habitante da favela e do cortiço, o que não tem residência fixa, o que não possui documento ou carteira de trabalho assinada”, pelo fato de sair destes segmentos sociais o maior número de criminosos e condenados. Isso se dá porque criminalidade e exclusão, segundo a autora citada, são conceitos associados, que apresentam uma relação de causa-efeito. Mas ambos são sintomas de um processo histórico, que exclui um elevado contingente da população dos meios de produção e da participação social do exercício pleno de seus direitos.

É necessário, portanto, que haja uma atenção voltada à compreensão dos espaços onde a violência tem sido mais intensa, pois o conhecimento do contexto social pode ajudar a interpretar os agravos violentos que ocorrem no local.

A saúde pública brasileira é marcada por preocupações com a influência do espaço sobre a ocorrência de agravos à saúde desde os seus primórdios. Najar (2003, p. 705) afirma que “Durante muito tempo e em consequência das epidemias de cólera e febre amarela de 1849-1853, as primeiras intervenções sobre o urbano foram adotadas”. Mas, por muitas décadas, a preocupação da saúde pública concentrou-se em aspectos nosológicos e de administração e planejamento dos serviços de saúde. O referido autor argumenta que foi somente a partir da década de 1980 que a saúde pública brasileira retoma seu interesse direto pelo espaço e pela cidade, trazendo o urbano mais para o centro de análise.

Um dos fatores que contribuiu para o retorno da saúde pública aos estudos espaciais foi a descoberta de relações estreitas entre o padrão de produção dos espaços

urbanos, as condições de vida dele advindas e o quadro de morbi-mortalidade vigente nas metrópoles brasileiras (NAJAR, 2003). É interessante destacar que é no espaço que o Homem se reproduz. Corrêa (2000, p. 25) diz que “O espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção”. E Lefébvre (1976 apud CORRÊA, 2000) vai mais além ao enunciar que “O espaço é social”. A sociedade imprime no espaço seu modo de vida, sua cotidianidade. E, nessa mesma linha de raciocínio, Corrêa (2000, p. 26) faz o seguinte comentário:

[...] uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, porque falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a posteriori, mas sim de formação sócio-espacial.

A esse respeito, Trindade Junior (1995, p. 31) declara que:

[...] as formas espaciais contém a sociedade, não sendo, portanto, simplesmente formas, mas formas-conteúdos. É nesse sentido que o espaço não pode ser tido apenas como produto das relações sociais; sua existência se mostra indispensável à reprodução dessas mesmas relações.

Trindade Junior (2003, p. 48) acrescenta que “[...] o espaço não é apenas produto ou reflexo das relações sociais, ele é também força capaz de reproduzir tais relações”.

Santos (1997, p. 71) define o espaço como:

[...] um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediário [...]. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.

Dessa forma, espaço, em Geografia, não pode ser definido apenas com o sentido de localização dos fenômenos ou das atividades do homem. Carlos⁸ (1990, p. 15) diz que o espaço é “[...] o produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante”, e tais relações é processada por meio do trabalho, sendo o homem o sujeito desse processo ao construir e reproduzir o lugar por ele habitado.

⁸ Ana Fani Alessandri Carlos é livre-docente e doutora em Geografia pela USP, onde também leciona. É autora de vários títulos editados pela Editora Contexto. Entre eles, Espaço-tempo na metrópole, Dilemas urbanos e A cidade.

Diz-se que o espaço é um produto histórico, com características e determinações da sociedade que o produziu. Estas, por sua vez, possuem condutas diferenciadas porque as normas sociais regulam o comportamento social. A esse respeito, Minayo (1997) argumenta que a análise histórica do espaço urbano revela que a violência manifesta-se de diferentes formas, nos diversos meios sociais, devido às relações políticas e culturais construídas diacronicamente.

Deduz-se, portanto, que a violência não é exterior ao indivíduo, pois está inserida no contexto das relações sociais.

Zanotelli⁹ (2003, p. 215) fala que:

Diante do acelerado processo de anomia que atinge as aglomerações urbanas e parcialmente os bairros periféricos, faz-se mister buscar conhecer a distribuição sócio-espacial do fenômeno da violência, que é uma das mais sérias manifestações da desagregação social na atualidade.

E diz, ainda, que a representação espacial permite uma leitura sintética e analítica do fenômeno e, por meio de associação e comparação entre os diversos lugares, em diferentes momentos, há possibilidade de compreender as causas da diferenciação sócio-espacial dos eventos, neste caso, dos eventos ou circunstâncias violentas.

Costa (2000), ao comentar sobre a violência urbana, questiona se a mesma é particularidade da sociedade brasileira, e diz que a violência assume formas específicas, conforme o momento histórico, e atinge preferencialmente as camadas subalternas da população. A autora complementa sua argumentação afirmando que, no início da década de 1980, a violência transformou, de forma considerável, o cotidiano dos moradores de bairros da periferia de São Paulo e, em 1990, o sentimento das pessoas que habitavam as cidades brasileiras era de medo e perplexidade diante da brutalidade de muitos atos violentos, tais como assaltos e homicídios, considerados crimes que envolvem a prática de atos violentos.

⁹ Cláudio Luiz Zanotelli é Geógrafo e desenvolve estudos sobre a criminalidade e o tráfico de drogas em Vitória, no Espírito Santo, junto ao NEVI (Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Sobre a Violência, Segurança Pública e direitos Humanos), da Universidade Federal do Espírito Santo.

Para o enfrentamento da violência deve-se levar em conta sua dinâmica e seu caráter multifacetário. Todavia Felix (2002) argumenta que ela continuará, ainda que sejam feitas mudanças no espaço a partir do desenvolvimento de novos *designs* ou do uso de novas técnicas de defesa, pois tais mecanismos controlam apenas temporariamente a criminalidade. E acrescenta que essa é uma tendência que se tem observado atualmente nos bairros de classe sócio-econômica mais elevada:

Os sofisticados sistemas de segurança, ao invés de inacessibilidade, estão criando criminosos mais refinados. Quanto mais difícil o acesso ao alvo, mais elaborado tem que ser o ataque e mais compensatório deverá ser o fruto deste trabalho. Isto implica um planejamento melhor e o desenvolvimento de técnicas ofensivas mais elaboradas e, portanto, crimes mais difíceis de serem contidos ou solucionados (FELIX, 2002, p. 134).

A interdisciplinaridade é fundamental para o estudo e a compreensão da violência, e as diferentes ferramentas analíticas oferecidas por cada área do conhecimento contribuem para o entendimento da questão da violência, fenômeno tão complexo.

A Geografia, tal como coloca Zanotelli (2001), detém ferramentas conceituais capazes de analisar a relação entre o espaço e o crime, o espaço e a violência, e, simplificada, o espaço social. Felix (2002, p. 139) complementa esta questão acrescentando que:

[...] a participação da Geografia nos estudos criminais não tem como objetivo principal encontrar soluções para um problema que é universal e tem resistido aos mais diversos programas preventivos e “curativos”, desenvolvidos em países com condições sócio-políticas e econômicas mais diversas. Contudo, inserir em seu campo de estudo a criminalidade pode ser altamente produtivo para a compreensão das causas e, mesmo que não se proponham soluções, questionar o problema de forma global e suas implicações sócio-demográficas já é altamente produtivo para futuros estudos.

A violência é um grave problema da sociedade atualmente e, tal como assegura Felix (2002), sendo a Geografia uma ciência humana, não pode ficar à margem das discussões acerca desse fenômeno. A autora citada lembra que debates sobre (e como) os geógrafos deveriam colaborar com a solução dos problemas sociais vem aumentando desde o final da

década de 1960.

Felix (2002, p. 109) sublinha este argumento quando assinala a seguinte questão: “Se o homem, em seu contexto sócio-espacial, é o principal objeto dos estudos desenvolvidos pela Geografia Humana, é natural que o seu bem-estar e a sua qualidade de vida também sejam foco de indagação geográfica”.

As cidades modernas, tal como afirma Francisco Filho (2004, p. 203), têm sofrido forte influência da violência em todos os níveis, mas é no desenho urbano que se percebe de forma mais ampla esta interferência. Assim, surgem os condomínios por toda parte, comportando-se como verdadeiras 'ilhas seguras'. Têm-se, ainda, muitas casas e edifícios que exibem uma “parafernália voltada para a segurança, desde grades, cães ferozes até sistemas eletrônicos que tentam estender os sentidos daqueles que se encontram presos, encurralados em suas pseudo-fortalezas urbanas”.

Tem-se, aí, a violência urbana – um difícil dinâmico e complexo fenômeno urbano a ser compreendido, combatido ou, pelo menos, diminuído em determinados espaços onde a sua situação encontra-se caótica. Sabe-se que há muitas formas de intervir sobre as causas e os efeitos da violência. Mas, acima de tudo, é importante que os órgãos incumbidos de intervir sobre a violência, mantendo a segurança pública, conheçam a dinâmica do espaço sobre o qual se pretende viabilizar ações preventivas ou mitigadoras. Isso deve ser feito de forma interdisciplinar, pois no espaço confluem diferentes fenômenos que precisam ser compreendidos a partir de diferentes abordagens. Deve-se considerar, ainda, que a violência se distribui diferentemente pelo espaço, e conhecer essa distribuição, bem como sua especificidade, contribui na tomada de decisões que abrandem tão fenômeno.

Para implantar políticas de segurança é necessária, em primeiro lugar, a identificação dos espaços nos quais a violência produz mais vítimas. Concomitantemente à identificação dos espaços violentos surgirão os crimes mais presentes neste espaço. A partir

daí, as políticas de segurança devem trabalhar de forma a conhecer as possíveis causas dos crimes e, então, elaborar estratégias que minimizem o impacto da violência neste espaço. Isso deve ser feito levando-se em consideração que um mesmo crime pode ocorrer em diferentes espaços da cidade, mas não necessariamente as suas causas serão as mesmas. Daí a importância em se buscar conhecer as características sócio-espaciais dos lugares mais violentos para que as políticas empreendidas tenham eficácia. Felix (2003, p. 3) comenta que determinados espaços apresentam a

[...] concentrações de crimes e de criminosos e a identificação desses espaços, geográfica e socialmente delimitados, propicia a intervenção do poder público e o desencadeamento de programas preventivos em ambos os segmentos: criminoso e vítima. [...]. Os riscos de vitimização se distribuem desigualmente entre as pessoas (subgrupos de vítimas potenciais) e os espaços visivelmente desprotegidos e deteriorados.

É importante que tanto o Estado quanto a sociedade civil desenvolvam ações preventivas, para que a vitimização diminua. Sendo assim, Santos (1999, p. 17) comenta que “[...] o primeiro passo é a busca do entendimento do contexto onde a violência acontece e a identificação de áreas onde estas situações compartilham uma dinâmica particular. Só a partir desse conhecimento será possível realizar o planejamento de ações específicas”.

A categoria *espaço* é imprescindível ao entendimento dos homicídios. É necessário conhecer, primeiramente, a estrutura e a dinâmica espacial para, depois, buscar as possíveis causas dos homicídios naquele local. Santos (1999, p. 19) diz que as pessoas habitam espaços diferentes e que, portanto, vivem determinados fenômenos de modo e intensidade diversos, e destaca que “[...] pessoas que residem numa mesma área tendem a ser socialmente semelhantes e, ao mesmo tempo, o seu estilo de vida influencia na organização do espaço que elas habitam”.

Comentários importantes sobre a relação entre o espaço e a violência devem ser levados em consideração, pois eles podem revelar informações necessárias à análise dos crimes. Veja a afirmação de Harvey (1980 apud SANTOS, 1999, p. 30) sobre o espaço:

O espaço, produzido socialmente, exerce pressões econômicas e políticas sobre esta sociedade, criando condições diferenciadas para sua utilização por grupos sociais. Lugares sujeitos a exteriorizações negativas tendem a concentrar moradores de baixa renda em busca de empregos ou locais de moradia mais baratos. As condições ambientais, neste caso, podem atuar como um fator de segregação socioespacial.

Felix (2003) destaca que a relação entre crime e insegurança determina uma “geometria socioespacial” que ultrapassa a relação entre classe econômica e condições físicas do ambiente, sendo mais forte a relação entre o modo como as pessoas sentem o ambiente urbano com suas contradições. A manifestação espacial do crime, segundo Felix (2003, p. 1) “[...] altera valores e percepções espaciais, deteriora os espaços urbanos, altera os níveis de concentração ou esvaziamento e cria espaços do medo”.

Diante dos comentários realizados, percebe-se que tem ocorrido uma elevação da violência no Brasil, principalmente dos homicídios. Uma forma de se medir o grau de intensificação de determinado fenômeno pode ser feito a partir da quantidade de matérias publicadas pela imprensa sobre o assunto ou, ainda, pela sua presença nos meios de comunicação, tais como em jornais, televisão e internet. No Brasil, constantemente divulgam-se matérias escritas, publicadas em meio digital ou transmitidas pela televisão ou rádio sobre a situação da segurança pública e da violência no país.

No meio científico também ocorre algo parecido. A produção de artigos, livros e outros meios informativos também se intensifica à medida que determinado fenômeno torna-se uma preocupação coletiva. A criação de grupos de pesquisa sobre alguns assuntos demonstra o interesse de universidades em estudar e compreender certos fenômenos presentes na sociedade moderna.

Pesquisas sobre a violência no Brasil têm um lugar especial em diversas universidades brasileiras, sendo vários os grupos de pesquisa que se dedicam ao estudo desse fenômeno. É interessante destacar que a maioria dos grupos que pesquisam a violência no Brasil localiza-se em universidades do estado de São Paulo e Rio de Janeiro, as duas capitais que estão entre as mais violentas do país.

Sendo a violência um fenômeno que se manifesta no espaço geográfico, constituindo-se também como causa e efeito do meio circundante, produzindo neste uma alteração na paisagem e no comportamento dos atores desse espaço, a Geografia não pode ocultar-se diante de tal fato.

2.3.2.1. Diferenciação no espaço intra-urbano e a distribuição desigual da violência

A dinâmica espacial é um elemento relevante, uma variável que vai além do simples endereçamento, pois tanto pode ser produto quanto produtor das ações humanas:

Certos espaços são absolutamente deteriorados pelo esvaziamento habitacional, como geralmente as zonas centrais das grandes cidades, que atraem determinados elementos e se tornam espaços típicos de delitos específicos. Por outro lado, têm-se a dicotomia das áreas periféricas com espaços típicos de classes sócio-econômicas mais abastadas (onde predominam os crimes contra o patrimônio pela concentração de riquezas) e espaços deteriorados representados por favelas, invasões etc. (FELIX, 2002, p. 5).

As áreas centrais geralmente se esvaziam à noite, pois são locais onde há uma predominância de comércio e serviços que funcionam, sobretudo, durante o dia. Sendo assim, as pessoas evitam circular em tais locais nesses horários ditos 'perigosos' pela pouca presença de transeuntes e, como consequência disso, tornam-se lugares mais propícios à ocorrência de ações violentas. Nesse sentido, o medo de se tornar vítima de algum ato violento faz com que as pessoas evitem certos espaços e horários, e isso é um fator que contribui, de certa forma, para a não ocorrência de crimes em grau mais elevado em determinados lugares, uma vez que, em espaços considerados perigosos, em determinados horários, a probabilidade de ser vítima tende a diminuir à medida que as pessoas passam a evitá-los.

Teixeira (2003) desenvolveu, juntamente com o Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana de Trabalho Organizado – GUTO, da UNESP, um trabalho que teve por objetivo a análise da relação entre vitimização e qualidade de vida na cidade de Marília/SP. Ele considerou, em sua pesquisa, os seguintes indicadores de qualidade de vida: presença de equipamentos urbanos e fatores sócio-econômicos e ressaltou que, apesar de não abrangerem a qualidade de vida como um todo, ambos indicadores servem para medi-la em determinado lugar. E acrescenta, ainda, que “[...] a ausência de equipamentos, somada às precárias condições socioeconômicas, podem ser encaradas como uma barreira quase intransponível para a efetivação de uma boa qualidade de vida”. (TEIXEIRA, 2003, p. 3).

Vale ressaltar que, segundo Velázquez (2001 apud TEIXEIRA, 2003), o conceito de qualidade de vida é amplo, pois são os valores vigentes em uma sociedade que definem o que pode ser tratado como um “fator de necessidade”, que seja capaz de interferir na qualidade de vida dos habitantes daquele local.

No estudo desenvolvido por Teixeira (2003), a cidade de Marília foi dividida em 13 setores urbanos para que fosse possível realizar a análise do nível de atendimento à população quanto aos equipamentos e serviços urbanos. Tal divisão levou em consideração as barreiras físicas, econômicas e arquitetônicas de cada setor. A partir daí foi feita a equivalência de equipamentos e serviços de cada setor de bairros com a população residente (número absoluto de equipamentos e serviços dividido pela população residente e multiplicado por mil). A seguir, verificou-se a relação entre a qualidade de vida e os índices de criminalidade nos setores, chegando aos seguintes resultados: as regiões centrais da cidade concentraram as maiores taxas de qualquer natureza de crime, e é nelas que está concentrada a maior incidência de crimes contra a pessoa.

Na área central está concentrado, também, um elevado número de equipamentos públicos. Ao observar a residência das vítimas dos crimes contra a pessoa na cidade de Marília, constatou-se que os setores de bairro onde os chefes de família têm os melhores rendimentos são os

que exibem as menores taxas de vitimização.

Teixeira (2003) identificou que as camadas da população que apresentam baixa qualidade de vida têm mais probabilidade de se tornarem vítimas de crimes contra a pessoa, e que os segmentos de poder aquisitivo mais elevado, que contam com uma qualidade de vida melhor, têm maiores chances de se tornarem vítimas dos crimes contra o patrimônio.

O aumento considerável da violência nos espaços urbanos trouxe consigo uma redefinição do modo de vida da sociedade atual, pois – mais do que em outros momentos da história da sociedade – a população urbana tem se enclausurado no interior de suas habitações, em busca de mais segurança. As grandes cidades, tal como afirma Carlos (2004, p. 10), representa o 'vazio no cheio', constituindo o que a autora chama de *espaço amnésico*, “[...] caracterizado pela tendência à impossibilidade do uso dos espaços públicos e pelo distanciamento do indivíduo em relação aos lugares de realização da vida; como decorrência, as relações de identidade ganham novo sentido”.

Muitos espaços citadinos deixam de ser utilizados pela população porque o medo de práticas violentas, muitas vezes imaginárias, desencadeia um sentimento de insegurança, que impede a apropriação dos mesmos. Dessa forma, a violência, real ou imaginária, redefine o modo de vida das pessoas que habitam a cidade e, assim, “O ritmo da cidade determina o ritmo da vida, contaminando as relações sociais” (CARLOS, 2004, p. 42).

Tais mudanças são visíveis na cidade de São Paulo, uma das cidades mais violentas do Brasil. Caldeira (2003, p. 27) diz que o aumento dos crimes violentos na capital paulista ocorreu juntamente com o crescimento do sentimento de medo, que proporcionou uma mudança na vida cotidiana da população daquela cidade:

A vida cotidiana e a cidade mudaram por causa do crime e do medo, e isso se reflete nas conversas diárias, em que o crime tornou-se um tema central. Na verdade, medo e violência, coisas difíceis de entender, fazem o discurso proliferar e circular. A fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante. [...]. O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a

paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações.

A vida urbana atual tem se tornado cada vez mais individualizada, com ritmos e características próprias, que diferem de outros momentos da história da sociedade. Tal individualismo decorre, muitas vezes, da contradição entre “[...] o aumento da velocidade das comunicações – ligando lugares e pessoas, em rede, e permitindo um acesso mais rápido à informação” e o surgimento de espaços de isolamento (CARLOS, 2004, p.10). Dessa forma,

O bairro que se apoiava numa rede de significados se esvazia decompondo o tempo e limitando os espaços da casa e da rua. O umbral da porta passa a ser o novo limite, as pessoas estão mais dentro de casa, não há gente nem crianças nos pequenos jardins, há insegurança. Antes as pessoas se encontravam nas compras, nas calçadas agora afundam no mundo da vida privada (CARLOS, 2004, p.103).

Souza, M. (2000, p. 178) diz que o individualismo existente na sociedade é um fenômeno também provocado pelo sentimento de insegurança vivido pela população e que esse fator é a causa e a consequência da fragmentação do tecido sócio-político espacial. O referido autor diz, ainda, que “Hedonismo, individualismo, desconfiança, guetoização, abandono e desvitalização dos espaços públicos” são componentes que impedem a mobilização em prol de maior justiça social.

Todos esses fatores aumentam com a aceleração do processo de urbanização, que traz consigo situações que predispoem à violência. Paixão (1983) diz que houve um processo evolutivo da violência com o aumento da concentração populacional no meio urbano em consequência da industrialização. Isso se dá porque industrialização e urbanização são processos que caminham juntos e provocam

[...] fortes movimentos migratórios, concentrando amplas massas isoladas (ou seja, carentes dos controles sociais espontâneos próprios da família, da comunidade ou da religião) nas periferias dos grandes centros urbanos, sob condições de extrema pobreza e desorganização social e expostas a novos comportamentos e aspirações mais elevadas, inconsistentes com as alternativas institucionais de satisfação disponíveis [...]. Assim, a violência e a criminalidade encontrariam nas grandes

idades expostas a rápidas mudanças sociais o ambiente propício para sua expansão (PAIXÃO, 1983, p. 15-16).

Felix (2002) observa que análises associando a urbanização à exclusão e à criminalidade violenta enfatizam a impessoalidade das relações urbanas e o enfraquecimento dos mecanismos de controle social informal, devido ao anonimato, ao individualismo e à fraqueza dos laços familiares. Sendo assim, não é a pobreza advinda de todo tipo de exclusão presente no espaço urbano que causa a violência, mas ela não deixa de ser um fator predisponente de atos violentos, na medida em que rompe com alguns laços sociais necessários à vida em sociedade.

Carlos (2004, p. 74) diz que os problemas postos pela urbanização, hoje, devem ser entendidos no âmbito do processo de reprodução geral da sociedade. Neste caso, afirma-se que a violência é um fenômeno que se reproduz nas sociedades de acordo com as práticas sociais que cada uma delas desempenha. Daí falar-se em “territórios do tráfico de drogas” (SOUZA, M., 2003; ZANOTELLI, 2001), “paisagens da violência” (ZANOTELLI, 2001), “arquitetura do medo” (FEIGUIN, 1995), dentre outros.

A estrutura espacial de uma cidade ou de um bairro representa o sentimento vivido por elas em relação à dinâmica desse espaço habitado. Por conseguinte, Feiguin (1995, p. 73) trabalha o conceito de “arquitetura do medo” para explicar que as cidades têm assumido feições que refletem o sentimento de insegurança e medo vivido pela população citadina:

[...] muros altos, cercas ao redor das casas, proliferação de sofisticados sistemas de segurança e alarme, crescimento visível das empresas privadas de vigilância, aumento do número de portes e registros de armas concedidos à população, fuga de zonas e regiões onde o risco de se transitar sozinho de dia e, principalmente, a noite é bastante elevado, além de vários outros mecanismos de autoproteção.

Caldeira (1997) discute a questão da formação dos condomínios fechados em São Paulo, ou como ela mesma os chama – de “enclaves fortificados” – sob a perspectiva do

aumento da violência. A autora faz uma análise da disseminação desses espaços privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho que, em função do medo e da insegurança provocada pela elevação dos atos violentos, vêm atraindo as classes média e alta em São Paulo. A autora investiga, sobretudo, uma auto-segregação urbana induzida principalmente pelas consequências da crescente disseminação da violência naquela metrópole. Mas essa auto-segregação é um processo que tem sido observado não somente nas metrópoles, mas vem se intensificando nas cidades de porte médio, e a formação de um condomínio, bem como o apelo por se morar em um deles vem sempre arraigado à questão do aumento da criminalidade violenta e à busca de segurança.

Almeida (1997, p. 75) nota que a criminalidade violenta e o tráfico de drogas são os dois fatores mais poderosos que atuam na amplificação do processo de segregação:

Nas metrópoles brasileiras dos anos 90, os mecanismos de segregação sócio-espaciais tornaram-se muito mais complexos, pois além das clássicas clivagens entre ricos e pobres [...], são percebidas áreas fortaleza ou cercos de defesa para ricos e para pobres [...]. No caso dos ricos: os condomínios exclusivos [...]; no caso dos pobres, os enclaves de favelas em áreas de alto valor da terra.

Silva (2003, p. 29) comenta que “[...] o compromisso dos geógrafos na interpretação e análise da cidade como local de experiências múltiplas faz da Geografia campo privilegiado para discussão e propostas sobre a vida nas cidades”. Carlos (2004, p. 18), nessa linha de argumentação, declara que “[...] a compreensão da cidade, pensada na perspectiva da Geografia, nos coloca diante de sua dimensão espacial – a cidade analisada enquanto realidade material – esta por sua vez, se revela pelo conteúdo das relações sociais que lhe dão forma”. A autora acrescenta que a análise das práticas sociais está vinculada à análise da vida cotidiana, onde a prática social se desenrola. E, cada vez mais, “[...] o ritmo da cidade determina o ritmo da vida, contaminando as relações sociais” (CARLOS, 2004, p. 42).

A autora citada diz que a vida nas cidades contemporâneas é marcada pelo distanciamento entre os homens devido à dissolução das relações sociais de vizinhança e à

perda das relações familiares. Assim, Carlos (2004, p.142) afirma que “A crescente violência tem, nos últimos tempos, contribuído para o ‘isolamento das pessoas, presas em suas casas’”. E “[...] placas de ‘cuidado com o cão’, bem como os novos portões com grades, sinalizam as pequenas mudanças que passam a marcar a vida cotidiana” (CARLOS, 2004, p. 104). Mas, o que mais “[...] chama a atenção são as guaritas e altos portões que agora impedem as entradas nas vilas do bairro”.

Constata-se, portanto, que a violência modifica o comportamento das pessoas, mudando a sua rotina ao controlar as relações sociais do cotidiano. A esse respeito, Costa; Lippi; Oliveira (1995, p. 92) apresentam algumas situações vivenciadas por moradores da periferia da zona sul de São Paulo, que dizem ter o costume de:

1. Sair acompanhado depois das 19:00 horas; 2. Evitar utilizar ônibus à noite; 3. Não criar inimizades com vizinhos; 4. Não se aproximar de desconhecidos na rua; 5. Fechar o comércio mais cedo no dia em que a guerra do tráfico se intensifica; 6. Não reagir aos constantes assaltos; 7. Evitar vingança mesmo conhecendo o autor do assassinato; 8. Fazer uma revista rigorosa na porta das danceterias; 9. Evitar festas de rua; 10. Nunca delatar os criminosos; 11. Quando questionado pela polícia, responder que não viu nada.

Mas a violência não se distribui com a mesma intensidade no espaço urbano. Há locais nos quais ela é mais aguçada, ao passo que em outros, com características sócio-espaciais relativamente semelhantes, ela se apresenta menos aguda. Zaluar (2002), analisando a violência em São Sebastião do Rio de Janeiro, percebeu que a mesma estende-se com mais facilidade em alguns bairros mais do que em outros.

A autora citada realizou trabalhos de campo em três bairros do Rio de Janeiro – a saber – Copacabana, Tijuca e Madureira – que permitiram a ela compreender “[...] as conexões entre estilos de lazer e consumo de drogas, estilos de tráfico e de policiamento (ou ausência de), entre corrupção policial e violência” (ZALUAR, 2002, p. 32). A autora verificou que, nesses três bairros, o tráfico de drogas é intenso, estando interligado a uma agitação noturna, ora presente em pontos de prostituição, bares, clubes e restaurantes

(Copacabana), ora intensamente disseminados em bailes *funk* nas sextas-feiras carioca (Tijuca e Madureira), onde a corrupção policial também é acentuada.

Destaca-se que é justamente nos momentos de lazer que o uso da droga, ou seja, a oportunidade para utilizá-la, torna-se mais propícia, uma vez que, nesses locais, tal como ocorre nos bailes *funk*, há certa “ilegalidade”, pois neles se encontram presentes autoridades policiais que, teoricamente, deveriam impedir seu uso e manter a segurança do local quando, na verdade, conforme Zaluar (2002, p. 33),

Policiais costumam chegar para cobrar dinheiro do traficante na realização do baile, mandando o DJ interrompê-lo até que o traficante pague. O traficante, quando percebe o baile parado, manda chamar o DJ e ordena que ele recomece. Entre duas ordens irrecorríveis, o DJ só pode esperar que policial e traficante cheguem a um acordo quanto ao pagamento ou não da propina. Isso porque, durante o baile, a droga flui livremente, sendo usada de modo público.

Zaluar afirma que, em todos os três bairros analisados, constatou-se a presença de policiamento apenas em Copacabana: “Na Tijuca e em Madureira, incursões militares esporádicas nas favelas dão o tom da presença do Estado enquanto garantidor do monopólio legítimo da violência” (ZALUAR, 2002, p. 37). Sabe-se que a corrupção policial não atinge a corporação toda; contudo, essa imagem disforme da polícia carioca é um fator que interfere na atuação da comunidade – juntamente com os órgãos públicos de segurança – no combate à violência no Rio de Janeiro, uma das cidades mais violentas do Brasil, sobretudo quando se refere ao tráfico de drogas.

Carlos (2004) comenta que a violência imposta pela ampliação do narcotráfico delimita ou impede o uso dos espaços da cidade, alterando o curso da vida cotidiana e submetendo-a à convivência com situações criminosas como condição de realização das práticas sociais daqueles que habitam tais espaços. E acrescenta que o crescimento do narcotráfico na cidade – tal como uma nova atividade econômica – realiza-se controlando extensas áreas da cidade, promovendo seu poder enquanto efetivação da violência expressa

pela dominação do espaço da cidade.

Entender como se processa a formação de territórios intra-urbanos controlados pelo tráfico de drogas é uma tarefa difícil para os pesquisadores que se pretendem fazê-lo, sobretudo para os geógrafos urbanos. Mas não é, no entanto, impossível. Faz-se necessário, todavia, conhecer as diferenciações espaciais intra-urbanas, provocadas pelas práticas sociais, econômicas e culturais, que produzem e reproduzem o espaço, para que se torne possível a compreensão da distribuição e das origens da violência.

À medida que as cidades se desenvolvem, tornam-se mais complexas e difíceis de serem compreendidas, pois os fenômenos urbanos tendem a se multiplicar e a se entrelaçar com outros fatores sociais. Assim, quanto mais desenvolvidas são as cidades, mais complicada torna-se a sua análise. Em se tratando especificamente da violência, sabe-se que a mesma caracteriza-se por uma rede de diversos fatores que se arranjam entre si, formando um emaranhado que pode ser identificado como um fenômeno violento.

Conforme Minayo (1995, p. 156), o enfrentamento da violência deve partir do pressuposto de que este fenômeno é, principalmente, “[...] uma questão de cidadania, de direitos humanos e sociais, de reconhecimento do outro como pessoa, exigindo colaboração da sociedade civil e do estado [...]. Uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar”.

Multiforme, complexa, diversa, multicausal são alguns adjetivos que se aplicam à violência e à sua compreensão. E, dentre as diversas formas de violência, o homicídio é a que causa mais estragos, pois além de interromper a vida de alguém, destrói a família da vítima e rompe-se com a estabilização de uma rede de sentimentos inter-pessoais, provocando, dentro desse emaranhado complexo, o medo da morte como principal fator advindo desse processo.

Será visto, a seguir, como se configura a distribuição dos homicídios no interior de algumas cidades brasileiras, e quais as conseqüências reais e imaginárias dessa conformação espacial para o comportamento da população influenciada por tais espaços.

2.3.2.2. A distribuição dos homicídios no espaço intra-urbano de algumas cidades brasileiras

Uma reportagem, publicada pelo Jornal Correio, intitulada *Violência urbana e concentração de renda crescem no Brasil*, de 2004, revela que o crescimento da violência urbana nas cidades brasileiras tem afetado a expectativa de vida de seus habitantes. Esta reportagem apresenta informações do IBGE sobre o Rio de Janeiro, onde as mortes por causas externas, principalmente aquelas relacionadas aos homicídios, reduziram em quatro anos e um mês a esperança de vida dos homens ao nascer. Para o Brasil, a perda é de dois anos, e entre os paulistas, de três. A reportagem informa que entre 1980 e 2000 ocorreram 2.000.000 de mortes por causas externas no Brasil, sendo que 598,4 mil foram causadas por homicídios. Nesse mesmo período, as taxas de mortalidade por homicídios para ambos os sexos aumentaram, apresentando um crescimento de 130%, passando de 11,7/100.000 habitantes para 27/100.000 habitantes. Nessa mesma reportagem, afirmou-se que o aumento da violência é consequência de uma junção de fatores econômicos, geográficos e sociais:

Nos últimos 20 anos, passamos por transformações que não levaram à expansão do emprego. Além disso, o aumento da população ficou concentrado nas regiões metropolitanas, onde as condições de habitação são geralmente precárias. Tudo isso pode fazer recrudesce a violência (VIOLÊNCIA URBANA..., 2004).

Há uma diferenciação considerável na distribuição espacial dos homicídios nas cidades brasileiras acarretadas por diferenças sócio-econômicas. Barata et al. (1998 apud PERES, 2004) constataram que a distribuição da taxa de mortalidade por homicídio no município de São Paulo apresenta uma forte correlação negativa com indicadores de desenvolvimento social. Ao analisar cinco áreas urbanas do município – centro, norte, sul, leste e oeste – os autores perceberam que as taxas eram mais elevadas na zona sul, uma das mais pobres da cidade e que apresenta os piores indicadores sócio-econômicos.

Cárdia; Schiffer (2002), ao estudarem os homicídios nos distritos censitários que compõem o município de São Paulo, constataram que as taxas desse crime são maiores onde existe alta concentração de chefes de família que ganham no máximo três salários mínimos e apresentam baixos níveis de escolaridade, escassos postos de trabalho, alta taxa de mortalidade infantil, dificuldade no acesso a hospitais e postos de saúde e baixo número de agentes de segurança pública (Polícia Militar e Civil). Eles identificaram que as taxas mais elevadas de homicídio concentravam-se em quatro distritos da zona sul do município de São Paulo: Capão Redondo (93,02/100 mil), Campo Limpo (93,80/100 mil), Jardim São Luis (103,75/100 mil) e Jardim Ângela (116, 23/100 mil), e concluíram que

Os dados sugerem que a desigualdade no acesso a direitos alimenta a violência. As comunidades mais afetadas pela violência têm em comum uma superposição de carências. Os poucos elementos de proteção contra os efeitos da violência advêm da própria coletividade que, a despeito das condições muito adversas, em que a incivilidade e o desrespeito mútuo prosperam, resistem e mantêm no dia-a-dia relações mais próximas e de mais cooperação com seus vizinhos do que moradores de outras regiões da cidade. O limite dessa resistência parece estar nos atos de violência que possivelmente são percebidos como ameaçando a própria sobrevivência. Nesses casos, eles se absterem. [...] A continuidade dessas carências, e desse parco acesso a direitos, parece decorrer muito mais da baixa capacidade de resposta do poder público do que da capacidade ou disposição desses moradores de agir coletivamente (CARDIA; SCHIFFER, 2002, p. 31).

Cárdia; Adorno; Poleto (2003) fizeram um estudo semelhante ao de Cardia e Schiffer (2002) e analisaram a relação entre taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos 96 distritos censitários do município de São Paulo, utilizando-se de algumas variáveis sócio-econômicas, a saber: saneamento básico, renda, emprego, saúde, qualidade da habitação, perfil demográfico da população, dentre outros. O estudo constatou que as taxas de homicídio aumentam: à medida que se agrava o acesso a empregos; que ocorre um aumento do número de chefes de família com baixa escolaridade, ou seja, com menos de quatro anos de escolaridade; que a moradia indica condições precárias, tais como alta densidade e baixo acesso à rede de esgotos; e, finalmente, que as taxas de homicídio aumentam à medida que se agravam as taxas de mortalidade infantil e de acesso a leitos hospitalares.

O estudo verificou ainda, que a taxa de homicídio é elevada onde ocorrem altas taxas de crescimento de jovens e crianças e baixo número de velhos, assim como onde o nível de escolaridade e renda é baixo. Cardia (2004) comenta que, dentre os 96 distritos censitários participantes do município de São Paulo, 24 deles – que representam 34,8% da população – apresentam taxas de homicídios que superam a média da cidade, de 66,89/100.000 habitantes em 1999. Além disso, demonstra diferir esses 24 distritos dos demais quanto a algumas características particulares, a exemplo da concentração de maior parte da população com menor renda da cidade, concentração de chefes de família com baixa escolaridade; grande número de famílias chefiadas por mulheres, altos índices de densidade nas habitações, pouca disponibilidade de postos de trabalho e perfil demográfico distinto dos demais distritos quando o crescimento demográfico nestes chegou a ser nove vezes superior aos demais. Só a título de exemplo, enquanto a cidade de São Paulo cresceu 0,88% ao ano, Cidade Tiradentes cresceu 7,89%.

Um estudo realizado por Maia (1999), intitulado *Vinte anos de homicídios em São Paulo*, partindo de 1980 até 1999, verificou que as maiores taxas de mortalidade por homicídio foram localizadas na Região Metropolitana de São Paulo, a leste, sul e sudeste, todas superiores a 60,00/100 mil habitantes. O autor ressalta que o risco de morrer por homicídio é 35 vezes maior para um residente do município de Diadema do que para um residente do distrito de Moema.

O estudo mostrou também, que o risco de um paulista ser vítima fatal de violência diferencia-se em relação ao sexo, idade, estado civil, local de residência, entre outras. O referido autor ressalta que o mapeamento das mortes por homicídios, bem como a análise das características demográficas e sociais das vítimas são instrumentos pertinentes para o monitoramento desse tipo de morte. E acrescenta que tais informações podem “[...] contribuir para o planejamento de ações na área de segurança, no sentido de procurar minimizar esta

questão que preocupa a todos” (MAIA, 1999, p. 128).

Considera-se, ainda, que o estudo desenvolvido por Maia (1999) confirma os dados apresentados por Córdia e Schiffer (2002) com relação à distribuição espacial dos homicídios, pois, ao observar a FIGURA 04, a seguir, percebe-se que os distritos de Capão Redondo, Campo Limpo, Jardim São Luiz e Jardim Ângela são os que apresentam as maiores taxas de homicídios.

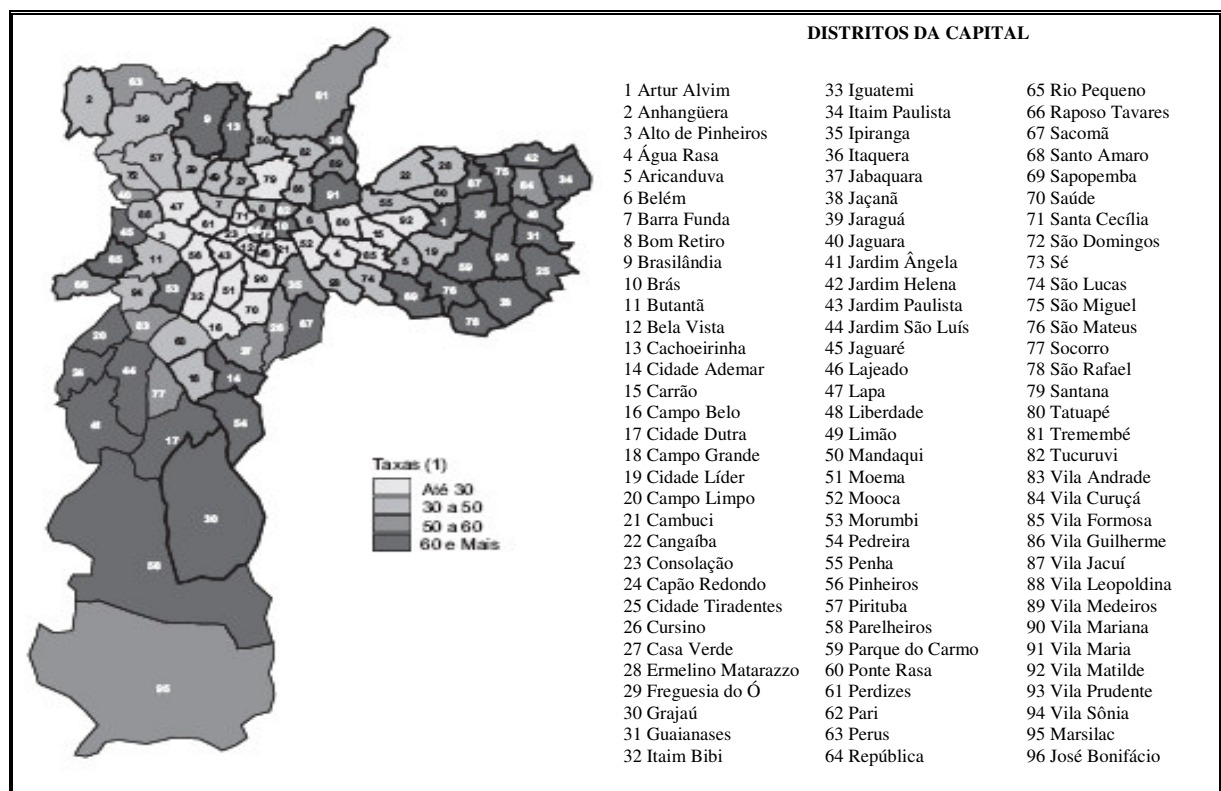


FIGURA 04: São Paulo. Taxas de mortalidade por homicídios, segundo Distritos da Capital – 1999.

FONTE: Fundação Seade – Sistema de Estatísticas Vitais.

NOTA: (1) Por 100 mil habitantes.

Extraído de: Maia (1999)

Toledo (1996) afirma que cerca de 35% dos homicídios registrados nos distritos mais violentos de São Paulo aconteceram em circunstâncias nas quais houve a ingestão de bebida alcoólica, sobretudo em situações de brigas. E mais de 20% dos homicídios se deram dentro de bares. O autor citado destacou, igualmente, que a maioria dos homicídios ocorre durante o fim de semana e na periferia. E, não por acaso, esses crimes acontecem em distritos onde não há opção de lazer, tais como cinema, teatro e parques, mas apenas bares.

Peres (2004) constatou que o perfil das vítimas nos municípios do Estado de São Paulo difere em relação ao estrato sócio-econômico. Considerando-se cinco estratos sócio-econômicos – classificados com base na renda média – verificou-se que a razão homem/mulher das mortes por homicídio nos municípios de São Paulo oscila de 5,2:1 no estrato mais elevado a 32,6:1 no estrato mais baixo, e que a idade da vítima é maior no estrato mais elevado.

Mesquita Neto (2001) argumenta que os mapas da criminalidade mostram que as taxas mais elevadas de homicídio são registradas na periferia das grandes cidades e das regiões metropolitanas, onde a pobreza, o desemprego e a falta de habitação e serviços básicos, de saúde, educação, transporte, comunicações, segurança e justiça, são elevados. O autor constatou que, na cidade de São Paulo, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes, em 1999, variou de 4,11 em Moema (na região central) para 116,23 no Jardim Ângela (na periferia Sul).

Lima; Ximenes (1998) perceberam que, em Recife, as maiores taxas de mortalidade por homicídio estão situadas em áreas urbanas com as piores condições de vida. Por conseguinte, Beato Filho et al. (2001) identificaram, em Belo Horizonte, cinco agrupamentos de mortes por homicídio em bairros pobres e favelas, o que, segundo os autores, pode ser explicado pela presença do tráfico de drogas. Santos et al. (2001) também observaram que, em Porto Alegre, as taxas mais elevadas de homicídio concentram-se em áreas com baixas condições sócio-econômicas, alta densidade populacional, presença de favelas e do tráfico de drogas.

De acordo com Barata (2002), pessoas que vivem em áreas com condições sócio-econômicas mais precárias apresentam maiores riscos de morte por homicídio. Para a autora, as desigualdades de renda criam condições que propiciam conflitos. Além disso, quanto maiores as disparidades na distribuição de renda, menores os investimentos em áreas sociais

tais como saúde, educação e desenvolvimento humano. Essa autora afirma que as condições sócio-econômicas são determinantes macro-estruturais do risco de homicídio, pois elas modulam uma exposição mais específica relacionada à idade e ao sexo.

Os homicídios apresentam um comportamento definido, espaço-temporalmente, nas cidades. Tendem a se concentrar em determinados horários e dias da semana e predominarem sobre classes sociais definidas, com incidência mais acentuada entre os jovens do sexo masculino. Isso pode ser percebido em todas as cidades brasileiras. Dessa forma, Beato Filho (2004, p. 361), ao analisar o padrão espaço-temporal dos homicídios em Belo Horizonte, constatou que “Eles ocorrem majoritariamente entre 20 e 24 horas e, em sua grande maioria, nos finais de semana, especialmente no sábado e no domingo”. Além disso, o autor percebeu que as características físicas, sociais e econômicas do espaço onde a incidência de homicídios é mais elevada apresentam-se abaixo do padrão observado para outras regiões da cidade, e que o número médio de anos de estudo é três anos menor nesses locais, ou seja, 5,53 contra 8,51. Constataram, também, que o número de homicídios é maior em locais nos quais a taxa de ocupação no mercado formal, a taxa de mortalidade infantil e de analfabetos é elevada e onde o índice de infra-estrutura urbana é deficiente cerca de cinco vezes em relação às outras regiões da cidade.

Silva Filho; Peres Netto (2005) entendem que o homicídio é um crime consideravelmente ligado a questões sociais que caracterizam as áreas onde ele mais incide. Portanto, a sua redução e prevenção dependem de uma integração das polícias civil e militar, bem como do suporte social oficial e da participação da sociedade. Os autores comentam que a redução da impunidade, conseqüente da rápida detenção dos homicidas, é de fundamental importância, mas nesse tipo de delito a prevenção mais eficaz deve partir de políticas que alcancem o grupo social jovem, pois são os principais agressores e as principais vítimas, e são eles quem possui um maior potencial de recuperação dos desvios de comportamento.

Assim, os autores supracitados fazem as seguintes indagações: há algum programa sério e abrangente cuidando desse grupo social, cujas preocupações estejam voltadas para o futuro dessa sociedade marginalizada? Muitas cidades têm desenvolvido programas direcionados aos jovens, sobretudo aqueles que habitam espaços pobres da sociedade. Contudo, ainda há um número elevado de crianças que, futuramente, tornar-se-ão jovens, e que precisam de atenção tão logo comecem a participar das vicissitudes da vida.

Em suma, conhecer os fatores que produzem e reproduzem o espaço, criando as diferenciações intra-urbanas e os espaços propensos à ocorrência dos homicídios e conhecer o perfil das vítimas, tais como sexo, faixa etária e grupo social atingido são fundamentais para se desenvolver políticas de intervenção.

Dentre as várias técnicas já empregadas pelos pesquisadores, neste campo de análise, o Geoprocessamento tem sido uma das mais utilizadas atualmente para sistematizar, espacializar, analisar e compreender a distribuição de diferentes tipos de crimes nas cidades, principalmente dos homicídios e dos roubos, e é sobre essa ferramenta que se falará a seguir.

2.3.2.3. Geoprocessamento: ferramenta indispensável na análise da distribuição dos homicídios.

Encontra-se disponível, atualmente, uma série de recursos tecnológicos importantes para os diversos campos da ciência e da sociedade. A essa diversidade de tecnologias computacionais dá-se o nome de Geoprocessamento, definido por Rodrigues (1990) como um conjunto de tecnologia de coleta e tratamento de informações espaciais e de desenvolvimento, e uso, de sistemas que as utilizam. Assim, Morato; Kawakubo; Luchiari (2005, p. 9775) comentam que “[...] as áreas que se servem das tecnologias de

geoprocessamento têm, em comum, o interesse por entes de expressão espacial, sua localização, ou distribuição, ou ainda a distribuição espacial de seus atributos”.

Os autores citados anteriormente comentam que as tecnologias de Geoprocessamento são diversas, e englobam os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), o Sensoriamento Remoto e os Sistemas de Posicionamento Global (GPS). Estas tecnologias podem ser utilizadas em diversas áreas, tais como a Geografia, a Cartografia, a Agronomia, a Geologia, entre outras, fornecendo importante subsídio para variadas aplicações. Vários autores têm destacado o potencial do SIG como instrumento a ser utilizado na implementação de trabalhos em diversas modalidades de estudos ambientais, assim como para o estudo do ambiente urbano e de variáveis socioeconômicas.

Rosa; Brito (1996), por sua vez, definem o Geoprocessamento como sendo um conjunto de tecnologias utilizadas na coleta e tratamento de informações espaciais. Rosa; Santos; Souza (2005) argumentam que as técnicas de Geoprocessamento flexibilizam e agilizam os trabalhos e melhoram a interpretação de informações por meio da combinação de diferentes mapas temáticos, tornando a Cartografia Digital um método eficaz de auxílio na interpretação de fenômenos espaciais, especialmente, do espaço urbano.

O Geoprocessamento vem sendo utilizado em larga escala na análise da violência no Brasil, por instituições que se ocupam desse problema, e dois trabalhos importantes no campo da Geografia se detiveram em analisar a violência urbana no país a partir do emprego da tecnologia do Geoprocessamento. Um deles é o de Francisco Filho (2004), que analisou, em sua tese de Doutorado, a distribuição espacial da violência em Campinas. O outro é o de Rocha (2003) que realizou, em sua dissertação de Mestrado, a espacialização das ocorrências de homicídios em municípios de Minas Gerais entre 1991 e 1998.

Francisco Filho (2004) declara que pesquisadores, governos e instituições têm buscado soluções que visem diminuir a violência nas cidades, mas o que pode ser percebido é

um processo dicotômico de uma polícia consideravelmente fraca e debilitada diante de um crime que tem se mostrado cada vez mais organizado. Conforme o autor citado, buscam-se soluções a esmo, sem o entendimento, de forma clara e consistente, de como a violência se distribui no espaço urbano e quais as variáveis envolvidas nesse processo. Dessa forma, é de suma importância que os pesquisadores que se voltam à compreensão da violência utilizem ferramentas que possam localizar, quantificar e relacionar as ocorrências criminosas a elementos que fazem parte da dinâmica das cidades.

O conhecimento da distribuição da violência no espaço, bem como o estabelecimento de relações de causa e efeito com outros fenômenos, de acordo com Francisco Filho (2004, p. 2), permite “[...] desenvolver metodologias que orientem os responsáveis pela gestão da cidade, seja na tarefa de propor o direcionamento adequado das verbas do estado ou na orientação de ações repressivas perpetradas pelos órgãos responsáveis”.

A esse respeito, o referido autor comenta que o Geoprocessamento é uma ferramenta valorosa na análise de fenômenos com expressão territorial, pois permite a espacialização por meio da quantificação, qualificação e localização, assim como o relacionamento com outras variáveis espaciais. Essa metodologia permite estabelecer relações de causa e efeito, útil a todos que têm como função a gestão do espaço urbano. Francisco Filho (2004, p. 3) afirma que não basta apenas reprimir a ação, “[...], pois a repressão inadequada apenas muda o foco da violência, que se volta para espaços onde encontra, novamente, condições favoráveis para se desenvolver”.

O autor supracitado comenta que o Geoprocessamento permite estabelecer relações entre as ocorrências criminosas por meio de uma visão geográfica na qual as relações espaciais entre os eventos são determinadas pelos atributos de localização, extensão e natureza. Em suma, o Geoprocessamento permite saber onde o fenômeno ocorre, “[...] qual

sua extensão e de que forma o mesmo está relacionado com outros fenômenos”. (FRANCISCO FILHO, 2004, p. 79).

O mapeamento quantitativo da violência sintetiza apenas em parte uma realidade vivida por determinada população. Entretanto, espacializar os eventos violentos ajuda na intervenção sobre os espaços onde a incidência de determinados crimes é mais elevada. Rosa; Santos; Souza (2005, p. 28), por exemplo, afirmam que “O mapa é um meio eficaz de sensibilizar os órgãos envolvidos com a segurança pública [...] e a espacialização das ocorrências de crimes permite uma ação mais eficaz sobre os mesmos”.

Com o avanço da tecnologia computacional tornou-se mais fácil a utilização de mapas, em maior escala, em muitos trabalhos desenvolvidos, facilitando a espacialização de informações, uma vez que os SIGs, por exemplo, agilizam a consulta e a localização georreferenciadas de informações a partir de *softwares* e *hardwares* próprios para se realizar tais funções. A esse respeito, Rosa; Santos; Souza (2005, p. 29) afirmam que

Ao longo da década de 1970, desenvolveram-se fundamentos matemáticos direcionados à Cartografia, dando origem à topologia aplicada, o que permitiu as análises espaciais entre elementos cartográficos. A cartografia via automação do desenho abriu frente às técnicas de Geoprocessamento, apoiado em softwares e hardwares cada vez mais sofisticados, integrados às bases de informação alfanumérica com a informação gráfica do espaço. Até então, apenas grandes organizações utilizavam SIGs em sistemas de grande porte. Na década de 1980, com a popularização e o barateamento das estações de trabalho, computadores pessoais e bancos de dados, o uso de SIGs foi difundido com a incorporação de muitas funções de análise espacial.

Em síntese, entender o espaço é compreender as relações sociais que o produz e que são produzidas por ele. Diante disso, faz-se as seguintes perguntas: por que alguns espaços urbanos apresentam maiores índices de violência do que outros? Como entender a violência diferencial na cidade? Por que existem bairros onde o tráfico de drogas é mais acentuado? Qual é a relação existente entre o homicídio e os fatores econômicos? É possível estabelecer tal relação? Fatores sócio-econômicos podem ser condicionantes de atos violentos? Como

encontrar a resposta para tais questões? Elas são únicas ou se entrelaçam? O espaço determina a reprodução da violência ou são as relações sociais produzidas nele que refletem no modo de vida e no comportamento da sociedade que nele habita, levando-a à prática da violência?

No decorrer desta pesquisa tentar-se-ão esclarecer algumas dessas indagações. Serão tratadas, a seguir, questões relacionadas às políticas de segurança pública que vêm sendo implantadas no Brasil, com vistas a minimizar e/ou combater as diversas formas de violência que têm se propagado nas cidades brasileiras, sobretudo naquelas mais urbanizadas e desenvolvidas.

3. POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: desafios e perspectivas

Poucos temas exercem tanto fascínio e tanta polarização nos debates públicos quanto “segurança pública”. Paradoxalmente, poucos temas são tão deturpados e incompreendidos. O enorme tempo dedicado ao tema justificaria uma maior racionalidade dos debates, mas são ainda tímidos os avanços na busca de formas diferenciadas de interpretação e encaminhamento das questões relacionadas à criminalidade e à reação social despertada por tal fenômeno (DIAS NETO, 2005, p. 70).

A insegurança é um substantivo que está cada vez mais presente nas grandes e médias cidades brasileiras, pois, à medida que as mesmas alcançam um determinado grau de desenvolvimento, aumentam e diversificam as modalidades de crimes e, conseqüentemente, os espaços no qual a insegurança torna-se mais elevada.

No entanto, a insegurança vivida atualmente em tais cidades não tem semelhança com sentimentos de insegurança vivenciados em outros tempos da História Humana, posto que na diacronia das transformações sociais há produção de situações que estimulam e propagam tal fenômeno. Dessa forma, Silva (1999) lembra da necessidade de, ao se buscar soluções para a criminalidade e a violência, levar-se em consideração o momento histórico de análise ou, pelo menos, o momento imediatamente precedente. Se isso não for realizado, o autor citado comenta que poderá incorrer-se no erro de se tentar soluções ultrapassadas para situações novas e díspares.

A criminalidade, no Brasil, desenvolveu-se, diversificou-se e organizou-se, ao passo que as formas de controle, combate e intervenção públicas sobre tais práticas permaneceram estanques no tempo. Silva (1999) afirma que nunca houve uma preocupação por parte do Poder Público em realizar um controle sobre a criminalidade e a violência. Pelo

contrário, sempre se pensou que fosse possível extingui-las por completo. Sendo assim, privilegiaram-se as batidas policiais, as *blitze*, o “combate” e a guerra contra o crime, pois

O que importava era o restabelecimento da ordem pública quando quebrada, ou a sua preservação quando ameaçada. Era assim que se entendia a segurança pública. [...] A segurança do cidadão, da sua integridade física e de seu patrimônio individual era outra questão, à qual, pelas razões acima apontadas, não se dava atenção maior do que a repressão policial a situações particulares e localizadas (SILVA, 1999, p. 4).

A segurança pública, tal como afirma a Constituição de 1988, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, a ser exercida para a preservação da ordem pública e da integridade das pessoas e do patrimônio público e privado, por meio dos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civil e Militar e Corpos de Bombeiros Militares (BRASIL, 1988, Art. 144). Entretanto, a insegurança ainda prevalece sobre as políticas de segurança atualmente implantadas pelos órgãos públicos aos quais cumprem fazê-las.

Para que a segurança pública alcance bom êxito em suas políticas de controle, é imprescindível conhecer as possíveis causas dos atos violentos para que a atenção não se volte, simplesmente, para os sintomas provocados pelas ações violentas, respondendo de forma retroativa a ações puníveis de indivíduos. Baratta (1999, apud DIAS NETO, 2005, p. 105) revela que

[...] a ineficácia da resposta repressiva costuma reforçar a demanda punitiva, como se o problema estivesse na baixa dosagem do remédio (número de prisões e de policiais, rigor da pena, idade da maioridade penal) e não na escolha do remédio em si. Instaura-se assim um círculo vicioso de resposta penal à frustração gerada pela ineficiência da pena.

Contudo, as causas da violência são múltiplas, sendo importante que as políticas de intervenção e controle se direcionem a cada crime, especificamente. Ou seja, trata-se de uma tarefa difícil, mas não impossível. Beato Filho (1999, p. 15), por sua vez, afirma que “[...] após identificada a suposta causa do crime, este seria rapidamente erradicado desde que

houvesse vontade política”, e afirma:

Da mesma forma que a inflação deve ser abatida com um tiro apenas, o analfabetismo com uns trocados a mais nos bolsos dos professores, a distribuição de renda com alguns golpes de caneta, ou o problema da saúde com um pouco mais de recursos, a criminalidade seria combatida mediante (sic) políticas de combate à pobreza, miséria e de geração de empregos (BEATO FILHO, 1999, p. 15).

A violência, sob os seus diferentes aspectos, é bastante complexa para estar sob o encargo apenas de policiais, advogados ou juízes, já que esse fenômeno envolve dimensões que exigem a combinação de várias instâncias, sob a direção do Estado, que “[...] deve mobilizar organizações que atuam na área da saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e, naturalmente, da segurança” (BEATO FILHO, 1999, p. 25). Isto não significaria, segundo o autor, que o Estado deva paralisar suas atividades nessas áreas em favor do atendimento de populações e áreas assoladas pela criminalidade de impacto violento, mas simplesmente reconhecer que o atendimento, em tais áreas, é realmente prioritário. E conclui com a seguinte indagação e análise:

A que nível de governo devem ser prioritariamente tratadas as questões acerca de segurança pública? Depende. A maioria dos problemas são locais e devem ser definidos e tratados localmente. Outras coisas são de competência do governo federal. Além das atribuições definidas constitucionalmente, são centrais na formulação e implementação dessas políticas tais a construção e manutenção de um sistema de indicadores sociais de criminalidade, ou o estímulo a pesquisas em determinados “problemas” que preocupam o governo federal. Isto seria feito através da indução à pesquisa sobre estes problemas identificados pelo governo federal. Atenção especial deve ser dada não apenas ao estímulo às pesquisas, mas cuidar para que elas tenham recomendações práticas, com especial atenção aos mecanismos de avaliação de implementação das políticas sugeridas (BEATO FILHO, 1999, p.19).

Dias Neto (2005, p. 125) argumenta que um dos pilares da prevenção à criminalidade violenta está baseado na “[...] descentralização do poder de decisão do Estado por meio da participação direta dos cidadãos no planejamento da segurança urbana”. Além disso, a segurança pública deve ser pensada como um mecanismo que vise não apenas reprimir às ações criminosas, por meio de artifícios estatais, mas se deve levar em consideração sua complexidade causal. E acrescenta que o tecido social urbano é constituído

de incontáveis realidades de insegurança e incalculáveis expectativas de segurança que, por sua vez, correspondem a uma diversidade de interesses, experiências e posições que os indivíduos tendem a assumir em suas vidas públicas e privadas. Assim, o motorista e o pedestre, o policial e o cidadão, o público e o privado constituem alguns dos pólos em torno dos quais ocorrem os conflitos, no cotidiano, pelo uso de um mesmo território.

Uma política de prevenção integrada, tal como afirma Dias Neto (2005, p. 143) “[...] caracteriza-se pela diversificação das respostas sociais e governamentais aos problemas do crime e da insegurança. Não há autor social que não possua alguma responsabilidade na gestão da segurança no espaço urbano”. Além disso, “[...] somente a ação concertada envolvendo recursos do Estado e das organizações da sociedade civil pode viabilizar uma estratégia de defesa integral dos direitos”.

3.1. Políticas de Segurança Pública no Brasil

Um problema encontrado na formulação de políticas públicas de segurança concerne a uma discussão conceitual. Beato Filho (1999, p. 16) argumenta que há diferentes eventos e fenômenos sob o conceito de violência que dificultam a formulação de políticas públicas, o que “[...] significa identificar fatores de risco distintos a cada situação”.

Um outro problema que dificulta a formulação de políticas de segurança está relacionado com o tema “polícia”, que vem ocupando um espaço considerável na mídia, com episódios que diminuem a confiança da população brasileira nessa corporação. A polícia do Rio de Janeiro é uma das mais violentas do Brasil, e as informações supracitadas confirmam isto. Chauí (2003) afirma que a ação policial pode, às vezes, ser considerada violenta, recebendo o nome de “chacina” ou “massacre”. Isso ocorre quando, de uma só vez e sem

motivo, o número de assassinados é bastante elevado, em um mesmo local e em uma mesma hora. Porém, a autora comenta que os homicídios causados por policiais são considerados normais e naturais, pois se trata de proteger o “nós” dos “eles”.

Ao contrário da conduta empregada pelos policiais, Fernandes (2003, p. 53) argumenta que “[...] a prática policial deve ser exercida sempre em consonância com os Direitos Humanos e em prol da vida, da dignidade humana e da harmonia individual e coletiva”. E complementa:

As funções das organizações policiais estão geralmente relacionadas á preservação da ordem pública, à prestação de auxílio e assistência em todos os tipos de emergência, e à preservação e detecção do crime [...]. A prática policial é um componente visível da ação do Estado, sendo as ações dos seus encarregados raramente vistas ou avaliadas como individuais e, na verdade, muitas vezes vistas como indicador do comportamento da organização como um todo. É exatamente por isso que certas ações individuais de policiais (tortura, corrupção, uso excessivo da força) podem ter um efeito tão devastador na imagem de toda a organização (FERNANDES, 2003, p. 60).

Beato Filho (1999) diz que a discussão concernente ao problema da polícia no Brasil é de relevante para destacar uma das dificuldades que se enfrenta no que se refere a uma das organizações do sistema de Justiça Criminal. Ressalta-se que o controle da violência e da criminalidade não está relacionado exclusivamente ao sistema de Justiça Criminal. Muitos pensam: “[...] se tivermos uma polícia preparada e eficiente, uma legislação adequada e um complexo de prisões com vagas suficientes para receber os delinquentes, provavelmente as taxas de criminalidade cairão” (BEATO FILHO, 1999, p. 21).

O autor afirma que não há evidências de que quanto maior o número de policiais, menor é o número de crimes. Um estudo realizado em 56 cidades com mais de 250 mil habitantes, em 49 estados americanos, concluiu que a variação nas taxas de criminalidade em relação ao número de policiais era relativamente pequena. Outro exemplo é o do Canadá, que tem a taxa de um policial para 353 habitantes e uma taxa de homicídios de 5,9/100.000 habitantes. Porém, a China possui um policial para 1.382 habitantes e, contudo, a taxa de

homicídios registrada naquele país é de 2,0/100.000 habitantes.

Em Minas Gerais, há regiões com um número muito reduzido de policiais militares por habitantes. É o caso da região Norte do Estado, que possui um policial para 1500 habitantes e, no entanto, a taxa de crimes violentos é de 12,8/100.000 habitantes, diferente de Belo Horizonte (Região Central), que possui um policial para 700 habitantes e a taxa é mais elevada, ou seja, 24/100.000 habitantes. Beato Filho (1999) acrescenta que o fato de ter mais policiais na rua e mais pessoas presas não diminui o número de crimes; contudo, isso tem um efeito importante na diminuição da taxa de medo da população, o que já é considerável.

A segurança pública, tal como afirma a Constituição Brasileira de 1988, é também responsabilidade de todos, e ela só será verdadeiramente eficaz quando a sociedade estiver inteiramente ciente disso. Ou, pelo menos, deixe de ser espectadora do intrigante espetáculo do fenômeno violento e passe a atuar como interventora sobre uma situação que ela própria produz e predispõe-se a sofrer as conseqüências de tais práticas.

A população pode participar da segurança pública a partir do estabelecimento de um policiamento comunitário. Baptista (2003) afirma que o modelo policial dito comunitário-interativo tem como pressupostos básicos a participação da sociedade na formulação de políticas públicas de segurança e o respeito aos direitos de cidadania.

Musimesi (2003), por sua vez, aborda a implantação do policiamento comunitário ou interativo no bairro de Copacabana, o mais populoso do Rio de Janeiro, e em muitas cidades do Espírito Santo. Em Copacabana, porém, essa modalidade de segurança envolvendo a comunidade não durou muito tempo, sendo extinto logo que houve mudança no governo do Estado. A autora cita iniciativas importantes, embora de natureza distinta, em São Paulo, Sergipe, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco, que tem como objetivos comuns reduzir a violência policial, desestruturar as redes criminosas no interior da mesma e manter parcerias com organizações da sociedade civil, sendo o propósito de defender os

direitos humanos. O Projeto Axé, desenvolvido na Bahia, é um exemplo de trabalho realizado por policiais que atuam como educadores de meninos de rua. Esse projeto tem por objetivo a prevenção da violência a partir da educação, sobretudo daqueles que são as principais vítimas dos atos violentos – os adolescentes e jovens.

Foi no final da década de 1990 que começaram a ser publicadas, no Brasil, as primeiras elaborações sobre policiamento comunitário, cuja viabilidade, conforme Raizer (2003), implica a superação do padrão dominante de operação e de atuação policial existente. As primeiras experiências de policiamento comunitário surgiram em 1988, nas cidades de Guaçuí e Alegre, no Espírito Santo, e no período de 1994 e 1995 esta modalidade de policiamento surge em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Muitos estudos sobre a segurança pública consideram a parceria com a comunidade como uma das melhores formas de se desenvolver estratégias de controle da violência. Nunes (2003, p. 39) sustenta esse argumento observando que:

As interlocuções e parcerias, ainda que difíceis, certamente rendem frutos que podem contribuir para gerar ações e políticas mais amplas, beneficiando um número maior de pessoas que necessitam de algum tipo de amparo com relação à sua experiência com a segurança. Caracteriza-se como uma nova maneira de pensar na proteção e no socorro públicos, baseando-se na crença de que os problemas sociais, condicionantes da criminalidade e o seu controle, terão soluções mais efetivas, na medida em que haja participação das comunidades na sua identificação, análise e na implementação de ações conjuntas para a busca de soluções.

Santana (2004) diz que, nos EUA, vem sendo implementadas importantes iniciativas pelo *Center of Diseases Control an Prevention* (CDC), e algumas instituições governamentais e não governamentais estão desenvolvendo o conceito de segurança comunitária (*safe community*) no âmbito de programas e políticas de prevenção e intervenção. Tais conceitos vêm sendo aplicados em cidades como Nova Iorque, Califórnia, Los Angeles, dentre outras. Com essa iniciativa, já foram identificados diversos fatores de risco predisponentes a atos violentos e, após esse diagnóstico, os programas vêm tentando atuar sobre esses fatores. Tais programas apontam como fatores de risco comuns:

O álcool, o acesso fácil às armas de fogo, o uso de drogas, pobreza e desemprego, discriminação racial, atitude cultural, machismo, falta de comunicação e resolução de conflitos, televisão, filmes, videogames sobre a violência, transição e mobilidade social, baixa ligação e desorganização comunitária, história familiar de problemas de comportamento, gerenciamento familiar de problemas, atitude dos pais envolvendo uso de drogas, crime e violência, comportamento persistente e antisocial, falta de escola elementar, alienação e rebeldia, existência de amigos que se envolvem em problemas de comportamentos, atitudes favoráveis em direção a comportamento problemáticos, fatores constitucionais (biológicos e físicos) (SANTANA, 2004, p. 30).

Minayo (1997) fala que distintas iniciativas e alguns projetos têm buscado alternativas de prevenção à violência e à promoção da saúde, mediante a mobilização da comunidade e a intervenção do poder público em defesa da paz e para melhorar a qualidade de vida e saúde da população. Cuidam, ainda, para que tais intervenções não incidam significativamente sobre a estrutura social geradora das desigualdades econômicas. Essas medidas têm o potencial de reduzir as taxas atuais de violência, pois promovem valores de paz e oferecem certas oportunidades aos grupos submetidos a maiores riscos.

As políticas públicas de segurança, tal como sustenta Silva (1999), devem distinguir claramente as medidas preventivas das repressivas. Assim, faz-se necessário delinear o que deve ser enfrentado com o sistema repressivo (a justiça criminal, os presídios e a força do efetivo polícia) e o que deve ser alvo dos programas de prevenção. O autor citado afirma que não adianta reprimir os traficantes de entorpecentes se os jovens não forem desencorajados do consumo de tóxicos. É indispensável que, na elaboração de políticas públicas de segurança, se conheça para quem serão direcionadas, posto que assim é possível traçar objetivos específicos para os setores da sociedade mais atingidos pela violência.

As propostas de prevenção e de melhoria dos indicadores de violência brasileira e mundial são diversas, e algumas delas estão contidas no ANEXO 06.

Para que um programa de segurança tenha eficácia, Soares et al. (2002, p. 16) dizem que são necessários os seguintes estágios: diagnóstico, plano de ação, avaliação, monitoramento e implantação de projetos piloto:

[...] diagnóstico das dinâmicas criminais e dos fatores de risco (seja de vitimização, seja de atração para o crime), local e geral, sensível às variações ditadas pelas circunstâncias e as conjunturas; a elaboração de um plano de ação, capaz de formular uma agenda, identificar prioridades e recursos, e estipular metas; sua implementação (que importa em tarefas de coordenação e de garantia de cumprimento de metas e cronogramas); sua avaliação (não só dos resultados, também do processo), seguida do monitoramento, que significa a correção de rumo ditada pela constatação dos erros. É conveniente implantar projetos piloto e observá-los, criticamente, como experimentos-demonstração.

Os autores citados afirmam que os programas ou políticas de segurança precisam definir critérios, métodos e mecanismos de avaliação e monitoramento, para que os possíveis erros que vierem a surgir não se repitam. Se isso vier a ocorrer, a busca pela qualidade termina sendo negligenciada e o programa pode vir a ser desativado. E afirmam que políticas, projetos e programas de segurança pública devem andar juntos com programas sociais de redução da exclusão social e da distribuição equitativa dos direitos nos setores de saúde, renda, moradia, trabalho, uma vez que os espaços urbanos menos privilegiados, em termos de equipamentos públicos e qualidade de vida, são os mais propícios à ocorrência de atos violentos.

Silva (1999) argumenta que os Estados e municípios, apesar de serem autônomos quanto à elaboração de suas políticas de segurança, os seus planos devem estar em sintonia com as propostas apresentadas pelos planos nacionais, aproveitando-se destes o que lhes aprouver e que seja passível de realização dentro de suas realidades.

3.1.1. Plano Nacional de Segurança Pública

O Plano Nacional de Segurança Pública foi elaborado e aprovado em 2000, e está estruturado em quatro capítulos, descritos a seguir no QUADRO 06.

- Capítulo I: Medidas no âmbito do governo federal: combate ao narcotráfico e ao crime organizado; desarmamento e controle de armas; repressão ao roubo de cargas e melhoria da segurança nas estradas; implantação do subsistema de inteligência de segurança pública; ampliação do programa de proteção a testemunhas e vítimas do crime; e regulamentação da mídia x violência;
- Capítulo II: Medidas no âmbito da cooperação do governo federal com os governos estaduais: redução da violência urbana; inibição de gangues e combate à desordem social; eliminação de chacinas e execuções sumárias; combate à violência rural; intensificação das ações do Programa Nacional de Direitos Humanos; capacitação profissional e reaparelhamento das polícias; e aperfeiçoamento do sistema penitenciário;
- Capítulo III: Medidas de natureza normativa: aperfeiçoamento Legislativo;
- Capítulo IV: Medidas de natureza institucional: implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública, com vistas a possibilitar a construção de uma base de dados sólida e confiável e de um sistema que permita o monitoramento do desempenho das polícias no Brasil.

QUADRO 06: Estrutura do Plano Nacional de Segurança Pública.

FONTE: Brasil (2000).

O objetivo principal do Plano Nacional de Segurança Pública é:

[...] aperfeiçoar o sistema de segurança pública brasileira, por meio de propostas que integrem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a reprimir e prevenir o crime e reduzir a impunidade, aumentando a segurança e a tranquilidade do cidadão brasileiro. (BRASIL, 2000, p. 1).

Considera-se que o compromisso de número 15 do Capítulo IV, que trata do Sistema Nacional de Segurança Pública, seja de grande importância na elaboração de políticas de redução dos homicídios, presentes que estão, neste compromisso, propostas que se destinam à construção de uma base de dados criminais unificada a partir do Programa de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública – INFOSEG. Essa proposta ajudará a diminuir, dentre outros problemas, a subnotificação dos homicídios no país, sendo esta uma das maiores dificuldades encontradas quando se tenta fazer análises comparativas dos dados criminais entre os estados e municípios brasileiros.

Outra questão importante é a criação do Observatório Nacional de Segurança Pública, que tem por objetivo avaliar programas desenvolvidos em todo o país na área de segurança pública. Ele visa identificar experiências inovadoras e bem sucedidas, com o intuito de estimular órgãos interessados em instalá-las em outros locais.

No Capítulo IV existe, também, o compromisso de realizar uma Pesquisa

Nacional de Vitimização anualmente tendo, dentre outros participantes, o Ministério da Justiça, a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, universidades e institutos de pesquisa.

Os resultados esperados pelo Plano para 2000 e 2002 (sendo que alguns já foram alcançados), é que fossem disponibilizados dados estatísticos confiáveis e comparáveis; que fossem elaboradas metodologias de coleta de informações e dados unificados e sistematizados; que todos os estados brasileiros produzissem dados e informações apropriadas; que fosse feito um censo penitenciário de forma sistemática; que fosse realizado, anualmente, a pesquisa sobre vitimização; e, por fim, que o planejamento e a orientação de políticas públicas de segurança fossem feitos de acordo com o desempenho e o sucesso da sua aplicabilidade em outras localidades do País (BRASIL, 2000, p. 26).

Vale ressaltar que alguns desses objetivos já foram alcançados. De acordo com Mello Jorge (2004), o Ministério da Saúde vem tentando elaborar uma metodologia de coleta de dados sobre saúde, na qual serão contemplados os dados e as informações relacionadas à violência: na metodologia de coleta utilizada atualmente, os agravos advindos de atos violentos são classificados dentro da categoria das Causas Externas.

O Projeto Nacional de Segurança Pública, que será discutido a seguir, apresenta de forma mais detalhada as políticas públicas para a redução dos homicídios no Brasil.

3.1.2. Projeto Nacional de Segurança Pública

O Projeto Nacional de Segurança Pública para o Brasil foi elaborado em 2002, sendo constituído por 15 tópicos de discussão. Dentre outras questões, o Projeto faz um

diagnóstico da violência no Brasil, destacando a problemática das drogas e dos seqüestros, que vem apresentando um aumento considerável no país, sendo estes dois fenômenos colocados no Projeto como duas questões desafiadoras para a segurança pública. Os outros tópicos tratam, especificamente, dos diferentes tipos de violência: doméstica e de gênero, contra as minorias e no trânsito.

O Projeto faz um diagnóstico da situação da segurança privada no Brasil; discute o desarmamento e o controle de armas de fogo e as reformas que devem ser feitas na esfera da União e dos Estados e municípios, sobretudo com a criação do Sistema Único de Segurança Pública nos estados e a elaboração de reformas na guarda municipal. Importam-nos, nesse diagnóstico, as propostas voltadas ao controle das armas de fogo, pois as mortes causadas por elas só têm aumentado no Brasil, e é sobre isso que será tratado a seguir.

3.1.2.1. Mortes por armas de fogo no Brasil

Um grave problema enfrentado atualmente pelo Brasil está relacionado com o elevado número de homicídios causados por arma de fogo, que passou de 6,0/100.000 habitantes em 1979 para 22,2/100.000 no ano de 2003, o que representa um aumento de 271% no período considerado. Se comparado com outros tipos de mortes causadas por armas de fogo, os homicídios foram os que cresceram em um ritmo bem maior, representando 324,6%; os acidentes com armas de fogo diminuíram 44,5% e os suicídios cresceram apenas 15,6%.

Um estudo desenvolvido pela UNESCO, denominado *Mortes matadas por armas de fogo no Brasil: 1979-2003* (WAISELFISZ, 2005), analisou os homicídios por armas de fogo em 57 países entre 2000 e 2003, e o resultado foi alarmante para o Brasil, que ocupou o segundo lugar, vindo após a Venezuela.

Waiselfisz (2005) comenta que, em 2002, a taxa de mortes por arma de fogo no Brasil, para a população total, foi de 21,7/100.000 habitantes. Se comparados os dados registrados para outras mortes violentas, para a população total nesse mesmo ano, percebe-se a gravidade daquele fenômeno, pois as taxas são, em sua maioria, relativamente diferentes, confira: homicídios gerais, 28,4/100.000 habitantes; acidentes de transporte, 19,0/100.000 habitantes; suicídios, 4,4/100.000 habitantes.

O autor citado afirma que, entre 1979 e 2003, morreram no Brasil acima de 550 mil pessoas vítimas de armas de fogo e destes, 206 mil eram jovens. Peres; Santos (2005) sustentam que, em 1991, a porcentagem de mortes por arma de fogo no Brasil foi de 50,3% em relação às demais mortes ocorridas, incluindo as não especificadas. Em 2000, os valores sobem para 68%. As cinco capitais que apresentaram a maior porcentagem de mortes por armas de fogo, em 1991, foram: Rio de Janeiro (85,4%), Recife (82,5%), Porto Alegre (71,4%), Aracaju (70,7) e Salvador (69,2). Em 2000, Recife liderou o obituário com 92,1% das mortes. Na sequência, veio Porto Alegre (87,7%), João Pessoa (86,9%), Rio de Janeiro (83,3%) e Belo Horizonte (82,4%). Ressalta-se que, em 1991, a porcentagem de mortes por arma de fogo registrada em Belo Horizonte foi de 53,2%, havendo um acréscimo de quase 30% de mortes acometidas por esse tipo de arma em menos de 10 anos.

Waiselfisz (2005) afirma que, em 2003, as mortes por armas de fogo representaram a terceira causa de morte, logo após as doenças cardiovasculares e cerebrovasculares. Percebe-se, dessa forma, que as armas de fogo são uma das fontes de maior agravo à vida da população brasileira. Enquanto, nesse mesmo ano, a Aids vitimou 11.276 pessoas de todas as faixas etárias, as armas de fogo mataram 3,5 vezes mais, ou seja, 39.284 pessoas. A Aids matou, em 2003, 606 jovens, enquanto as armas de fogo vitimaram 16.345, ou seja, 27 vezes mais. Isso é preocupante, sobretudo quando se percebe que

O Brasil, sem conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça, sem disputas territoriais ou de fronteiras, sem guerra civil ou enfrentamentos políticos levados ao plano da luta armada, consegue exterminar mais cidadãos pelo uso de armas de fogo do que muitos dos conflitos armados contemporâneos, como a guerra da Chechênia, a do Golfo, as várias Intifadas, as guerrilhas colombianas ou a guerra de libertação de Angola e Moçambique (WASELFISZ, 2005, p. 29).

Para o autor supracitado, a ONU ressalta a necessidade de desarmar a população, sobretudo as facções em conflito. Contudo, o Waiselfisz (2005, p. 30) faz o seguinte questionamento: “Mas desarmar a população é o bastante?”. Sabe-se que desarmar é um fator indispensável e de fundamental importância, mas não é suficiente, havendo uma exigência de se programar outras ações e políticas; não é só a disponibilidade de armas de fogo que acarreta a elevação da violência no Brasil, mas, principalmente, a decisão de utilizá-las para resolver conflitos pessoais que, na maioria das vezes, são fúteis, insignificantes e circunstanciais.

As ações políticas de controle do porte e utilização de armas de fogo no Brasil devem voltar-se, sobretudo, para a faixa etária jovem, a mais atingida pelas mortes por armas de fogo. Isso pode ser feito, tal como afirma Waiselfisz (2005, p. 30),

Criando as bases para a construção de uma nova cultura de paz e de tolerância entre os homens, com profundo respeito às diferenças e ao direito efetivo de todos os indivíduos de ter acesso aos benefícios sociais mínimos para uma vida digna: saúde, trabalho e educação.

A discussão sobre a questão do desarmamento no Brasil tem ocupado lugar de destaque nos meios de comunicação, especialmente porque o número de mortes consumadas por armas de fogo só vem aumentando no país. De acordo com a Folha de São Paulo (2005b), a campanha nacional de desarmamento já recolheu 300 mil armas no país, e a meta é chegar a 500 mil armas recolhidas até a metade de 2005.

O Ministro da Cultura na gestão da Presidência Lula, Gilberto Gil, por sua vez, afirmou que a luta pelo desarmamento deve ir ao encontro de outros projetos de inclusão social para que o Brasil possa atingir uma “cultura da paz”. Assim, ele considera que

Enquanto nós estamos tentando criar esse instrumento de ajuda à cultura da paz, que é o desarmamento, temos também que investir na educação, nos projetos sociais, nos projetos culturais que tenham uma interface importante com a inclusão social, com a retirada das pessoas, especialmente os jovens, das áreas de risco, das atividades mais arriscadas. Tudo isso é um trabalho conjunto do governo e, ao mesmo tempo, da sociedade, das empresas, das famílias, os pais, as mães, os irmãos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005a).

A Lei do Desarmamento – aprovada em dezembro de 2003 – trata do Sistema Nacional de Armas (SINARM), do registro, do porte, dos crimes e das penas. Desde a sua aprovação, alguns resultados positivos já foram alcançados, pois muitas armas foram apreendidas. Todavia, ainda é elevado o número de homicídios cometidos por armas de fogo no país. Em 1980, a taxa de mortes por armas de fogo era de 5,1/100.000 habitantes, ao passo que, em 1996, registrou-se 14,0/100.000 habitantes, havendo um aumento de mais de 174,5%, isso enquanto a taxa geral de homicídios, em 1980, era 11,7/100.000 e, em 1996, de 23,7/100.000 habitantes, com um aumento de mais de 102,5% (MESQUITA NETO, 2001). A título de exemplo, Zonotelli (2003) afirma que, em 1999, 77,39% dos homicídios no Espírito Santo foram cometidos por armas de fogo.

A Lei existe. No entanto, os resultados de sua aplicação ainda não são satisfatórios. A facilidade ao acesso à arma de fogo é um fator que “[...] contribui para o crescimento da violência fatal, alimentando o sentimento de insegurança e medo” (PERES, 2004, p. 8). Soares et al. (2002) comentam que um problema a ser enfrentado com relação ao desarmamento é que as armas de fogo são produzidas, comercializadas e consumidas legalmente para depois se desviarem para a ilegalidade por intermédio de uma série de mecanismos.

Kahn (2002) argumenta que é difícil saber o número e os tipos de armas de fogo disponíveis no Brasil, devido à sub-notificação de dados oficiais e à falta de dados precisos sobre atividades criminais e tráfico de armas e os bancos de dados brutos sobre o número de armas de fogo registradas e apreendidas pelos departamentos de polícia estaduais não se

encontram disponíveis para fins de pesquisa.

Rivero (2002 apud PERES, 2004) diz que um estudo realizado pelo “Viva Rio”, Organização Não-Governamental carioca, e pelo Departamento de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, estimou a existência de cerca de 700 mil armas em circulação no Estado, considerando-se tanto as armas apreendidas pela polícia quanto as legalmente registradas. O autor destaca que 77% das armas apreendidas e 82% das armas de fogo registradas eram de fabricação brasileira, e 25% das apreendidas foram vendidas no mercado ilegal.

Lima et al. (2000) estimaram um total de 3.608.789 armas de fogo em circulação no Estado de São Paulo e, deste total, 1.804.395 estavam presentes no município paulista. Esse cálculo considera todas as armas registradas entre 1938 e 1999 e as armas ilegais apreendidas durante rondas policiais.

A TABELA 01 apresenta o número de armas de fogo apreendidas pelos Departamentos de Polícia em diferentes estados do Brasil. Destaca-se que tais números variam muito de um ano para o outro, especialmente em alguns estados. Peres (2004) ressalta que a falha no envio de informações é mais evidente em 1999 e 2000, e isso é um reflexo do trabalho feito pelo Ministério da Justiça para convencer as autoridades estaduais sobre a importância da coleta de dados. Argumenta-se, também, que o processo da coleta e envio de dados para as autoridades federais depende das Secretárias Estaduais de Segurança, e esse não é um procedimento padronizado e sistematizado, fazendo com que a utilização destas informações torne-se difícil em pesquisas ou planejamentos.

UF	1999		2000		2001	
	(n)	Taxa	(n)	Taxa	(n)	Taxa
Acre	...	...	265	47,5	209	36,4
Alagoas	...	...	538	19,1	...	...
Amapá	159	36,2	80	16,8	310	62,2
Amazonas	...	...	...	...	153	5,3
Bahia	...	...	...	...	4898	37,1
Ceará	4079	57,4	3042	45,9	17463	231,4
Distrito Federal	889	45,1	815	39,9	2892	137,9
Espírito Santo	502	17,1	1024	33,1	...	...
Goiás	...	...	...	...	519	10,1
Maranhão	84	1,6	...	...	200	3,5
Mato Grosso	...	...	...	...	541	21,1
Mato Grosso do Sul	...	...	...	...	1715	81,2
Minas Gerais	6588	38,1	6985	39,2	797	4,4
Pará	...	...	...	...	...	...
Paraíba	...	...	...	...	1231	35,5
Paraná	...	...	2718	28,4	1082	11,2
Pernambuco	4102	54,1	4102	51,9	3617	45,2
Piauí	...	...	...	...	217	7,6
Rio de Janeiro	...	...	...	...	7753	53,3
Rio Grande do Norte	...	...	...	...	788	28
Rio Grande do Sul	...	...	...	...	...	...
Rondônia	...	...	...	...	...	...
Roraima	30	11,2	6	1,9	17	5
Santa Catarina	...	...	...	...	663	12,2
São Paulo	...	...	40226	108,8	...	...
Sergipe	...	...	...	...	79	4,3
Tocantins	...	...	...	...	435	36,7

TABELA 01 – Brasil. Número absoluto e taxa (por 100 mil) de armas apreendidas pela polícia entre 1999 e 2001.

FONTE: Ministério da Justiça (MJ)/ Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)/ Coordenação Geral de Informações – Coordenação de Estatística e Produção de Dados. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Extraído de: Peres (2004)

Notas: (*) As taxas foram calculadas com base nas estimativas de população em 2001 do IBGE. Dados preliminares (30/04/2003).

(...) Não se dispõe de dados.

Peres (2004) ressalta que a prevenção da violência por armas de fogo só será possível com a adoção de medidas multisetoriais, pois não existe uma única causa que seja responsável por nenhum dos tipos de violência. E afirma também que a violência por armas de fogo é resultante de uma complexa e dinâmica interação entre múltiplos determinantes que incluem fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais. E acrescenta que medidas de prevenção da violência devem levar em consideração a redução das desigualdades sociais, da impunidade e da realização de reformas nos sistemas policial, penitenciário e judiciário, fatores que são necessários para reduzir o sentimento de insegurança da população brasileira,

sentimento este que alimenta a demanda por mecanismos privados de segurança e, conseqüentemente, pelo uso de armas de fogo, que representam uma tentativa de proteção contra a violência sendo, ao mesmo tempo, um elemento de reprodução da violência que visam evitar.

Algumas das medidas de redução do uso de armas e munições presentes no Projeto Nacional de Segurança Pública já foram implementadas no Brasil. Dentre elas, estão as campanhas de conscientização e desarmamento. O Ministério da Justiça tem trabalhado no sentido de mobilizar a população a estar participando do combate à violência, sobretudo daquela causada por armas de fogo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005b).

Soares et al. (2002) dizem que a intervenção capaz de prevenir a violência e a criminalidade é aquela que busca alterar as condições imediatamente propícias às práticas dos crimes, e ressalta que as mudanças de cunho estrutural são importantes, mas os seus resultados demoram a serem alcançados.

Os autores supracitados comentam que alguns territórios concentram certas práticas criminais constantes, conformando padrões que permitem tanto a previsão quanto a antecipação sobre o quadro da violência no local, e medidas de caráter preventivo trariam resultados mais rápidos do que as mudanças que visam à reestruturação sócio-econômica de cunho nacional. Os autores apresentaram uma hipótese que torna ainda mais concretos os seus argumentos. Eles dizem:

Para tornar o argumento mais concreto, considere-se a seguinte hipótese: determinada área urbana é mal iluminada, não conta com equipamentos e serviços públicos – ou eles são insuficientes –, é cercada por terrenos baldios. Suponha-se que não haja acesso viário fácil e que as ruas próximas ou vielas não tenham calçamento. Adicionem-se alguns ingredientes explosivos: ausência de espaços apropriados para esporte e lazer, nenhuma atividade cultural atraente, alguns bares vendendo bebida alcoólica (sic) a noite toda. Não será difícil concluir que, sobretudo nas madrugadas de sábado e domingo, as chances de que surjam conflitos serão altas. Da mesma forma, será fácil deduzir que haverá elevada probabilidade de que se realizem enredos violentos, se houver armas acessíveis e um contexto de rivalidades favorável, caso a comunidade não esteja organizada e não intervenha, ocupando o espaço com iniciativas gregárias, dada a ostensiva ausência das instituições públicas e a falta de iniciativa do poder político (SOARES et al., 2002, p. 13).

Diante dessa hipótese, os autores citados asseguram que deve ser realizada a implantação de medidas preventivas, tais como iluminar as áreas problemáticas e ocupá-las com ações lúdicas ou de lazer; reaproveitar os espaços públicos, implantando nos bairros populares áreas para esporte e para atividades culturais: artísticas, festivas, musicais; urbanizar os territórios para reduzir o isolamento; apoiar a construção de redes locais; programar políticas integradas que focalizem os três domínios fundamentais para a vida social: a casa, a rua (ou a comunidade e o bairro) e a escola, com vistas ao desdobramento profissionalizante que conduza ao trabalho.

Prosseguindo com a análise sobre as medidas de segurança para Brasil será visto, a seguir, quais as propostas que o Plano de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, bem como o Plano Diretor de Segurança Pública de Uberlândia tem desenvolvido com o objetivo de melhorar a qualidade da segurança e diminuir a violência nos municípios.

3.1.3. Políticas de Segurança Pública de Minas Gerais e de Uberlândia

3.1.3.1. Plano de Segurança Pública de Minas Gerais

O Plano de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (2000) afirma que, entre 1986 e 1999, houve um aumento de mais de 150% nas ocorrências de crimes violentos em Minas Gerais. No entanto, alguns crimes apresentam mais destaque neste aumento. É o caso dos roubos e dos roubos à mão armada que, em 1986, era de 41/100.000 habitantes e, em 1999, registrou uma taxa de 225/100.000 habitantes, representando um crescimento superior a 400% no período.

O aumento dos roubos concentra-se na região Central, Triângulo Mineiro e Sul de

Minas, em municípios com população superior a 100 mil habitantes: Belo Horizonte, Contagem, Uberlândia, Juiz de Fora, Betim, Governador Valadares, Uberaba e Santa Luzia, com destaque, sobretudo, para os roubos à mão armada. Os homicídios consumados e tentados e os estupros, por sua vez, apresentaram taxas estáveis entre 1986 e 1999, oscilando entre 9,0/100.000 e 12,0/100.000 habitantes.

Simultaneamente ao aumento da criminalidade no estado de Minas Gerais está a perda de efetividade do sistema de segurança pública ao longo da década de 1990 (PLANO DE SEGURANÇA PÚBLICA..., 2000). A evidência desse processo pode ser confirmada quando se compara o número de crimes registrados pela Polícia Militar de Minas Gerais e o número de criminosos presos com o número de pessoas que ingressaram no sistema penitenciário após terem sido julgadas e condenadas em um mesmo ano.

Gontijo (2000) declara que, em 1998, foram registradas 558.254 ocorrências criminais pela Polícia Militar de Minas Gerais. Desse total, 179.196 criminosos foram presos e apenas 3.956 foram sentenciados no sistema penitenciário. Por conseguinte, em 1999, a Polícia Militar de Minas Gerais registrou 611.383 ocorrências criminais; 196.693 criminosos foram presos e 3.339 sentenciados ingressaram no sistema penitenciário. Isso revela que de cada 100 pessoas detidas pela Polícia Militar nesse período, apenas duas tinham a probabilidade de serem condenadas e inseridas no sistema penitenciário do estado.

O Plano de Segurança Pública (2000) ressalta a importância da clareza nas políticas públicas que tenha como objetivo minimizar a violência, pois elas devem contemplar medidas que atue tanto sobre o grau de efetividade do aparato repressivo do Estado quanto sobre as supostas condições sócio-econômicas geradoras do comportamento criminoso. Dessa forma, o Plano tem como um dos eixos norteadores o resgate da efetividade das organizações policiais e do sistema prisional e destaca, ainda, que medidas de curto e médio prazo devem ser adotadas para que haja um impacto sobre as taxas de crimes violentos, por meio da

redução dos níveis de impunidade que estão vigorando no estado. Para que isso aconteça, o investimento no sistema prisional deve ter prioridade, e isso exige a ampliação da capacidade de absorção de criminosos sentenciados e presos provisórios. Tal medida deve vir acompanhada de política pública direcionada à ressocialização do criminoso já detido.

O Plano destaca, ainda, a participação da comunidade e o respeito aos direitos humanos como princípios de base às ações propostas, pois a sociedade brasileira já percebeu que a garantia da segurança pública não é responsabilidade exclusiva do Estado. E acrescenta que toda e qualquer política pública de combate ao crime deve se pautar pelo respeito aos direitos básicos da cidadania, evitando o risco de se alcançar resultados eficientes mediante o uso abusivo do poder por parte dos agentes de segurança pública.

Diante da situação apresentada, o Plano de Segurança Pública (2000) elaborou algumas ações prioritárias no sentido de reverter o quadro da criminalidade em Minas Gerais. Elas estão agrupadas em grandes áreas de intervenção, que são Integração das organizações policiais, Racionalização administrativa e operacional, Gestão de recursos humanos, Suporte logístico, Sistema prisional, Adolescentes autores de ato infracional, Prevenção criminal e participação comunitária, Direitos humanos e controle da atividade policial, Sistema de Justiça Criminal e Medidas de âmbito legislativo.

A seguir, estão descritas algumas ações que já foram implementadas pelo Plano de Segurança Pública, a saber: Elaboração e implementação, pelas Organizações Policiais de Minas Gerais, de um Plano Operacional conjunto, de combate aos homicídios, ao tráfico de drogas e ao roubo à mão armada; criação do Centro Integrado de Informação e Inteligência em Segurança Pública (CISP); criação do Núcleo de Estudos em Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (NESP-MG), com o objetivo de integrar e promover a pesquisa científica na área de Segurança Pública, subsidiando políticas públicas de combate à criminalidade e à violência; implementação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública – CONSEP,

com o objetivo de transformar as ações de polícia comunitária em política institucional das organizações de segurança pública do estado de Minas Gerais; realização de campanhas educativas, preventivas e sistemáticas junto à população, conscientizando-a da importância de sua participação na prevenção criminal.

As campanhas para orientação visam fazer um alerta à autoproteção, consumo de drogas, educação para o trânsito, desarmamento, violência doméstica e alcoolismo. Para a implementação dessas estratégias, há a participação de várias instituições, além das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros: a Fundação João Pinheiro, as Prefeituras Municipais e a Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, dentre outros órgãos.

A segurança pública é um fator que se tornou imprescindível para a sociedade brasileira, sendo um desafio a ser enfrentado pelo poder público, pois se sabe que o crescimento da violência nas grandes cidades brasileiras é um fenômeno já confirmado por diversos estudos. Além disso, “A segurança pública é uma questão central a ser considerada na garantia da qualidade de vida da população brasileira” (PLANO DE SEGURANÇA..., 2000, p. 5).

3.1.3.2. A Segurança Pública em Uberlândia

Um estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (2000), denominado *Diagnóstico da criminalidade e do aparato de segurança pública no município de Uberlândia*, apresenta dados relacionados à segurança que preocupam os estudiosos da questão. A título de exemplo, apenas 7% das ocorrências registradas no município transformam-se em inquéritos policiais e em mais 85% das ocorrências registradas pela Polícia Civil não foi instaurado nenhum procedimento. De um total de 20.759 ocorrências

registradas entre 1º de janeiro e 13 de setembro de 2000, 17.781 não houve instauração de inquérito, ou seja, 85,65 %. Sabe-se que a não punição dos infratores incita a reincidência e a prática de outros tipos de crime sendo, portanto, uma questão que deve ser vista como fundamental na implantação de estratégias que permitam o cumprimento da lei.

Na Constituição Brasileira de 1988, há a afirmação de que a segurança pública é dever do Estado, principalmente por meio da atuação de policiais, e uma das formas de medir o grau de proteção policial de determinado lugar pode ser feito por meio da relação entre o número de policiais e a população. Contudo, não há uma relação direta entre maior número de policiais por habitantes e menor taxa de criminalidade. A Fundação João Pinheiro (2000, p.17) comenta que “Esse indicador deve ser analisado apenas como referência, pois variáveis demográficas, de localização ou a existência de população flutuante afetam tal realidade”.

Os Estados Unidos, exemplo nesse caso, tem uma taxa média para cidades acima de 250 mil habitantes de 4,1 policiais para cada mil habitantes. Em 1999, Uberlândia possuía uma população estimada em 487.222 habitantes, 816 policiais militares e 132 policiais civis, sendo a taxa de policiais 1,95/1000 habitantes, ou seja, bem abaixo da média americana. Mas a Fundação João Pinheiro (2000, p.18) argumenta que existe uma dificuldade em se fazer uma comparação entre esses dados, uma vez que atuam nesse processo outras variáveis tais como “[...] o modelo de atuação operacional, a organização do sistema de segurança pública, a disponibilidade de infra-estrutura e equipamentos”.

Há uma discrepância na relação entre policiais distribuídos segundo a população em Minas Gerais. Em Juiz de Fora, por exemplo, cuja população, em 1999, era de 450.288 habitantes, havia 1004 policiais, (2,80/1000 habitante). Unai, por sua vez, com uma população de 67.264 habitantes, possuía 273 policiais, ou seja, uma taxa de 4,26/1000 habitantes. Percebe-se, portanto, que Uberlândia está em um patamar inferior ao de outros municípios de porte semelhante, tais como Juiz de Fora e Contagem.

Em 2000, Uberlândia possuía 17 delegados civis e 75 detetives. Destes, apenas um delegado e três detetives atendiam aos crimes de homicídio. Considera-se, dessa forma, que para haver eficácia no combate e minimização dos homicídios em Uberlândia, é necessário que seja dada maior importância à estrutura policial e judiciária.

O Centro de Operações Policiais Militares (COPOM), tal como afirma a Fundação João Pinheiro (2000), é um órgão fundamental na estrutura da organização policial. Cabe a ele coordenar, controlar e fazer a radiopatrulha das operações policiais, mantendo uma conexão entre a demanda do público e as viaturas que fazem o patrulhamento nas ruas do município. É por meio do COPOM que a população aciona a organização policial a partir de uma chamada telefônica discando o “190”.

A criação do Centro de Coordenação de Defesa Social – CCDS, a partir da Lei 8.054 de 24/06/2002, aprovada pela Câmara Municipal de Uberlândia, teve como objetivo permitir que o cidadão receba, por intermédio de uma tecnologia moderna, um atendimento dinâmico das ligações endereçadas ao COPOM (190), sendo concentradas neste único número, as ligações direcionadas à Polícia Militar (147), Polícia Civil (156), Trânsito (192), Ambulância (193) e Corpo Bombeiros (199), além do Disque-denúncia. (SANTOS, 2003).

A Fundação João Pinheiro (2000, p. 43) comenta que, em caso de emergência, tal como em uma ocorrência de homicídio, o CCDS aciona a viatura da Polícia Militar e a Delegacia responsável pela investigação, bem como o setor de Criminalística, permitindo que o aparato da segurança pública intervenha sobre a situação de forma rápida e integrada. Esse novo modo de organização permite que o atendimento das solicitações de emergência seja realizado com rapidez, simplicidade e segurança.

As técnicas e procedimentos de Geoprocessamento é uma ferramenta importante na prevenção e controle criminais, sendo também um considerável apoio ao despacho e monitoramento de viaturas policiais. Sabe-se que a utilização de mapas é relevante no serviço

com políticas distintas.

Estão localizados, em Uberlândia, o 32º Batalhão de Polícia Militar (bairro Martins – Setor Central) e o 17º. Batalhão de Polícia Militar (bairro Santa Mônica – Setor Leste) que, por sua vez, encontram-se estruturados em 12 Companhias, sendo uma Companhia Rodoviária e uma Companhia de Missões Especiais. Há, ainda, o CAA 9 – Centro de Apoio Administrativo Nove e a 9ª. Região da Polícia Militar, localizados no bairro Santa Mônica (Setor Leste).

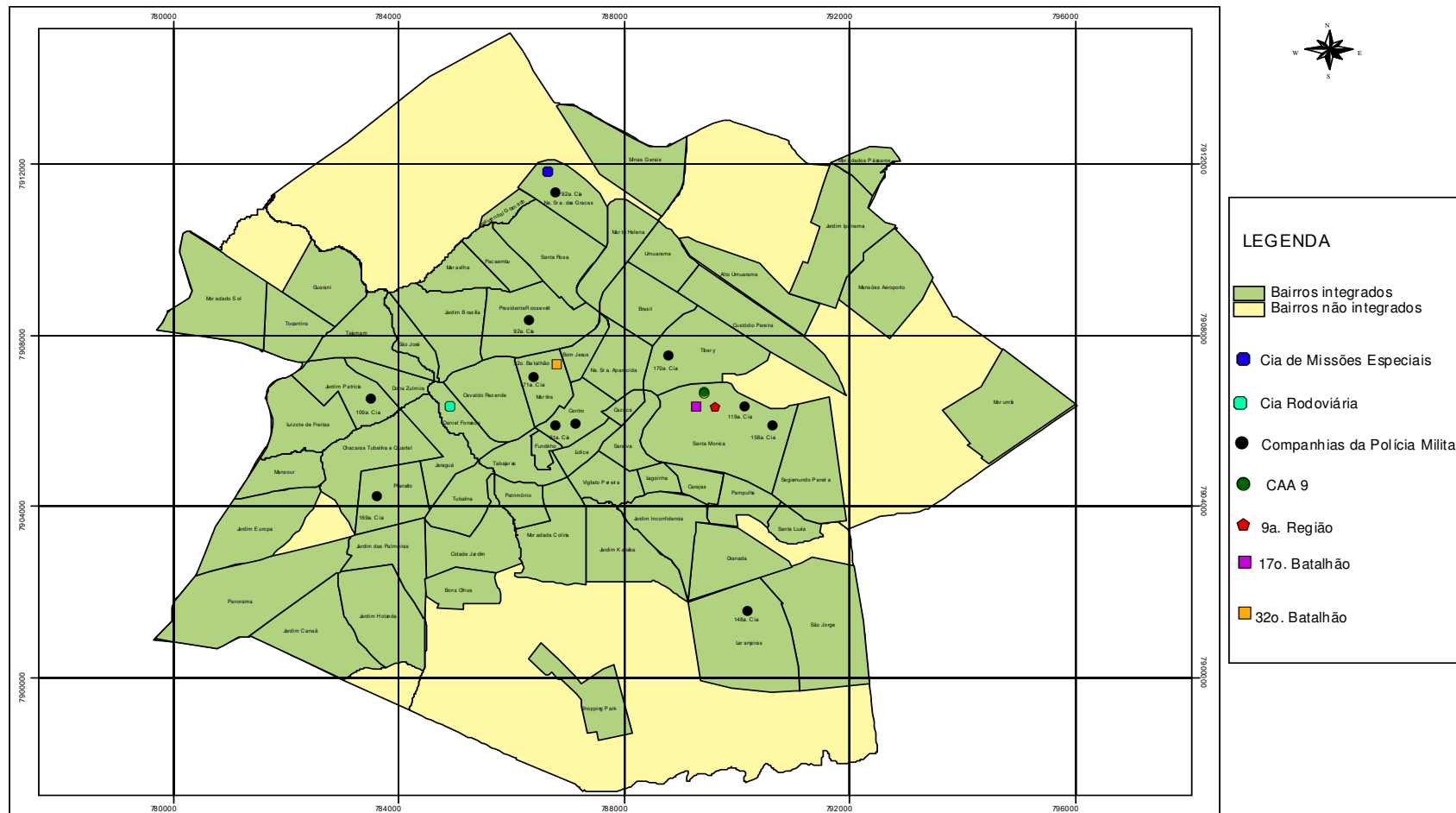
Essas Companhias realizam o registro de Boletins de Ocorrência de toda modalidade de crimes que, posteriormente, são sistematizados pelo COPOM. A seguir, apresentar-se-á o QUADRO 07, no qual se tem a distribuição das Companhias segundo o bairro no qual elas se encontram e, em seguida, apresenta-se o MAPA 05, com a localização espacial das mesmas.

COMPANHIA	BAIRRO	SETOR
2ª. Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar	Na. Sra. das Graças	Norte
9ª. Companhia da Polícia Militar Rodoviária	Daniel Fonseca	Central
91ª. Companhia da Polícia Militar	Centro	Central
92ª. Companhia da Polícia Militar	Na. Sra. das Graças	Norte
92ª. Companhia da Polícia Militar	Presidente Roosevelt	Norte
109ª. Companhia da Polícia Militar	Jardim Patrícia	Oeste
119ª. Companhia da Polícia Militar	Santa Mônica	Leste
148ª. Companhia da Polícia Militar	Laranjeiras	Sul
158ª. Companhia da Polícia Militar	Santa Mônica	Leste
169ª. Companhia da Polícia Militar	Planalto	Oeste
170ª. Companhia da Polícia Militar	Tibery	Setor Leste
171ª. Companhia da Polícia Militar	Martins	Central

QUADRO 07: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial das Companhias da Polícia Militar.

FONTE: Guia SEI – Serviços, Endereços e Informações 2005/2006.

MAPA 05: Cidade de Uberlândia. Localização das Companhias da Polícia Militar : 2004



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia 2003)
 FONTE: Prefeitura Municipal de Uberlândia 2005)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos 2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

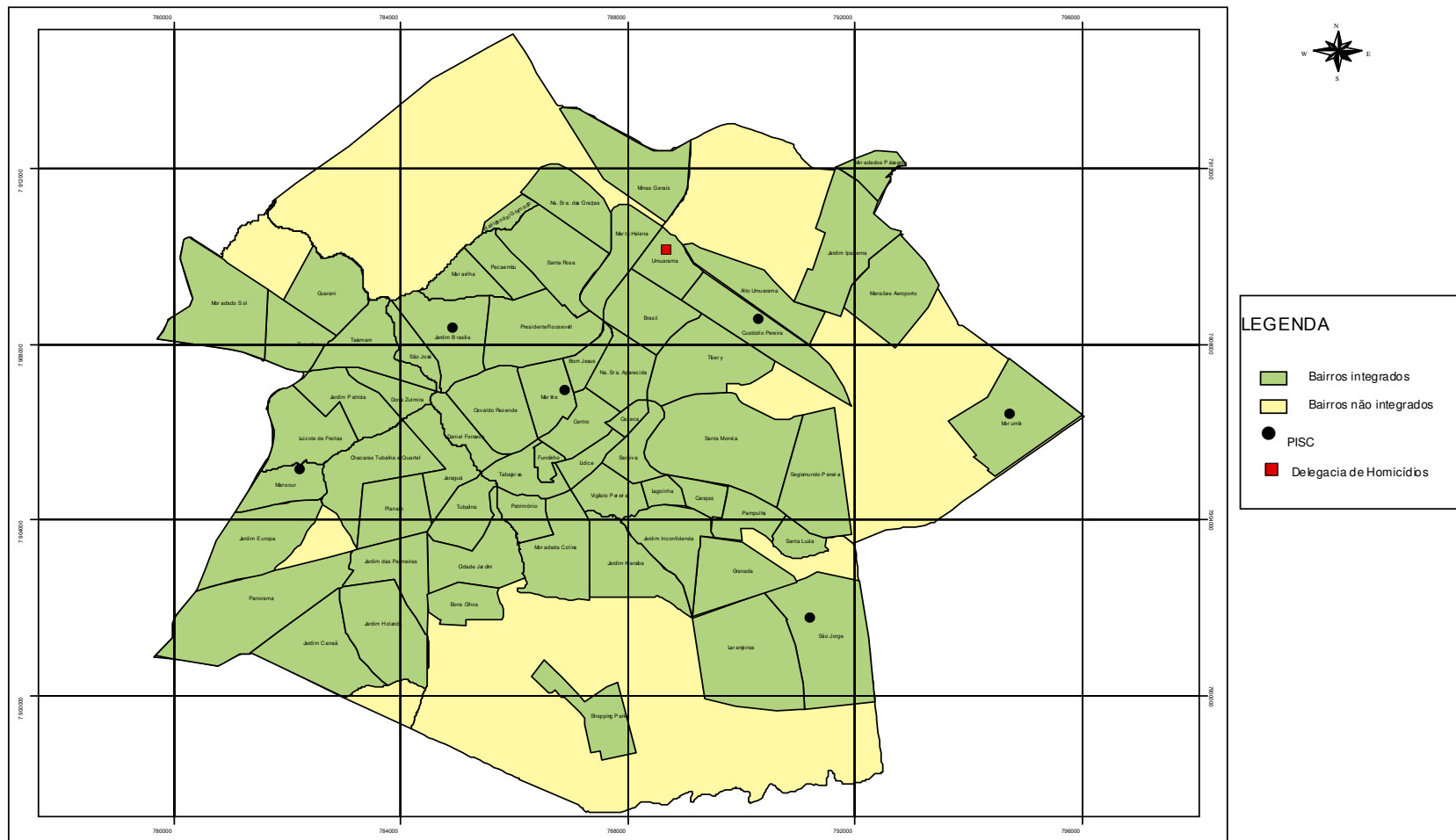
A partir de 2001, a segurança pública da cidade de Uberlândia passou a contar com o Posto Integrado de Segurança e Cidadania (PISC), instituição pública voltada ao atendimento de serviços jurídicos, sociais e psicológicos, realizados por policiais militares, assistentes sociais e psicólogos.

O PISC realiza diversos serviços, tais como atendimento jurídico e psicossocial, encaminhamento para atendimento psicológico, policiamento comunitário, programas de segurança para atividades de lazer e cultura, jornadas de cidadania e educação comunitária. Somente no ano de 2004, o PISC do bairro Mansour (Setor Oeste) tinha 471 usuários cadastrados, realizando 728 atendimentos jurídicos, 396 atendimentos psicológicos, 546 atendimentos sociais e 357 atendimentos interdisciplinares. A procura foi para os seguintes atendimentos: Pensão alimentícia, conflitos familiares, alcoolismo, negligência para com os filhos e reconhecimento de paternidade. Para mais informações, confira o ANEXO 05.

Atualmente, há seis PISC em Uberlândia, distribuídos em todos os setores urbanos. Os bairros onde se localizam tais instituições são os seguintes: Martins (Setor Central), Custódio Pereira (Setor Leste), Morumbi (Setor Leste), Mansour (Setor Oeste), Jardim Brasília (Setor Norte) e São Jorge (Setor Sul). O MAPA 06 apresenta a distribuição dos PISC na cidade de Uberlândia e a localização da Delegacia de Homicídios, no bairro Umuarama (Setor Leste).

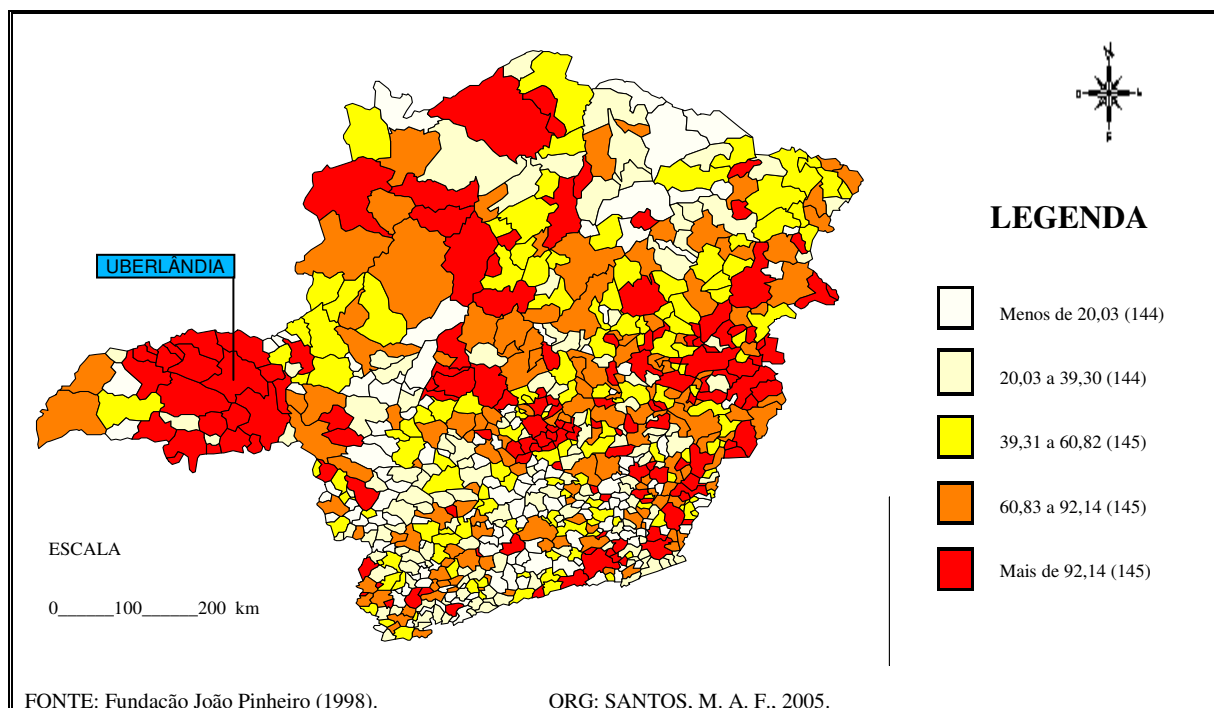
É preocupante o aumento da criminalidade no município de Uberlândia. Em 1997, Uberlândia ocupava o 3º. lugar no *ranking* dos municípios mineiros com a maior taxa de crimes violentos (493,34/100.000 habitantes); Contagem (Região Central), o 4º. lugar (475,50/100.000 habitantes); e Vespasiano (Região Central), o 5º. lugar (414,63/1000 habitantes). Em 1º. lugar veio Governador Valadares (Região do Vale do Rio Doce), com uma taxa de 570,12/100.000 habitantes, e em 2º. lugar, Belo Horizonte, com 568,50/100.000 habitantes. O MAPA 07 apresenta os crimes violentos ocorridos em 1997 em Minas Gerais.

MAPA 06: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial do PISCs e localização da Delegacia de Homicídios



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia 2003)
 FONTE DOS DADOS: COPOM 2004)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréa Ferreira Santos 2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters



MAPA 07: Minas Gerais. Taxa bruta de crimes violentos (por 100 mil habitantes), segundo municípios, em 1997.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira dos, 2005.

Diante da gravidade de tal situação, a Coordenadoria de Defesa Social da Prefeitura de Uberlândia expôs a necessidade de desenvolver um Plano Diretor de Segurança Pública, cujo objetivo principal está em programar projetos com ações integradas que amenizem, previnam e controlem a situação vigente do aumento da violência e da insegurança no município. Sendo assim, foram elaborados os seguintes projetos: 1) Centro de pesquisa e extensão em violência e políticas de segurança; 2) Jovens contra o crime – JCC; 3) Promotoras legais populares; 4) Reestruturação dos Postos Integrados de Segurança e Cidadania – PISC; 5) Projeto video-monitoramento “Olho Vivo”; 6) Projeto Anjos na escola; 7) Programa educacional de resistência às drogas e à violência – PROERD¹⁰; 8) Projeto Garoto do Futuro. Os principais aspectos de cada um deles encontram-se descritos no ANEXO 07.

A Coordenadoria de Defesa Social afirma que estes projetos visam desenvolver

¹⁰ A respeito do PROERD, confira a reportagem do ANEXO 08: POPÓ, P. Programa ajuda estudantes a não se envolver com a droga. **Jornal Correio**, Uberlândia, 4 maio, 2003c. Caderno de Segurança. Disponível em: <<http://www.jornalcorreio.com.br.html>>. Acesso em: 06 maio 2005.

ações preventivas, estimular a participação das comunidades envolvidas, ampliarem as parcerias entre entidades privadas e públicas para enfrentar o problema da violência e, por fim, reunir esforços entre as entidades federativas para fortalecer tais ações.

Percebe-se que muitas mudanças precisam ser realizadas no aparato da segurança pública no município de Uberlândia. São intervenções com elevado dispêndio econômico. Mas é necessário que tais reformas ocorram, posto que a eficiência dos serviços prestados pela segurança pública depende disso. É necessário, ainda, que todos os órgãos responsáveis pela segurança no município trabalhem de forma integrada; dessa forma, não se perde tempo levantando-se informações ou dados que outro órgão já tem disponível. Além disso, a troca de informações e de técnicas, bem como experiências de trabalho, permite rapidez no alcance dos resultados esperados, contribuindo para que os mesmos sejam mais viáveis e eficazes.

Serão vistas, a seguir, algumas políticas de redução de homicídios desenvolvidas em algumas cidades brasileiras. Políticas estas que podem servir de modelo para diversos municípios que têm presenciado o aumento da violência e a diminuição da segurança.

3.2. Experiências de redução de homicídios no Brasil

As políticas de redução dos homicídios devem apresentar múltiplas estratégias de intervenção. Contudo, Soares et al. (2002, p. 92), organizadores do *Projeto Nacional de Segurança Pública*, afirmam que “[...] o controle de arma de fogo deve ser um dos eixos organizadores da Política Nacional de Segurança Pública”, e acrescenta que a violência urbana alcançou dimensões epidêmicas no Brasil na década de 1980, devido aos elevados índices de letalidade causados pelo uso excessivo da arma de fogo. Os autores ressaltam que a arma de fogo não é uma “causa” da violência, mas ela é o “[...] principal instrumento de

proliferação, agravamento e simbolização da violência”.

O primeiro passo para se formular políticas de prevenção aos homicídios deve partir da identificação dos grupos de risco. Minayo (1994, p. 14) diz que, no Brasil, esse grupo é caracterizado por uma “[...] população jovem, de baixa renda, baixa qualificação profissional e sem perspectivas no mercado de trabalho formal”, e que vivem, precipuamente, nas Regiões Metropolitanas. Depois de identificados os grupos de risco, deve-se partir para o conhecimento das possíveis causas que levam à ocorrência sistemática do evento.

A referida autora afirma que as causas do homicídio no Brasil estão associadas às extremas desigualdades sociais que, conforme já foi assinalado em outro momento deste trabalho, se aprofundaram ainda mais a partir da década de 1980.

Minayo (1994) considera que a prevenção dos homicídios deve passar por uma mudança mais profunda do Estado e da sociedade e pela democratização política, social, econômica e cultural, a base na qual o setor da saúde poderá atuar com um projeto nacional capaz de avançar na cidadania e na equidade.

Diversos estudos realizados no Brasil comprovaram que à medida que os direitos sociais não são distribuídos equitativamente, há uma tendência para que áreas menos privilegiadas apresentem taxas mais elevadas de crimes violentos, principalmente de homicídios. Pensando nisso, a Prefeitura de São Paulo vem implantando, desde o início de 2001, diversos programas de atendimento a famílias de baixa renda.

Um estudo realizado pela Prefeitura daquele município constatou que, das 589 mil famílias vivendo abaixo da linha de pobreza extrema (1,47 salários mínimos mensais), 266 mil famílias foram atendidas pelo conjunto de programas sociais da Prefeitura. Isso equivale dizer que a cada duas famílias pobres no município de São Paulo, pelo menos uma foi beneficiada pelos programas da PMSP, ou seja, cerca de 12% do total da população recebe a atenção dos programas sociais da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade.

(PMSP, 2003).

Estratégias de natureza redistributiva permitiram que grupos sociais tivessem complementação de renda suficiente para superar a linha da pobreza a partir de programas tais como Renda Familiar Mínima (famílias de baixa renda com dependentes de 0 a 15 anos de idade); Bolsa Trabalho (jovens de baixa renda desempregados entre 16 e 20 anos de idade); Operação Trabalho (desempregados de longa duração e de baixa renda na faixa etária de 21 e 39 anos de idade); e Começar de Novo (pobres desempregados de 40 anos e mais de idade).

Constatou-se que em apenas dois anos de implantação, os programas sociais da PMSP atingiram 50 dos 96 distritos administrativos existentes no município de São Paulo, compreendendo um total de 266 mil famílias. Mas os programas sociais implantados pela SDTS não tiveram a finalidade exclusiva de combater a violência, já que o seu alcance é mais amplo, direcionado à inclusão social. Todavia, combater a exclusão traz efeitos positivos, inclusive na redução dos indicadores de violência apontados por meio da taxa de homicídios. Observe esta mudança na FIGURA 06.

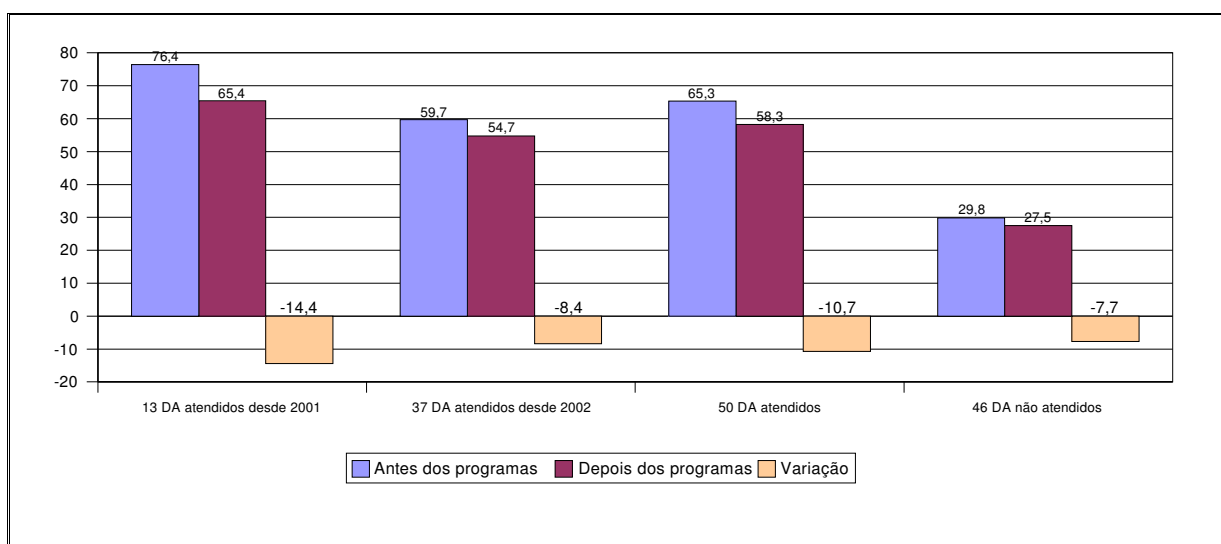


FIGURA 06: Município de São Paulo. Evolução da variação da taxa de homicídio por 100 mil habitantes e taxa de variação entre 2001 e 2002.

FONTE: PMSP (2003).

NOTA (*): DA – Distritos Administrativos.

Nos 13 distritos administrativos que tiveram a presença dos programas sociais da

PMSP houve uma queda significativa na taxa de homicídio por 100 mil habitantes, desde o ano de 2001. Nos 37 distritos administrativos atendidos pelos programas sociais desde 2002 ocorreu igualmente uma redução das taxas. De um total de 50 distritos administrativos atendidos pelos programas sociais até o momento da pesquisa, 31 haviam registrado queda na taxa de homicídio por 100 mil habitantes, enquanto 19 apresentaram aumento, ou seja, 62% registraram redução na taxa de homicídios por 100 mil habitantes (PMSP, 2003).

Todos os 10 distritos mais violentos do município paulistano, em 2000, foram atendidos pelos programas sociais da PMSP. Dentre os 10 distritos, sete (Cidade Tiradentes, Parelheiros, Sé, São Mateus, Jardim Ângela, Brasilândia e Grajaú) registraram queda na taxa de homicídio e três apresentaram aumento (Guaianazes, Cachoeirinha e Jardim São Luiz). Ressalta-se que, em 2002, os distritos de Cidade Tiradentes, Brasilândia e São Mateus já não aparecem mais entre os 10 mais violentos do município (Cf. o gráfico da FIGURA 07).

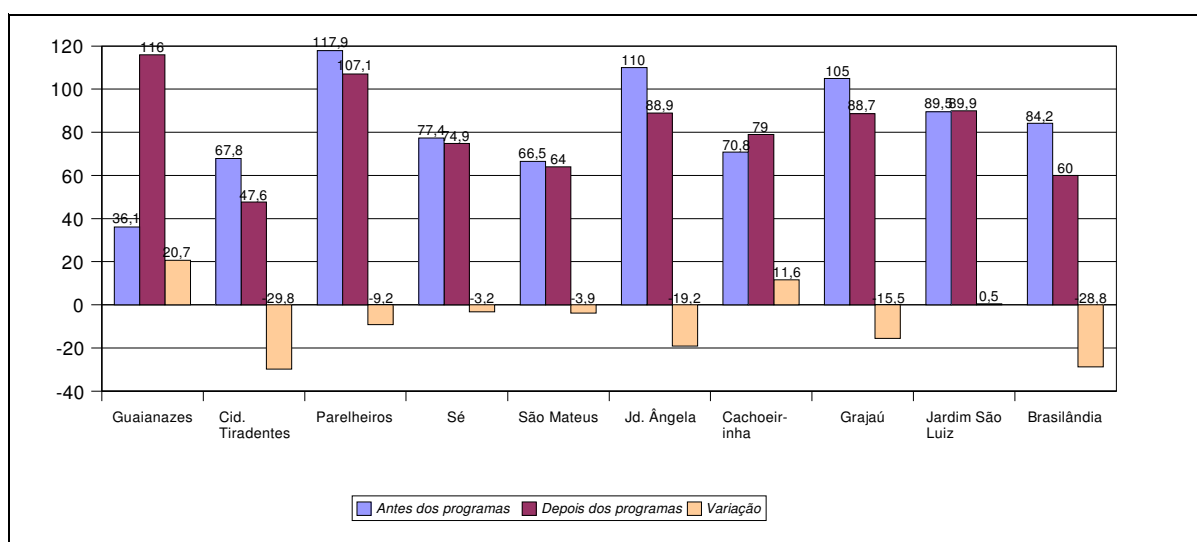


FIGURA 07: Município de São Paulo. Dez distritos mais violentos em 2000 e taxa de homicídio por 100 mil habitantes em 2001 e 2002.

FONTE: PMSP (2003).

O homicídio é um crime associado a diversos outros delitos de menor gravidade, a exemplo de furtos, roubos ou assaltos. Beato Filho et al. (2004) afirmam que, ao serem diminuídos os números de homicídios, esses outros delitos também diminuem. Para se desenvolver políticas públicas de redução de homicídios, é necessária a identificação de

padrões espaciais de ocorrência de homicídios, o que leva a uma reflexão acerca dos fatores causais responsáveis pela distribuição espacial desse delito.

Beato Filho et al. (2004), analisando a ocorrência de homicídios em Minas Gerais, chegaram à conclusão de que, no Triângulo Mineiro, as elevadas taxas de homicídios estavam associadas ao grande número de crimes contra o patrimônio que caracterizam os seus municípios, e acrescentam que aproximadamente 60% dos crimes foram cometidos com uso de armas de fogo. Dessa forma, as taxas de homicídios nessa região podem ser conseqüências da elevada incidência de crimes contra o patrimônio, nos quais foram utilizadas armas de fogo. Por outro lado, os autores constataram que, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, as elevadas taxas de homicídios podem estar associadas ao tamanho das cidades, ou seja, à alta densidade populacional na região, sobretudo em algumas áreas de Belo Horizonte, Betim e Contagem. Nessas cidades, existem locais de pobreza, caracterizados por uma desorganização social que proporciona um contexto no qual o conflito entre as pessoas é estimulado. Ao mesmo tempo, esses centros urbanos têm se caracterizado, nos últimos anos, por uma elevada ocorrência de crimes relacionados ao tráfico de drogas, com grande quantidade de drogas apreendidas.

Beato Filho et al. (2004, p. 1278) afirmam que estudos sugerem que os homicídios nos grandes centros urbanos estão muito associados a brigas por pontos de venda e comércio ilegal de drogas, bem como por acertos de contas entre gangues e quadrilhas de criminosos rivais. Os autores comentam que na região do Vale do Rio Doce, as cidades de Governador Valadares, Teófilo Otoni e Malacacheta têm elevadas taxas de homicídios, e que [...] “uma das causas desse achado pode ser a alta freqüência de resolução de conflitos entre pessoas com o uso de arma de fogo que ocorre nessas regiões”, que acabam resultando em óbitos.

Com relação à Zona da Mata, a proximidade do Estado do Rio de Janeiro pode explicar as elevadas taxas de homicídios encontradas em alguns dos maiores municípios, tais

como Juiz de Fora e Santos Dumont. Apesar da relativa estabilidade das taxas de crimes nessa região, os autores citados verificaram que, no período de 1996 a 2000, houve um crescimento dos assaltos com a utilização de arma de fogo, fator que pode ter associação com os homicídios registrados, como no caso do Triângulo Mineiro.

O programa “Fica Vivo”, de controle de homicídios em Belo Horizonte, contou com a parceria de diversas instituições, tais como as Polícias Militar e Civil de Minas Gerais, Polícia Federal, Ministério Público, Prefeitura de Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Organizações Não-Governamentais (ONGs), movimentos sociais e comunidade local. Esse programa consiste no desenvolvimento de estratégias de intervenção por meio do uso da metodologia de solução de problemas, a fim de reduzir a incidência de homicídios. Tal metodologia, como afirma Beato Filho et al. (2004, p. 1278), é uma estratégia localizada que possui quatro etapas: 1) *Identificação*: Tem como objetivo descobrir os problemas associados aos homicídios, selecionar prioridades de ação e definir responsabilidades; 2) *Análise*: Consiste na compreensão mais profunda do problema, através do seu estudo de forma detalhada – nesse caso, procura-se conhecer minuciosamente o contexto no qual o crime ocorre, o envolvimento das vítimas e agentes, e sua distribuição espacial e temporal; 3) *Resposta*: Tem-se a intervenção propriamente dita – seleciona-se uma solução ou plano de ação estratégico, que é colocado em prática; 4) *Avaliação*: Procura-se criar critérios objetivos para a avaliação do funcionamento e da efetividade do projeto.

De acordo com os autores citados, o Programa “Fica Vivo” trouxe muitos resultados satisfatórios e indicaram uma grande capacidade de resposta ao problema dos homicídios. Em apenas seis meses de implantação, o aglomerado do Morro das Pedras sofreu uma redução de 47% das taxas de homicídios, se comparado aos seis meses anteriores à implementação do projeto na mesma região. Ao analisar outras áreas da cidade, que também

eram violentas, mas que não receberam a intervenção, percebeu-se que houve um crescimento de 12% nas taxas de homicídios. Beato Filho et al. (2004) ressaltam que o programa não se apresentou eficaz apenas na diminuição dos homicídios na área, mas atenuou outros crimes violentos no mesmo período, tais como tentativas de homicídio, assaltos e roubos a padarias, supermercados, ônibus e táxis.

Nota-se a importância em, primeiramente, compreender a dinâmica espacial do local onde há elevada incidência de determinados crimes para depois desenvolver estratégias de intervenção sobre o espaço violento. Contudo, o homicídio não é um crime que se encontra desvinculado de outras formas de violência. Combatê-lo exige conhecer as outras variáveis que influenciam em seu desencadeamento. E uma delas está relacionada às questões sócio-econômicas, uma vez que, cada vez mais, os espaços citadinos de baixo poder aquisitivo são os que mais sofrem com a falta de segurança e de políticas sociais.

A punição dos criminosos não é apenas um fator importante e necessário para os que se encontram envolvidos com o homicídio, mas isso reflete na credibilidade que a sociedade despende ao sistema judiciário. Além disso, faz-se urgente uma reforma em todo o sistema de segurança no Brasil. A punição de policiais corruptos, bem como de outras autoridades envolvidas com o crime e a corrupção transferem à comunidade mais confiança nos órgãos responsáveis pela manutenção da segurança.

É indispensável que os órgãos voltados à preservação da segurança pública trabalhem de forma integrada e conjunta. A melhor forma de trabalho seria a criação de um sistema informacional de segurança pública integrado, que articulasse as ações da polícia ostensiva e investigatória. Assim, poderiam ser desenvolvidas metodologias de combate integral ao crime, prevenindo e minimizando os seus efeitos.

No capítulo seguinte desta dissertação serão realizadas análises correlativas entre as ocorrências de homicídios e variáveis sócio-econômicas da população de Uberlândia.

4. A DIMENSÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS EM UBERLÂNDIA

[...] como os fenômenos socioeconômicos e ambientais sob diversos níveis e em diferentes momentos interagem com as características do indivíduo no grupo populacional em que vive e determinam a magnitude do risco de morrer por morte violenta? (SANTANA, 2004, p.14).

4.1. Caracterização espacial dos homicídios em Uberlândia

Antes de abordar a questão dos homicídios, fez-se comentários sobre a mortalidade geral no município de Uberlândia para, depois, situar os homicídios dentro do capítulo das Causas Externas. A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – Décima Revisão - CID-10 distribui as doenças em 20 capítulos, sendo as Causas Externas o Capítulo XX.

Em 2003, ocorreram 2.639 mortes no município de Uberlândia. Em primeiro lugar contabilizaram-se as Doenças do Aparelho Circulatório (809 mortes, 31%); em segundo lugar, as Neoplasias (421 mortes, 16%); em terceiro, as Doenças do Aparelho Respiratório (305 mortes, 12%); em quarto lugar, as Causas Externas (296 mortes, 11%); e, em quinto, Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias (246 mortes, 9%). As demais mortes totalizaram 562 ocorrências, ou seja, 21% (Cf. FIGURA 08).

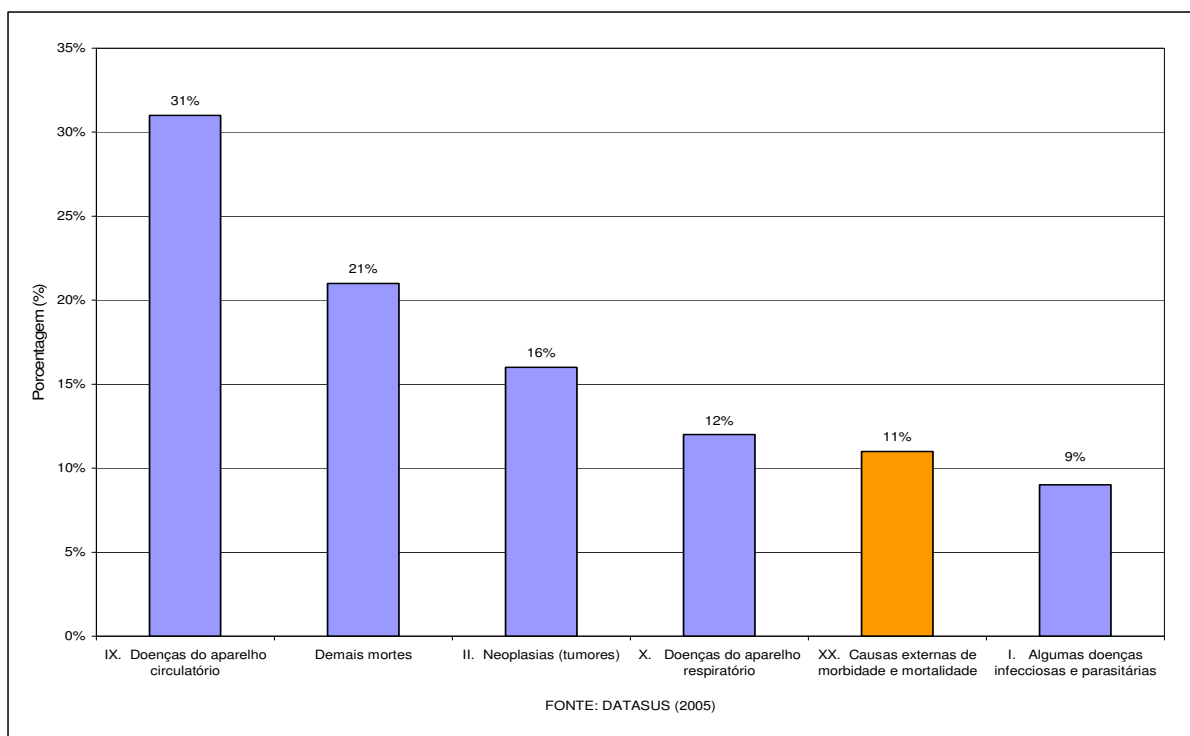


FIGURA 08. Município de Uberlândia. Porcentagem das cinco principais causas de morte ocorridas em 2003.

As Doenças do Aparelho Circulatório, as Neoplasias e Algumas Doenças Infecciosas e parasitárias atingiram, sobretudo, a faixa etária de 70 a 79 anos; As Doenças do Aparelho Respiratório, 80 anos e mais de idade e as Causas Externas de Morbidade e Mortalidade incidiram prioritariamente sobre a faixa de 20 a 29.

As demais mortes ocorridas no município apresentaram uma concentração na faixa etária de 70 a 79 anos e de 80 anos e mais de idade que, juntas representaram 40% das ocorrências. As FIGURAS 09, 10, 11, 12, 13 e 14 apresentam a distribuição percentual das cinco principais causas de morte ocorridas no município de Uberlândia em 2003, confira.

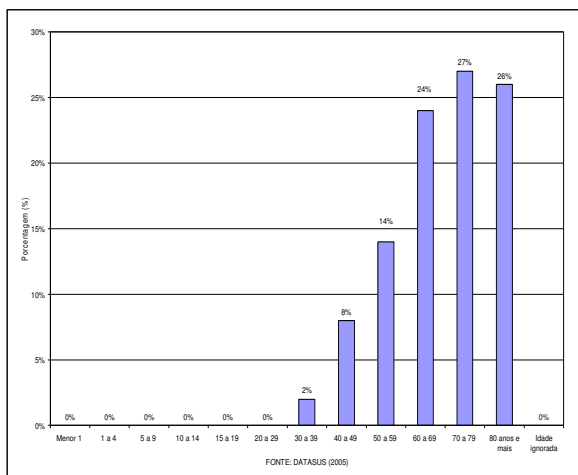


FIGURA 09: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de mortes por Doenças do Aparelho Circulatório, segundo faixa etária: 2003.
FONTE: Pesquisa direta.
ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

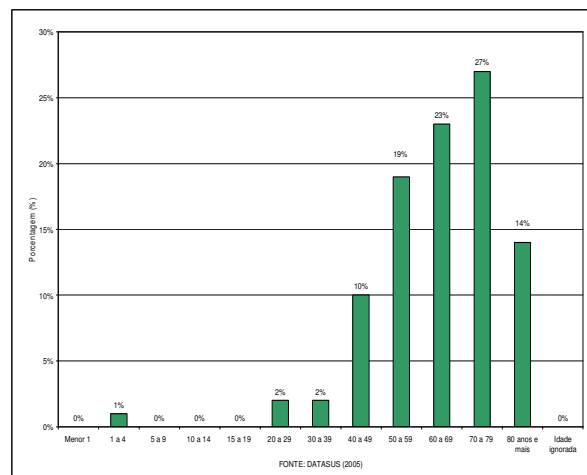


FIGURA 10: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de mortes por Neoplasias, segundo faixa etária: 2003.
FONTE: Pesquisa direta.
ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005)

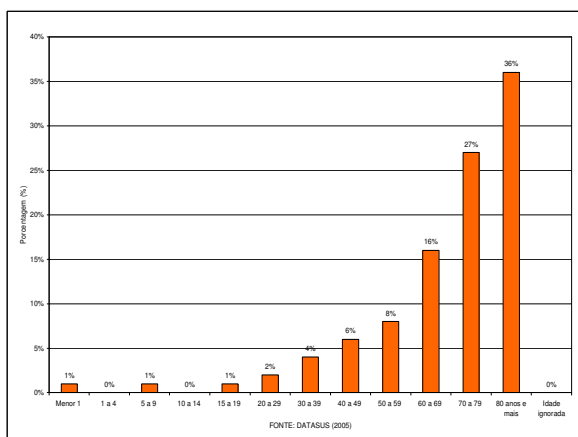


FIGURA 11: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de mortes por Doenças do Aparelho Respiratório, segundo faixa etária: 2003.
FONTE: Pesquisa direta.
ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

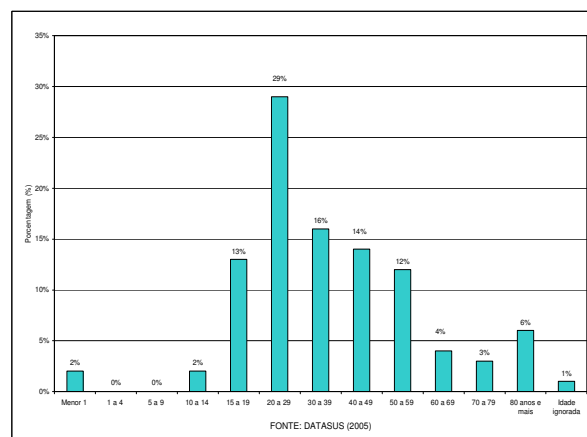


FIGURA 12: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de mortes por Causas Externas de Morbidade e Mortalidade, segundo faixa etária: 2003.
FONTE: Pesquisa direta.
ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005)

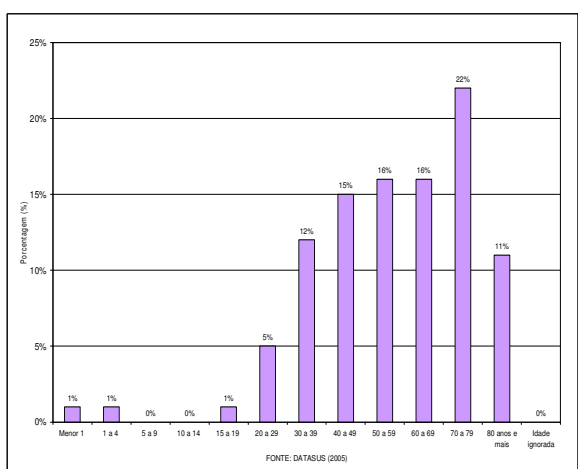


FIGURA 13: Porcentagem de mortes por Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias, segundo faixa etária: 2003.
FONTE: Pesquisa direta.
ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

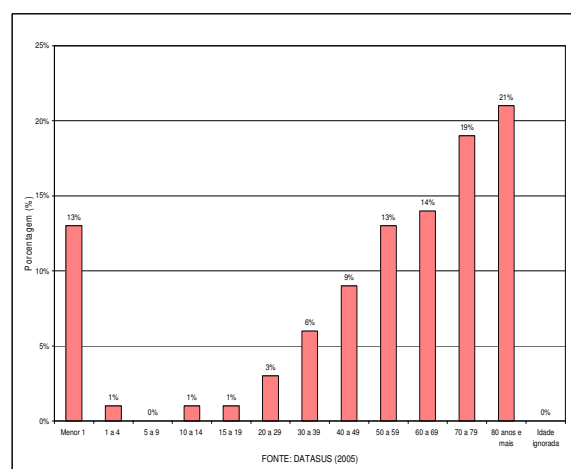


FIGURA 14: Cidade de Uberlândia. Porcentagem das demais mortes da CID-10, segundo faixa etária: 2003.
FONTE: Pesquisa direta.
ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005)

As Causas Externas de Morbidade e Mortalidade, classificadas no Capítulo XX da CID-10, contêm as seguintes categorias de morte: Acidentes de transporte, Agressões (homicídios), Lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídios), quedas, afogamentos, dentre outras. Destas causas, os acidentes de transporte e as agressões têm maior representatividade.

Em 2003, os acidentes de transporte representaram 42% das ocorrências de morte dentro das Causas Externas, vindo em seguida as agressões (homicídios), com 28%. As demais mortes agrupadas no Capítulo XX totalizaram 30%, confira a FIGURA 15:

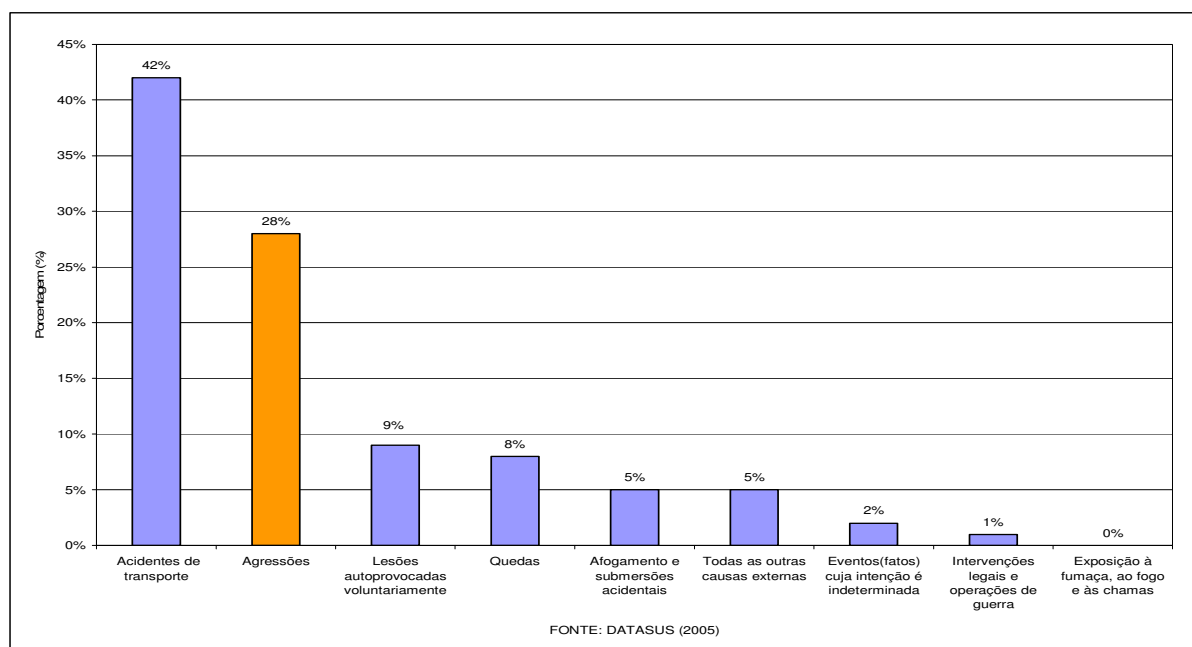


FIGURA 15. Município de Uberlândia. Porcentagem da mortalidade por Causas Externas, segundo grupos específicos de causa: 2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Foi dito que a mortalidade por Causas Externas atinge, sobretudo, a faixa etária de 20 a 29 anos de idade, e tais mortes nessa faixa são acometidas principalmente pelos acidentes de transporte e pelos homicídios que, em 2002 fizeram, respectivamente, 25,40% e 31,46% de vítimas nessa faixa de idade. É importante ressaltar que as quedas atingem especialmente as pessoas com idade entre 80 anos e mais (Cf. FIGURA 16).

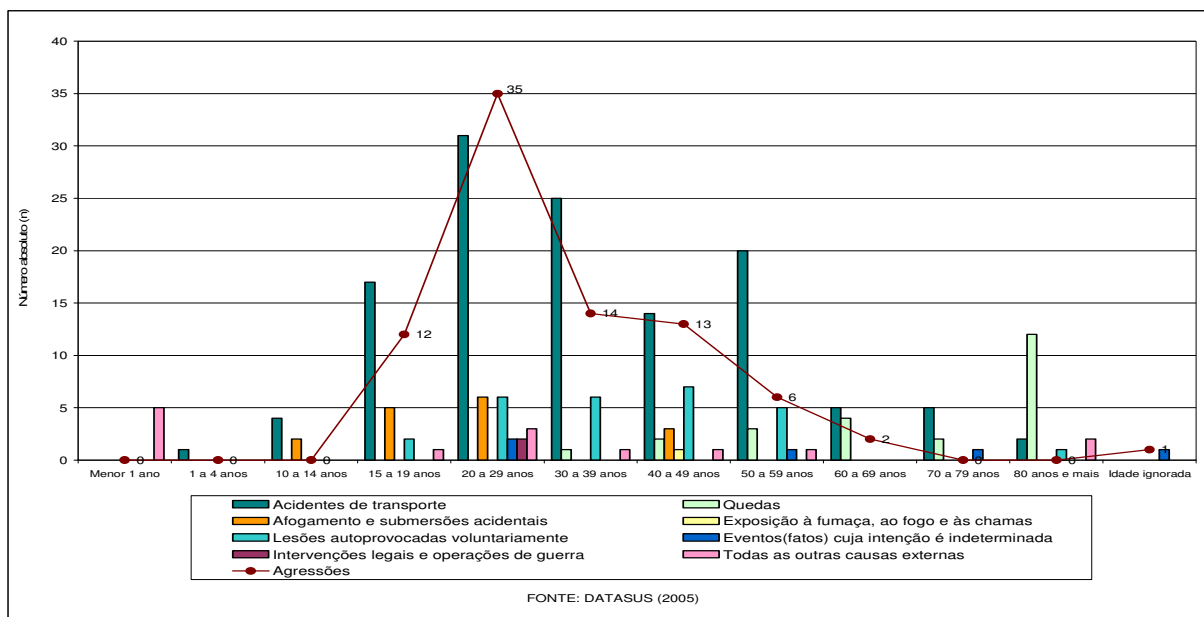


FIGURA 16: Município de Uberlândia. Número absoluto de mortes por Causas Externas, segundo faixa etária: 2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Constata-se, então, que a faixa etária de 20 a 29 anos é a que merece mais atenção por parte tanto da Segurança Pública quanto dos outros órgãos que preocupam com o fenômeno da violência, uma vez que tem sido essa faixa a mais atingida pelas causas evitáveis no município de Uberlândia.

Os dados sobre os homicídios, que serão apresentados a seguir, foram extraídos do Boletim de Ocorrência, e disponibilizados pelo COPOM, e eles divergem daqueles pertencentes ao Banco de Dados do Núcleo de Informação à Saúde - NIS, retirados da Declaração de Óbitos. Apesar disso, será necessário apresentá-los, visto que o COPOM possui dados de homicídios tanto do espaço rural quanto do urbano, podendo-se fazer essa separação. Além disso, o Banco de Dados do COPOM apresenta, separadamente, os homicídios tentados e consumados. Isso é importante para a análise, uma vez que é possível identificar quantos homicídios foram registrados nos Boletins de Ocorrência, apesar de os mesmos não terem sido todos consumados.

A diferença existente entre as instituições que trabalham com o registro dos

homicídios se deve a vários fatores, como já foi comentado nos procedimentos metodológicos. Entre as polícias, Militar e Civil, deve-se ao fato de que uma ocorrência constatada pela Polícia Militar como tentativa de homicídio e, posteriormente, encaminhada à Polícia Civil, é evolutiva. Se, porventura, a vítima morrer depois da ocorrência feita pela Polícia Militar, a Polícia Civil vai registrar o fato como homicídio consumado, e não mais como tentativa. Conseqüentemente, Zanutelli e Coutinho (2003, p. 217) afirmam que há “[...] uma diferença nos dados constatados entre essas duas instituições e também em relação aos óbitos constatados pelo Ministério da Saúde”.

Em 2000, segundo o COPOM (2004), ocorreram 243 homicídios no município de Uberlândia (48,48/100.000 habitantes), sendo que 191 foram tentativas (38,11/100.000 habitantes), e 52 consumados (10,37/100.000 habitantes). Em 2003, os valores saltam para 320 (63,84/100.000 habitantes), ou seja, 259 tentativas (51,67 100.000 habitantes), e 61 consumados (12,17/100.000 habitantes), segundo o COPOM (2004) – (Cf. FIGURA 17).

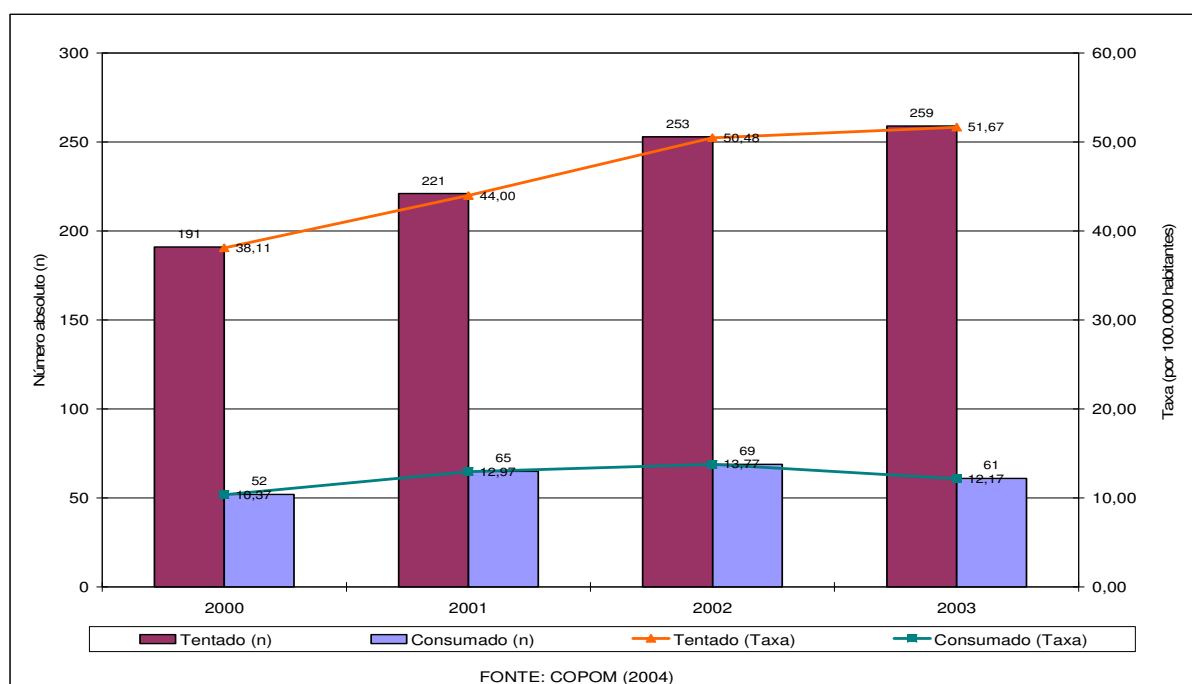


FIGURA 17: Município de Uberlândia. Número absoluto e taxa (por 100.000 habitantes) de homicídios tentados e consumados - 2000 a 2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Com relação às ocorrências de homicídios consumados no espaço urbano de Uberlândia, os valores não apresentam mudanças consideráveis durante o período analisado. Ressalta-se que 2002 foi o ano no qual ocorreu a maior porcentagem de homicídios na cidade de Uberlândia (91,30%) e, em segundo lugar, vem o ano de 2003, com 88,52%.

A elevada taxa observada na área rural deve-se à população desse local, que em 2000 era de 12.232 habitantes, ou seja, apenas 3,4 % da população do município. A maior ocorrência de homicídios na área rural se deu em 2001 (12 ocorrências – 18,46%).

Os homicídios não especificados somaram cinco no período de 2000 a 2003, sendo que quatro ocorrências não especificadas foram registradas em 2000, e uma em 2001. Vale ressaltar, ainda, que em agosto de 2000 ocorreu um homicídio às nove horas da manhã na área rural, mas o corpo da vítima não foi encontrado. E em janeiro de 2002, de forma semelhante, ocorreu um homicídio no bairro Luizote de Freitas (Setor Oeste) às 21h00min horas, e o corpo, também não foi encontrado. A TABELA 02 apresenta dados dos homicídios ocorridos na área urbana e rural do município de Uberlândia entre 2000 e 2003.

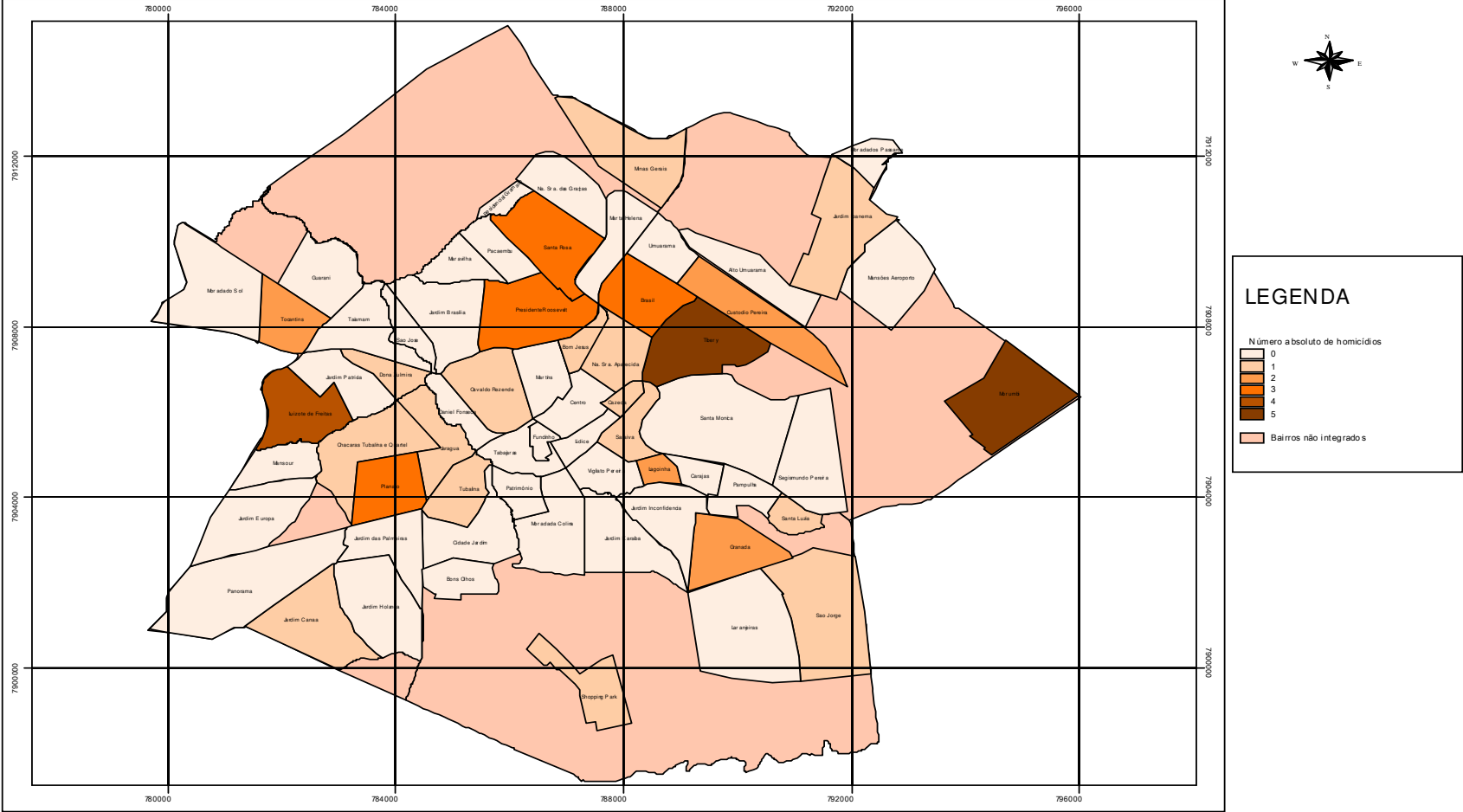
ANO	Urbana			Rural			Não especificado			Total (n)
	(n)	Taxa	(%)	(n)	Taxa	(%)	(n)	Taxa	(%)	
2000	41	8,18	78,85	7	57,23	13,46	4	0,79	7,69	52
2001	52	10,57	80,00	12	98,10	18,46	1	0,20	1,54	65
2002	63	12,57	91,30	6	49,05	8,70	0	0,00	0,00	69
2003	54	10,77	88,52	7	57,23	11,48	0	0,00	0,00	61

TABELA 02: Município de Uberlândia. Taxa (por 100.000 hab.), número absoluto e porcentagem de homicídios consumados– 2000 a 2003.

FONTE: COPOM (2004)

Os homicídios estão distribuídos de forma diferenciada na cidade de Uberlândia. Mas, apesar disso, alguns bairros apresentam uma tendência constante no número de ocorrências. Como exemplos, têm-se o Tibery e Morumbi (Setor Leste) e o Luizote de Freitas (Setor Oeste), cujas ocorrências, entre 2000 e 2003, variaram entre quatro e cinco. Os MAPAS 08 e 09 apresentam a espacialização dos homicídios em 2003, confira.

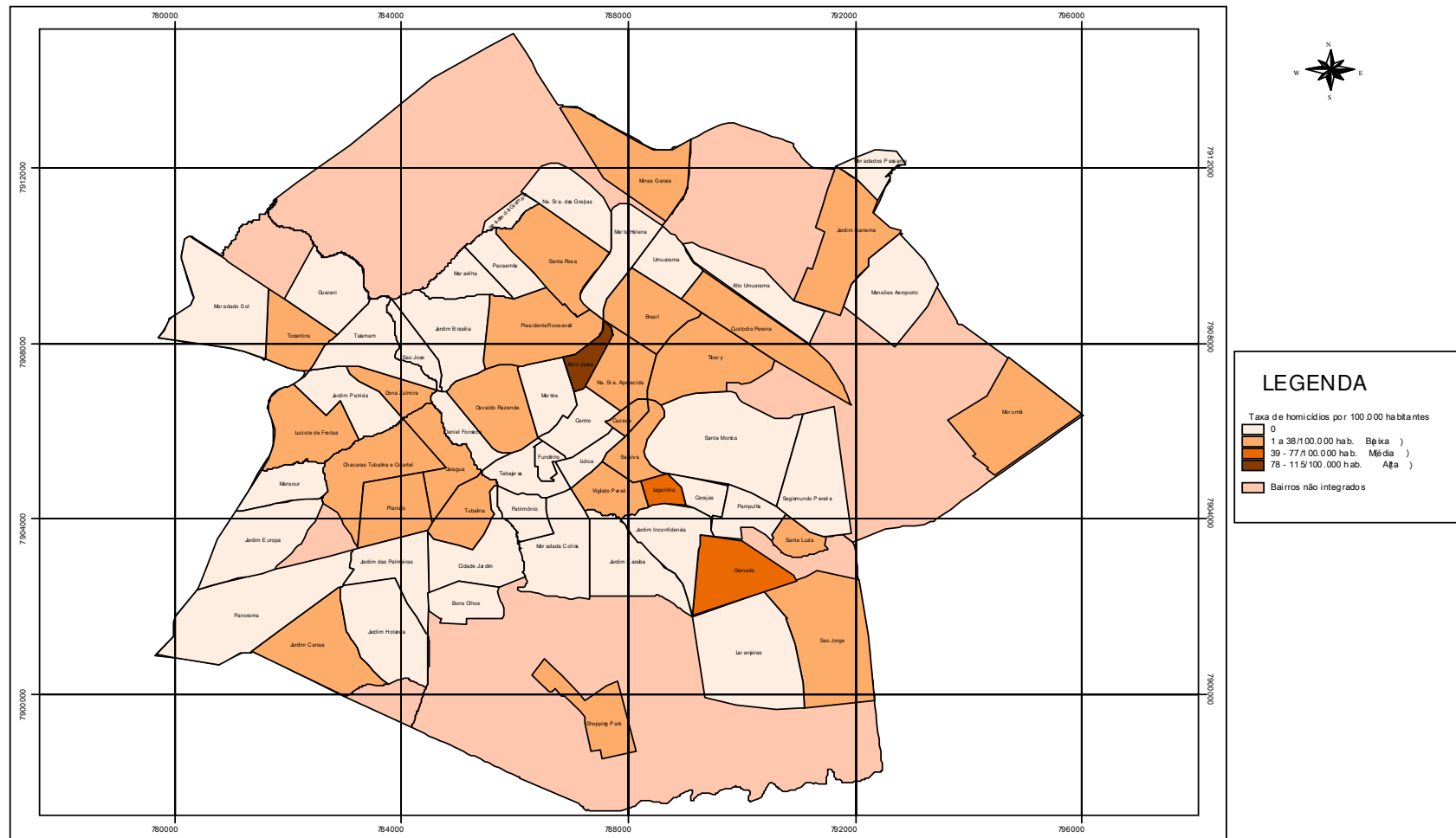
MAPA 08: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de homicídios ocorridos em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

A horizontal scale bar with tick marks at 2000, 0, 2000, 4000, and 6000 Meters.

MAPA 09: Cidade de Uberlândia. Taxa de homicídios por 100.000 habitantes ocorridos em 2003.

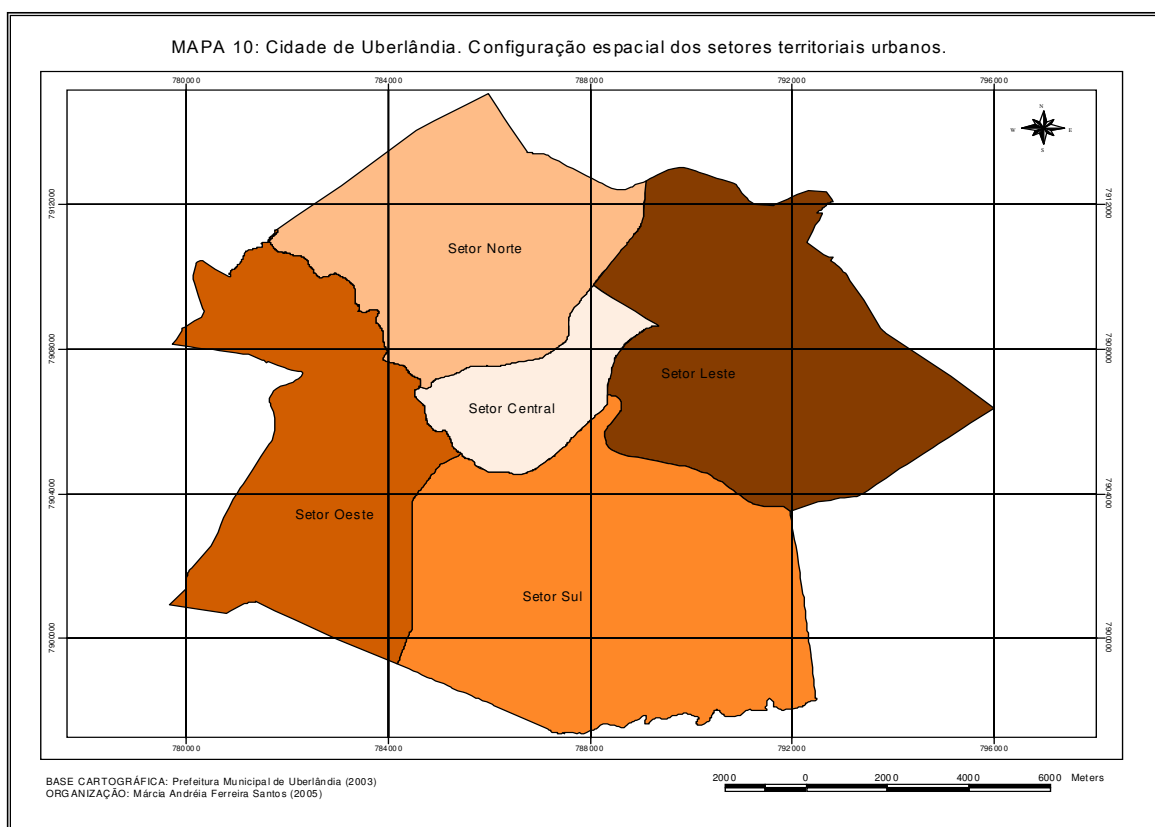


BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004)
 ORGANIZAÇÃO: Marcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.1.1. Homicídios nos setores urbanos de Uberlândia

A cidade de Uberlândia é constituída de cinco setores territoriais urbanos: Norte, Sul, Oeste, Leste e Central (Cf. MAPA 10). Destes, o Setor Sul e o Leste são os que ainda possuem bastantes vazios urbanos. Será visto, nas descrições que se seguem, que o Setor Sul é onde se concentra a população com o maior poder aquisitivo da cidade e a maioria dos condomínios fechados. Mas é nele, também, que se localiza o bairro São Jorge, um dos mais violentos da cidade, e o bairro Lagoinha, onde o tráfico de drogas é elevado.



Dentre os cinco setores de Uberlândia, o Leste foi o que apresentou o maior número de ocorrências e taxa de homicídios: entre 2000 e 2003 registraram-se o 63 homicídios e uma taxa de 54,29/100.000 habitantes. Neste setor, existem os bairros Morumbi e Tibery, locais onde as ocorrências de homicídios são bastante elevadas. Mais detalhes sobre o Setor Leste será dado adiante. O Setor Oeste ficou em segundo lugar no número absoluto de

homicídios e na taxa: respectivamente 55 ocorrências e taxa de 46,11/100.000 habitantes. Em terceiro lugar, o Setor Sul, com 36 ocorrências e 39,20/100.000 habitantes. O Setor Norte apresentou uma baixa ocorrência de homicídios entre 2000 e 2003, se comparado com o Setor leste (30 ocorrências), mas é importante ressaltar que, apesar disso, alguns bairros, tais como o Jardim Brasília, o Marta Helena e o Presidente Roosevelt apresentaram valores elevados durante este período.

A menor taxa foi registrada no Setor Central, 31,19/100.000 habitantes. Isso porque este setor é o menos populoso da cidade, e nele ocorreu, também, o menor número de homicídios entre 2000 e 2003 (Cf. FIGURA 18). É interessante destacar que é observado, nesse setor, um elevado contingente de policiais que realizam a segurança à pé, de bicicleta e de carro. Apesar disso, nele são verificadas também as maiores taxas de roubos realizados, sobretudo à mão armada.

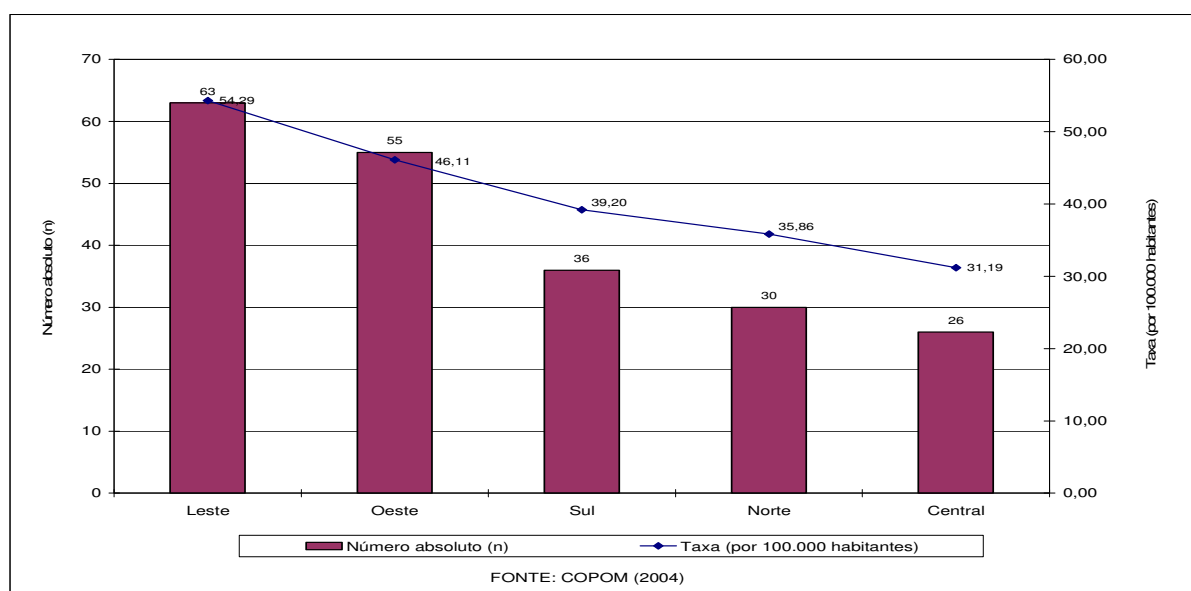


FIGURA 18: Cidade de Uberlândia. Número absoluto de homicídios e taxa (por 100.000 hab.), segundo setores urbanos: 2000-2003.

A seguir, será feita a análise dos homicídios nos setores de Uberlândia, e apresentada, detalhadamente, a descrição espacial do setor, bem como dos bairros nos quais as ocorrências de homicídios foram mais acentuadas.

4.1.1.1. Setor Norte

A população do Setor Norte é de 83.651 habitantes. É o setor com a maior densidade populacional de Uberlândia: 0,31 hab./km². É composto de 10 bairros integrados, sendo o Presidente Roosevelt o mais populoso, com 20.666 habitantes (IBGE, 2000). Localizam-se, nesse setor, o Parque Municipal do Distrito Industrial, o Distrito Industrial e há uma extensa área constituída por bairros não integrados e por vazios urbanos.

Freitas; Ramires (1995) afirmam que à instalação do Distrito Industrial na cidade vinculou-se a necessidade de trazer o trabalhador para próximo do local de trabalho com o objetivo de diminuir custos. Dessa forma, foram construídas, na década de 1960, 300 casas para atender a esses trabalhadores.

Os autores supracitados comentam, ainda, que há um contraste na infra-estrutura, na renda e na paisagem dos bairros adjacentes ao Distrito Industrial de Uberlândia.

Alguns bairros, a exemplo do Residencial Liberdade (integrado ao bairro Santa Rosa), foram estruturados por programas de financiamento da casa própria, e possui características sócio-econômicas diferentes daquelas existentes nos bairros Cruzeiro do Sul (integrado ao bairro Nossa Senhora das Graças) e Residencial Gramado, cuja população possui um poder aquisitivo superior ao de bairros como o Esperança (integrado, igualmente, ao Santa Rosa). É importante ressaltar que o Esperança é um dos bairros mais temidos pela população uberlandense devido à sua fama de bairro violento, sobretudo no que se refere ao tráfico de drogas.

Um outro problema relacionado ao Distrito Industrial é o lixão, onde já foi encontrado o corpo de uma vítima de homicídio, tal como relata a reportagem do Jornal Correio (POPÓ, 2003a): “O ex-presidiário [xxx] foi encontrado assassinado em um lixão às margens da rodovia Neusa Rezende, no Distrito Industrial”.

Carrilho (2003) realizou uma pesquisa com a população dos bairros Nossa

Senhora das Graças, Cruzeiro do Sul (atual Santa Rosa) e Minas Gerais, e verificou alguns problemas apontados pela população local e, dentre eles estavam a violência e a falta de segurança pública (policiamento nas ruas). Além desses, os moradores indicaram a falta de áreas de lazer, de postos de saúde e necessidade de melhoria na condição dos transportes.

Dos três bairros citados, o que apresentou mais ocorrências de homicídios no período de 2000 a 2003 foi o Jardim Brasília, que registrou sete homicídios. Em segundo lugar, veio o bairro Marta Helena, com seis ocorrências, e o Presidente Roosevelt, com cinco homicídios. O bairro Nossa Senhora das Graças apresentou a taxa mais baixa: 17,32/100.000 habitantes. Os bairros Residencial Gramado e São Jorge não tiveram nenhuma ocorrência de homicídios nesse período (Cf. FIGURA 19).

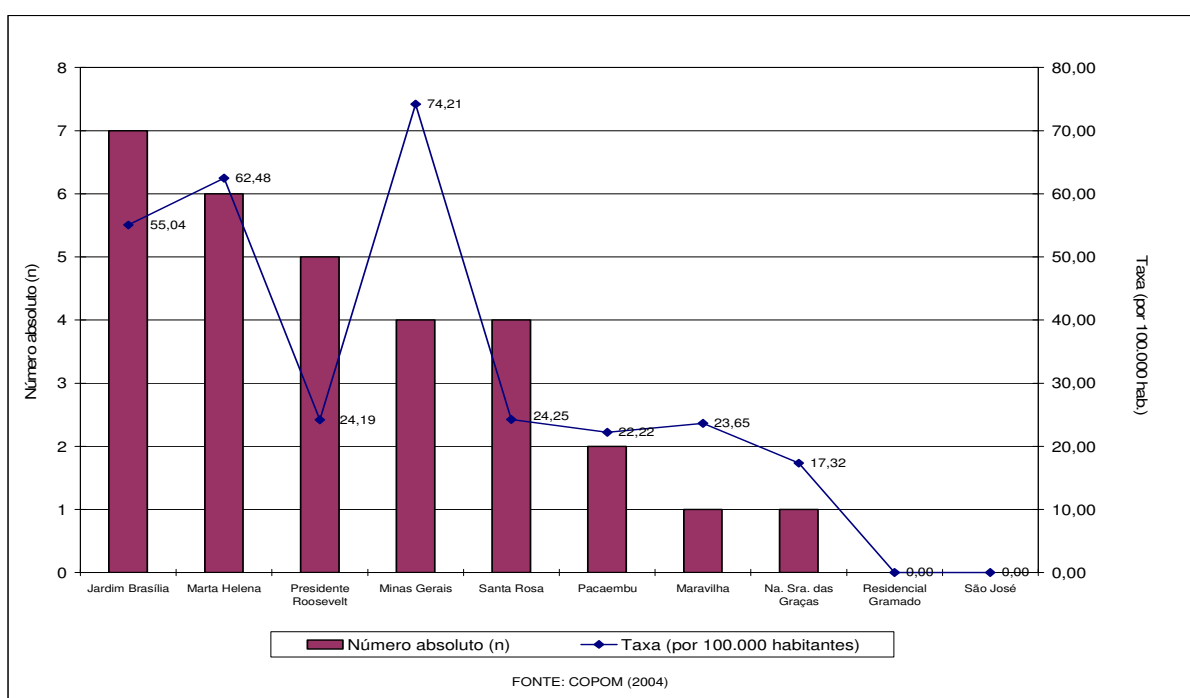


FIGURA 19: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100.000 hab.) nos bairros do Setor Norte: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Ocorreram seis homicídios no Setor Norte em 2003 e, a partir de análises de reportagens do Jornal Correio de 2003 foi possível conhecer o sexo e a idade da vítima e do

agressor, o local da ocorrência, o meio utilizado na prática do crime e o motivo que levou o agressor à prática do homicídio. A partir dessas análises, constatou-se que 33,33% dos homicídios ocorridos no Setor Norte apresentaram, nas reportagens analisadas, todas as informações citadas acima. Verificou-se que quatro dos seis homicídios ocorreram na rua, por motivos diversos, e dois deles foram praticados por arma de fogo; quatro vítimas eram do sexo masculino, e os agressores tinham entre 17 e 20 anos de idade.

Confira o QUADRO 08, que apresenta as informações sobre os homicídios ocorridos em 2003 no Setor Norte e, a seguir, o MAPA 11, que apresenta a distribuição dos homicídios no Setor.

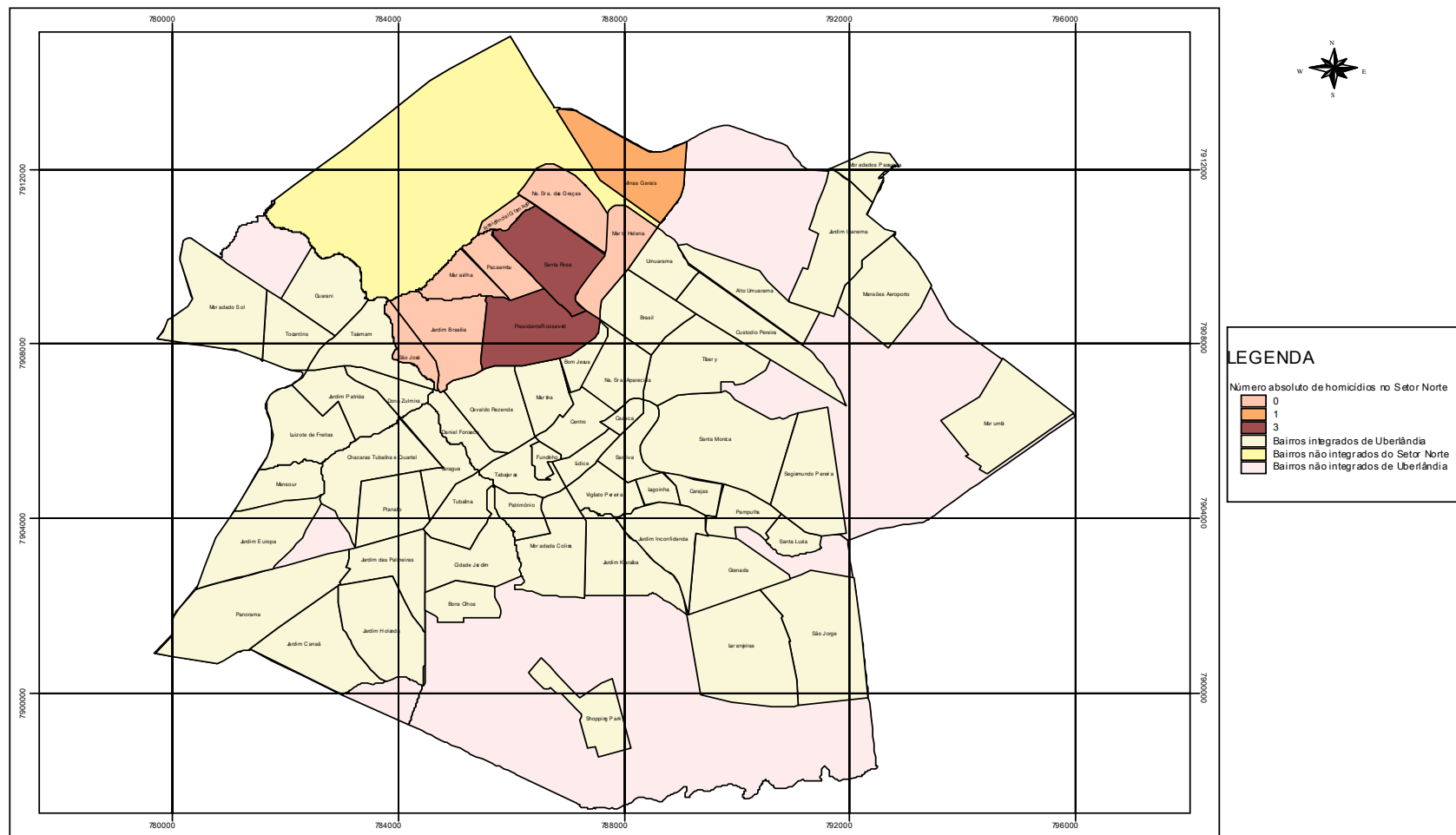
Bairro	Data	Sexo		Idade		Local da ocorrência	Meio utilizado	Motivo
		Vítima	Agressor	Vitima	Agressor			
Santa Rosa	06/01/03	Masc.	Masc.	67	17	Rua	Objeto contundente	Latrocínio
Minas Gerais	08/01/03	...	...	...	...	...	...	...
Santa Rosa	14/01/03	Masc.	Masc.	30	20	Rua	Objeto cortante	Indet.
Presidente Roosevelt	23/02/03	...	...	...	...	...	...	...
Santa Rosa	16/12/03	Masc.	Masc.	...	...	Rua	Arma de fogo	Droga
Presidente Roosevelt	23/12/03	Masc.	Masc.	...	...	Rua	Arma de fogo	Acerto de conta

QUADRO 08: Cidade de Uberlândia. Perfil dos homicídios ocorridos no Setor Norte de Uberlândia em 2003.

FONTE: JORNAL CORREIO (2003)

NOTA: (...) Não se dispõe de informações.

MAPA 11: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial do número absoluto de homicídios no Setor Norte em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003).
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004)
 ORGANIZAÇÃO: Marcia Andréia Femeira Santos (2005)

200 0 200 0 400 0 600 0 Meters

4.1.1.2. Setor Sul

A população do Setor Sul é de 87.335 habitantes, e a densidade populacional, de 0,27 hab./km². É constituído de 17 bairros integrados, sendo o bairro São Jorge o mais populoso, com 21.364 habitantes (IBGE, 2000). Nele se localizam duas instituições de ensino superior particulares: a Universidade do Triângulo (UNITRI) e a Faculdade Politécnica.

Parte do Setor Sul é constituída por grupos de renda mais elevada (Cidade Jardim, Morada da Colina e Jardim Karaíba), nos quais não se observou ocorrência de homicídios durante o período analisado, com exceção de uma ocorrência, registrada em 2002, no bairro Cidade Jardim e outra, nesse mesmo ano, no Morada da Colina.

É um setor com muitos contrastes sociais. Existem esses bairros citados, com um elevado poder aquisitivo¹¹, com moradias cercadas por muros altos e com proteção de fios elétricos, bem equipadas com sistemas de vigilância patrimonial. Nesses bairros, há maior incidência de roubos à mão armada de veículos automotores e de transeuntes (COPOM, 2004). Os homicídios, por sua vez, não são consideráveis nesses bairros.

Por outro lado, têm os bairros São Jorge, Laranjeiras e Lagoinha, que também apresentam um elevado número de ocorrências de roubos à mão armada a transeuntes, prédios comerciais e a ônibus coletivo, sendo este último o mais elevado (COPOM, 2004). Além dos roubos à mão armada, o número de homicídios e de tráfico de drogas é elevado nesses bairros. No período de 2000 a 2003, registraram-se, no bairro São Jorge, 12 homicídios, e uma taxa de 56,17/100.000 habitantes. Somente em 2002 houve oito ocorrências nesse bairro. No Lagoinha, como se verá posteriormente, o tráfico de drogas é bastante concentrado, e o roubo à mão armada a ônibus coletivo tem um número elevado nesse local. Destaca-se que estes

¹¹ Ressalta-se que 26,24% da população do bairro Morada da Colina têm um rendimento de mais de 30 salários mínimos, e no bairro Jardim Karaíba, 27,14% da população recebem esse mesmo valor. (PMU/SEDUR, 2002)

bairros citados apresentam um baixo poder aquisitivo¹².

No período de 2000 a 2003, o bairro São Jorge apresentou o maior destaque de ocorrências de homicídios – 12 ocorrências, e somente em 2002 foram registrados oito casos. O bairro Lagoinha registrou cinco ocorrências e uma taxa de 125,00/100.000 habitantes, e os bairros Granada e Laranjeiras, quatro homicídios, sendo que o Granada registrou a maior taxa durante o período analisado, 126,50/100.000.

É interessante destacar que os bairros São Jorge, Granada e Laranjeiras são limítrofes, e se localizam próximos ao perímetro urbano, havendo uma extensa área sem ocupação (vazio urbano), sobretudo próximo aos bairros Laranjeiras e São Jorge.

A FIGURA 20 apresenta a distribuição do número absoluto e da taxa de homicídios nos bairros do Setor Sul, confira.

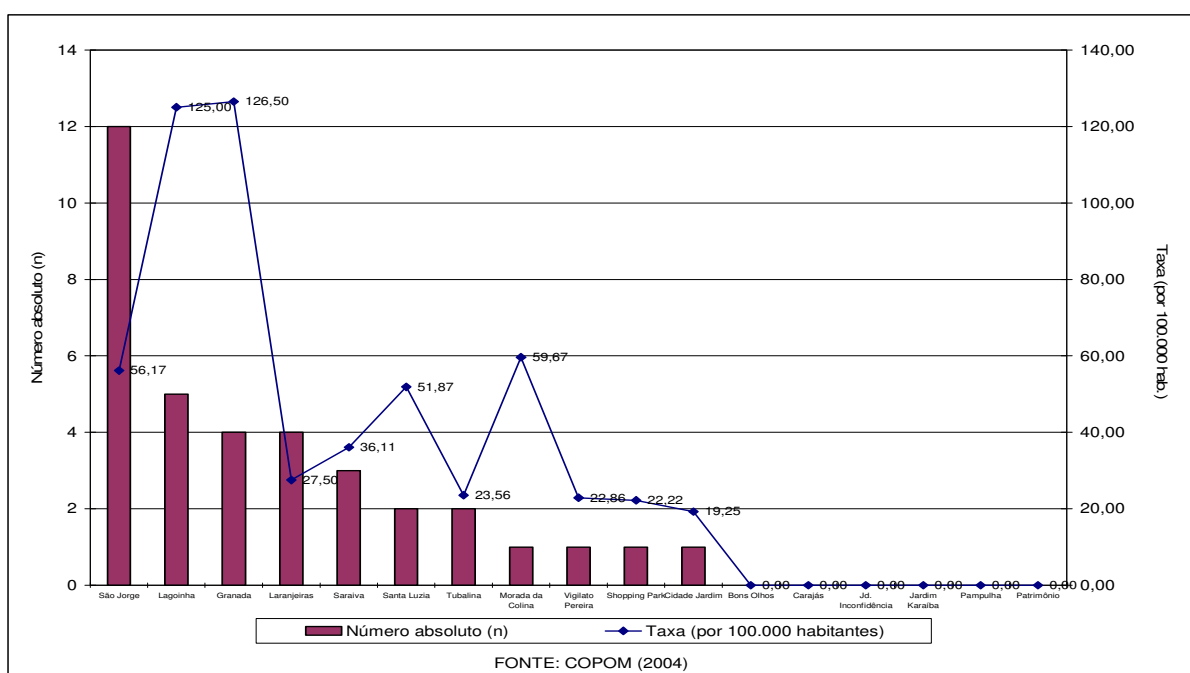


FIGURA 20: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100.000 hab.) nos bairros do Setor Sul: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

¹² No bairro São Jorge, 48,47% da população tem um rendimento entorno de um a três salários mínimos; No Laranjeiras, 48,89% da população tem essa mesma renda. (PMU/SEDUR, 2002)

Em 2003, ocorreram no Setor Sul de Uberlândia nove homicídios e, a partir de análises de reportagens do Jornal Correio daquele ano foi possível constatar algumas de suas causas. Verificou-se, dessa forma que, no Setor Sul, o principal motivo da causa dos homicídios foram desavenças entre agressor e vítima, e tanto um quanto o outro são do sexo masculino. A arma de fogo foi o principal meio utilizado para praticar o crime. Já os locais de ocorrência do homicídio foram diversos: rua, residência e estabelecimento comercial.

Ressalta-se que foi possível conseguir informações completas nas reportagens do Jornal Correio de apenas uma ocorrência, que se deu no bairro Lagoinha em abril de 2003. As demais tiveram informações que não foram indicadas na reportagem.

A seguir encontra-se o QUADRO 09, no qual estão anotadas algumas informações sobre os homicídios ocorridos no Setor Sul.

Bairro	Data	Sexo		Idade		Local da ocorrência	Meio utilizado	Motivo
		Vítima	Agressor	Vitima	Agressor			
Lagoinha	23/04/03	M	M	17	18	Rua	Arma de fogo	Desavença
São Jorge	28/04/03	...	...	...	...	...	...	...
Granada	04/05/03	M	M	...	24	Lanchinho	Arma de fogo	Desavença
Lagoinha	29/05/03	M	...	33	...	UAI	Arma de fogo	Desavença
Granada	05/08/03	...	...	...	...	...	...	...
Shopping Park	08/08/03	...	...	...	...	...	...	...
Santa Luzia	28/08/03	...	...	...	...	...	...	...
Saraiva	03/09/03	...	...	...	...	...	...	...
Tubalina	09/12/03	M	...	33	...	Residência	Arma de fogo	Desavença

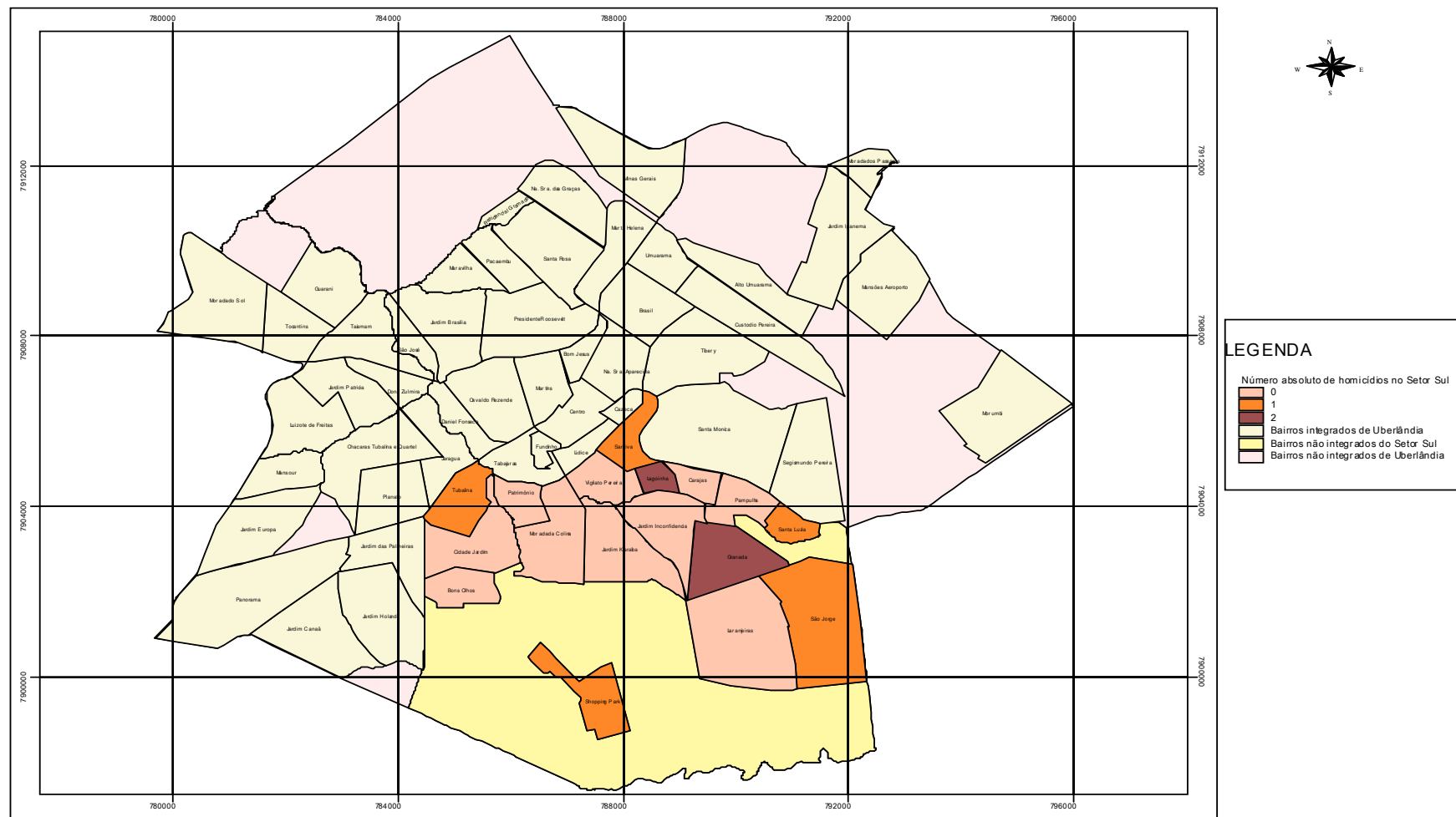
QUADRO 09: Cidade de Uberlândia. Perfil dos homicídios ocorridos no Setor Sul de Uberlândia em 2003.

FONTE: JORNAL CORREIO (2003)

NOTA: (...) Não se dispõe de informações.

No MAPA 12 é apresentada a distribuição dos homicídios, em 2003, nos bairros do Setor Sul. Observe o destaque para o bairro Lagoinha.

MAPA 12 Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial do número absoluto de homicídios no Setor Sul em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003).
 FONTE DOS DADOS: COFOM (2004)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

200 0 2000 4000 6000 Meters

4.1.1.3. Setor Oeste

O Setor Oeste é o mais populoso, com 119.282 habitantes, tendo o bairro Luizote de Freitas a maior representatividade populacional – 18.614 habitantes, além de apresentar a segunda maior densidade populacional: 0,29 hab./km², (IBGE, 2000). A estrutura do mencionado setor urbano de Uberlândia é bastante diversificada: existem chácaras (Chácara Tubalina e Quartel, Panorama), conjuntos habitacionais (Luizote de Freitas e Guarani), condomínios fechados (Morada do Sol, Jardim Holanda) e bairros residenciais comuns.

Esse setor apresentou o segundo maior número de homicídios em 2003: exatamente 14 casos. Destes, quatro ocorreram no bairro Luizote de Freitas e três no Planalto. Ressalta-se que, entre 2000 e 2003, o Luizote de Freitas foi o bairro que registrou os maiores valores: de um total de 55 ocorrências registradas durante esse período no Setor Oeste, 13 ocorreram nesse bairro, Cf. a FIGURA 21, que apresenta a distribuição dos homicídios nos bairros do Setor Oeste.

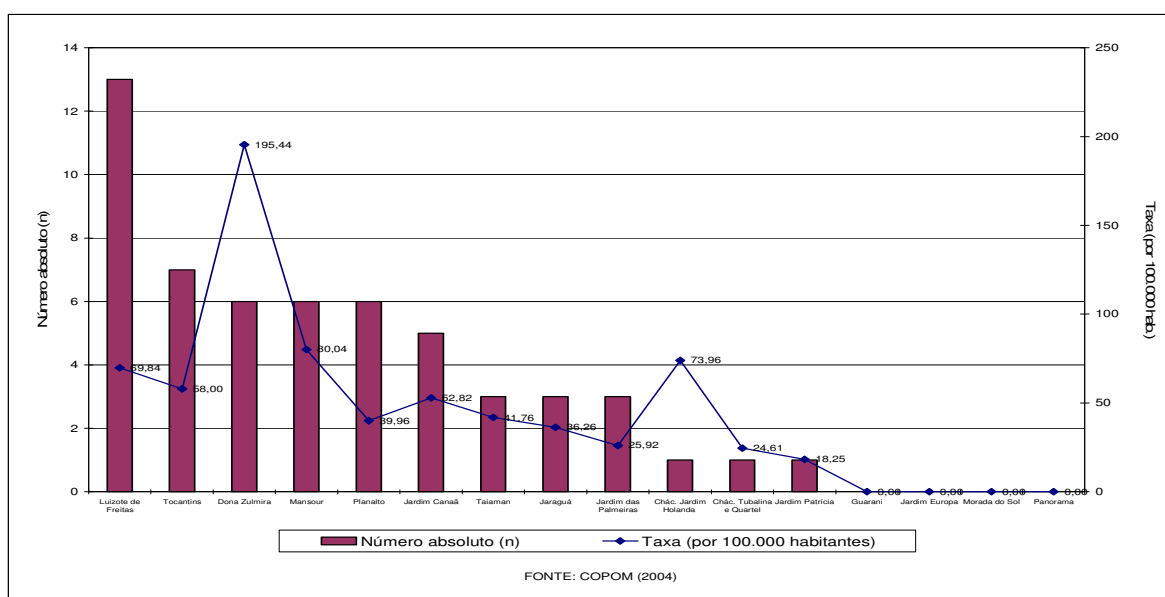


FIGURA 21: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100.000 hab.) nos bairros do Setor Oeste: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Já foi dito que o homicídio é um evento que envolve várias circunstâncias e são diversos os fatores que o predispõe. Sendo assim, ao constatar que os setores Oeste e Leste apresentaram o maior número de ocorrências de homicídios em 2003, viu-se a necessidade de se realizar entrevistas com os moradores desses dois setores, com o intuito de conhecer os principais eventos violentos existentes no local, o sentimento de segurança dos moradores e, também, algumas características intrínsecas aos homicídios nos bairros desses setores. Para isso escolheu-se, no Setor Oeste, o bairro Luizote de Freitas para a realização das entrevistas porque nele foi registrado o maior número absoluto de homicídios em 2003.

Ao analisar as entrevistas, constatou-se que o medo é um fator presente na fala dos moradores. Muitos afirmaram que têm medo de circular, à noite, pelas vias públicas, em razão dos assaltos, igualmente elevados. Veja o que um dos entrevistados, aqui chamado de Morador 1, da Rua João David disse:

Medo de andar, à noite [...]. Até de dia também eu já fui ameaçado de assalto duas vezes aqui no bairro: uma vez foi onze horas, outra vez era umas seis horas da tarde. Já duas vezes que me atacam aqui. Lugar aqui que é perigoso é o próprio lugar que eu moro que aqui à noite não tem iluminação aqui nessa avenida do bairro... quando você tem que sair, um caso de urgência, por exemplo, sê tem que ir no UAI, porque quando é doença sê num vê a hora, né, sê sai aqui tá um horror por causa dessas árvore. Meu marido até podou um pouco por causa que tinha gente escondendo à noite. Aí sê sai, é um perigo, né. Um sai de cima do pé de manga... esconde tudo quanto é tipo esquisito (MORADOR 1 – Luizote de Freitas).

Uma das causas do medo de andar à noite no bairro é a pouca iluminação de algumas ruas e o tamanho das árvores, que acabam impedindo uma melhor visibilidade pela iluminação pública. O Morador 1, que tem residência próximo ao Córrego do Óleo, onde há uma iluminação ineficiente e uma área de mata integrante da Área de Proteção Permanente do córrego, disse:

No fundo do Poli, ali, aquele mangueiral que tem ali, direto tem marginal escondendo ali, fumando droga. Esses tempo, eu entrei lá e eles tinha armado uma rede lá e tava dormindo lá. Eles não pode ficar andando aí na rua que a polícia pega, né. De dia eles vai pra lá, arma a rede lá, fica assaltando gente aqui, ó. Tinha que passar uma patrolha ali e derrubar aquelas mangueira, que aquilo ali não serve pra nada. Semana passada eu tava indo pro SESI, e encontrei com uma senhora que

vinha do Smart, e tinha um rapaz numa bicicleta, que tinha um tipo muito estranho, aí ela parou e falou assim se eu podia atravessar com ela até ali pra baixo porque ela tava com medo, porque ela tinha sido assaltada uns dois dias antes bem aqui na esquina aqui. E pegou dinheiro dela, documento. Porque eles esconde ali no fundo do córrego ali. Um dia eu desci ali [...] e tinha três lá, armou uma lona, tavam escondido ali. Sê num vê polícia nesse fundo aqui, então ficam à vontade... a rua é escura (MORADOR 1 – Luizote de Freitas).

Quando o Morador 2 foi indagado sobre os principais problemas existentes no bairro, afirmou que a existência de uma quantidade elevada de usuários de droga, e que há muito assalto também. Destacou, ainda, que no local onde ele mora a falta de segurança pode ser a causa do elevado número de crimes registrados. Disse que há pouco policiamento, e isso é um fator de proteção à ação dos bandidos:

Tem muito maconheiro demais... é... tem muito assalto também aqui no bairro. Nesses fundo aqui tem uma desvantagem muito grande aqui... não tem assistência... igual lá pra cima sê vê polícia, sê vê viatura toda hora, aqui não, aqui passou de nove horas da noite... passou da linha do ônibus dali pra baixo sê num vê polícia, sê num vê patrulha, sê num vê ninguém. A gente que mora pra baixo aqui a gente é muito prejudicado em tudo, porque tudo que sê precisa sê tem que ir lá em cima, é farmácia, é supermercado, é tudo. [...] (MORADOR 2 – Luizote de Freitas).

Para saber se os moradores tinham conhecimento das ocorrências de homicídios no bairro, perguntou-se se sabiam de algum evento criminal dessa natureza no bairro, e a afirmativa foi que geralmente ocorre, e que a maioria das ocorrências está relacionada à droga. Veja o que o Morador 2 e o Morador 3 disseram quando questionado sobre os homicídios no bairro:

De vez em quando até que às vezes acontece de ter algum assim, sabe. Às vezes quando eles mata um assim é marginal. De vez em quando eles apaga um, faz uma limpeza dum. A vizinha aqui perdeu um filho, tadinha. Na época não prendeu quem matou, não, mas depois passou um ano mataram ele. É cobra pegando cobra. (MORADOR 2 – Luizote de Freitas).

Teve uma época que tinha. Era muito pesada a barra aqui na época, há uns anos atrás... tem um pouco de tempo. Então, teve alguns homicídios. Inclusive teve um que eles mataram debaixo daquela árvore ali, tá vendo, do lado de cá... lá naquele terreno que tem umas pedras. Mas essa coisa assim de traficante, esses trem deles mesmo. Depois mataram um outro que morava nessa rua. Mataram ele também, mas foi bebida, porque se ele não quisesse morrer não saísse tarde da noite, nem ia procurar, porque às vezes procura a briga e a morte com a mão, né (MORADOR 3 – Luizote de Freitas).

A população, como se vê, tem suas narrativas sobre a violência. O comportamento violento, tantas vezes testemunhado, pois abarca pessoas da vivência cotidiana, tais como vizinhos ou conhecidos, traumatiza o comportamento das pessoas, restringindo o tempo de circulação (a noite é evitada), ao mesmo tempo em que percebem a ineficiência do serviço público, principalmente no que concerne à prevenção. Nas entrelinhas, percebe-se que as pessoas não são consultadas sobre o espaço que habitam, o que deveria ser feito, uma vez que elas conhecem esse espaço e podem contribuir para medidas que solucionem o problema.

Ao analisar as reportagens do Jornal Correio sobre os homicídios ocorridos no Setor Oeste em 2003, constatou-se que, de 14 ocorrências registradas pela Polícia Militar, três foram comentadas pelo Jornal Correio, apresentando todas as informações sobre sexo e idade da vítima e do agressor, local de ocorrência, meio utilizado e motivo ou causa do homicídio. Além disso, quatro ocorrências foram reportadas, e apresentaram todas as informações citadas acima, com exceção apenas da idade do agressor.

Os homicídios ocorridos no Setor Oeste, que puderam ser noticiados pelas reportagens, tiveram predominância de incidência sobre o sexo masculino, e a idade das vítimas fixou-se, sobretudo, no intervalo de 18 a 33 anos.

O local de ocorrência predominou em bares e ruas, e o meio mais utilizado para praticar o homicídio foi a arma de fogo, cuja motivação principal foram as drogas e as desavenças. Observe o QUADRO 10 com estas informações.

Bairro	Data	Sexo		Idade		Local da ocorrência	Meio utilizado	Motivo
		Vítima	Agressor	Vítima	Agressor			
Planalto	22/01/03	...	...	...	...	...	...	...
Tocantins	12/02/03	M	M	33	...	Residência	Arma de fogo	Droga
Jaraguá	07/05/03	M	M	32	...	Rua	Arma de fogo	...
Jardim Canaã	13/05/03	M	M	18	...	Bar	Arma de fogo	Desavença
Jardim Canaã	14/05/03	M	M	21	...	Bar	Arma de fogo	Desavença
Luizote de Freitas	24/08/03	...	...	...	...	...	...	...
Chác. Tubalina e Quartel	03/09/03	...	...	...	...	...	...	...
Luizote de Freitas	04/09/03	...	...	...	...	...	...	...
Luizote de Freitas	26/10/03	...	...	...	...	...	...	...
Tocantins	01/11/03	M	M	31	19	Rua	Objeto contundente	Droga
Luizote de Freitas	15/11/03	M	M	19	20	Rua	Arma de fogo	Droga
Dona Zulmira	12/12/03	...	...	...	...	...	...	...
Planalto	13/12/03	...	...	...	...	...	...	...
Planalto	28/12/03	M	M	59	59	Bar	Arma de fogo	Desavença

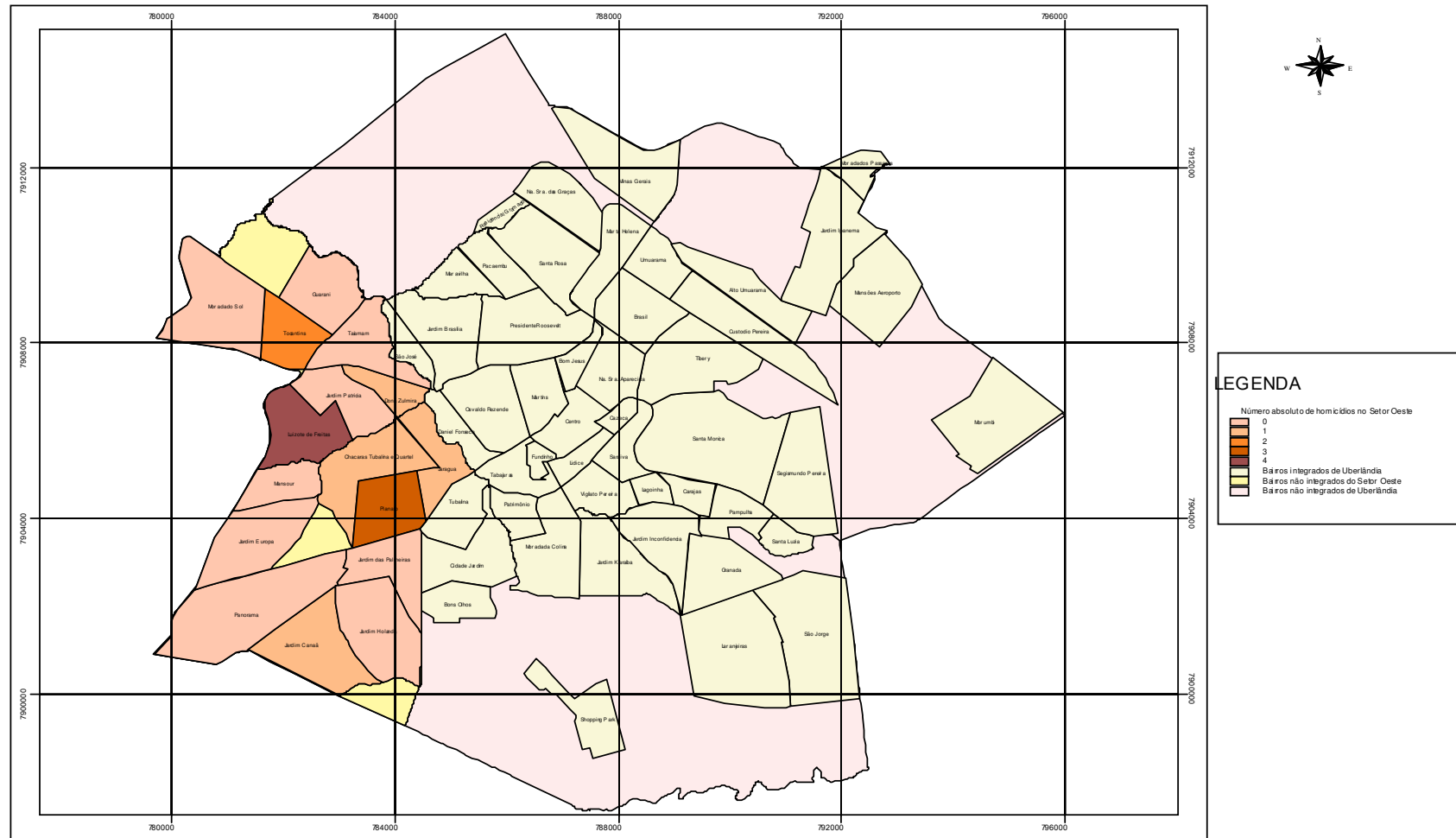
QUADRO 10: Cidade de Uberlândia. Perfil dos homicídios ocorridos no Setor Oeste de Uberlândia em 2003.

FONTE: JORNAL CORREIO (2003)

NOTA: (...) Não se dispõe de informações.

A seguir é apresentado o MAPA 13, no qual se pode ver o destaque das ocorrências de homicídios nos bairros Luizote de Freitas e Planalto.

MAPA 13: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial do número absoluto de homicídios no Setor Oeste em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003).
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004).
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.1.1.4. Setor Leste

A população do Setor Leste é de 116.035 habitantes (IBGE, 2000), sendo o bairro Santa Mônica o mais populoso, com 27.824 habitantes. A densidade populacional do setor é de 0,22 hab./km².

É um setor que apresenta uma configuração espacial diversa, com bairros que apresentam uma série de problemas urbanos de infra-estrutura, falta de equipamentos, segurança. Ramires e Silva (2000, p. 59) afirmam que “[...] o Setor Leste é composto por um mosaico de usos e conteúdos sociais, constituindo-se várias periferias dentro do próprio setor”. Isso porque, apesar da presença de bairros com um poder aquisitivo mais elevado, como é o caso do bairro Mansões Aeroporto (condomínio fechado), existem os conjuntos habitacionais (Morumbi, Alvorada), os assentamentos urbanos (Dom Almir, Joana Darc e Aclimação – Não Integrados) e uma extensa área de vazios urbanos, que constantemente é invadida por sem-tetos.

Ramires e Silva (2000) comentam que o Poder Público municipal induziu o crescimento da cidade na direção do Setor Leste quando foi proposta a criação do aeroporto Eduardo Gomes no final da década de 1950. Além disso, na década de 1970, a Estação Ferroviária Mogiana foi transferida do centro da cidade para o bairro Custódio Pereira, localizado nesse setor, fator que proporcionou a ocupação dessa área. Os autores citados afirmam que, na década de 1970, houve uma expansão da periferia de Uberlândia, cujas consequências foram marcantes: precariedade dos serviços públicos, falta de equipamentos e infra-estrutura urbana.

No Setor Leste há vários equipamentos urbanos. Além do Aeroporto, há a Universidade Federal de Uberlândia, localizada no bairro Santa Mônica, o Center Shopping, o Parque do Sabiá (Área de Proteção Permanente) e o Estádio Municipal João Havelange, no

bairro Tibery. São equipamentos que proporcionaram uma intensa ocupação da área adjacente a eles, permitindo uma acelerada valorização da área.

O Setor Leste de Uberlândia foi o que apresentou o maior número de homicídios entre 2000 e 2003, registrando 63 ocorrências nesse período. Somente em 2003 ocorreram 18 homicídios (28,60%). Destes, cinco foram no bairro Morumbi e cinco no Tibery, e apenas nestes dois bairros ocorreram 55,60% dos homicídios registrados no Setor Leste em 2003 e, durante o período analisado, 47,60% dos homicídios ocorreram neles.

Foram realizadas entrevistas no bairro Morumbi para constatar a percepção da população quanto à questão dos homicídios no bairro, bem como da segurança e de outros crimes, que também são elevados no local. Os moradores foram questionados quanto às principais ocorrências criminais no bairro, quanto ao medo que eles possivelmente têm devido à fama de violência do bairro, sobre a violência e, principalmente, sobre os homicídios.

Seguem os questionamentos realizados e as respostas dos moradores. A primeira pergunta feita foi se existia algum lugar no bairro que ele (o morador) tinha medo de andar. A maioria dos entrevistados disse que sentem medo de circular pelas ruas do bairro durante a noite porque é bastante perigoso, principalmente porque as ruas ficam vazias nesse período. Outros afirmaram tal, como no conjunto de moradores entrevistados citados anteriormente, que algumas ruas ficam escuras por causa das árvores que impedem a iluminação. Um morador ressaltou que o patrulhamento no bairro, realizado pela Polícia Militar, diminuiu a ação dos bandidos. Veja as citações a seguir:

Ah, aqui à noite é perigoso. À noite você não vê ninguém na rua. Todo mundo fica caladinho dentro de casa. Tem muita morte por aí... tiro. À noite a gente não sai aqui (MORADOR 2 – Morumbi).

Todo canto. Aqui à noite ninguém arrisca sair depois de onze, doze horas, não. É triste, mas agora deu uma diminuída boa. A polícia tem feito um bom trabalho, sabe. Vez em quando se vê o patrulhamento rondando. Os bandido se sentiram intimidados depois dessa ação policial aqui no Morumbi (MORADOR 3 – Morumbi).

Eu mesmo não tenho não. Depende de com quem você anda, é. Depende das

peessoas do lugar, né. Em alguns lugar no bairro, pelo menos no Morumbi mesmo, em algumas ruas têm muita árvore, né, a rua fica escura (MORADOR 4 – Morumbi).

Em todo o bairro, principalmente à noite porque é muito escuro (MORADOR 5 – Morumbi).

Quando os moradores foram indagados sobre os problemas urbanos existentes e os crimes que geralmente ocorrem, disseram que há muitos ladrões, roubos, estupros, homicídios e drogas são frequentes no Morumbi. Propiciando a violência, além de outros fatores, têm-se as deficiências da infra-estrutura oferecida, como a iluminação pública. Com relação aos homicídios, foi dito que a sua causa principal é o acerto de contas entre traficantes ou outro fator que esteja relacionado à droga. Veja algumas falas:

O que mais acontece aqui é os roubo (MORADOR 1 – Morumbi).

A gente vê muito caso, né, de estupro, homicídio, roubo, droga, tá demais, mas isso Uberlândia tá cheio, e não é só aqui não, é em todo o Brasil, todo o mundo. É... tá difícil viu (MORADOR 2 – Morumbi).

Ladrão, né. Na minha rua aqui tem uns três ou quatro que tá preso (MORADOR 3 – Morumbi).

As drogas é demais aqui... é demais (MORADOR 4 – Morumbi).

Às vezes a gente ouve falar de traficante, tem muito traficante (MORADOR 5 – Morumbi).

Todos os moradores entrevistados afirmaram que o principal problema presente no bairro Morumbi é a violência, que pode ser entendida como o uso e o tráfico de drogas, homicídios e roubos, fatores que trazem preocupações aos moradores, pois geram o medo por causa da sensação de insegurança na qual eles vivem:

As pessoas discrimina aqui muito é a violência, né, e o bairro não tem uma estrutura. A gente sofre muito, mas se você viver na sua rotina do seu trabalho pra sua casa você não tem problema, mas se você caçar, às vezes andar com pessoas de má companhia altas horas da noite, que acontece esse tipo de coisa, aí é onde você acha que o bairro é violento. Mas o bairro pra mim ele tem duas faces: tem a do pessoal que é trabalhador e honesto, e tem do pessoal que, às vezes, gosta de estar fora da lei". O bairro é violento entre eles mesmos (os traficantes), entendeu? Você, às vezes, é uma traficante e eu também sou. Você vai liderar a sua área do tráfico, e é onde muitas vezes acontece essas desavenças. Você, às vezes, mexe com assalto de cargas, então nós dois têm um desacerto, é onde o problema vem. Então, o bairro gera a violência é por causa disso (MORADOR 4 – Morumbi).

Quando os moradores foram questionados sobre as ocorrências de homicídios no Morumbi, percebeu-se que eles não estavam muito abertos para falar sobre o assunto. Esta foi uma das questões que eles falaram menos. Simplesmente afirmavam que havia um número elevado de homicídios no bairro, mas que as suas causas estavam voltadas para acertos de contas entre traficantes. Um morador destacou que as pessoas que não se envolvem com a criminalidade não são atingidas no bairro, o que ele chama de “*gente direita*”, confira:

Sempre tem (homicídios). Mas é que nem eu tô te falando assim, gente direita, gente boa não, sabe (Morador 2 – Morumbi).

Teve um homicídio na rua de lá, e na outra, mas é briga entre eles mesmos (traficantes), entendeu? (Morador 4 – Morumbi).

Segundo os entrevistados, a segurança no bairro ainda não é eficaz, sobretudo porque, de acordo com eles, existem muitos roubos no local. Os entrevistados destacaram que há o policiamento preventivo no bairro, mas ainda não é o suficiente. Comentaram, ainda, que o bairro Morumbi já foi bem mais violento do que atualmente, e que, hoje, a criminalidade já diminuiu bastante se comparado com outros momentos. Veja algumas falas:

Na área de segurança, o Morumbi melhorou muito, que eu conheço o Morumbi desde quando ele começou [...]. O Morumbi aqui se você comprasse uma calça jeans, um tênis bonito e saísse com um pouquinho de dinheiro na rua, eles te tomava. O Morumbi era isso. Eles cercava você, eles tomava. Hoje, o Morumbi praticamente às dez da noite, onze horas eu não vejo tanto perigo dependendo do ambiente. O policiamento do bairro você vê as patrulhas fazendo o patrulhamento à noite. Até conheço alguns policial que faz a patrulha aqui. Eu acho que o Morumbi, em termos do que ele era, está melhorando aos pouco, mas só que pra ele melhorar mais eu acho que a segurança deveria melhorar mais um pouquinho (MORADOR 2 – Morumbi).

Olha, aqui acontece muita coisa que precisa de segurança. Tem muita morte, muito assalto, muita coisa que precisa. A gente não tem que olhar só para a gente, tem que olhar para o ambiente, né. Precisa, precisa de bastante segurança sim. Tem muito roubo, muito assalto aqui no bairro. (MORADOR 3 – Morumbi).

Percebeu-se que os moradores não estavam satisfeitos com a segurança no Morumbi, e então perguntou-se a eles o que poderia ser feito para melhorar a segurança no bairro. Em resposta, sugeriram que o policiamento deveria ser mais freqüente nas ruas para

intimidar os bandidos. Um morador destacou que deveria haver policiamento nas escolas, pois nelas a violência tem feito muitas vítimas:

No meu ponto de vista, eu acho que os policias deviam passar mais vezes na rua, devia arrumar um jeito de espantar esse bando de ‘mala’ que fica aqui pelas ruas. Tem pessoas que até sente medo de passar perto desse tipo de gente, porque não sabe o que pode acontecer. É muito estranho. Eu, por exemplo, tenho receio de sair à noite aqui... eu não sei como é que tá a rua, se tem segurança ou não (MORADOR 1 – Morumbi).

Onde eu acho que deveria ter um policiamento mais ativo, mais trabalhado são nas escolas do bairro. [...]. Eu acho que a patrulha escolar ela tinha que ser mais freqüente (MORADOR 4 – Morumbi).

Policiamento, ter mais policiais nas ruas (MORADOR 5 – Morumbi).

Verificou-se que há muitos problemas relacionados à segurança e à criminalidade no bairro Morumbi, com destaque, sobretudo, para os homicídios. Devido a essa constatação, o Plano Diretor de Segurança Pública de Uberlândia (2005) afirma que será implantado no local um programa de caráter estadual, denominado “Fica Vivo”¹³, destinado ao controle dos homicídios. É um programa que, implantado em Belo Horizonte, apresentou resultados satisfatórios.

Com relação aos outros bairros do Setor Leste, observou-se que no Alto Umuarama, Morada dos Pássaros e Mansões Aeroporto não ocorreram homicídios entre 2000 e 2003. As maiores taxas foram registradas nos bairros Umuarama (199,93/100.000 habitantes)¹⁴ e Dom Almir (129,94/100.000 habitantes), confira a FIGURA 22.

¹³ Sobre o programa “Fica Vivo”, conferir o Capítulo 3.

¹⁴ A elevada taxa de ocorrência de homicídios no bairro Umuarama deve-se, em grande parte, a um problema de registro, tendo em vista que os óbitos são registrados no Posto Médico Legal, localizado neste mesmo bairro.

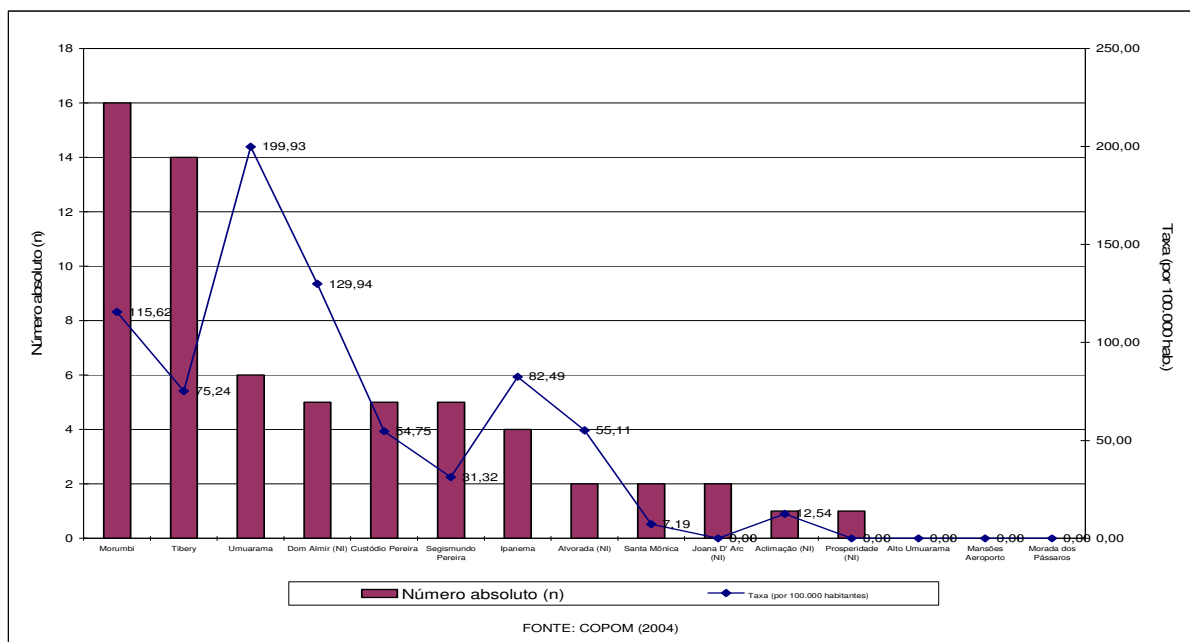


FIGURA 22: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100.000 hab.) nos bairros do Setor Leste: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Assim como as ocorrências de homicídios nos demais setores urbanos de Uberlândia envolveram pessoas do sexo masculino, no Setor Leste não foi diferente. Tanto os agressores quanto as vítimas foram homens com idade entre 20 e 40 anos.

As causas dos homicídios nos bairros do Setor Leste são diversas, estando relacionadas, principalmente, a desavenças. E os locais de ocorrência também não mantêm um mesmo padrão, acontecendo em ruas, residências e bares. A arma de fogo e os objetos contundentes são os meios utilizados pelos agressores para atingir suas vítimas.

Ocorreram 18 homicídios no Setor Leste em 2003. Destes, apenas seis foram reportados pelo Jornal Correio (2003), ou seja, 33,33% das ocorrências, e 12 homicídios (66,67%) não foram analisados pelo Banco de Dados Policiais desse jornal. Dessa forma, o estudo dos homicídios a partir dessa fonte ficou prejudicado no Setor Leste, porque nele houve o maior número de eventos homicidas e, conseqüentemente, menos circunstâncias analisadas devido à não realização da reportagem com as informações necessárias à

caracterização desse fenômeno. No QUADRO 11 são apresentadas informações sobre os homicídios ocorridos no Setor Leste, confira. E no MAPA 14 é possível constatar a maior ocorrência desse fenômeno nos bairros Tibery e Morumbi.

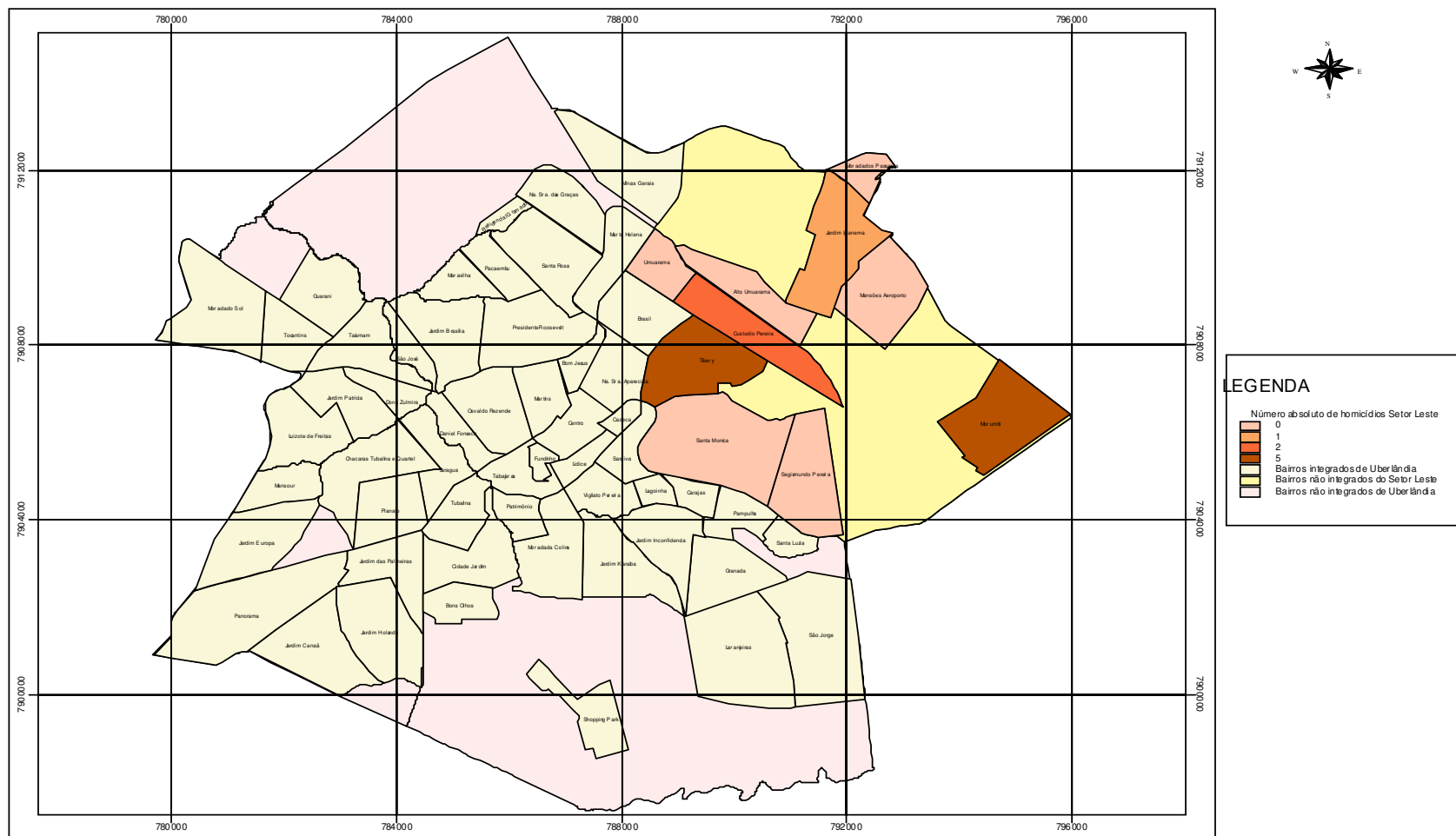
Bairro	Data	Sexo		Idade		Local da ocorrência	Meio utilizado	Motivo
		Vítima	Agressor	Vítima	Agressor			
Morumbi	03/01/03	F	M	36	26	Matagal	Objeto contundente	Passional
Tibery	03/01/03	M	...	36	...	UAI - Tibery	Objeto contundente	Indeterminado
Prosperidade (NI)	27/02/03	...	...	...	...	...	...	...
Custódio Pereira	15/02/03	M	M	27	20	Rua	Arma de fogo	Desavenças
Custódio Pereira	18/04/03	...	...	...	...	...	...	...
Dom Almir (NI)	13/05/03	...	...	...	...	...	...	...
Morumbi	04/05/03	...	...	...	...	...	...	...
Morumbi	13/07/03	...	...	...	...	...	...	...
Tibery	07/08/03	...	...	...	...	...	...	...
Jardim Ipanema	01/09/03	...	...	...	...	...	...	...
Tibery	20/10/03	...	...	...	...	...	...	...
Alvorada (NI)	25/10/03	...	...	...	...	...	...	...
Joana Darc	03/11/03	M	M	30	...	Residência	Arma de fogo	Indeterminado
Morumbi	07/10/03	...	...	...	...	...	...	...
Morumbi	07/12/03	...	...	...	...	...	...	...
Joana Darc	09/12/03	M	M	57	26	Bar	Objeto contundente	Desavenças
Tibery	09/12/03	...	...	...	...	...	...	...
Tibery	14/12/03	...	...	...	...	...	...	...

QUADRO 11: Cidade de Uberlândia. Perfil dos homicídios ocorridos no Setor Leste de Uberlândia em 2003.

FONTE: JORNAL CORREIO (2003)

NOTA: (...) Não se dispõe de informações.

MAPA 14: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial do número absoluto de homicídios no Setor Leste em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003).
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004).
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

200 0 200 400 600 Meters

4.1.1.5. Setor Central

O Setor Central é o menos populoso de Uberlândia: 83.373 habitantes, sendo o bairro Osvaldo Rezende o maior em termos populacionais – 19.947 habitantes. Esse setor apresenta, também, a menor densidade populacional: 0,16 hab./km², pois nessa área há uma predominância de comércios e serviços.

Durante o dia, a movimentação nos bairros centrais é elevada. Todavia, à noite, observa-se uma considerável diminuição quanto à circulação de pessoas. Dessa forma, esse espaço se esvazia à noite, notadamente onde a concentração de comércios é maior. Ferreira (2002, p. 108) confirma isso ao afirmar que

Nos espaços públicos das ruas da área central de Uberlândia, durante o dia, ocorre uma concentração de pessoas e atividades diversas, principalmente, em função da ainda elevada concentração de instituições financeiras, apesar de que estas vêm, aos poucos, estabelecendo mecanismos de auto-atendimento em outras áreas da cidade, como shoppings, postos de gasolina, supermercados ou mesmo através de atendimento via Internet ou telefone, diminuindo o atendimento direto ao cliente. Há, no entanto, com a modificação paulatina das atividades comerciais para atender as camadas mais populares, uma intensidade de fluxos de pessoas que procuram nessa região serviços diversos. Porém, no final do horário comercial, a partir das 17:30 horas, ocorre um esvaziamento generalizado desses espaços, que ficam subutilizados até o início da manhã do outro dia. Reservado nesse período a poucos transeuntes, quase sempre escolares ou solitários em busca de aventuras e alguns mendigos, o espaço público da rua se torna no centro, com exceção de um pequeno trecho da Av. Floriano Peixoto próximo à Praça Rui Barbosa, vazio, “perigoso” do ponto de vista da segurança, sem “vida”.

As altas taxas de criminalidade, bem como a insegurança nos bairros centrais de Uberlândia, igualmente são causa e efeito do esvaziamento desse espaço. Isso pode ser percebido na fala do autor supracitado. Esse fenômeno fez com que grande parte da população se deslocasse para outros pontos da cidade. Essa migração começa a se acentuar principalmente a partir da década de 1970, quando o comércio se concentra nas áreas onde a densidade populacional era maior e, “Dessa maneira, as residências mais ‘finas’ são redirecionadas para novas áreas, criadas especialmente pelos promotores imobiliários” (SOARES, 1988, p. 81).

A esse respeito, Ferreira (2002, p.108) afirma:

Em relação à moradia, nessa área [...] ocorre uma paulatina migração de residentes de renda média e alta [...]. Os bairros onde agora se concentra essa população são: Cidade Jardim, Morada da Colina, Karafba, Itapema. Há ainda, nesse período, uma revalorização da área do bairro Fundinho, com a construção de edifícios de apartamentos de luxo e abertura de museus, galeria de arte, restaurantes requintados, atelieres de arte, academias de ginástica e dança, escritórios de arquitetura e outros, que deram um novo conteúdo a esse bairro, tornando-o condizente com as aspirações de uma classe média local.

Ressalta-se que todos os bairros citados pelo referido autor localizam-se no Setor Sul de Uberlândia. Neles, mais de 30% da população têm uma renda situada entre 10 e 20 salários mínimos (PMU/SEDUR, 2002).

Os bairros do Setor Central de Uberlândia que apresentam mais problemas quanto à violência são: Martins, Brasil e Centro. Nos dois primeiros, destacam-se os homicídios; no último, os roubos a comércio e a transeuntes (pedestres). Entre 2000 e 2003, as maiores ocorrências de homicídio, em números absolutos e porcentagem, foram registradas nos bairros Martins e Brasil, respectivamente, para ambos os bairros, três ocorrências.

Em 2003, ocorreram sete homicídios no Setor Central de Uberlândia, distribuídos da seguinte forma: bairro Brasil (três), Bom Jesus (um), Cazeca (um), Nossa Senhora Aparecida (um) e Osvaldo Rezende (um). Ressalta-se que, entre 2000 e 2003, o bairro Bom Jesus e o Cazeca apresentaram ocorrências de homicídio apenas em 2003.

De acordo com informações do Jornal Correio (2003), dois homicídios ocorridos no bairro Brasil foram motivados por desavenças e o outro por ciúmes (passional), ficando um homicídio sem ser reportado pelo Jornal. A maioria dos homicídios foi praticada com a utilização de arma de fogo, ocorrendo principalmente na rua, com pessoas do sexo masculino, e idade entre 20 e 40 anos.

A seguir é apresentado o QUADRO 12, com as informações sobre os homicídios, retiradas do Jornal Correio (2003).

Bairro	Data	Sexo		Idade		Local da ocorrência	Meio utilizado	Motivo
		Vítima	Agressor	Vítima	Agressor			
Brasil	05/03/03	F	M	36	39	Rua	Arma de fogo	Passional
Bom Jesus	29/03/03	M	M	41	...	Rua	Arma de fogo	Desavenças
Brasil	20/06/03	M	M	23	30	Rua	Arma de fogo	Desavenças
Cazeca	07/08/03	...	...	...	...	...	...	...
Brasil	27/09/03	...	...	...	...	...	...	...
Oswaldo Rezende	23/11/03	F	...	24	...	Terreno baldio	Objeto contundente	Indeterm.
Na. Sra. Aparecida	28/12/03	M	M	21	...	Praça	Arma de fogo	Droga

QUADRO 12: Cidade de Uberlândia. Perfil dos homicídios ocorridos no Setor Central de Uberlândia em 2003.

FONTE: JORNAL CORREIO (2003)

NOTA: (...) Não se dispõe de informações.

Em 2003, o bairro Bom Jesus foi o que registrou a maior taxa dentre todos desse setor: 115,47/100.000 habitantes. Isso porque a população desse bairro é de apenas 886 habitantes. Nesse bairro, em 2003, bem como no Cazeca, Daniel Fonseca e Lídice ocorreu apenas um homicídio; no Fundinho não houve nenhuma ocorrência (Cf. FIGURA 23). No MAPA 15 apresenta-se a espacialização das ocorrências nos bairros do Setor Central.

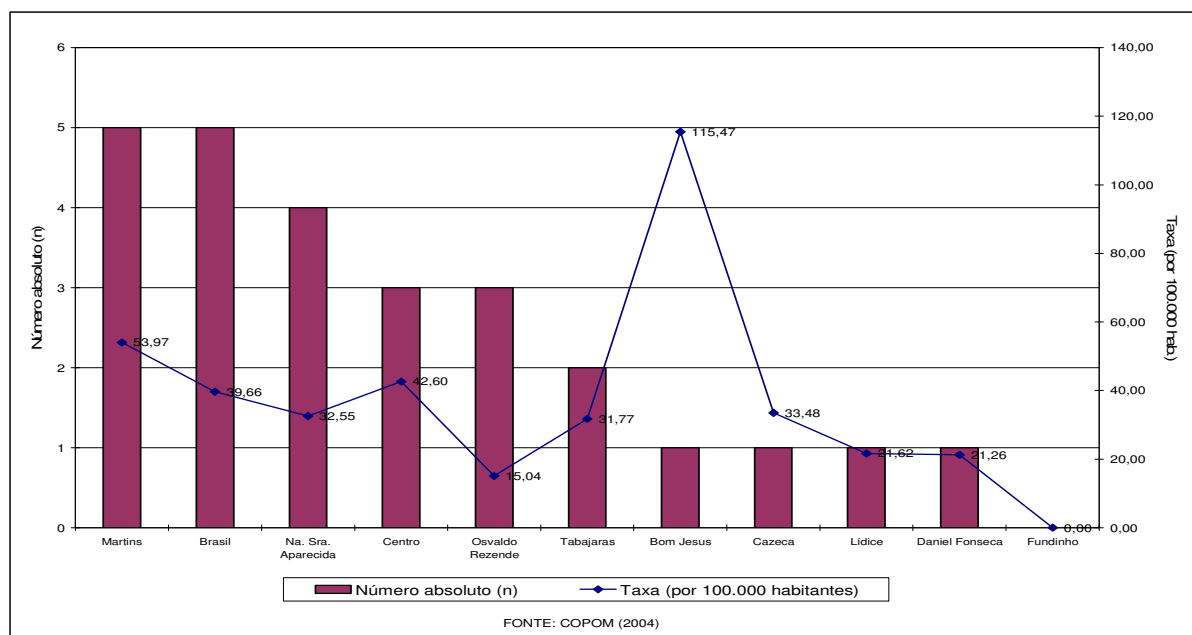
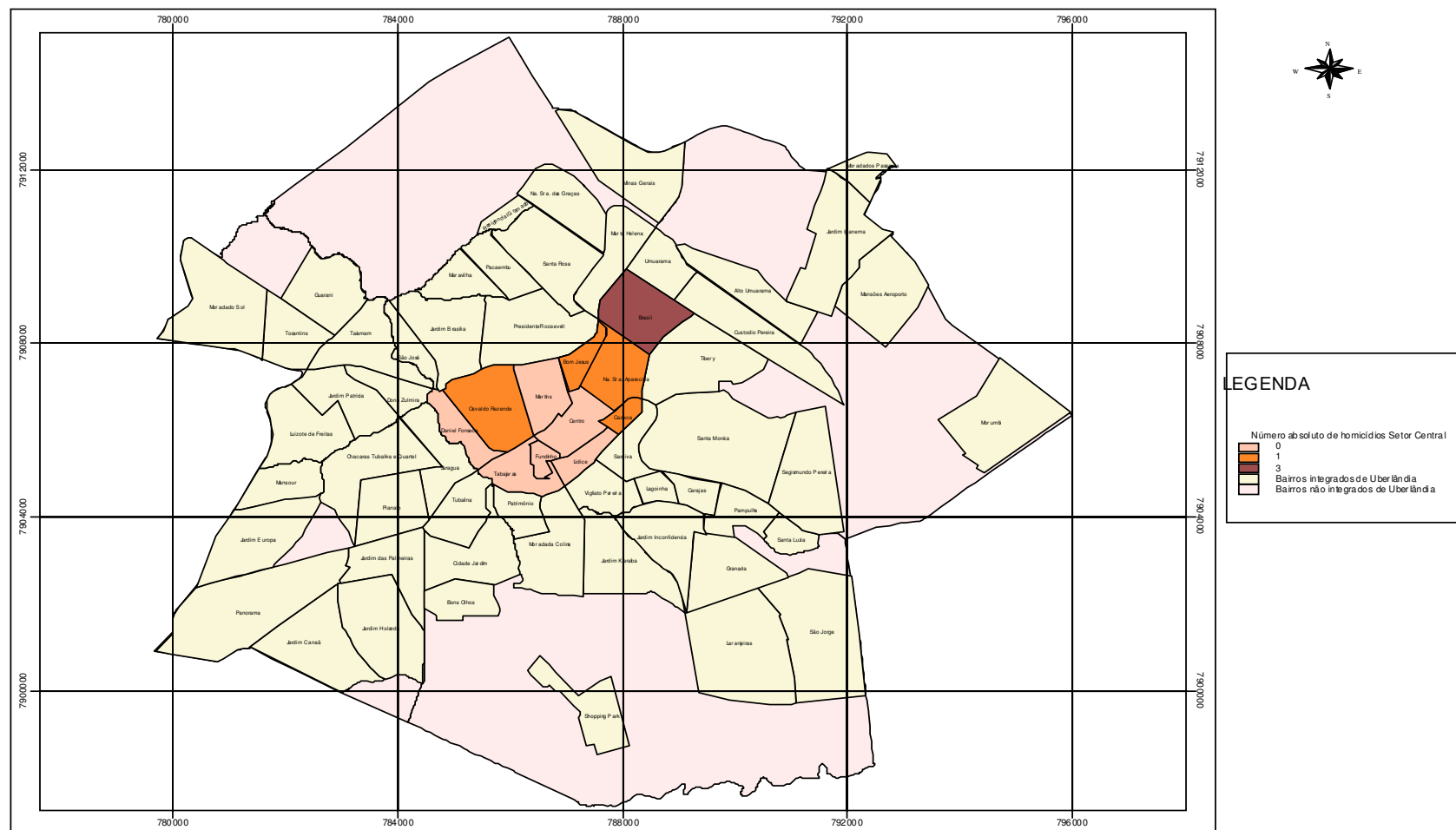


FIGURA 23: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100.000 hab.) nos bairros do Setor Central: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

MAPA 15: Cidade de Uberlândia. Distribuição espacial do número absoluto de homicídios no Setor Central em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003).
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004).
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.1.2. Perfil das vítimas e caracterização do espaço de ocorrência dos homicídios

Para apresentar o perfil das vítimas e o espaço de ocorrência dos homicídios, os dados estudados foram extraídos de duas instituições, a saber: Núcleo de Informação à Saúde - NIS, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia, e do Centro de Operações Policiais Militares de Minas Gerais - COPOM. Da primeira instituição foram trabalhadas informações retiradas da Declaração de Óbitos - DO, e da segunda instituição, informações do Boletim de Ocorrência - BO.

Serão apresentadas, primeiramente, informações extraídas da Declaração de Óbitos, a saber: faixa etária, sexo, raça, estado civil, escolaridade e local de ocorrência da morte. Em seguida, as informações contidas nos Boletins de Ocorrência. Destes, serão apresentadas informações relacionadas ao dia da semana, meio utilizado (instrumento ou força física) para praticar o crime e horário da ocorrência do homicídio. Além dessas informações, serão destacadas questões referentes ao tráfico de drogas, que é um fator de preocupação para a população em geral e para a Segurança Pública do município.

Ressalta-se que, no período de 2000 a 2003, de acordo com dados do NIS, ocorreram 289 homicídios, sendo 277 na área urbana e 12 na área rural. E pelo fato de 96% dos homicídios terem ocorrido na área urbana de Uberlândia, nesse período, optou-se por chamar as figuras referentes aos homicídios de “Cidade de Uberlândia”.

4.1.2.1. Faixa etária

O número absoluto de homicídios e a taxa (por 100.000 habitantes) predominaram sobre a faixa etária de 20 a 29 anos e 30 a 39 anos. De 2000 a 2003, foram registrados 108 homicídios entre os jovens de 20 a 29 anos (115,37/100.000 habitantes) e 63 ocorrências entre os adultos de 30 a 39 anos (73,14/100.00 habitantes). Isso mostra que 59,17% dos homicídios ocorreram entre essas duas faixas etárias em Uberlândia.

A faixa que apresentou menos ocorrências foi de 70 a 79 anos e mais de 80, não havendo nenhum homicídio entre pessoas com menos de 15 anos de idade (Cf. FIGURA 24). E, apesar da pequena porcentagem, essa faixa etária é atingida por outros tipos de Causas Externas em Uberlândia – a saber: acidentes de transporte, suicídio e afogamentos¹⁵.

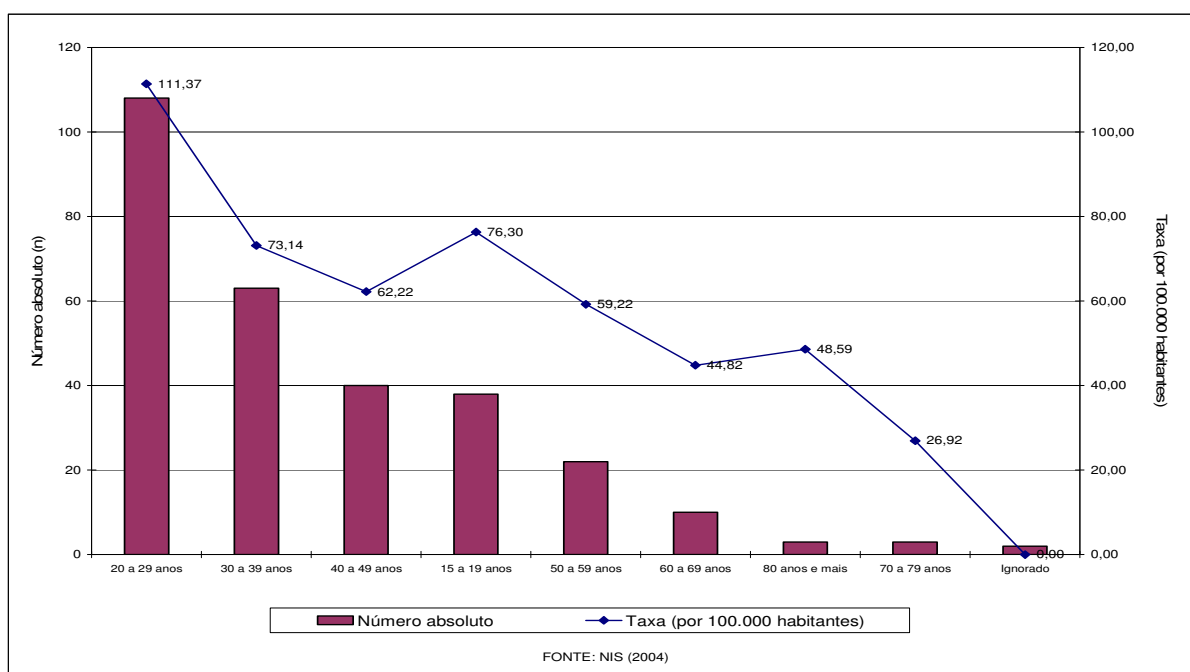


FIGURA 24: Cidade de Uberlândia. Número absoluto e taxa de homicídios (por 100.000 hab.), segundo faixa etária: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

¹⁵ No período de 2000 a 2003, ocorreram 2,38% de mortes por acidentes de transporte entre crianças na faixa etária de 1 a 4 anos de idade; 5% das crianças de 5 a 9 anos morreram por afogamentos; e entre crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, ocorreram 2,38% de acidentes de transporte e 3,7% de suicídios. (NIS, 2004).

A faixa etária de 20 a 29 anos – a mais atingida pelos homicídios em Uberlândia – encontra-se na faixa de pessoas que também são mortas em todo o Brasil. Estudos realizados por diversos autores confirmam essa observação. Souza et al. (2002) afirmaram que, em 2000, quase 70% dos homicídios ocorridos no Brasil atingiram a faixa etária de 15 a 39 anos de idade. Mota (2004), por sua vez, comentou que, no ano 2000, 57,1% das mortes por homicídio atingiu jovens com idade entre 15 e 24 anos.

4.1.2.2. Sexo

No período de 2000 a 2003, em Uberlândia, os homicídios atingiram 90,31% de pessoas do sexo masculino. As maiores taxas para o sexo masculino foram registradas em 2002 e 2003, respectivamente 30,52/100.00 habitantes e 30,12/100.00 habitantes.

Os homicídios entre pessoas do sexo feminino são relativamente baixos. De 2000 a 2003, de um total de 289 homicídios registrados em Uberlândia, apenas 28 ocorreram entre pessoas do sexo feminino, ou seja, 9,69%. O ano de 2002 foi o que registrou o maior número de homicídios entre mulheres: 12 ocorrências (4,70/100.000 habitantes), como poder ser observado na FIGURA 25.

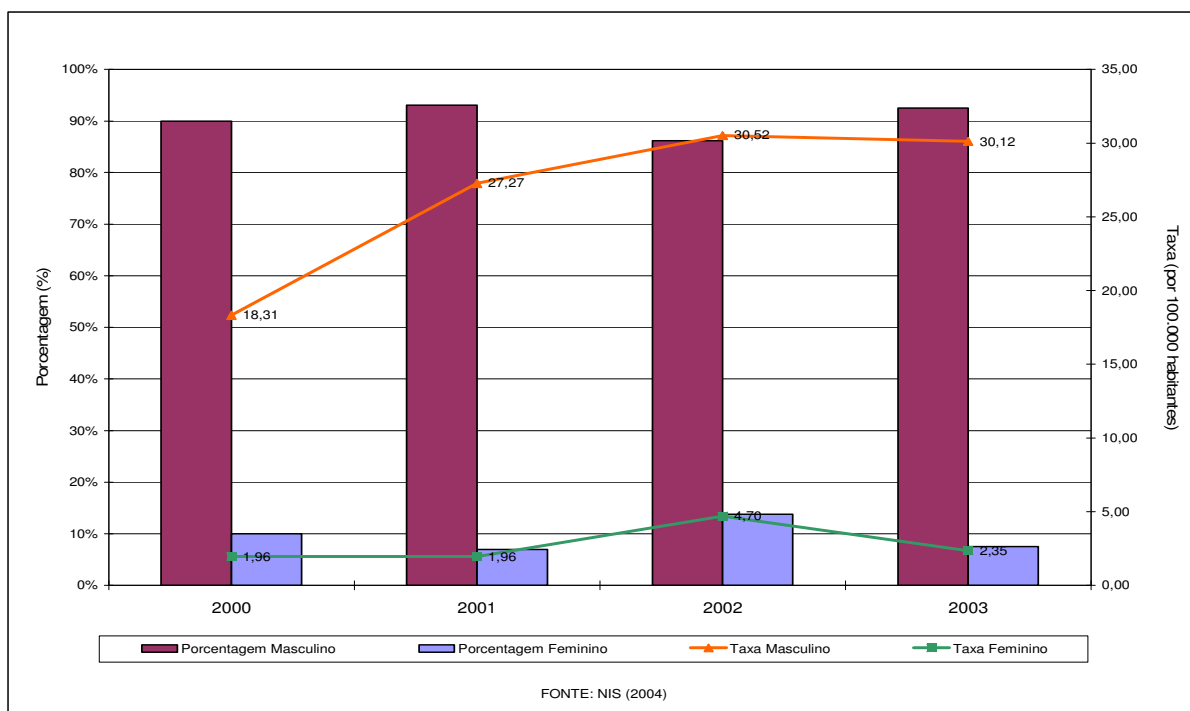


FIGURA 25: Cidade de Uberlândia. Porcentagem e taxa de homicídios (por 100.000 hab.), segundo sexo: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Os jovens do sexo masculino com idade entre 20 e 29 anos foram os mais atingidos no período de 2000 a 2003 em Uberlândia, representando 34,95%. A segunda faixa de homens mortos por homicídios situa-se de 30 a 39 anos (18,34%). O sexo feminino, por sua vez, teve maior porcentagem de vítimas na faixa etária de 30 a 39 anos (3,46%) e na faixa de 20 a 29 anos (2,42%), conforme se observa na FIGURA 26.

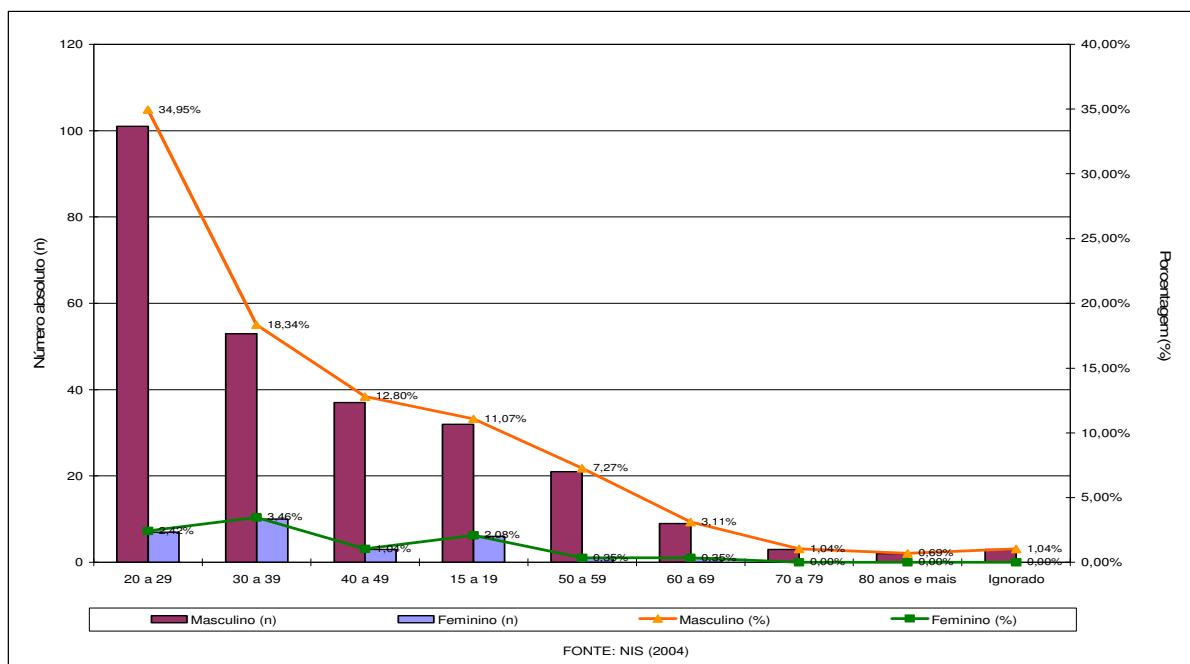


FIGURA 26: Cidade de Uberlândia. Porcentagem e taxa de homicídios (por 100.000 hab.), segundo sexo e faixa etária: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Verifica-se, por conseguinte, que pessoas do sexo masculino são as mais atingidas pelos homicídios na cidade de Uberlândia, e já foi constatado, por diversos estudos realizados sobre essa questão, que esse padrão de mortalidade por homicídios ocorre em todo o Brasil. Souza et al. (2002) comentam que, entre 1980 e 2000, os homicídios entre indivíduos do sexo masculino cresceram 120% no Brasil.

4.1.2.3. Cor da pele

As vítimas de homicídio em Uberlândia são predominantemente de cor branca (64,01%). De 2000 para 2003 houve um aumento de 7,6% no número de mortes entre pessoas dessa cor. Em segundo lugar estão as vítimas de cor parda (26,30%), que apresentaram uma diminuição de 2,25% entre 2000 e 2003. E, por último, as de cor negra (7,27%) que, em 2000,

representavam 14% das mortes por homicídios e, em 2003, passam a representar apenas 6,25%, caindo 7,75% o número de ocorrências entre esse grupo (Cf. a FIGURA 27).

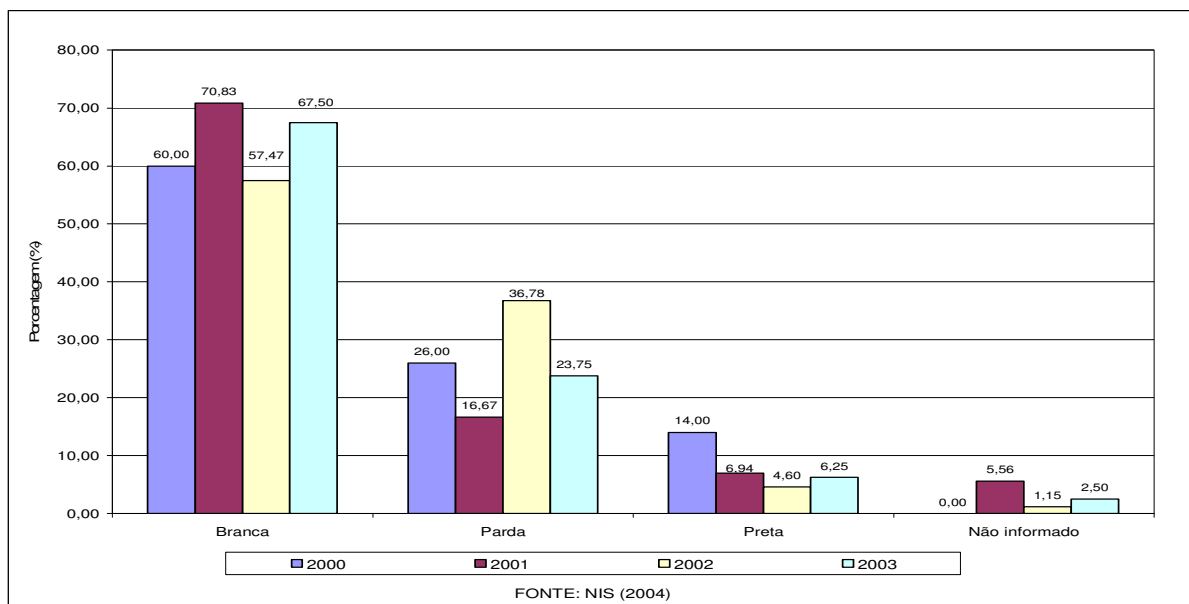


FIGURA 27: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo cor da pele: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

O padrão de ocorrência dos homicídios entre pessoas de cor branca, em Uberlândia, diverge daquele verificado no Brasil. Isso é registrado em decorrência do número de pessoas de cor branca, que pode ser maior do que das outras. Ou, ainda, pela própria forma de preenchimento da Declaração de Óbito, que pode apresentar deficiências de constatação.

Várias pesquisas foram realizadas com vistas ao conhecimento das características das vítimas no Brasil, dentre elas, destaca-se a de Monken (2004), que constatou que o risco de mortes por homicídio no Brasil é de 87% para negros.

4.1.2.4. Estado civil

O grupo de solteiros foi o mais atingido pelos homicídios, em Uberlândia, representando 62,98% das ocorrências no período de 2000 a 2003. Destaca-se que as mortes por homicídios entre esse grupo só vêm aumentando: de 2000 para 2003 houve um crescimento de 15,25%.

Os casados são o segundo grupo mais acometido pelos homicídios no período analisado (21,80%); em terceiro, os separados judicialmente (6,92%); e, por último, os viúvos, que representaram apenas 1,38% das ocorrências.

Ressalta-se que há um número elevado de mortes cujo estado civil foi ignorado na Declaração de Óbitos. Elas representaram 6,92% das ocorrências. A FIGURA 28 apresenta a distribuição das ocorrências para cada ano, separadamente, confira.

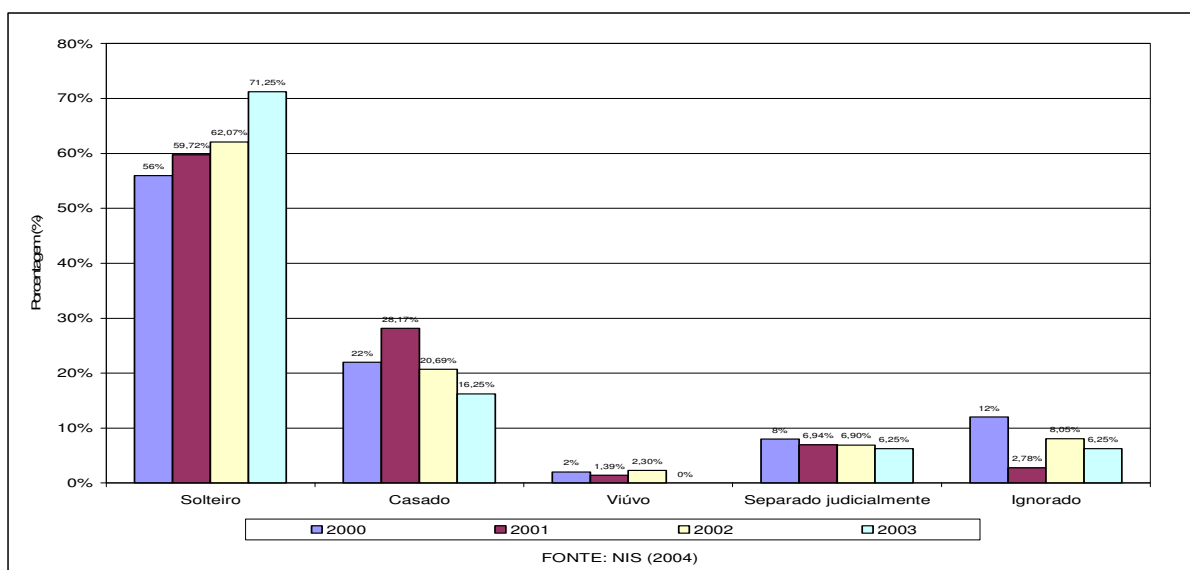


FIGURA 28: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo estado civil: 2000 a 2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Essa tendência de morte entre solteiros em Uberlândia é observada, também, no Brasil. Monken (2004) constatou que os homicídios são maiores entre os solteiros porque eles se expõem mais, e que os fatores religião e família estruturada diminuem a exposição a situações de risco.

4.1.2.5. Escolaridade

As informações sobre escolaridade das vítimas de homicídio em Uberlândia não são preenchidas com exatidão sendo, na maioria das vezes, ignoradas na Declaração de Óbitos. Constatou-se que 96,54% dos homicídios tiveram a variável *escolaridade* ignorada. Ressalta-se que, em 2003, o registro sobre a escolaridade das vítimas de homicídio foi totalmente ignorado.

A FIGURA 29 apresenta a escolaridade das vítimas. Perceba que 2,08% das vítimas tiveram de 4 a 7 anos de estudo, e apenas 1,38% estudaram 12 anos ou mais.

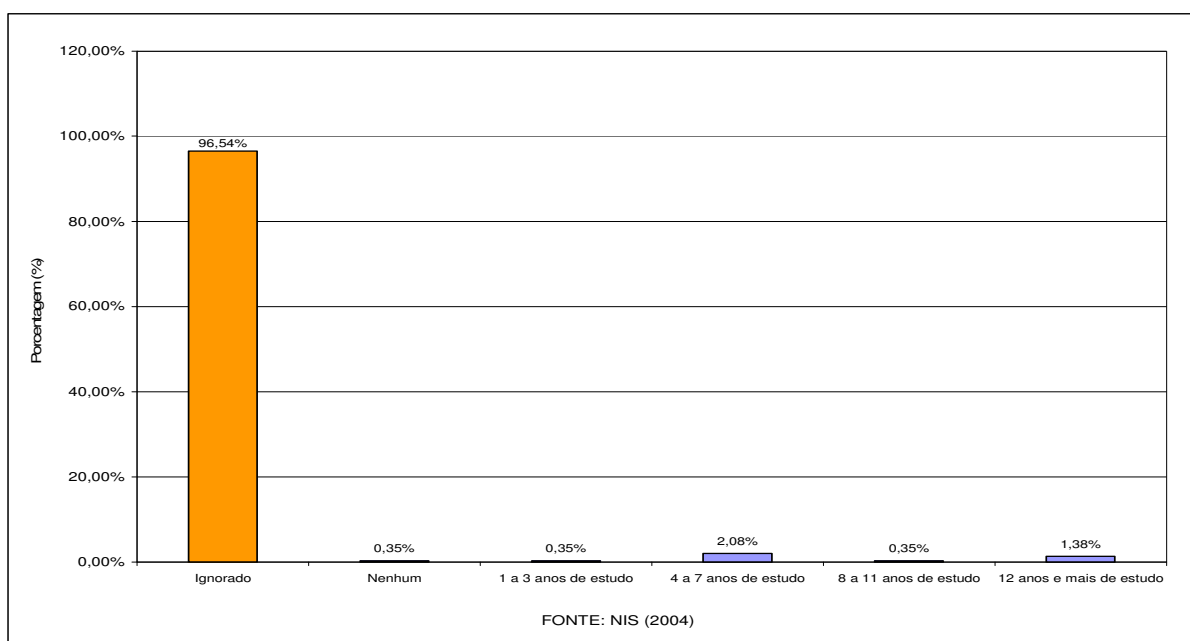


FIGURA 29: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de escolaridade das vítimas de homicídio: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Vários autores, tais como Córdia e Schiffer (2002), e Córdia; Adorno; Poletto (2003) verificaram que as taxas de homicídios são mais elevadas em locais onde há uma concentração de pessoas com baixo nível de escolaridade. Isso não pode ser constatado em Uberlândia devido a essa deficiência no preenchimento da Declaração de Óbito.

4.1.2.6. Local de ocorrência da morte

Nem sempre a vítima de homicídio morre no local de ocorrência do mesmo, pois muitos são levados ainda com vida para hospitais, morrendo a caminho ou dias depois por outros agravos decorrentes à saúde. Em Uberlândia, a maioria das mortes por homicídios ocorre em hospitais (39,45%); em segundo lugar, seguem as mortes ocorridas em vias públicas (23,88%); em terceiro, os homicídios ocorridos em outros locais (18,69%), que não são os hospitais, os domicílios e as vias públicas; e, em quarto lugar, estão as mortes ocorridas em domicílios, que representaram 15,93% (Cf. FIGURA 30).

É bom salientar que a Declaração de óbitos não descreve se a ocorrência foi dentro ou fora da residência, mas se entende que tenha sido no interior da mesma, pois a DO apresenta, separadamente, as ocorrências ocorridas em via pública.

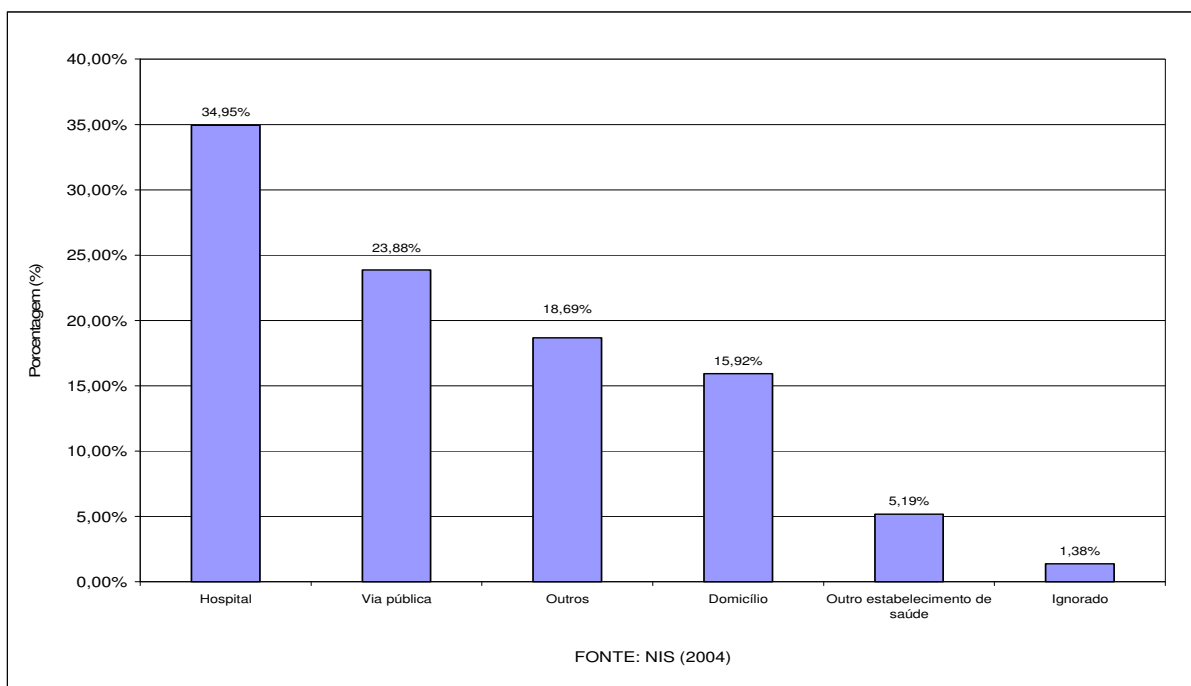


FIGURA 30: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo local de ocorrência da morte: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

4.1.2.7. Meio utilizado (recurso usado no crime)

Os homicídios cometidos por armas de fogo representaram 59,52% de todas as ocorrências registradas entre 2000 e 2003 em Uberlândia. Em segundo lugar, encontram-se os homicídios ocasionados por objeto cortante ou penetrante, que perfizeram 25,95% das ocorrências no período analisado (Cf. a FIGURA 31).

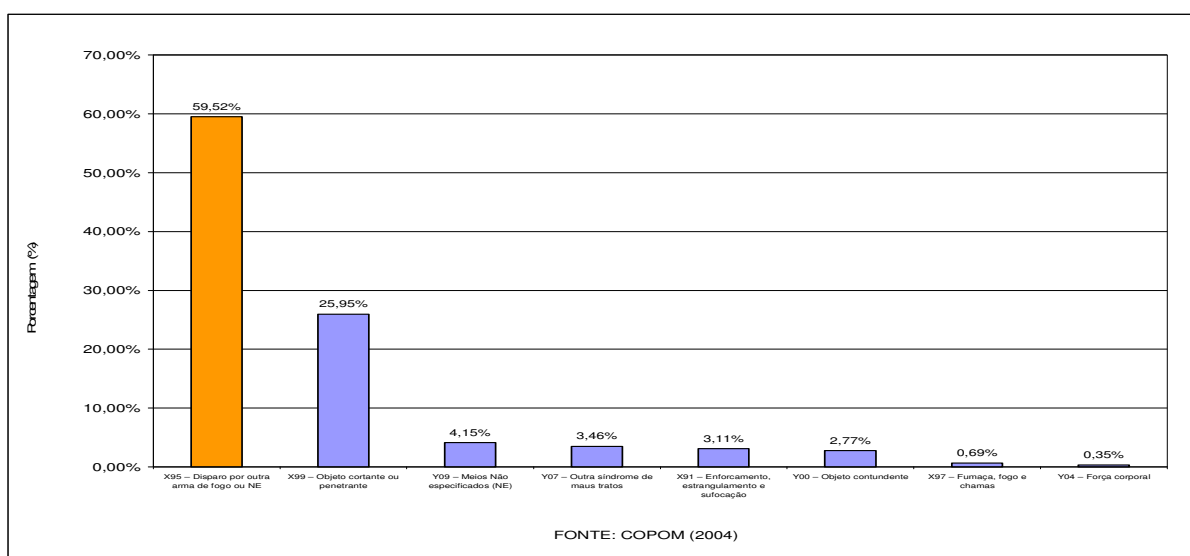


FIGURA 31: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo meio utilizado: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Essa tendência comportamental das mortes por arma de fogo verificada em Uberlândia é observada igualmente no Brasil. Vários estudos, realizados por diversos autores, tais como Peres e Santos (2005), Waiselfisz (2005) e Mesquita Neto (2001), dentre outros, comprovaram essa tendência tanto no Brasil quanto no restante do mundo.

No Referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munições, realizado em outubro de 2005, no Brasil, 63,94% da população votou contra, e apenas 36,06% votou favor da proibição (REFERENDO SOBRE A PROIBIÇÃO DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES, 2005). Os que votaram contra a proibição estavam alicerçados em diversos

argumentos, tais como:

O aumento da demanda por armas ilegais — tráfico de armas por qualquer motivo que se queira portar uma arma: para fins criminosos ou para legítima defesa.

O assaltante se sentiria mais "à vontade" sabendo que a população está desarmada.

Algumas pessoas *precisam* da arma para se defender, tais como: ameaçadas de morte, policiais aposentados, proprietários rurais etc.

A proibição traria vantagens para empresas estrangeiras de armamentos, concorrentes das empresas nacionais e que exportam a maior parte da sua produção para o mercado externo (REFERENDO..., 2005).

Por conseguinte, os que votaram a favor da proibição estavam baseados nas seguintes justificativas:

As armas são instrumentos com a única finalidade de matar, portanto, gerando violência em qualquer caso.

Tendência a médio ou longo prazo do fim de todas as armas no país.

Somente algumas exceções (polícia, exército), empresas de segurança privada etc.) poderiam ter acesso às armas: ameaçados de morte podem requerer proteção especial do Estado.

Números indicariam que a maioria dos crimes são cometidos por brigas irrelevantes. Portanto, com uma arma, um cidadão pode facilmente se transformar num criminoso em um momento de "cabeça quente" (numa discussão banal em um bar ou no trânsito, por exemplo).

Números de armas apreendidas pela polícia mostram que um terço das armas ilegais têm origem legal e brasileira. A maioria é de baixo calibre e sem registro ou roubadas.

O treinamento de tiro de civis não os prepara para situações reais (algo que só é franqueado a militares) – (REFERENDO..., 2005).

Sabe-se que a solução para a diminuição das mortes por arma de fogo no Brasil perpassa por vários fatores, e não se restringem apenas à proibição do seu porte ou à fabricação de munições. É necessário que haja uma mudança cultural, ou seja, a arma de fogo representa um símbolo de superioridade, de domínio e autoridade, sobretudo para os homens que, desde a infância, querem divertir-se com armas de fogo de brinquedo, respondendo a modelos observados na sociedade, tanto por meio direto quanto por meio de representações culturais (programas de televisão e cinema) ou por outras mídias.

4.1.2.8. Dia da semana

Os homicídios tendem a ocorrer, em Uberlândia, preferencialmente nos finais de semana, em especial aos domingos (22,41%), mas também aos sábados (18,67%). Toledo (1996), Borges e Soares (2003) e Beato Filho (2004) identificaram essa tendência, observada em Uberlândia, em estudos realizados no Brasil e em outros países. Borges; Soares (2003) argumentaram que isso se explica pelo fato de que, geralmente as pessoas se colocam em situação de risco nos finais de semana, ao saírem para se divertir, por exemplo.

É bom ressaltar que nos outros dias da semana houve uma distribuição equilibrada das ocorrências, sendo que de segunda a sexta-feira, as ocorrências de homicídios variaram entre 11% e 12%, confira a FIGURA 32. Borges e Soares (2003) afirmam que o pequeno número de ocorrências durante a semana se explica porque as pessoas realizam ações, tais como ir à escola ou ao trabalho, que são práticas cotidianas com menos risco de vitimização.

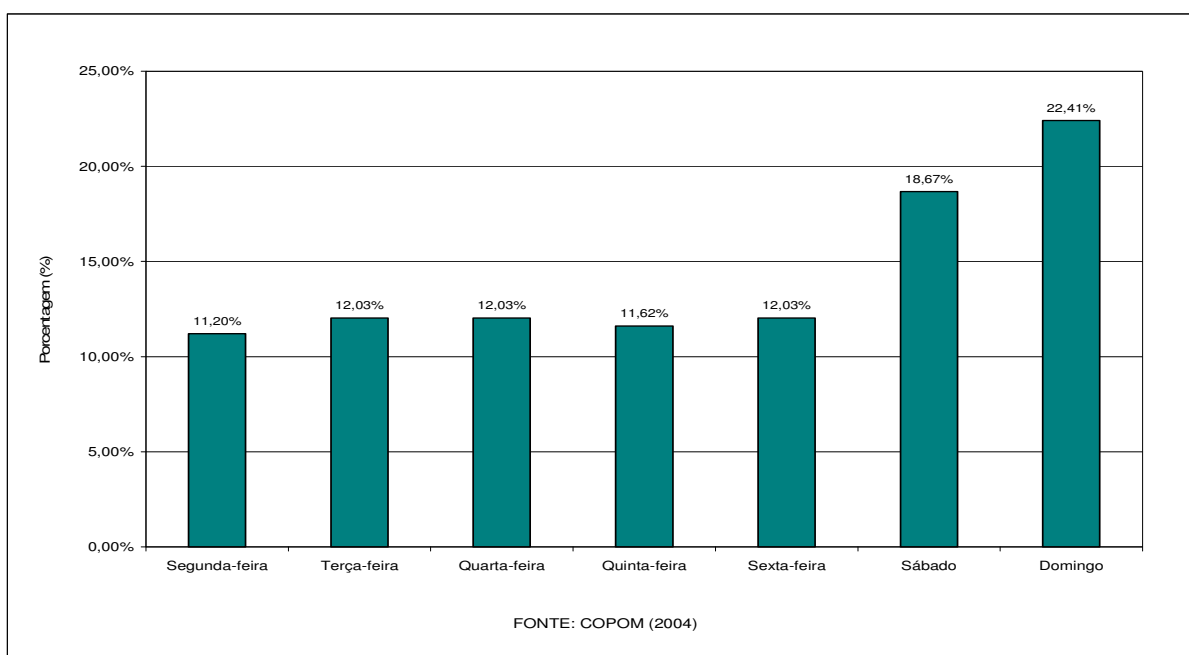


FIGURA 32: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo dia da semana: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

4.1.2.9. Horário da ocorrência

Os homicídios em Uberlândia tendem a ocorrer no intervalo de 18h01min às 00h00min, representando 32,78% das mortes. Beato Filho (2004) constatou que, em Belo Horizonte, os homicídios também predominam dentro deste intervalo de tempo.

O segundo intervalo de maior evidência vai de 06h01min (seis horas da manhã) às 12h00min (meio dia), perfazendo 26,97% dos homicídios. E em terceiro lugar, de 12h01min (meio dia e um minuto) às 18h00min (18 horas), 21,16%, confira a FIGURA 33.

Ressalta-se que entre 2000 e 2003, segunda-feira e quarta-feira tiveram destaque de ocorrências no intervalo de tempo que vai das 06h01min às 12h00min. O sábado, por sua vez, teve mais vítimas entre 18h01min e 00h00min.

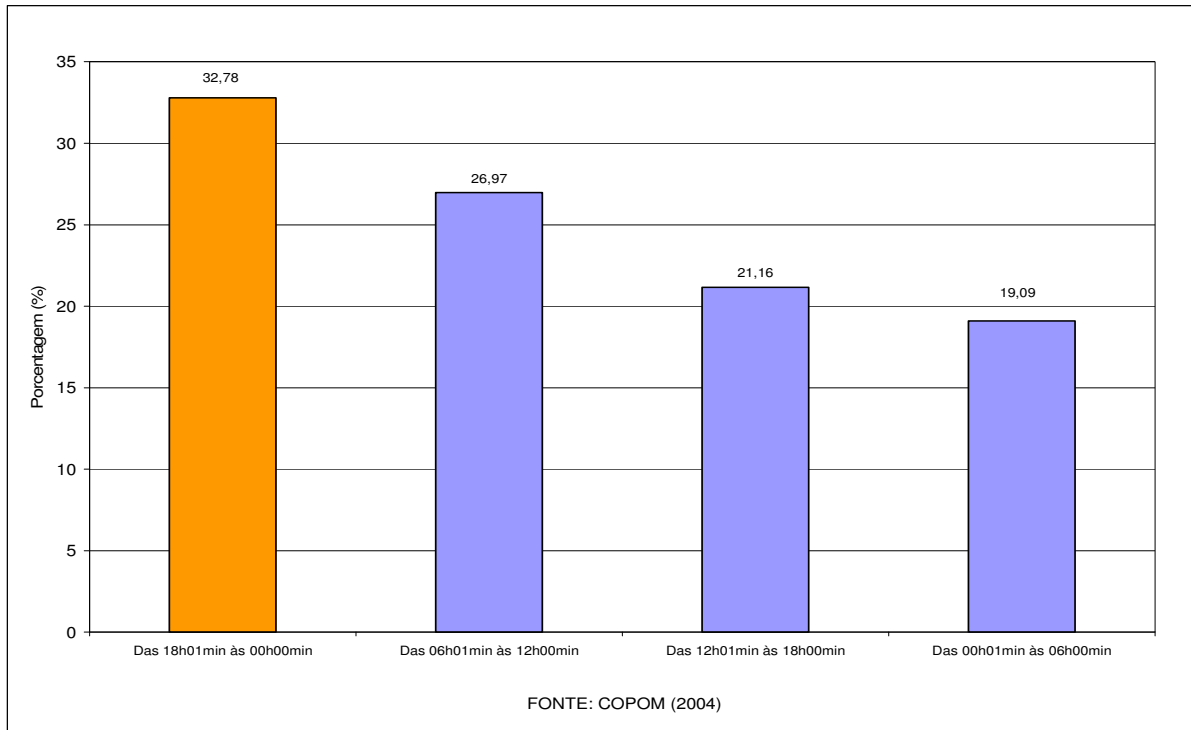


FIGURA 33: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios, segundo horário de ocorrência: 2000-2003.

Fonte: Pesquisa direta.

Organização: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

4.1.2.9.1. Das 18h01min às 00h00min

Em 2003, a maior porcentagem de ocorrências no horário das 18h01min às 00h00min foi verificada nos bairros do Setor Oeste (37,50%). Houve seis ocorrências nesse setor, sendo que em cada bairro ocorreu apenas um homicídio.

Os setores Sul, Leste e Central apresentaram a mesma porcentagem (18,75%), e o Setor Norte, 6,25%. Em todos os setores citados houve apenas uma ocorrência de homicídio em cada bairro, com exceção do Granada, no Setor Sul, onde foram registrados dois homicídios nesse horário.

A FIGURA 34 apresenta a distribuição das ocorrências no horário das 18h01min às 00h00min, na qual é possível perceber o destaque para o Setor Oeste.

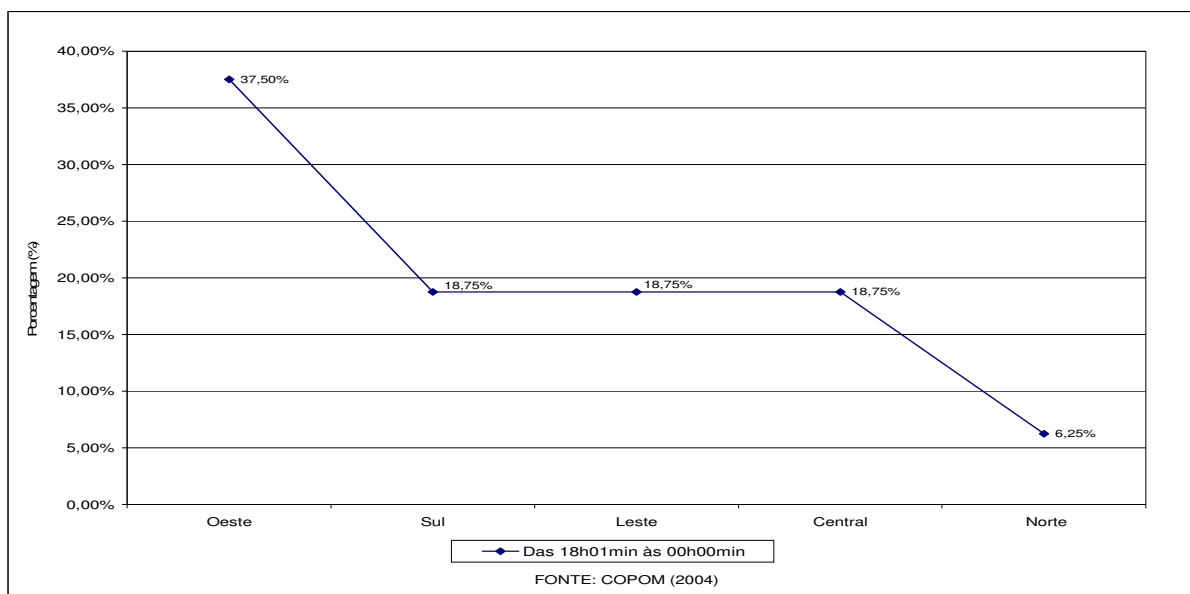


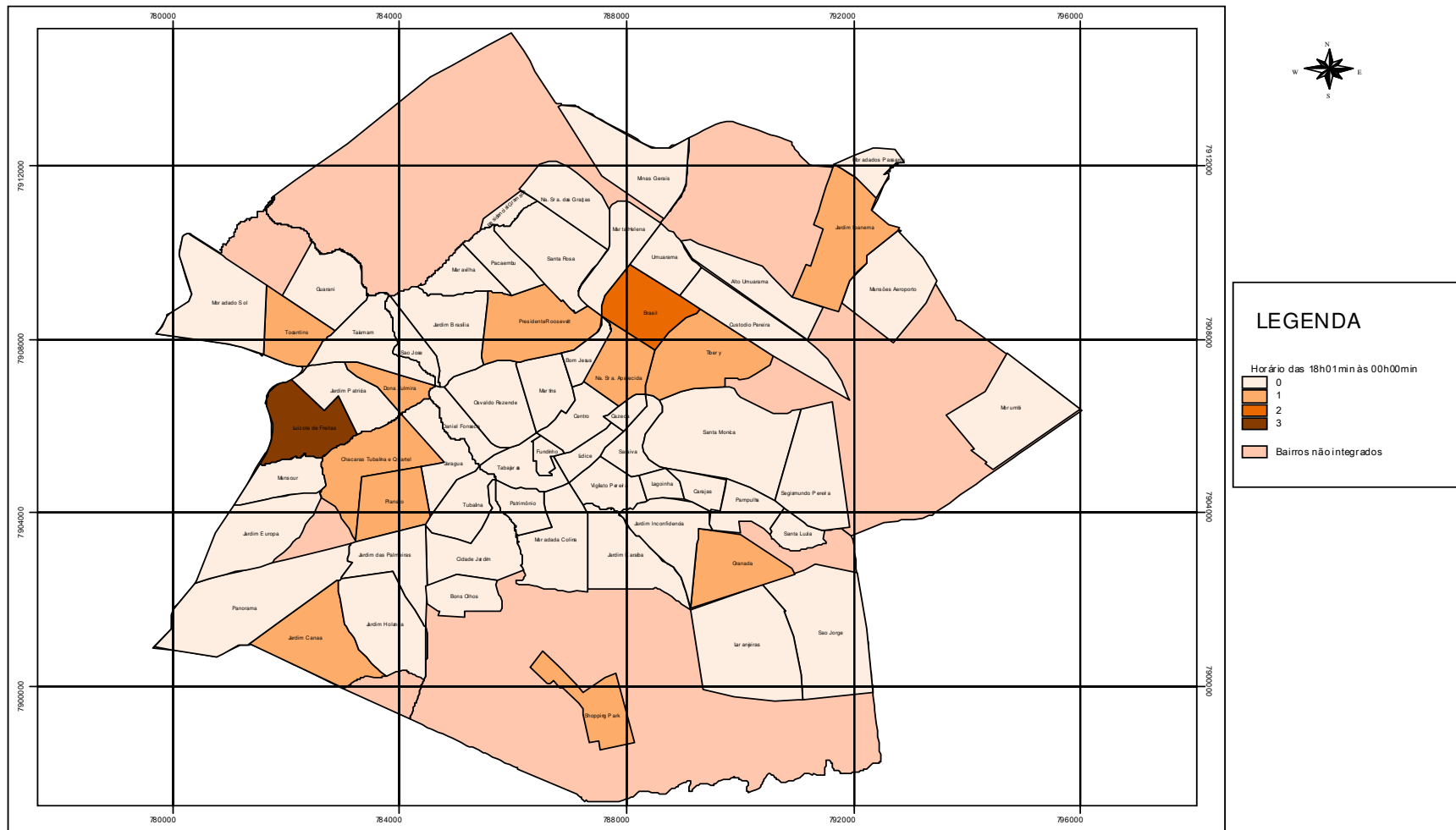
FIGURA 34: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios no horário das 18h01min às 00h00min nos setores urbanos: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Confira, também, o MAPA 16, no qual pode ser visualizada a distribuição do número de homicídios, em 2003, nos bairros da cidade de Uberlândia, no horário das 18h01min às 00h00min.

MAPA 16: Cidade de Uberlândia. Distribuição do número absoluto de homicídios: das 18h01min às 00h00min em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
FONTE DOS DADOS: COPOM (2004)
ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

4.1.2.9.2. Das 00h01min às 06h00min

O Setor Sul foi o que registrou a maior porcentagem de ocorrência de homicídios no horário das 00h01min às 06h00min em 2003 (35,71%). Nele ocorreram cinco homicídios, sendo que dois foram registrados no bairro Saraiva.

O Setor Oeste teve uma porcentagem de 28,57%, e as ocorrências se deram nos bairros Tocantins, Luizote de Freitas, Jaraguá e Planalto. No Setor Leste houve três homicídios nesse horário, registrados nos bairros Morumbi, Custódio Pereira e Tibery.

Os setores Norte e Central apresentaram a mesma porcentagem, 7,14%, ou seja, apenas uma ocorrência, que se deu respectivamente no bairro Santa Rosa e no Cazeca. Na FIGURA 35 pode ser visualizada a distribuição das ocorrências no horário das 00h01min às 06h00min e, no MAPA 17, a espacialização dos homicídios nos bairros da cidade de Uberlândia.

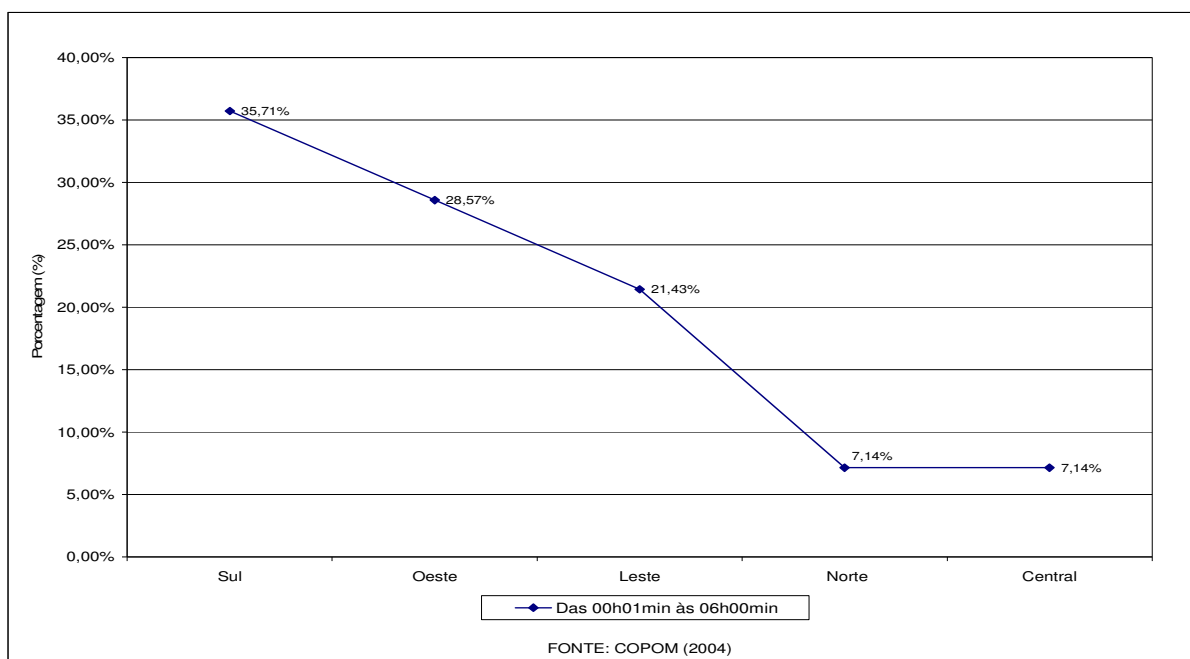
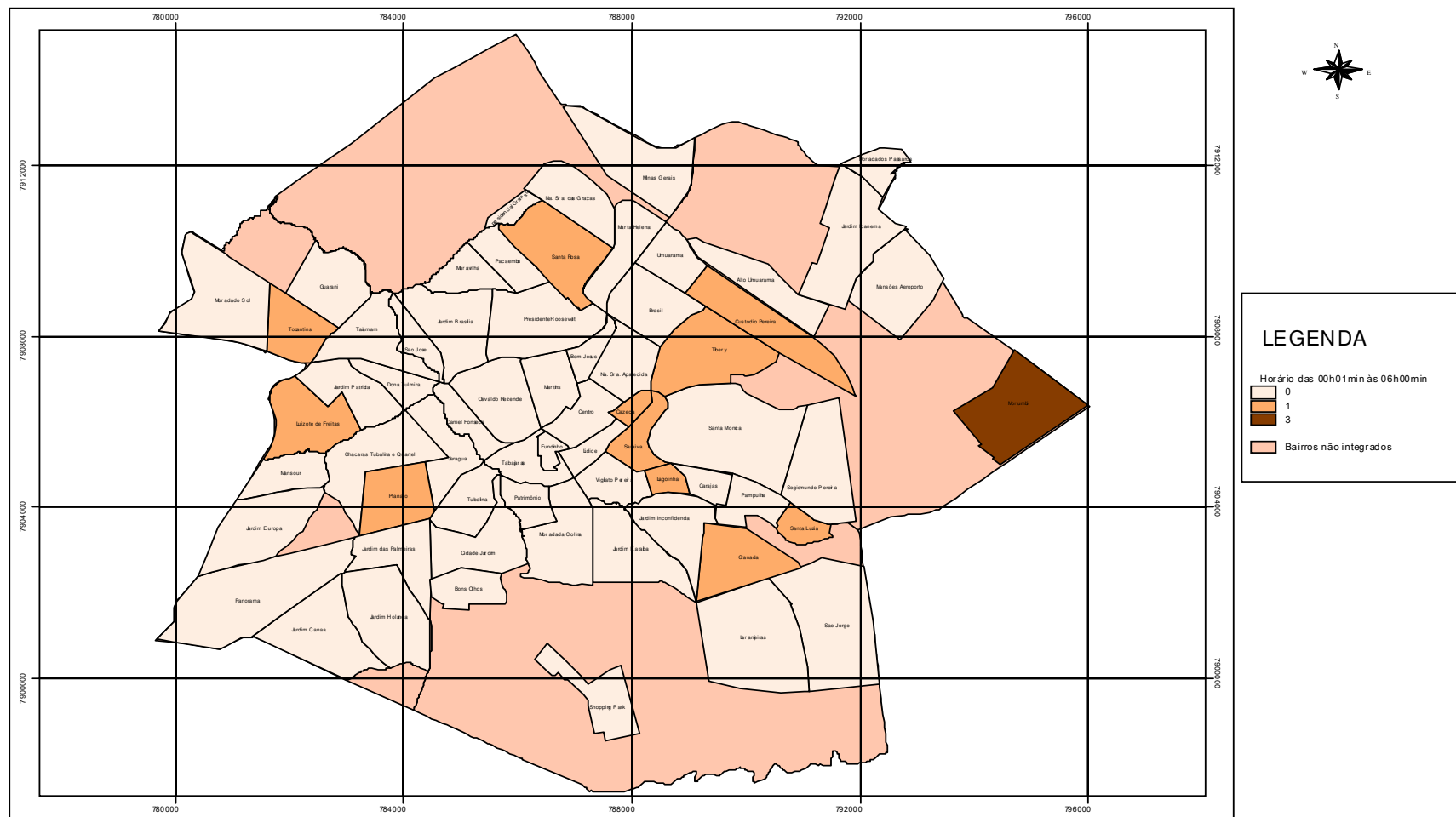


FIGURA 35: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios no horário das 00h01min às 06h00min nos setores urbanos: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

MAPA 17: Cidade de Uberlândia. Distribuição do número absoluto de homicídios: das 00h01min às 06h00min em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004)
 ORGANIZAÇÃO: C. Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.1.2.9.3. Das 06h01min às 12h00min

A maior porcentagem de ocorrências, em 2003, entre 06h01min e 12h00min foi verificada nos bairros do Setor Sul (35,71%), onde houve cinco ocorrências. Somente no bairro São Jorge ocorreram três homicídios nesse horário. O outro se deu no bairro Lagoinha.

O Setor Leste registrou quatro homicídios nesse horário (28,57%), sendo que no bairro Morumbi houve três ocorrências. A outra, por sua vez, ocorreu no bairro Tibery. Os setores Norte e Central apresentaram a mesma porcentagem (14,29%). Já o Setor Oeste, que havia registrado o maior número de ocorrências no horário das 18h01min às 00h00min, agora apresenta a menor porcentagem de ocorrências no horário das 06h01min às 12h00min (7,14%), com apenas uma ocorrência no bairro Jardim Canaã.

A FIGURA 36 traz a distribuição das ocorrências no horário das 06h01min às 12h00min, na qual é possível perceber o destaque para o Setor Sul. Veja, ainda, o MAPA 18, que apresenta a espacialização dos homicídios em 2003. Observe o destaque para os bairros São Jorge (Setor Sul) e Morumbi (Setor Leste).

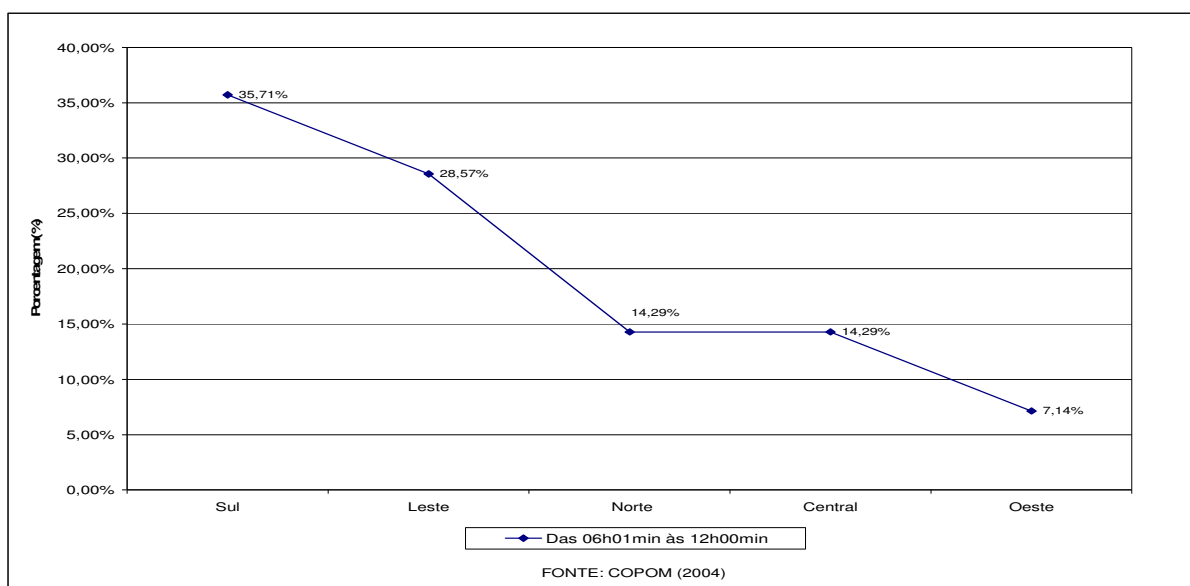
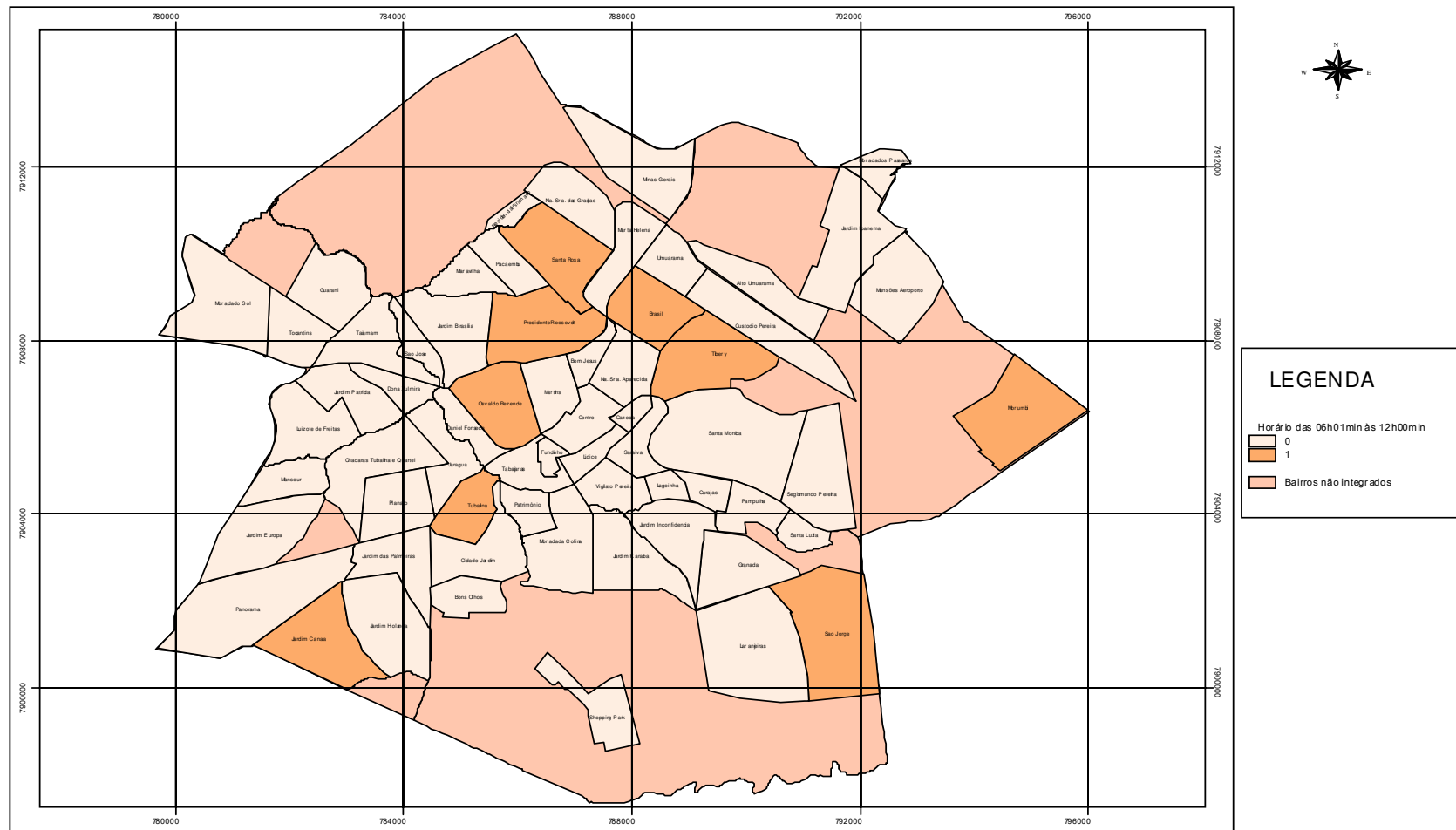


FIGURA 36: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios no horário das 06h01min às 12h00min nos setores urbanos: 2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

MAPA 18: Cidade de Uberlândia. Distribuição do número absoluto de homicídios: das 06h01min às 12h00min em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004)
 ORGANIZAÇÃO: Marcia Andréia Ferreira Santos (2005)

200 0 200 0 400 0 600 0 Meters

4.1.2.9.4. Das 12h01min às 18h00min

Esse horário foi o que apresentou a menor porcentagem de homicídios em 2003: apenas 12%. Os setores Norte e Leste apresentaram as mesmas porcentagens de ocorrência nesse horário: 33,33%. O mesmo ocorreu com os setores Oeste e Central, que registraram uma porcentagem de 16,67%.

O Setor Sul, que havia registrado a maior porcentagem de homicídios no horário das 06h01min às 12h00min, agora não apresentou nenhuma ocorrência entre 12h01min e 18h00min (Cf. FIGURA 37).

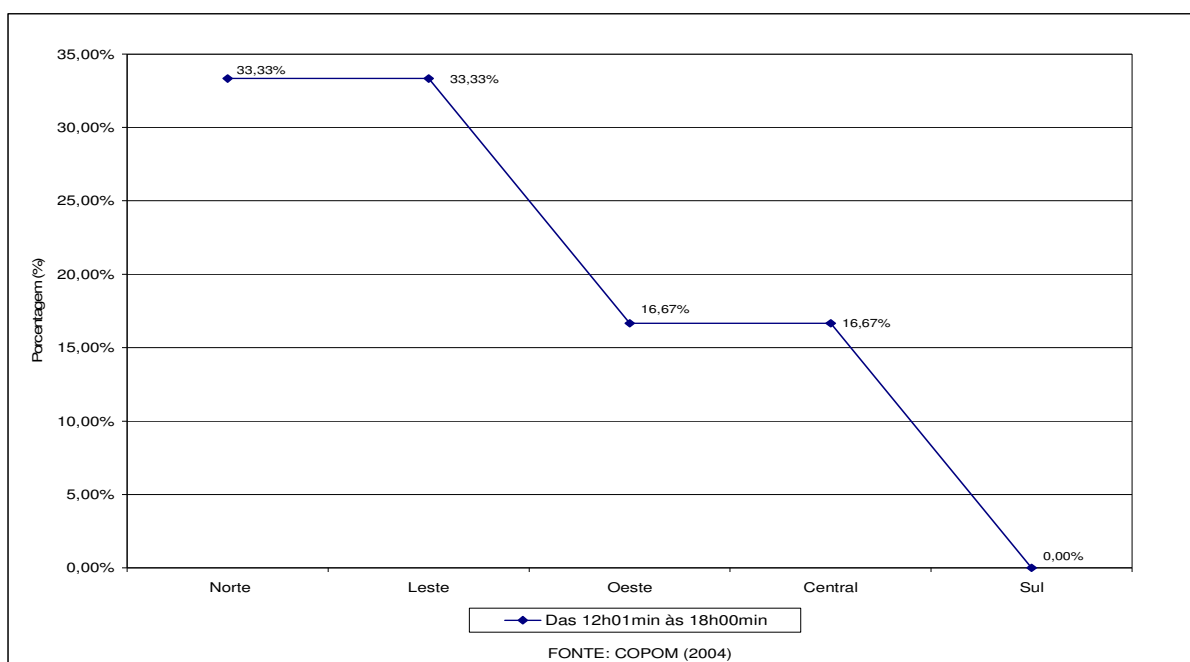


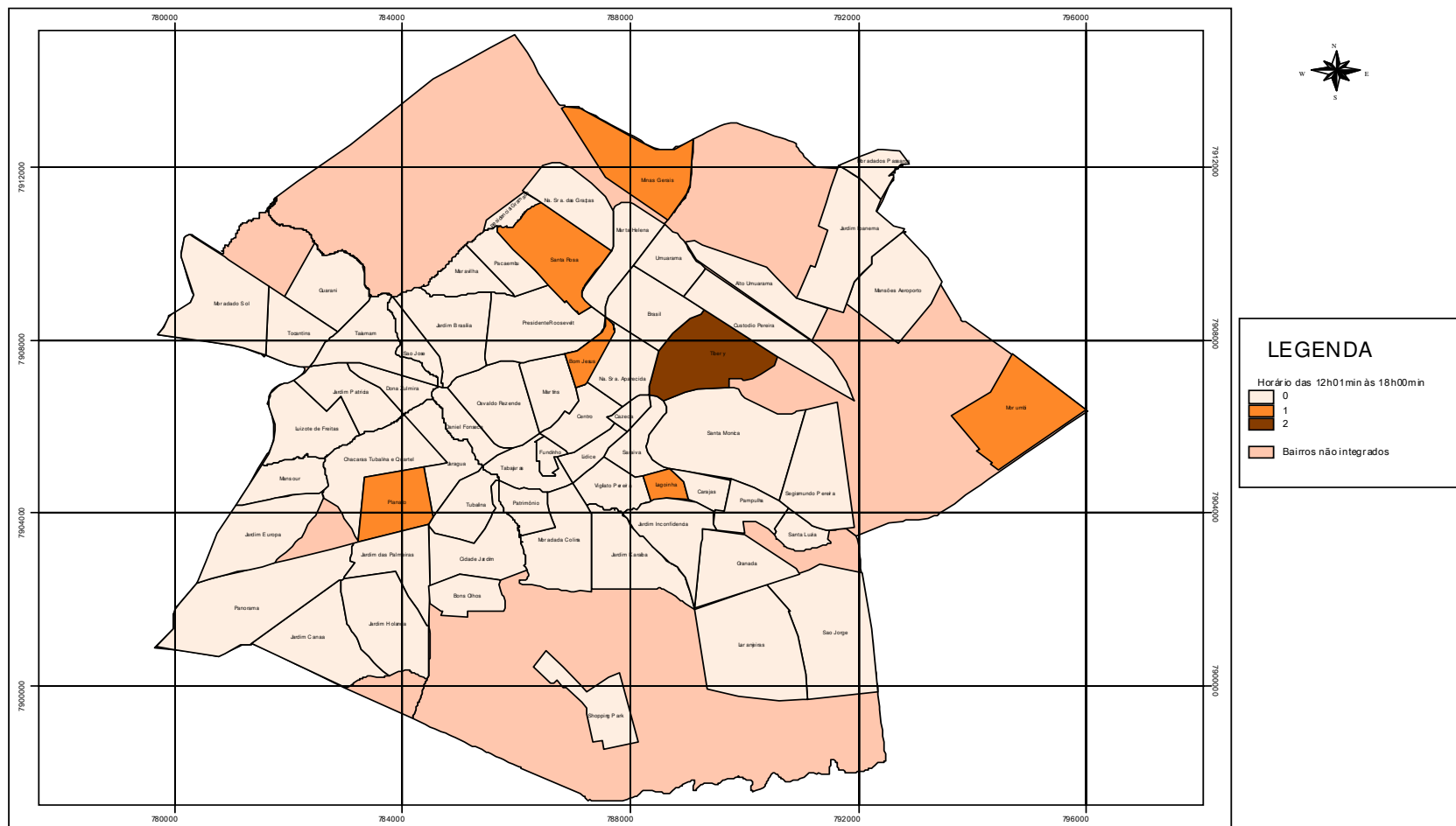
FIGURA 37: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de homicídios no horário das 12h01min às 18h00min nos setores urbanos: 2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Os bairros que apresentaram ocorrências nesse horário foram: Planalto (Setor Oeste), Bom Jesus (Setor Central), Santa Rosa e Minas Gerais (Setor Norte), Tibery e Morumbi (Setor Leste), veja a espacialização dos homicídios no MAPA 19.

MAPA 19: Cidade de Uberlândia. Distribuição do número absoluto de homicídios: das 12h01min às 18h00min em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

200 0 200 400 600 Meters

4.1.2.10. Drogas

Os dados sobre as drogas, que serão apresentados adiante, apesar de não estarem diretamente voltados às vítimas de homicídios, permitem que seja conhecido o comportamento desse fator predisponente aos atos violentos em Uberlândia e, principalmente, dos eventos homicidas. Ressalta-se que alguns dos homicídios que ocorreram em Uberlândia tiveram como causa principal a droga. Será comentado, neste tópico, sobre a posse de drogas para uso, tráfico, presos por tráfico, presos por uso, menores presos por tráfico e por uso.

Dentre todas as ocorrências relacionadas a drogas em Uberlândia, registradas pelo COPOM (2004), no período de 2000 a 2003, a que apresentou maiores porcentagens foi aquela relacionada à posse de drogas para uso (36,30%) e, na sequência, estão as ocorrências de prisões de usuários (34,31%). Isso mostra a eficácia do trabalho da Polícia Militar no combate às drogas em Uberlândia, uma vez que as prisões de usuários efetuadas estão diretamente relacionadas à posse da droga para uso. Por outro lado, entre 2000 e 2003, a Polícia Militar prendeu 4,84% de menores envolvidos com drogas para uso próprio. Contudo, foram presos apenas 1,27% de menores ligados ao tráfico (Cf. FIGURA 38).

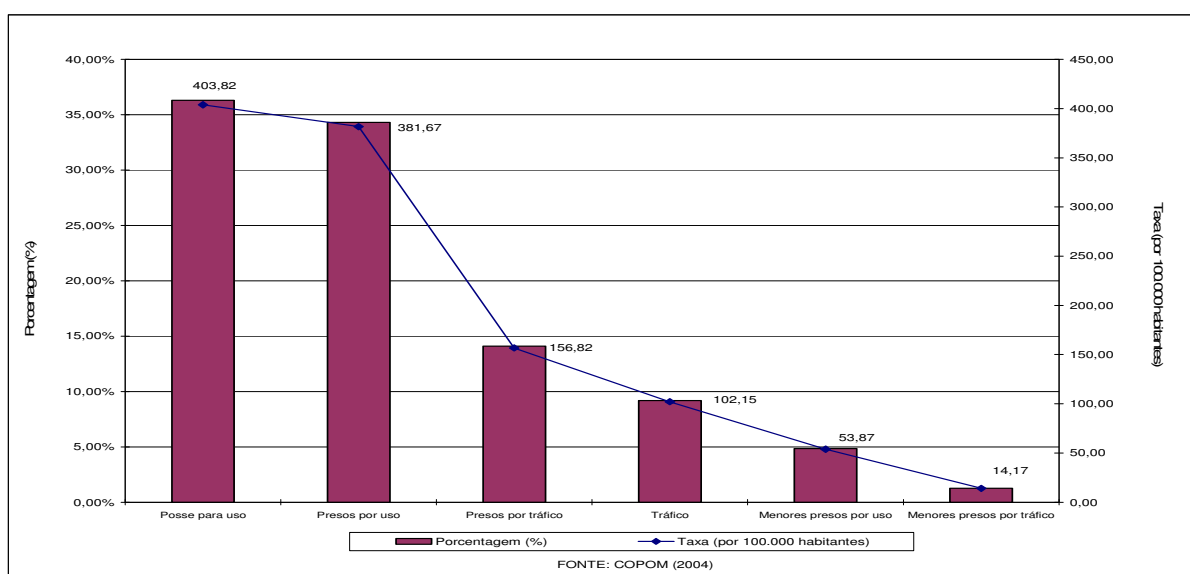


FIGURA 38: Cidade de Uberlândia. Porcentagem e taxa (por 100.000 hab.) de ocorrências relacionadas às drogas: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

4.1.2.10.1. Posse de drogas para uso próprio

De todas as ocorrências envolvendo drogas em Uberlândia, o Setor Central aparece em primeiro lugar. Entre 2000 e 2003, 31,31% dos registros da Polícia Militar relacionados à posse de drogas para uso próprio foram feitos no Setor Central.

O Setor Sul apresentou 23,94% dos registros relacionados à posse de drogas para uso pela Polícia Militar nesse período; na sequência, veio o Setor Leste, com 16%; o Setor Norte, com 13,13%; e, por fim, a área rural de Uberlândia, com 1,19% (Cf. a FIGURA 39).

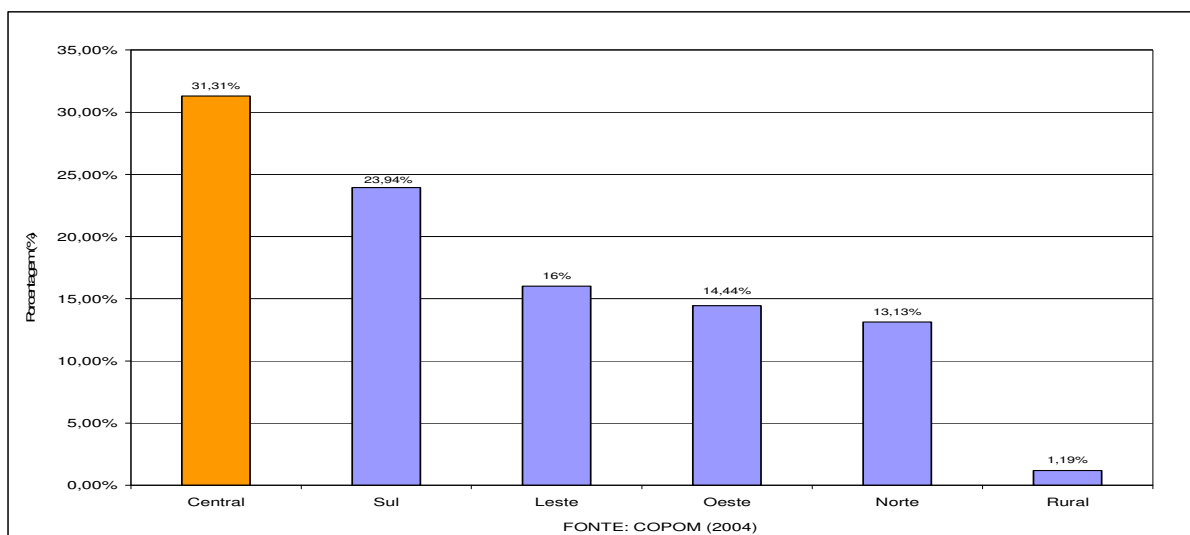


FIGURA 39: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências relacionadas a posse de drogas para uso nos setores urbanos: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

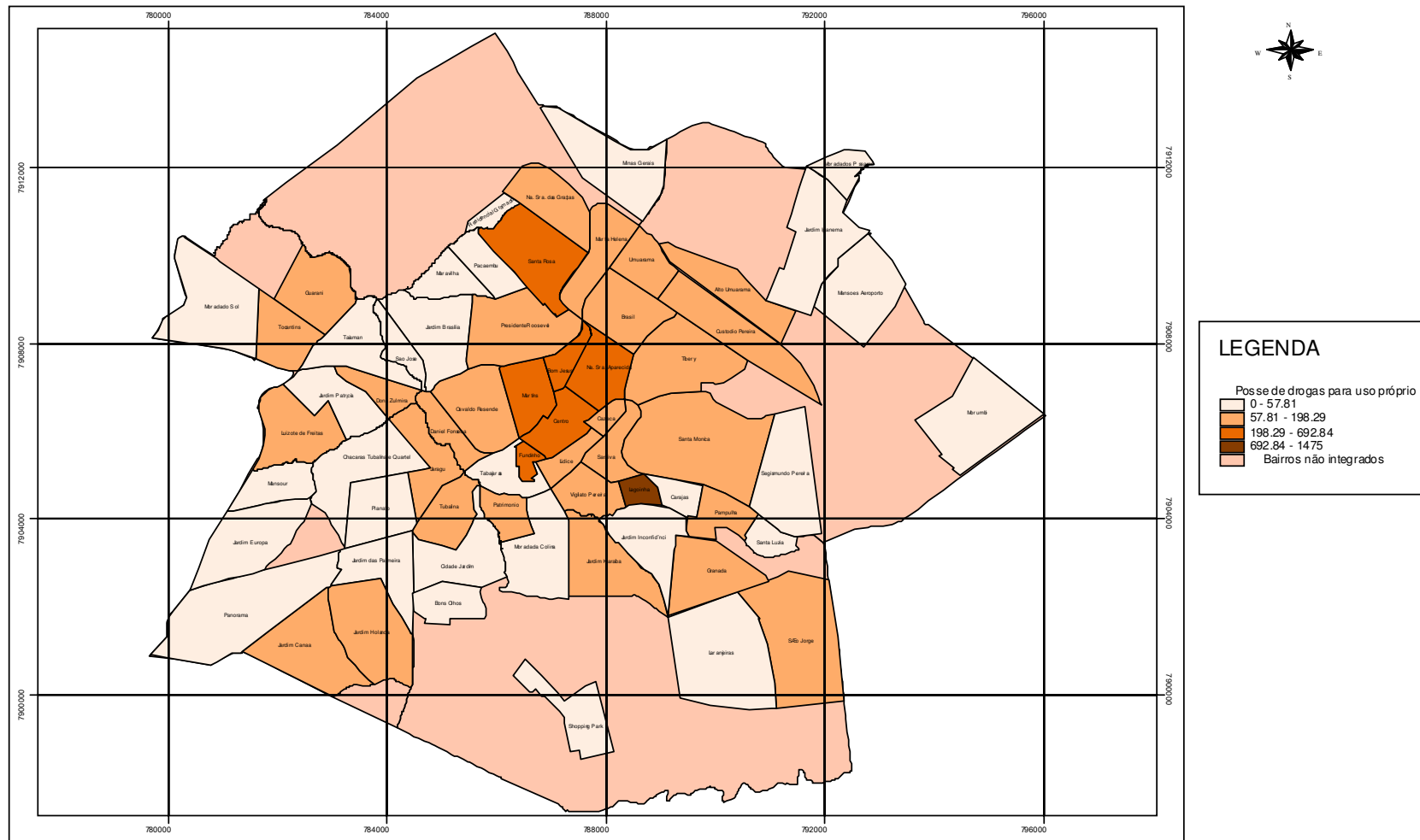
ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Em 2003, os bairros que apresentaram a maior taxa de ocorrência de posse de drogas para uso próprio foram: no Setor Central: Bom Jesus, Fundinho, Centro e Martins; no Setor Sul: Lagoinha¹⁶, Pampulha, Jardim Karaíba e São Jorge; no Setor Leste: Dom Almir e Alto Umuarama; no Setor Oeste: Tocantins, Guarani e Jardim Canaã; e no Setor Norte: Santa Rosa¹⁷ e Nossa Senhora das Graças. O MAPA 20 apresenta a espacialização das ocorrências de posse de drogas para uso nos bairros de Uberlândia em 2003.

¹⁶ O bairro Lagoinha registrou a maior taxa de ocorrências relacionadas a drogas em 2003 em Uberlândia.

¹⁷ Ressalta-se que o bairro Esperança, integrado ao Santa Rosa, foi onde houve mais ocorrências de posse de drogas par uso próprio nesse bairro integrado em 2003.

MAPA 20: Cidade de Uberlândia. Taxa por 100.000 habitantes de posse de drogas para uso próprio em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.1.2.10.2. Presos por uso de drogas

Somente nos setores Central e Sul houve 55,60% de prisões de usuários de drogas entre 2000 e 2003. Deste valor, 32,84% de prisões foram efetuadas no Setor Central, e no Sul, 22,76%. Os setores Leste e Oeste apresentaram o mesmo percentual: 15,09%, e o Setor Norte, 12,89%, veja a FIGURA 40.

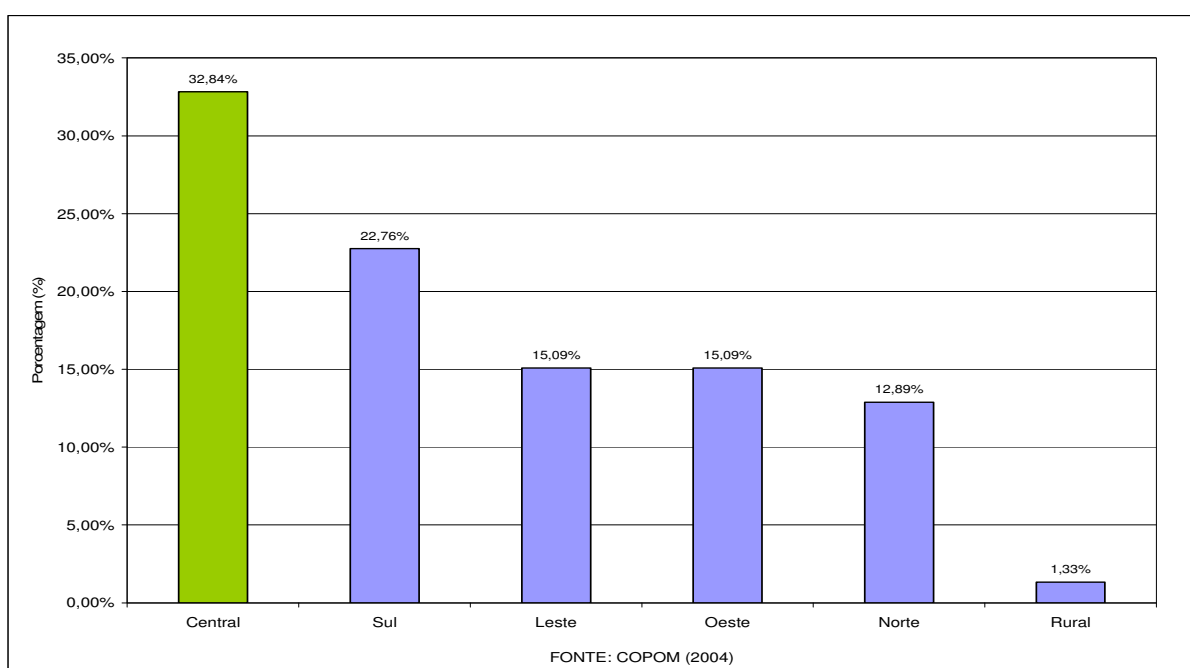


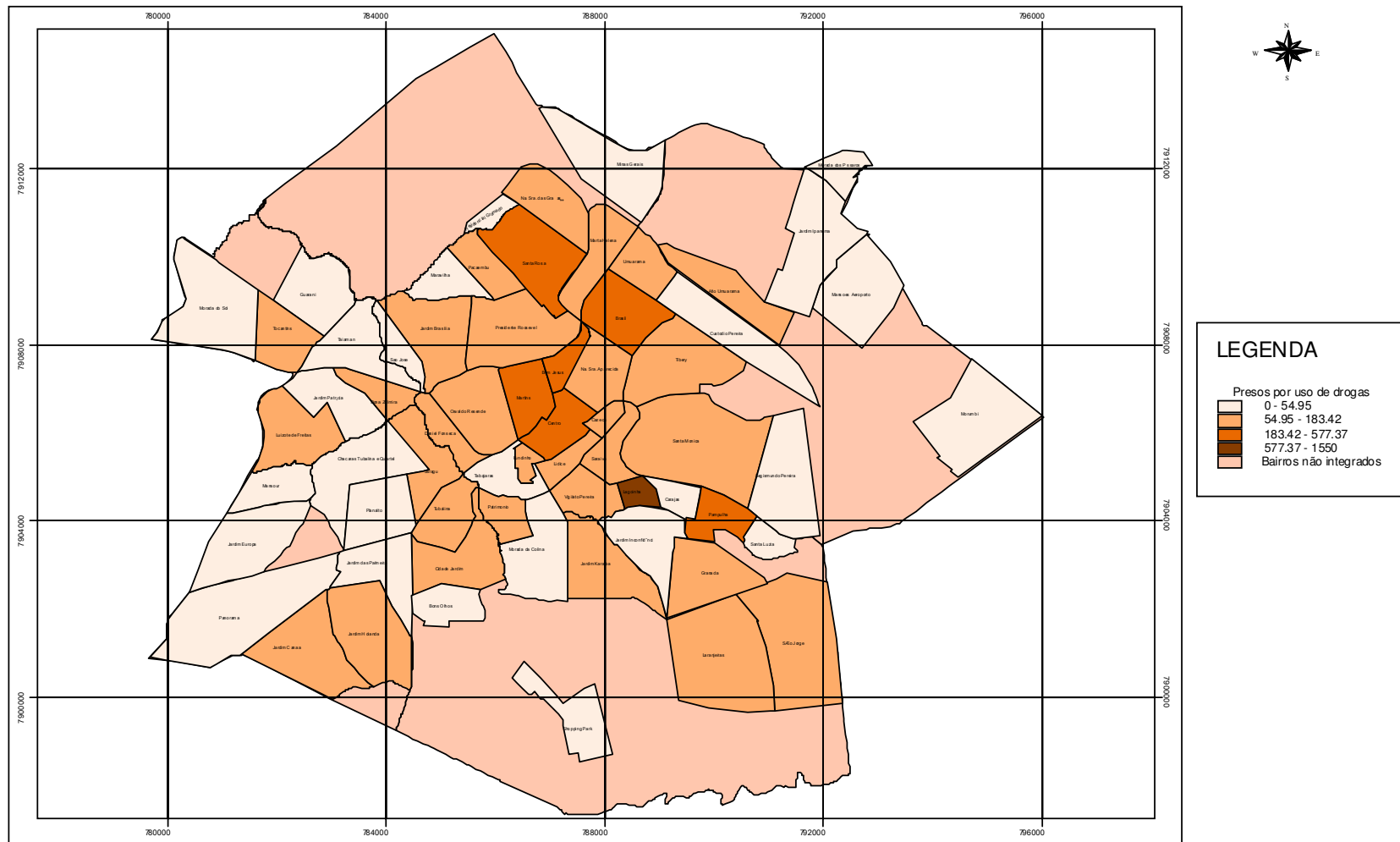
FIGURA 40: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências de prisões por uso de drogas nos setores urbanos: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Os bairros onde se registrou a maior taxa de prisões de usuários em 2003 foram os seguintes: Bom Jesus, Cazeca, Martins, Brasil, Centro e Fundinho (Setor Central); Lagoinha, Pampulha, Jardim Karaíba e Granada (Setor Sul); Tibery e São Francisco – Não Integrado – (Setor Leste); Tocantins, Jardim Holanda e Jardim Canaã (Setor Oeste); Santa Rosa, Marta Helena e Nossa Senhora das Graças (Setor Norte). A espacialização das ocorrências pode ser verificada no MAPA 21.

MAPA 21: Cidade de Uberlândia. Taxa por 100.000 habitantes de presos por uso de drogas em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004).
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.1.2.10.3. Prisões por tráfico de drogas

Novamente, o Setor Central aparece com a porcentagem mais elevada de ocorrências relacionadas às drogas. Os dois setores, Central e Oeste, apresentaram ocorrências aproximadas de prisões por tráfico de drogas, respectivamente, 27,61% e 22,14%. Na sequência vem o Setor Leste, com 18,53%; o Setor Sul, com 15,67% e, por fim, o Setor Norte, com 11,19%, o que pode ser observado na FIGURA 41.

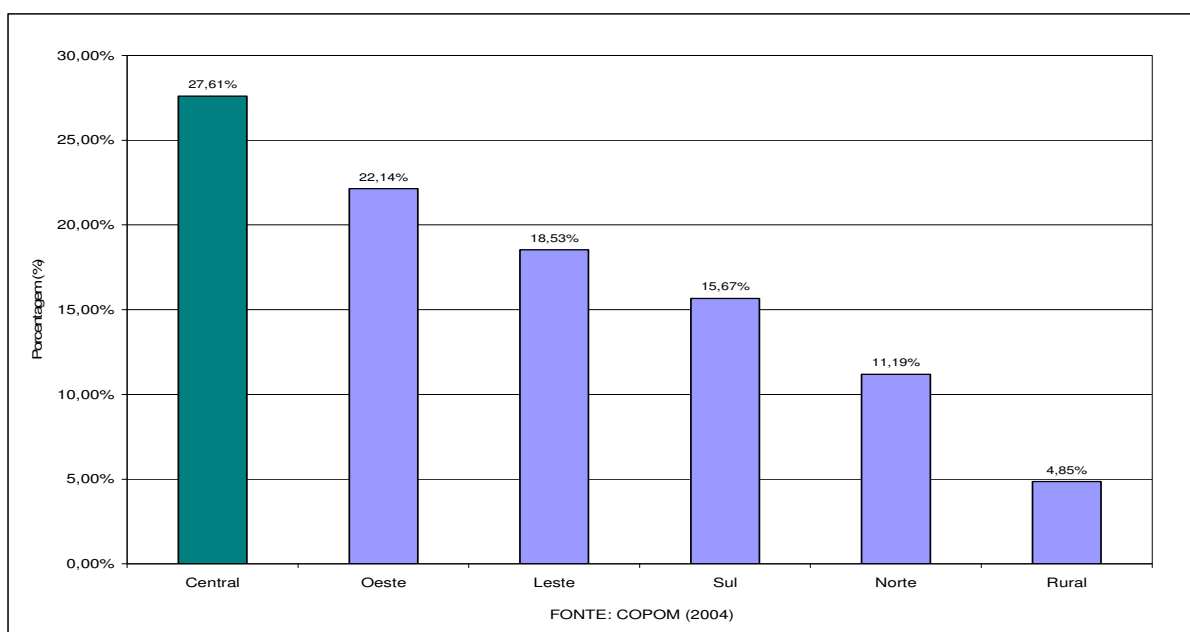


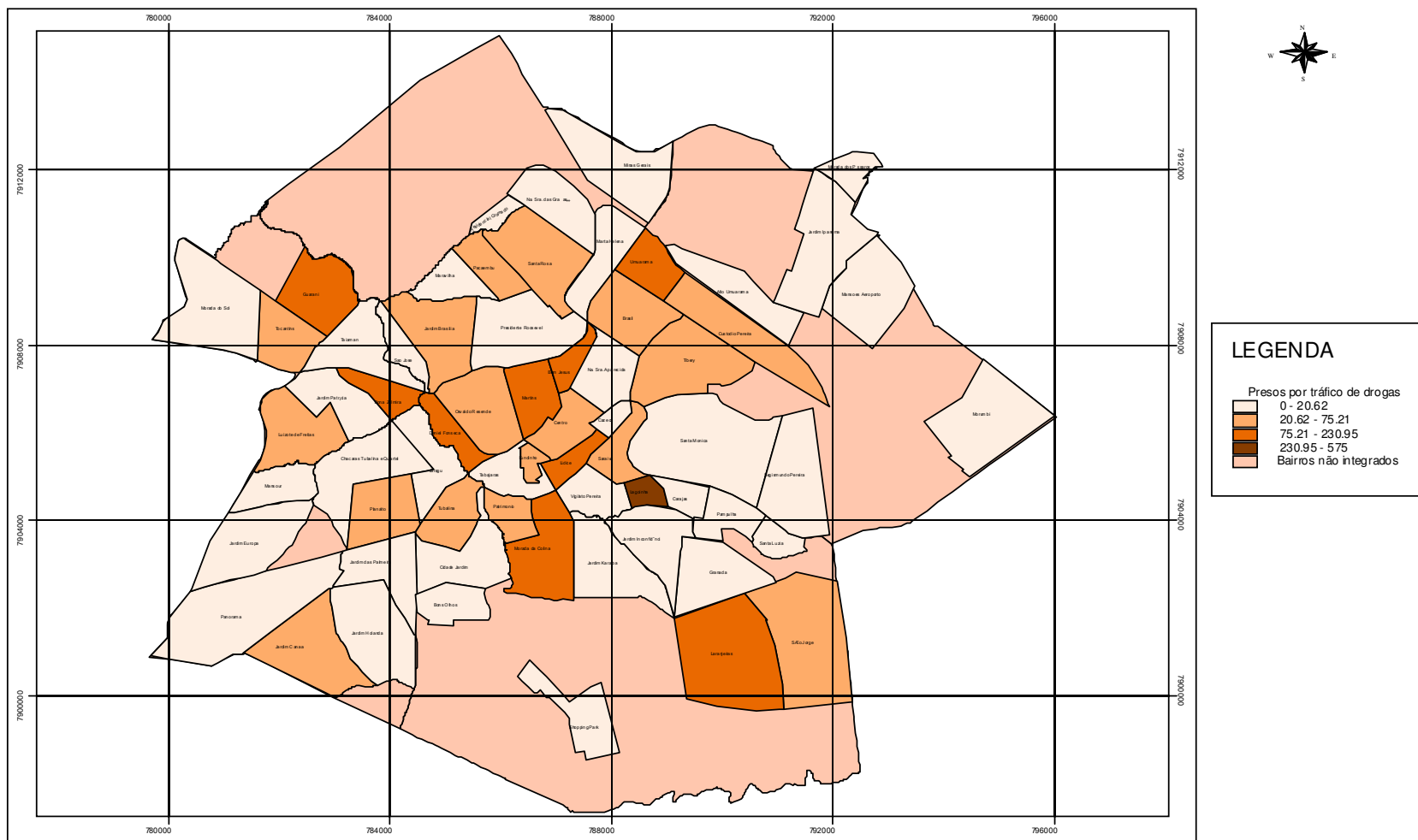
FIGURA 41: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências de prisões por tráfico de drogas nos setores urbanos: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

A taxa de prisões por tráfico, em 2003, destacou-se nos seguintes bairros e respectivos setores: Bom Jesus, Daniel Fonseca e Martins (Setor Central); Guarani, Dona Zulmira, Luizote de Freitas e Jardim Canaã (Setor Oeste); Umuarama, Dom Almir e Joana Darc – Não Integrados (Setor Leste); Lagoinha, Morada da Colina e Laranjeiras (Setor Sul); Santa Rosa e Jardim Brasília (Setor Norte), como se constata no MAPA 22.

MAPA 22: Cidade de Uberlândia. Taxa por 100.000 habitantes de presos por tráfico de drogas em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: COPOM (2004).
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.1.2.10.4. Tráfico de drogas

Mais uma vez os setores Central e Oeste apresentaram as porcentagens mais elevadas de ocorrência entre 2000 e 2003. Neles foram registrados, propriamente, 26,89% e 20,64% de ocorrência de tráfico de drogas.

No Setor Leste também houve uma porcentagem bem próxima à registrada no Setor Oeste, 19,13%. No Setor Sul, o percentual foi de 16,29%. O Setor Norte sempre aparece com a menor porcentagem de ocorrências: 13,26%, como expresso na FIGURA 42.

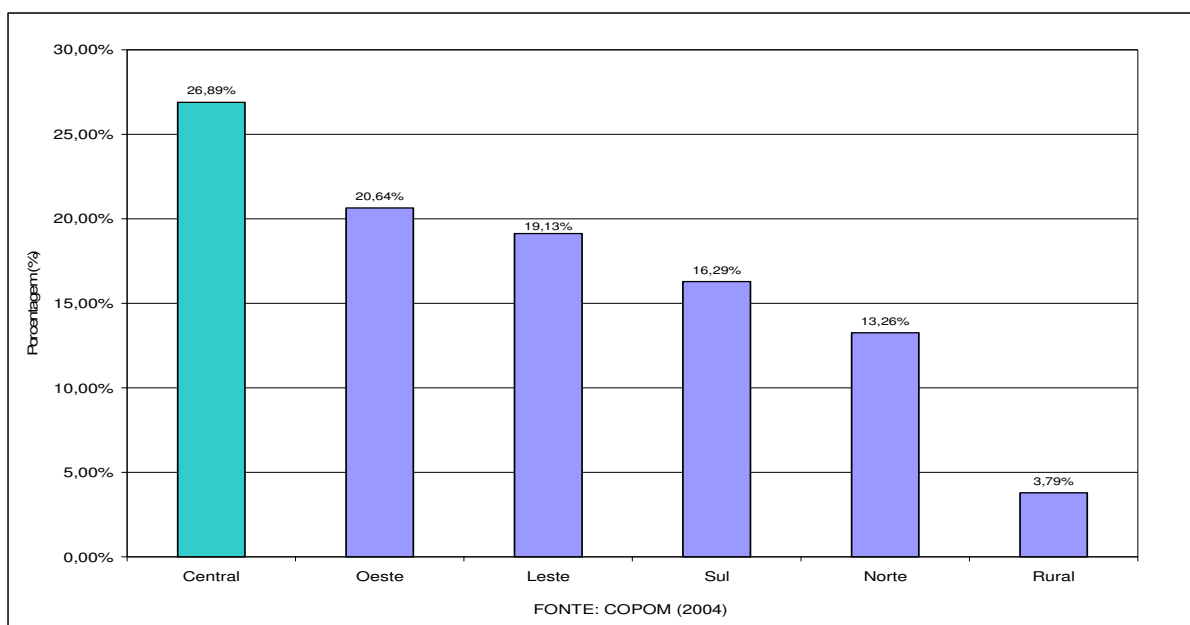


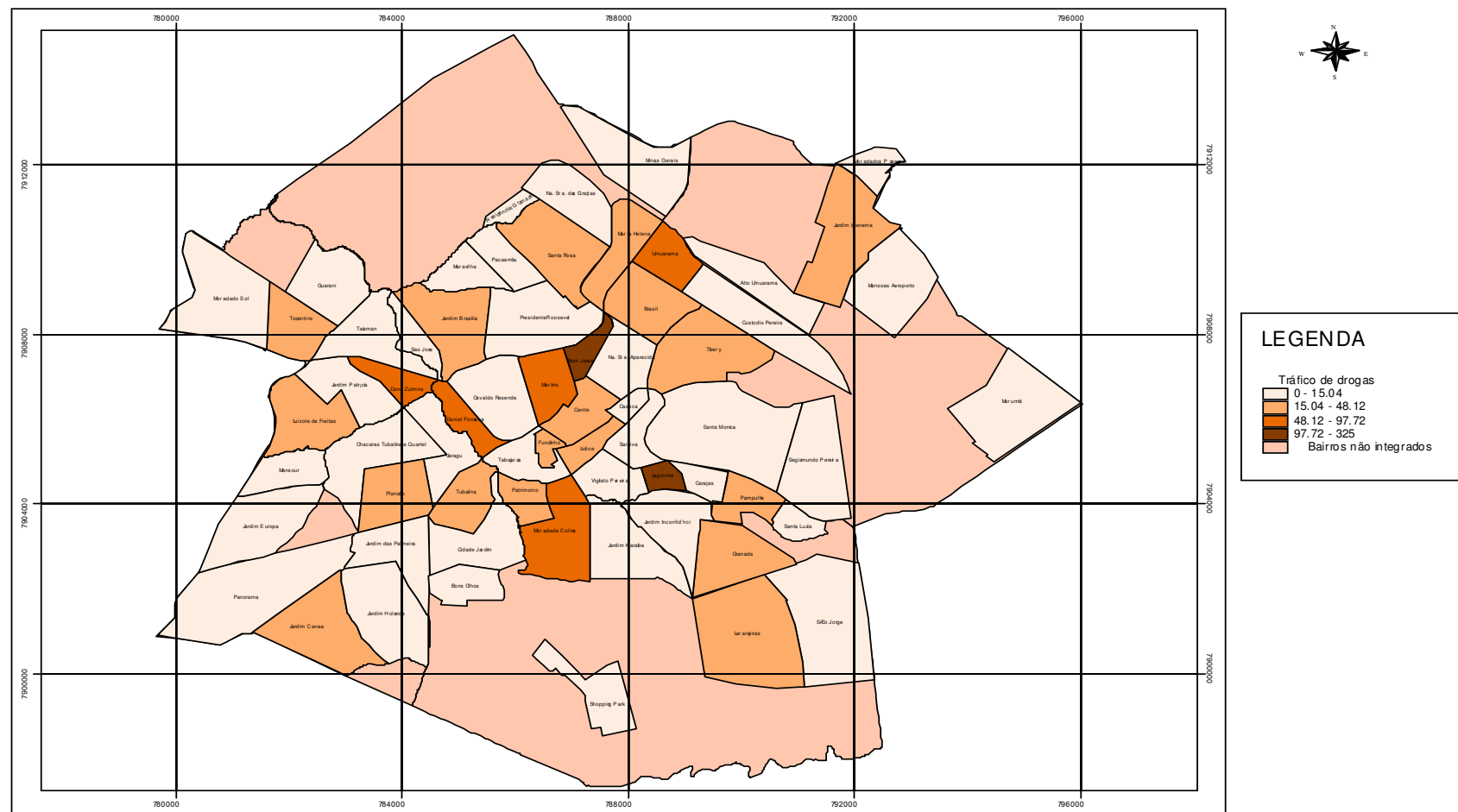
FIGURA 42: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências relacionadas a tráfico de drogas nos setores urbanos: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

Os bairros com as taxas mais elevadas de tráfico de drogas em 2003 foram Bom Jesus, Daniel Fonseca, Centro, Fundinho e Martins (Setor Central); Dona Zulmira (Setor Oeste); Umuarama, Jardim Ipanema, Dom Almir e Joana Darc – Não Integrados (Setor Leste); Lagoinha, Morada da Colina e Laranjeiras (Setor Sul); Santa Rosa e Jardim Brasília (Setor Norte), como se verifica no MAPA 23.

MAPA 23: Cidade de Uberlândia. Taxa por 100.000 habitantes de tráfico de drogas em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
FONTE DOS DADOS: COPOM (2004).
ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.1.2.10.5. Menores presos por uso de drogas

A maior porcentagem de ocorrências envolvendo menores presos por drogas se deu no Setor Central: 35,90%. A seguir aparece o Setor Sul, com 25,64%; depois o Setor Norte, que pela primeira vez apresenta a terceira maior porcentagem de ocorrências relacionadas às drogas: 13,55%. Por fim, o Setor Oeste, com 13,19%, e o Setor Leste, com 9,52%, como apresenta a FIGURA 43.

Será visto adiante que o Setor Leste apresentou a maior porcentagem de menores presos por tráfico de drogas no período de 2000 a 2003. Apesar disso, o número de menores presos por uso de drogas nesse setor foi o menor.

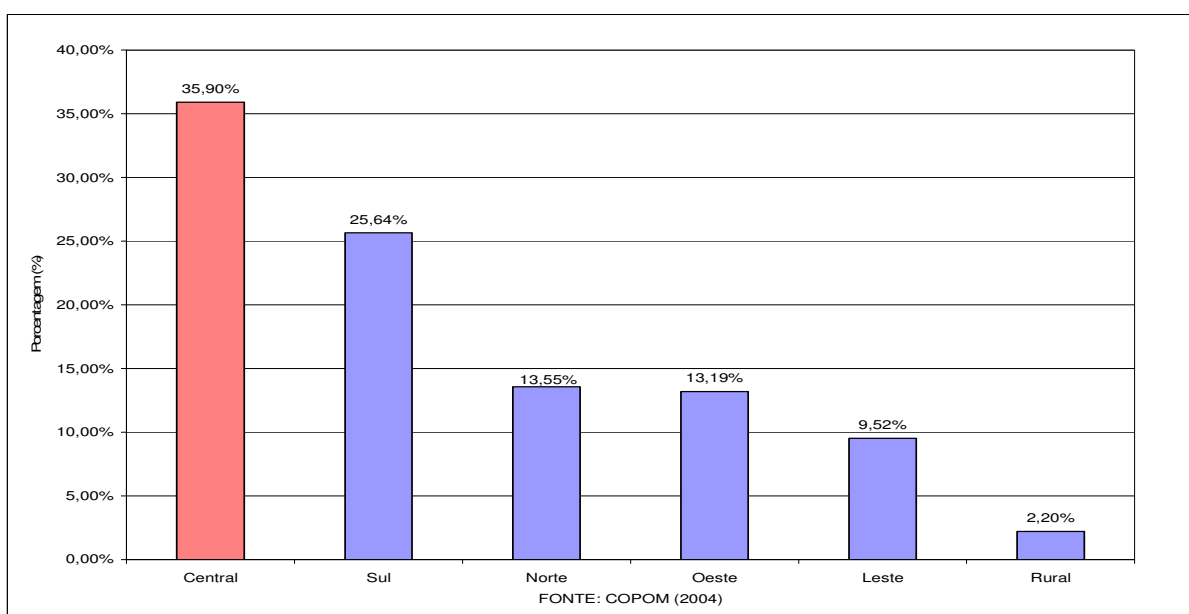


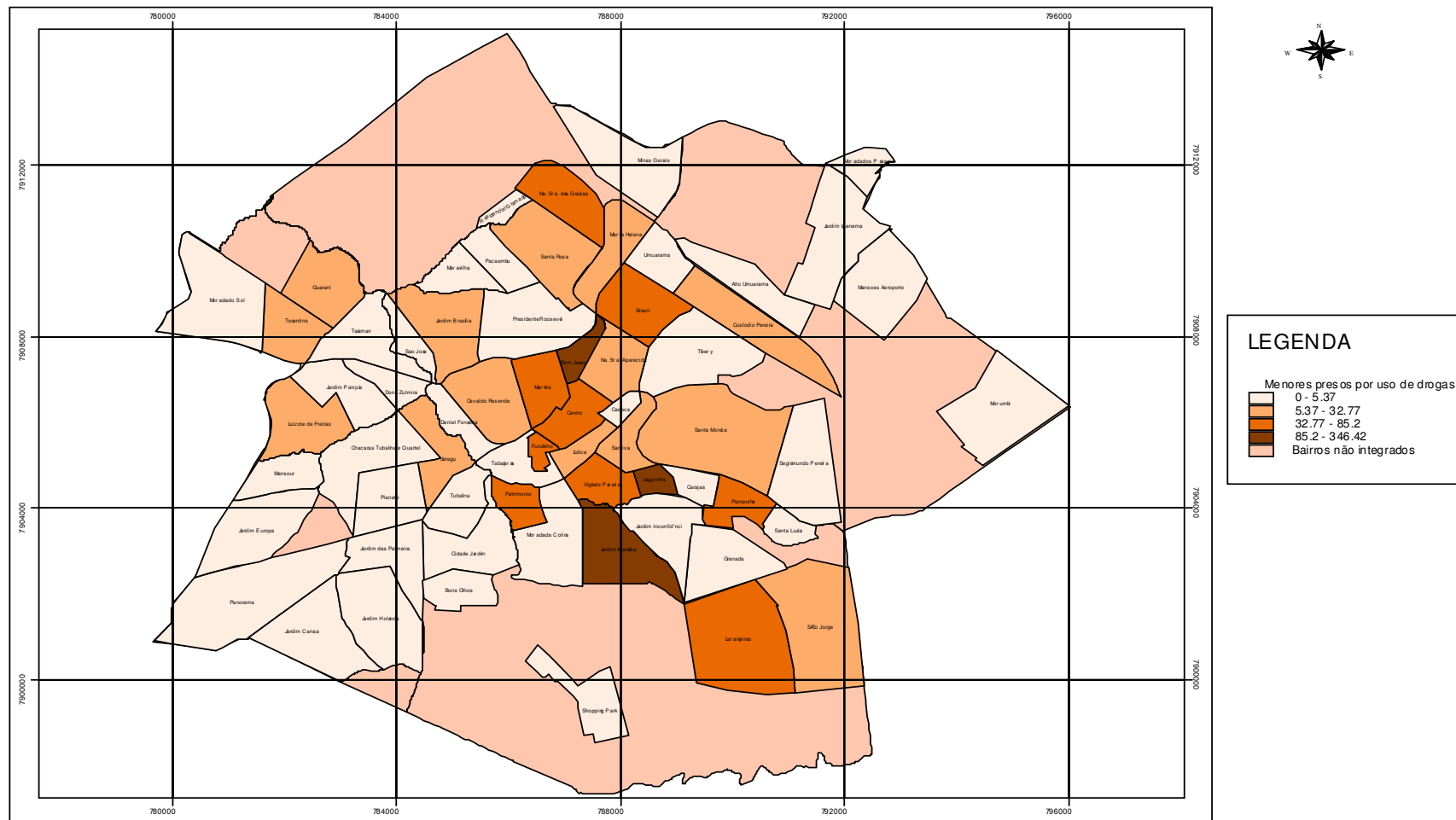
FIGURA 43: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências de prisão de menores por uso de drogas nos setores urbanos: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

As maiores taxas de menores presos por uso de drogas em 2003 foram registradas nos bairros Bom Jesus, Centro e Fundinho (Setor Central); Jardim Karaíba, Lagoinha e Patrimônio (Setor Sul), o que pode ser visto no MAPA 24.

MAPA 24: Cidade de Uberlândia. Taxa por 100.000 habitantes de menores presos por uso de drogas em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: COFOM (2004).
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.1.2.10.6. Menores presos por tráfico de drogas

Houve uma mudança na tendência que vem sendo observada para as ocorrências relacionadas às drogas nos setores urbanos de Uberlândia no período de 2000 a 2003. Percebeu-se que o Setor Central sempre apresentou as porcentagens mais elevadas de ocorrências de posse e uso de drogas, tráfico e prisões por uso. Mas com relação à prisão de menores por tráfico, o Setor Leste apresentou a maior porcentagem: 27,40%, vindo em segundo lugar o Setor Oeste com 21,92%.

O Setor Central, que se colocava sempre em primeiro lugar nas demais ocorrências, agora aparece em terceiro, com 20,55% das apreensões de menores por tráfico de drogas. O Setor Sul apresentou uma porcentagem de 17,81%, e o Setor Norte, 9,59%. Em 2003, as maiores taxas foram registradas nos bairros Umuarama e Dom Almir – Não Integrado (Setor Leste); Bom Jesus (Setor Central); Lagoinha e Morada da Colina (Setor Sul), confira a FIGURA 44, e a espacialização das taxas pode ser verificada no MAPA 25.

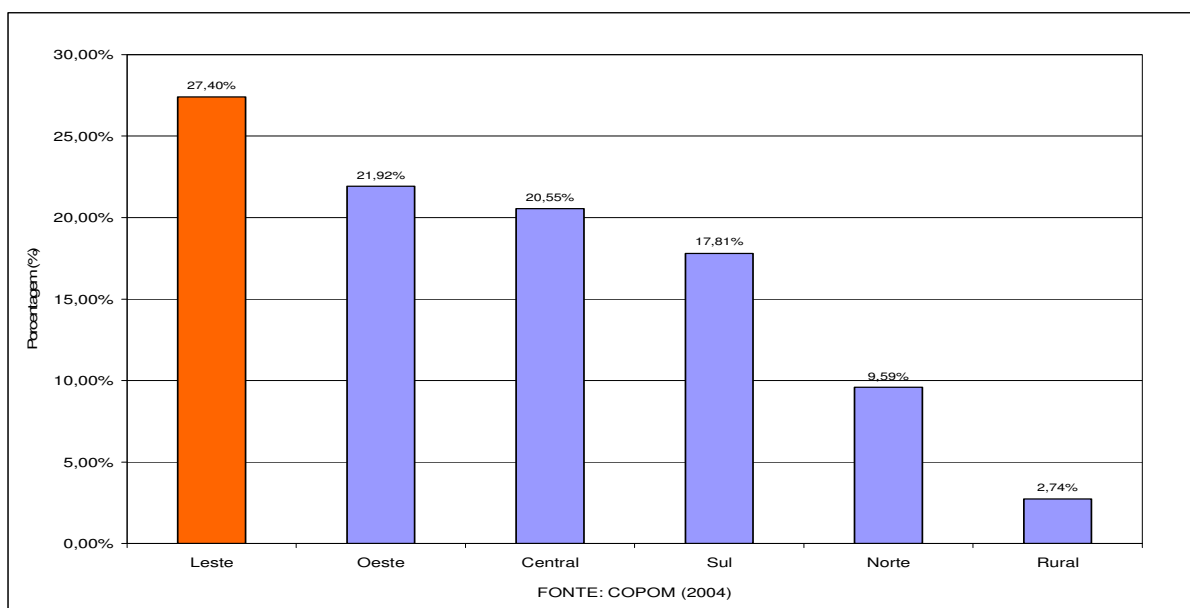
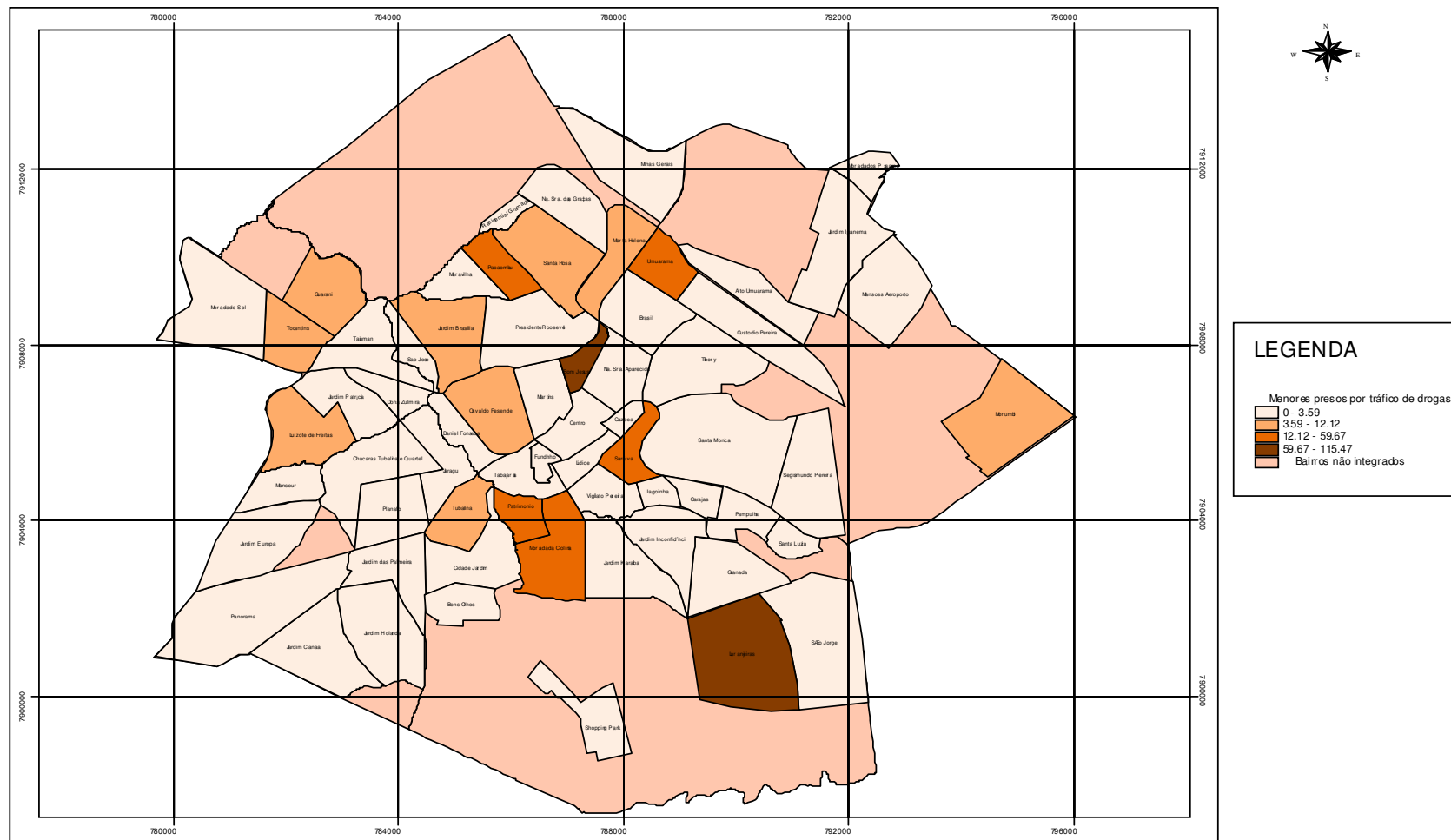


FIGURA 44: Cidade de Uberlândia. Porcentagem de ocorrências de prisão de menores por tráfico de drogas nos setores urbanos: 2000-2003.

FONTE: Pesquisa direta.

ORGANIZAÇÃO: SANTOS, Márcia Andréia Ferreira (2005).

MAPA 25: Cidade de Uberlândia. Taxa por 100.000 habitantes de menores presos por tráfico de drogas em 2003.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
FONTE DOS DADOS: COPOM (2004).
ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

O Plano Emergencial de Segurança Pública em Minas Gerais, desenvolvido pelo governo Estadual em 2003, estabeleceu algumas ações de desarticulação das organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas no Estado (TIAGO, 2003). As diretrizes do Plano se caracterizam pela combinação de políticas repressivas e preventivas, que já começaram a ser desenvolvidas em 21 áreas do Estado de Minas Gerais de maior incidência de crimes violentos, encontrando-se nesse grupo de crimes, o tráfico de drogas.

As ações do Plano foram divididas entre o sistema prisional, as organizações policiais, a prevenção social da criminalidade e o atendimento aos adolescentes infratores. E dentre as medidas que já começaram a ser tomadas encontra-se a criação do Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado, que já está sendo discutido pelas autoridades responsáveis pela Segurança Pública dos municípios nos quais foi constatada a elevação da taxa de crimes violentos.

O resultado positivo observado nas apreensões de drogas e na prisão de traficantes e usuários na cidade de Uberlândia é fruto de ações que vem sendo estabelecidas no Estado de Minas Gerais. Mas algumas metas referentes ao combate ao tráfico de entorpecentes, presentes no Plano Nacional e no Plano Estadual de Segurança Pública, ainda não entraram em vigor. Acredita-se que à medida que as estratégias de controle forem se fundamentando, muitos crimes ligados ao tráfico de drogas tenderá a diminuir.

Constatou-se que alguns homicídios ocorridos em Uberlândia ano de 2003 tiveram a droga como fator predisponente à violência. Esse é um problema observado em todo o Brasil, onde todos os dias muitas pessoas morrem pelo fato de estarem envolvidas direta ou indiretamente com a droga.

Diversas reportagens do Jornal Correio de 2003 mostram a relação entre drogas e violência em Uberlândia. Verificou-se que no bairro Tocantins um rapaz foi morto e, segundo familiares, ele tinha envolvimento com drogas, veja:

A Delegacia de Homicídios instaurou inquérito policial para apurar o crime. O pai do borracheiro [...] compareceu ontem pela manhã na repartição para liberar o corpo e disse não ter idéia de quem pode ter matado o filho. Ele confirmou que (o filho) esteve envolvido com drogas (BORRACHEIRO MORRE AO SAIR DO BANHO, 2003).

A droga tem sido motivo para muitas mortes em família também em Uberlândia e região. [...]. Um outro crime envolvendo filhos e pais também causou repercussão porque a droga foi a motivadora do homicídio. (POPÓ, 2003a)

As reportagens afirmam que tais fatos são mais predisponentes em famílias que já têm problemas, nas quais os pais não conseguem impor limites aos filhos ou são ausentes na criação deles, perdendo-os, dessa forma, para as drogas. A esse respeito, Laranjeiras (2005) afirma que famílias desorganizadas, cujos pais se desentendem constantemente, torna-se um fator de risco ao uso de drogas.

O PROERD – programa estadual que visa prevenir crianças, jovens e adolescentes do contato com as drogas – já alcançou resultados positivos com o seu trabalho realizado nas escolas públicas da cidade por policiais militares fardados. Segundo o sargento Aleqsandro Moreira Souza, do PISC/Morumbi, verificou-se que a maioria das crianças e adolescentes que passou pelo PROERD não veio a se envolver com atos violentos. Assim, o sargento conclui que a melhor forma de prevenir a propagação e o aumento da violência é por meio da Educação e da difusão dos valores morais, éticos e culturais.

Por outro lado, Laranjeiras (2005) argumenta que para combater as drogas e as suas conseqüências, é necessário conhecer os fatores de risco para atuar sobre eles. Dessa forma, o autor afirma que quanto mais droga houver em um determinado espaço e quanto mais organizado for o tráfico, desorganizada a polícia, e desestruturado o controle social desse espaço, maior é o risco de adolescentes e jovens usarem drogas.

Laranjeiras (2005) destaca que um outro problema a ser enfrentado pelas corporações policiais no combate à droga é a questão do aumento da oferta desse produto, causado pela diminuição acentuada do seu preço. Com isso, os pontos de venda aumentam e a probabilidade de se fazer usuários torna-se maior. Dessa forma, o autor citado afirma que a

polícia deve mapear os pontos de venda da droga com o intuito de tentar, estrategicamente, isolar progressivamente os pontos de tráfico no sentido de eliminá-los. Isso, segundo o autor, faz com que se aumente o preço da droga e, conseqüentemente, diminua o seu consumo. O autor ressalta, também, a questão da proteção das fronteiras nacionais, estaduais e municipais do acesso às drogas, já que este é um fator de proteção ao acesso das pessoas à droga.

O uso de drogas condiciona a prática de diversos crimes, tais como roubos, latrocínios e homicídios. Em Uberlândia, por exemplo, alguns homicídios tiveram como fator predisponente à violência a droga. No bairro Morumbi, por exemplo, onde a droga tem levado à prática de diversos delitos e, dentre eles os homicídios, há uma preocupação da Segurança Pública com relação a esse fator, pois existem muitos pontos de tráfico nos bairros próximos (Dom Almir, Joana Darc e Alvorada) dos quais partem a droga que adentram no Morumbi.

Em uma reportagem do Jornal Correio, o jornalista Popó (2003 d) afirmou que um traficante do Morumbi chegou a ordenar o fechamento de um comércio de móveis usados e de uma loja de materiais de construção no bairro, e ressaltou que 20 unidades comerciais do bairro Alvorada, adjacente ao Morumbi, foram alvos de arrastões praticados pela gangue do mesmo traficante, que exigiu o fechamento destes estabelecimentos.

A respeito do perfil dos homicídios no bairro Morumbi, o sargento Aleqsandro Moreira Souza, da Polícia Militar, afirmou que tanto as vítimas quanto os agressores são jovens que se encontram envolvidos com o tráfico, e a faixa etária das vítimas se situa entre 15 e 24 anos de idade, veja:

Quase que uma totalidade dos homicídios que temos aqui é de pessoas que têm um passado aí de envolvimento com drogas. Então, a gente sabe que a pessoa que usa droga, a tendência é ela se envolver em atos criminosos, a praticar roubos, a praticar furtos, a praticar outros delitos. E acabam, então, com isso aí, vindo a ser eliminados por outros traficantes, por outros criminosos. Então, às vezes, vai gerar essa guerra aí entre traficantes e criminosos, e tudo gira entorno das drogas. Então, geralmente, a faixa etária dos jovens que se envolve, que estão ligados a esses homicídios é aí, mais ou menos de 15 a 24 anos. São jovens que estão morrendo muito cedo. São jovens que estão entregando as suas vidas às drogas e estão sendo eliminados por outros traficantes, que a maioria também é jovem. Então, está havendo, aí, esta guerra devido às drogas (SOUZA, 2005).

Em suma, verifica-se que pelo fato da rede de tráfico encontrar-se bem organizada em Uberlândia, a Segurança Pública deve estabelecer estratégias que rompam os nós que formam as malhas dessa rede de tráfico. Assim, ocorrerá um enfraquecimento da mesma, tal como afirmou Laranjeiras (2005) e, conseqüentemente, a taxa de outros crimes motivados pela droga tenderá a cair.

Pelo fato do homicídio ser um crime complexo e multifatorial, dificilmente apresentará uma única causa. Compreendê-lo não é, portanto, uma tarefa fácil, pois a suas características são diversas, sobretudo no que se refere ao fator motivador da agressão.

Para entender os homicídios, faz-se necessário contextualizar os dados sobre os mesmos, pois são as relações sociais que evidenciam e caracterizam o espaço geográfico e os fenômenos sociais nele desencadeados.

4.2. Análise correlativa entre homicídios e determinantes sócio-econômicos

Foram selecionadas algumas variáveis sócio-econômicas, relacionadas principalmente à renda e à educação, que se considerou serem capazes de caracterizar o espaço geográfico e as condições de vida da população em estudo.

Percebeu-se que as variáveis ligadas ao saneamento básico, tais como coleta de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário não respondem às questões voltadas à correlação entre condições de vida e homicídios, pois toda a cidade de Uberlândia recebe esses serviços, não havendo desigualdades consideráveis no espaço urbano.

A seguir será apresentada a descrição e a análise dos dados referentes à renda e à escolaridade dos residentes no espaço urbano de Uberlândia. As informações dessas variáveis são do Censo Demográfico do IBGE do ano 2000.

4.2.2. Correlação entre homicídios, renda e escolaridade

4.2.2.1. Responsável pelo domicílio (sem renda)

A maior porcentagem (68% a 100%) de responsáveis pelo domicílio sem renda foi registrada nestes bairros: Luizote de Freitas (Setor Oeste), São Jorge (Setor Sul) e Santa Mônica (Setor Leste). Nos dois primeiros bairros, a taxa de homicídios em 2003 situou-se entre 1 e 38/100.000 habitantes (Baixa), e no segundo não houve nenhuma ocorrência.

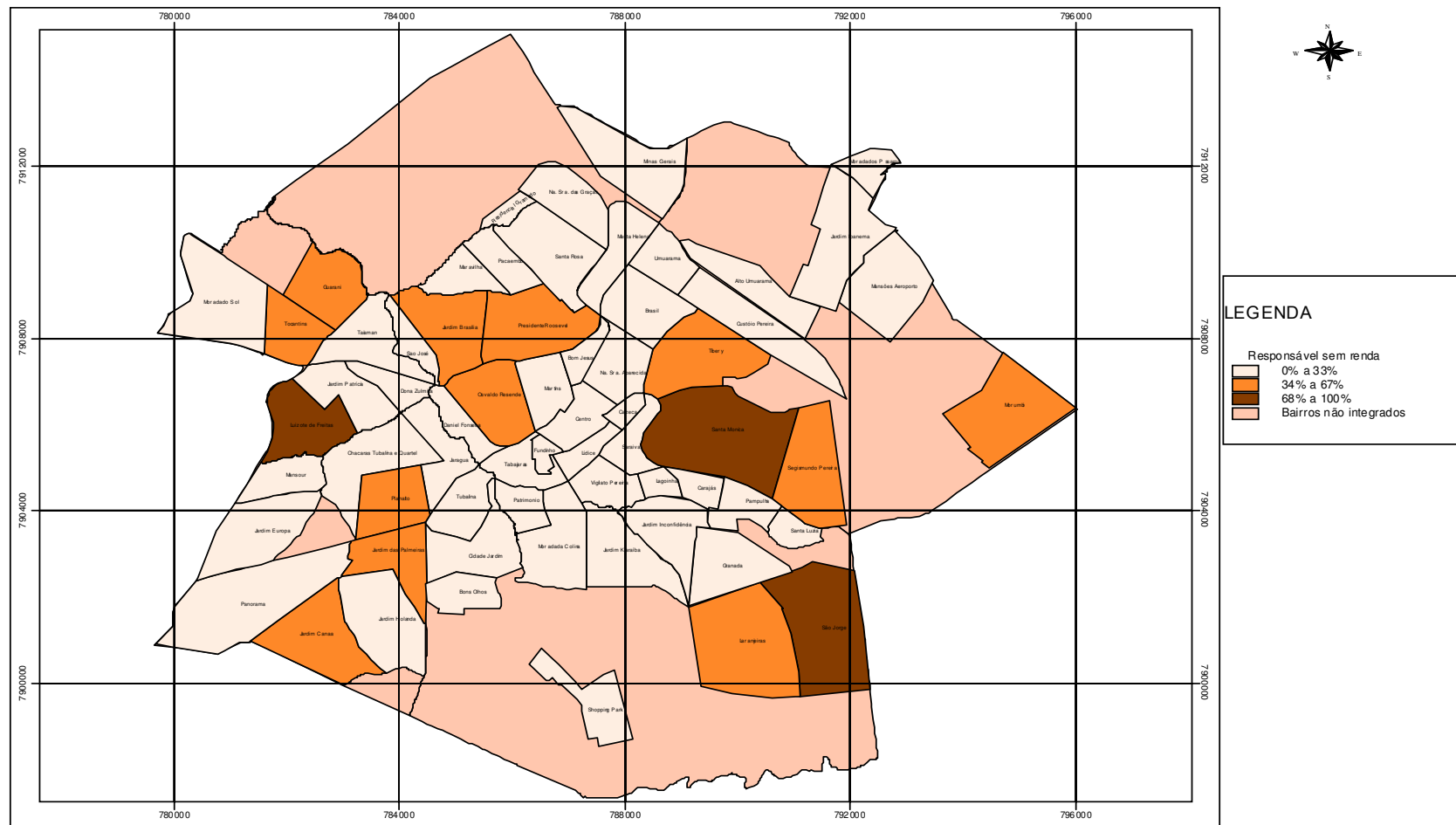
Nos bairros Granada e Lagoinha (Setor Sul), 0% a 33% dos responsáveis pelo domicílio não têm renda. Além disso, a taxa de homicídios verificada neles ficou no entorno de 39 a 77/100.000 habitantes (Média).

O bairro Bom Jesus registrou a taxa de homicídios mais elevada em 2003: 115,47/100.000 habitantes (Alta). Nele, 0% a 33% dos responsáveis pelo domicílio não possuem renda, não havendo uma correlação direta entre baixa escolaridade e alta taxa de homicídios.

Verificou-se que não existe uma correlação positiva entre alta porcentagem de responsáveis pelo domicílio sem renda e alta taxa de homicídios, pois nos bairros com a maior porcentagem de responsáveis sem renda, a taxa de homicídios registrada foi baixa.

Observe o MAPA 26 com a distribuição espacial dos responsáveis pelo domicílio sem renda.

MAPA 26: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio sem renda em 2000.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: PMU/SEDUR (2002)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.2.2.2. Responsável pelo domicílio com renda mensal de 1 a 3 Salários mínimos

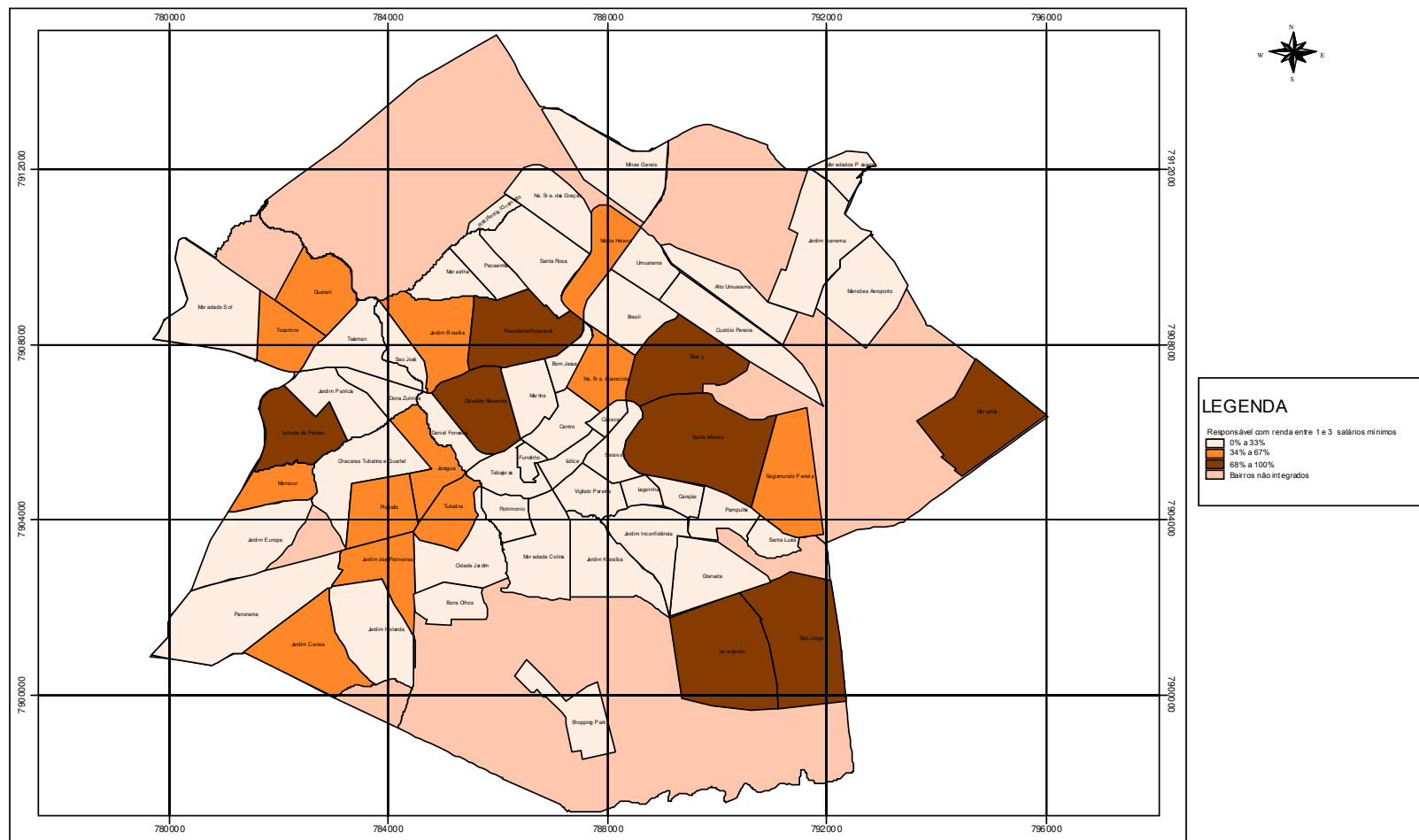
Os bairros que apresentaram 68% a 100% de responsáveis pelo domicílio com renda situada entre 1 e 3 salários mínimos foram: Luizote de Freitas (Setor Oeste), Presidente Roosevelt (Setor Norte), Osvaldo Rezende (Setor Central), Laranjeiras e São Jorge (Setor Sul), Tibery, Santa Mônica e Morumbi (Setor Leste). Em todos esses bairros, com exceção do Laranjeiras e do Santa Mônica, que não tiveram ocorrência de homicídio, a taxa registrada foi de 1 a 38/100.000 habitantes (Baixa).

Entende-se que o risco de se tornar vítima de homicídios eleva-se à medida que determinado espaço urbano apresenta carências, sobretudo devido à baixa renda. Isso porque a população de baixa renda expõe-se mais a fatores que predis põem a ocorrência de homicídios. As crianças e os adolescentes são os principais alvos porque acabam se envolvendo com diversos fatores que, interligados, podem desencadear o homicídio. Fatores estes que podem ser bebidas alcoólicas, drogas, brigas de rua, furtos etc.

Diversos estudos desenvolvidos sobre a correlação entre homicídios e renda constataram que à medida que diminui a renda da população, o número de homicídios aumenta. Contudo, essa tendência não foi verificada em Uberlândia, ao correlacionar esses dois fatores, pois ficou constatado que nos bairros que apresentaram a maior porcentagem de responsáveis com renda situada entre 1 e 3 salários mínimos, a taxa de homicídios registrada foi baixa: 1 a 38/100.000 habitantes. Por outro lado, constatou-se que quanto mais elevada é a renda, maiores são os fatores de proteção e menores as taxas de homicídios.

Verifique a seguir o MAPA 27, que apresenta a espacialização dos responsáveis pelo domicílio, com renda de 1 a 3 salários mínimos.

MAPA 27: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com renda entre 1 e 3 salários mínimos em 2000.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: PMUS-EDUR (2002)
 ORGANIZAÇÃO: Marcia Andréia Ferreira Santos (2005)

200 0 2000 4000 6000 Meters

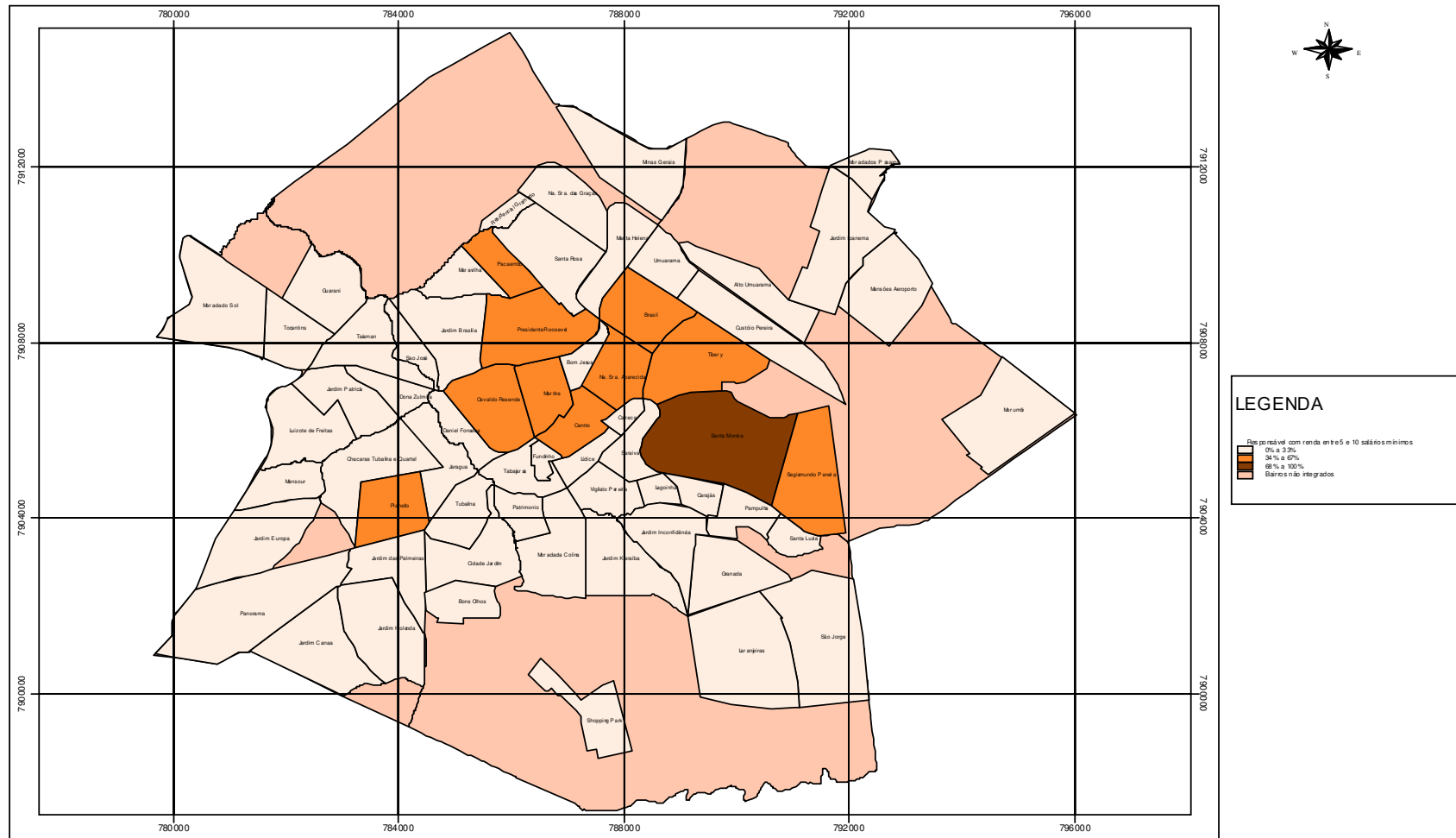
4.2.2.3. Responsável pelo domicílio com renda mensal de 5 a 10 salários mínimos

A maioria dos bairros de Uberlândia registrou uma baixa porcentagem de responsáveis com essa renda (0% a 33%). Os bairros Planalto (Setor Oeste), Osvaldo Rezende, Nossa Sra. Aparecida, Brasil, Martins e Centro (Setor Central), Pacaembu e Presidente Roosevelt (Setor Norte), Tibery e Segismundo Pereira (Setor Leste) registraram 38% a 67% dos responsáveis com renda entre 5 e 10 salários. E, por fim, o bairro Santa Mônica (Setor Leste), apresentou a maior porcentagem: 68% a 100%.

Os bairros Martins, Centro, Pacaembu, Santa Mônica e Segismundo Pereira não tiveram ocorrência de homicídios em 2003. Nos outros, a taxa registrada foi de 1 a 38/100.000 habitantes (Baixa). Percebe-se que na proporção em que a renda vai aumentando, os fatores de proteção contra o homicídio também aumentam. Isso ocorre porque a população que possui um poder aquisitivo progressivamente mais alto tende a se envolver menos com circunstâncias de risco e a frequentar ambientes menos favoráveis à ocorrência de homicídios.

O MAPA 28 apresenta a distribuição espacial dos responsáveis pelo domicílio com renda entre 5 e 10 salários mínimos.

MAPA 28: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com renda entre 5 e 10 salários mínimos em 2000.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: PMUS/EDUR (2002)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.2.2.4. Responsável pelo domicílio com renda mensal de mais de 30 salários mínimos

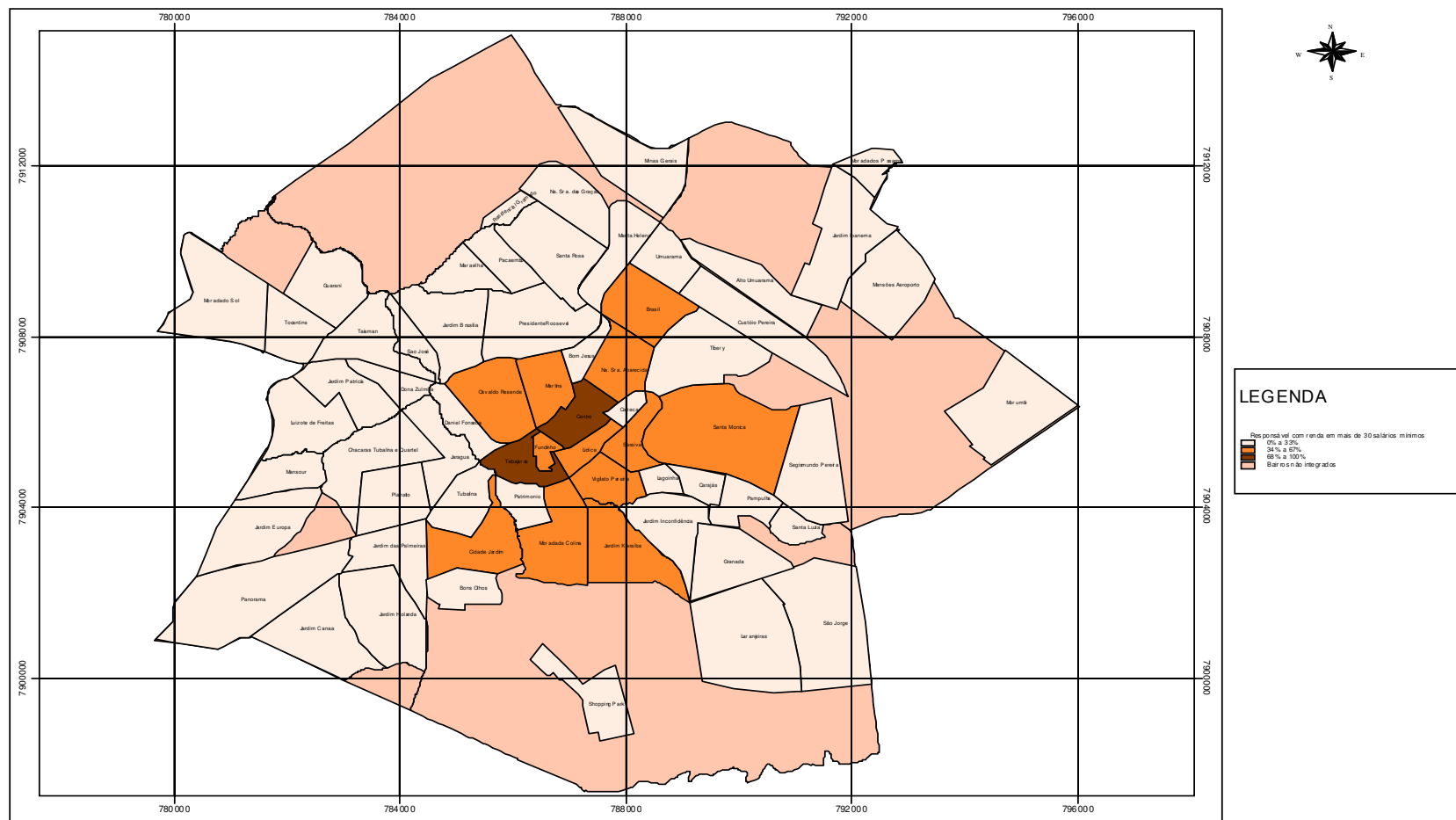
A renda mais elevada dos responsáveis pelo domicílio em Uberlândia se concentra nos setores Sul e Central, respectivamente nos bairros Cidade Jardim, Morada da Colina, Jardim Karaíba, Vigilato Pereira, Saraiva (Setor Sul) e Osvaldo Rezende Martins, Nossa Sra. Aparecida, Brasil, Fundinho, Lídice (Setor Central). Neles, 38% a 67% dos responsáveis têm uma renda situada em mais de 30 salários mínimos. Mas os bairros Tabajaras e Centro (Setor Central) detêm a maior porcentagem de responsáveis pelo domicílio com essa renda. Neles, 68% a 100% dos responsáveis possuem esse rendimento.

Nos bairros Martins, Fundinho, Lídice, Cidade Jardim, Morada da Colina e Jardim Karaíba não houve ocorrência de homicídios em 2003. Já nos bairros Osvaldo Rezende, Brasil, Nossa Sra. Aparecida, Vigilato Pereira e Saraiva, a taxa de homicídios registrada foi de 1 a 38/100.000 habitantes.

Em todos os bairros mencionados do Setor Sul, o risco de morrer por homicídios é praticamente zero, se levada em consideração a renda dos moradores. Entre 2000 e 2003, ocorreram apenas dois homicídios nesses bairros, a saber, nos bairros Cidade Jardim e no Morada da Colina, ambos em 2002. Por outro lado, nos bairros São Jorge, Lagoinha, Laranjeiras e Granada ocorreram, naquele período, uma somatória de 25 homicídios. Destes, 12 foram registrados no bairro São Jorge.

Teixeira (2003), ao estudar os homicídios na cidade de Marília, constatou que os bairros onde os responsáveis pelo domicílio apresentam uma renda melhor, a taxa de vitimização tende a cair. Constata-se, portanto, que a renda é um fator de proteção, pois ela define as condições de vida daqueles que têm maior ou menor poder aquisitivo, tornando-os mais ou menos propícios às circunstâncias violentas. Confira o MAPA 29 da espacialização do rendimento dos responsáveis pelo domicílio com mais de 30 salários mínimos.

MAPA 29: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com renda em mais de 30 salários mínimos em 2000.



BASE CARTOGRÁFICA: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2003)
 FONTE DOS DADOS: PMUS DU R (2002)
 ORGANIZAÇÃO: Marcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.2.2.5. _Responsável pelo domicílio não alfabetizado

Nos bairros Jardim Europa, Panorama, Morada do Sol e Jardim Holanda, localizados no Setor Oeste, 0% a 33% da população é analfabeta, e a taxa de homicídios registrada nesses bairros foi zero. Ressalta-se que no Setor Oeste, o bairro Jardim Canaã foi o que apresentou o maior número de analfabetos: 34% a 67%. Nele, a taxa de homicídios em 2003 foi de 32,57/100.000 habitantes (Baixa).

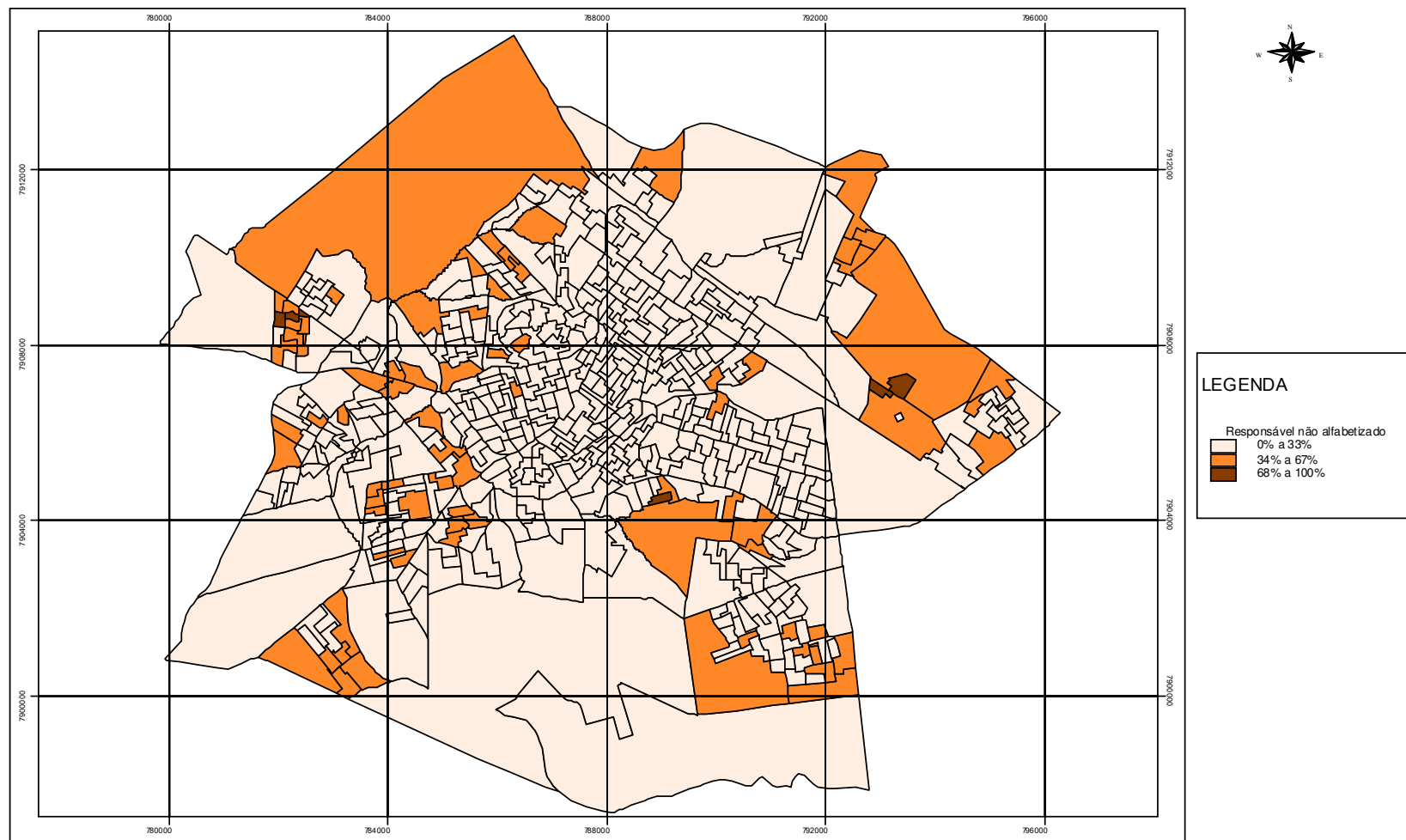
No Setor Sul, os bairros Laranjeiras e Jardim Inconfidência, 34% a 67% dos responsáveis pelo domicílio são analfabetos, e neles não houve registro de ocorrência de homicídios em 2003.

Praticamente todos os bairros do Setor Central apresentaram uma baixa porcentagem de analfabetos. Neles, com exceção dos bairros Bom Jesus e Cazeca, a taxa de homicídios registrada foi baixa, entre 1 e 38/100.000 habitantes.

Verificou-se, portanto, que à medida que se eleva a porcentagem de analfabetos em determinado espaço, a taxa de homicídio, igualmente, tende a se elevar. Isso foi observado por Córdia; Adorno; Poletto (2003) e por Córdia e Schiffer (2002) quando analisaram a relação entre taxas de homicídio e variáveis sócio-econômicas no município de São Paulo. Estes autores verificaram que as taxas de homicídio aumentam na proporção em que ocorre um aumento do número de chefes de família com baixa ou nenhuma escolaridade.

O MAPA 30 mostra a distribuição espacial dos analfabetos responsáveis pelo domicílio em Uberlândia, confira.

MAPA 30: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio Não Alfabetizado em 2000.



BASE CARTOGRÁFICA: PMU (1999)
 FONTE: IBGE (2000)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.2.2.6. Responsável pelo domicílio: Ensino Fundamental concluído

Praticamente todos os bairros do Setor Central possuem uma baixa porcentagem de responsáveis com apenas o Ensino Fundamental cursado (0% a 33%). Percebe-se que a população desse setor possui graus mais elevados de ensino, como se verá a seguir.

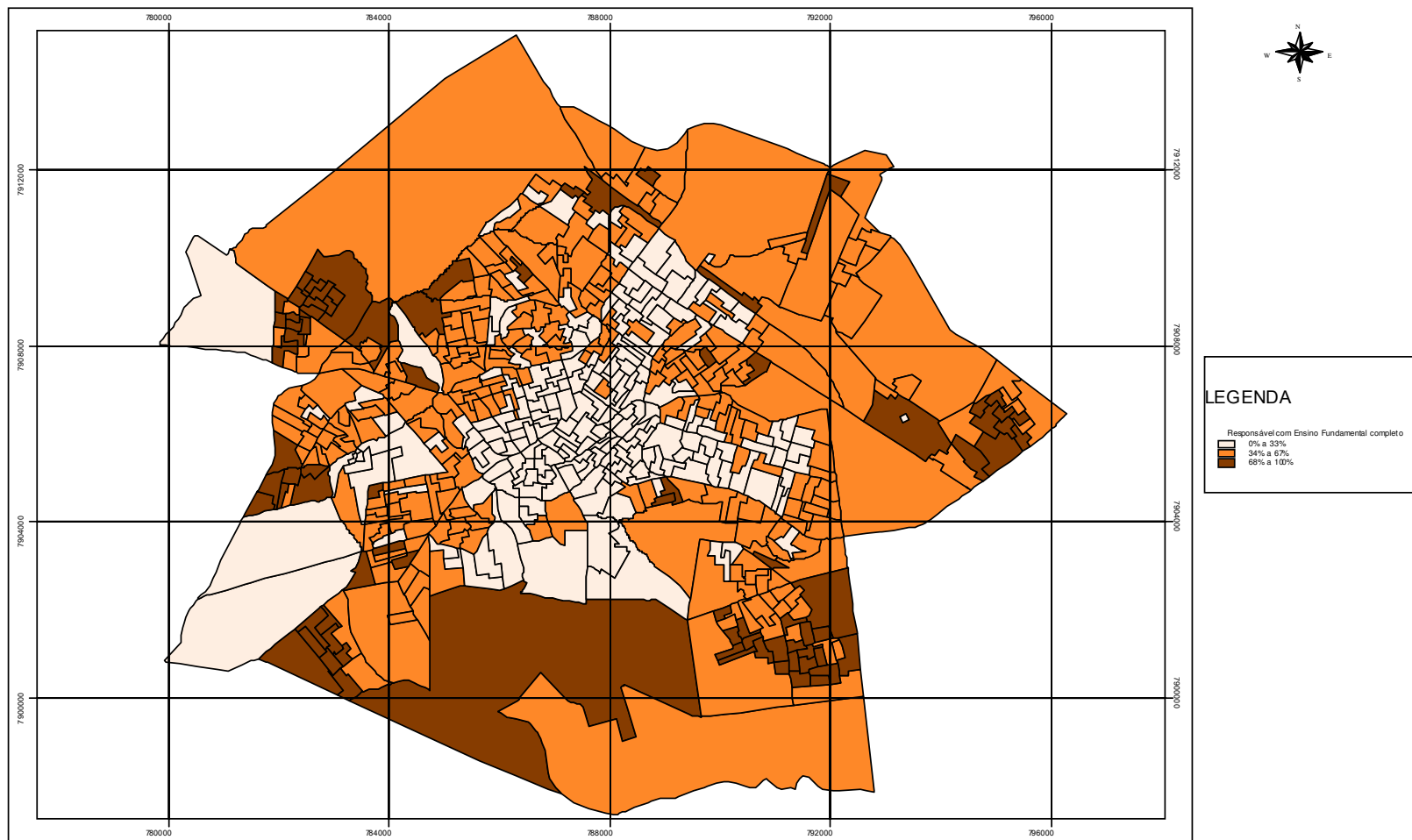
Os bairros Morada do Sol, Jardim Europa e Panorama (Setor Oeste), Morada da Colina, Jardim Karaíba, Vigilato Pereira e Cidade Jardim (Setor Sul) também registraram o mesmo valor observado para o Setor Central. E em todos esses bairros, com exceção do Vigilato Pereira, não houve ocorrência de homicídios em 2003.

Nos bairros Jardim Holanda e Dona Zulmira (Setor Oeste), Jardim Inconfidência, Lagoinha, Carajás e Pampulha (Setor Sul), Jardim Ipanema (Setor Leste), Minas Gerais e Santa Rosa (Setor Norte), a porcentagem de responsáveis pelo domicílio com apenas o Ensino Fundamental foi de 38% a 67%. Destes, alguns não registraram ocorrência de homicídio, outros tiveram uma taxa de 1 a 38/100.000 habitantes, mas o Lagoinha foi o que apresentou a maior taxa: 39 a 77/100.000 habitantes (Média).

A maior concentração de pessoas responsáveis pelo domicílio com apenas o Ensino Fundamental está localizada nos bairros Guarani e Jardim Canaã (Setor Oeste) e São Jorge (Setor Sul) – 68% a 100%. No primeiro não houve ocorrência de homicídios e nos dois seguintes a taxa registrada foi baixa. São bairros carentes, de baixa renda, como se verá a seguir. Neles, os homicídios apresentaram uma taxa baixa, mas ressalta-se que, em números absolutos, o bairro Jardim Canaã e o São Jorge apresentaram valores elevados de ocorrência de homicídios no período entre 2000 e 2003.

Veja o MAPA 31 com a espacialização dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com o ensino fundamental concluído.

MAPA 31: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com Ensino Fundamental completo em 2000.



BASE CARTOGRÁFICA: PMU (1999)
 FONTE: IBGE (2000)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.2.2.7. Responsável pelo domicílio com o Ensino Médio concluído

Os bairros que apresentam a menor porcentagem (0% a 33%) de responsáveis por domicílio com o Ensino Médio completo foram Jardim Canaã, Jardim Europa, Morada do Sol e Panorama (Setor Oeste), Morada da Colina (Setor Sul), São José (Setor Norte), parte do Morumbi, Mansões Aeroporto, Custódio Pereira (Setor Leste). De todos, somente o Jardim Canaã e o Morumbi apresentaram ocorrência de homicídios em 2003, registrando uma taxa de 1 a 38/100.000 habitantes (Baixa).

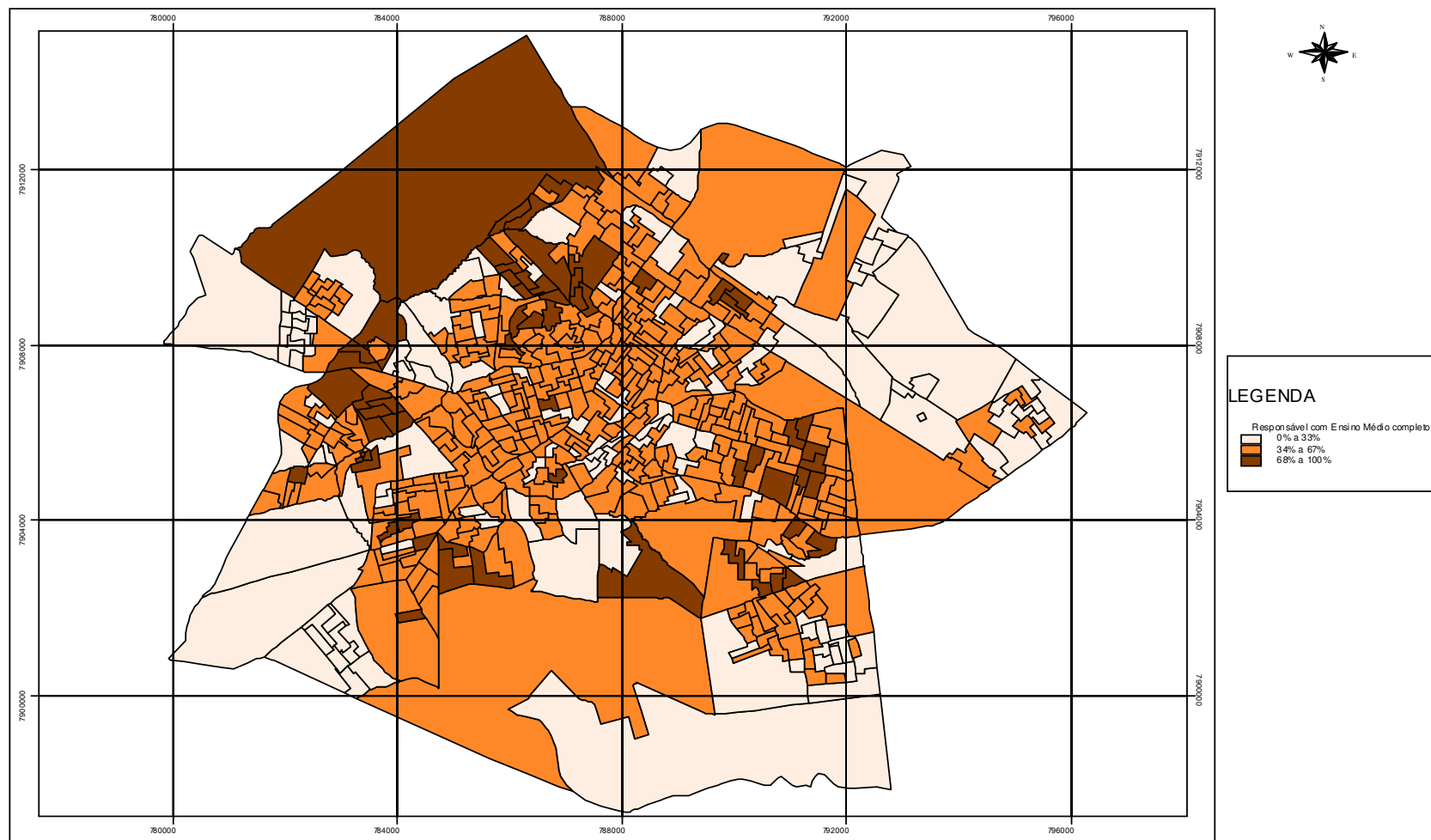
Em segundo lugar, estão os bairros Jardim Ipanema (Setor Leste), Shopping Park e Jardim Inconfidência (Setor Sul), Jardim Holanda e Dona Zulmira (Setor Oeste), e praticamente todos os bairros do Setor Central, com 34% a 67% dos responsáveis com o Ensino Médio. Em terceiro, o Jardim Patrícia (Setor Oeste), Residencial Gramado e parte do Pacaembu (Setor Norte), com 68% a 100%. Naqueles que houve ocorrência de homicídios, a taxa registrada foi baixa.

A conclusão que se chega é a de que não existe uma maior probabilidade de ocorrência de homicídios nos locais nos quais os responsáveis pelo domicílio possuem apenas o Ensino Médio, sendo aleatórias as incidências. Isso pôde ser constatado observando a ocorrência de homicídios nos bairros com a menor porcentagem de chefes de família com esse grau de ensino. Verificou-se que neles a taxa de homicídios situou-se, em sua maioria, entre 1 e 38/100.000 habitantes.

Ressalta-se que a baixa porcentagem verificada de responsáveis pelo domicílio com apenas o Ensino Médio, no bairro Morada da Colina, explica-se porque foi constatado que 68% a 100% dos responsáveis pelo domicílio possuem o Ensino Superior, como se verá.

Confira, a seguir, o Mapa 32, com a distribuição dos responsáveis pelo domicílio com o ensino médio concluído.

MAPA 32: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com Ensino Médio completo em 2000.



BASE CARTOGRÁFICA: PMU (1999)
 FONTE: IBGE (2000)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

2000 0 2000 4000 6000 Meters

4.2.2.8. Responsável pelo domicílio com o Ensino Superior concluído

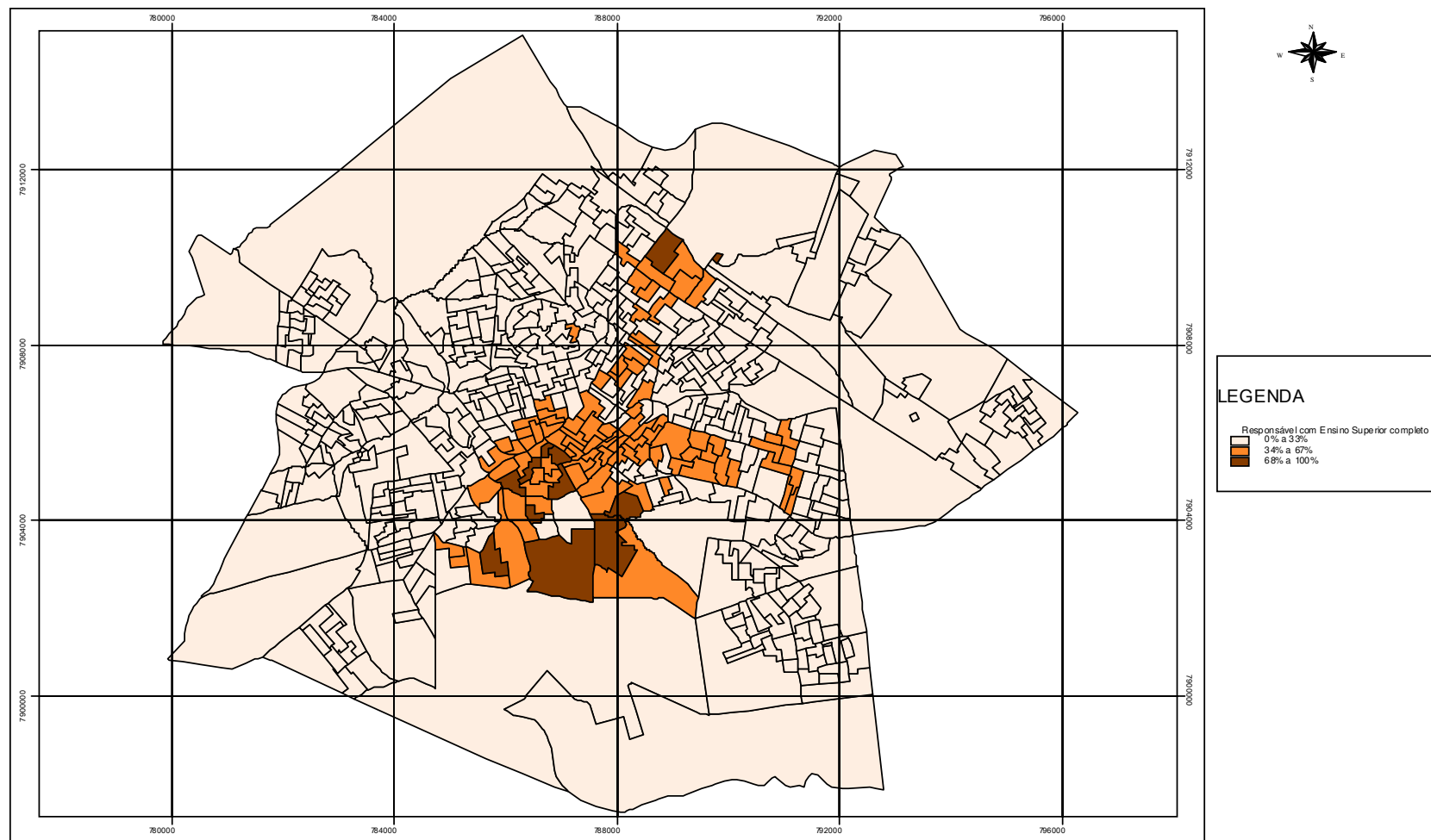
Os responsáveis pelo domicílio com Ensino Superior concentram-se nos setores Central e Sul. Nos demais bairros dos outros setores de Uberlândia, os responsáveis possuem apenas o Ensino Fundamental ou Médio, ou são analfabetos.

Na maioria dos bairros do Setor Central, 34% a 67% dos responsáveis têm o Ensino Superior. Nele apenas o Bom Jesus apresentou uma taxa alta de ocorrência de homicídios (78 a 115/100.000 habitantes). Nos demais bairros, com exceção do Osvaldo Rezende, Cazeca, Brasil e Nossa Sra. Aparecida (Taxa baixa), não houve ocorrência de homicídios. No Setor Sul, destaca-se o bairro Morada da Colina, com 68% a 100% dos responsáveis pelo domicílio com Ensino Superior.

Percebe-se, a partir das análises realizadas, nos locais onde os responsáveis pelo domicílio possuem grau mais elevado de ensino, que as taxas de homicídio são baixas. A educação comporta-se, nesse sentido, como um fator de proteção aos habitantes desses locais. Além disso, esses grupos possuem maior poder de pressão sobre o poder público no sentido de melhorar as condições de segurança de seus locais de residência, ou tem poder aquisitivo para consumir os produtos e serviços da segurança privada.

A seguir, no MAPA 33, vê-se a espacialização das informações referentes aos responsáveis pelos domicílios em Uberlândia com ensino superior concluído.

MAPA 33: Cidade de Uberlândia. Responsável pelo domicílio com Ensino Superior completo em 2000.



LEGENDA

Responsável com Ensino Superior completo

- 0% a 3.9%
- 3.4% a 67%
- 68% a 100%

BASE CARTOGRÁFICA: PMU (1999)
 FONTE: IBGE (2000)
 ORGANIZAÇÃO: Márcia Andréia Ferreira Santos (2005)

200 0 200 0 400 0 600 0 Meters

Em síntese, constatou-se nesse estudo realizado que 30% da população da cidade de Uberlândia têm entre 15 e 29 anos de idade, e que a faixa etária de 20 a 29 anos é a mais atingida pelas Causas Externas, sobretudo por acidentes de transporte e homicídios.

Verificou-se que 90% das vítimas de homicídio em Uberlândia são do sexo masculino; 64% de cor branca; 62% solteiras; 96% apresentaram a escolaridade ignorada; 39% morreram em hospitais, e 24% em via pública; 60% foram mortas por arma de fogo, e 26% por objeto cortante ou penetrante. Os dias da semana de maior ocorrência foram o domingo (22%) e o sábado (18%), principalmente no intervalo de 18h01min as 00h00 min.

O Setor Leste de Uberlândia registrou a maior porcentagem de ocorrência de homicídios no período de 2000 a 2003: 30%, sendo que o maior número de ocorrências se deu nos bairros Morumbi e Tibery. Nesse setor, foi verificada, também, a taxa de homicídios mais elevada em 2003: 54,29/100.000 habitantes.

Com relação às drogas, constatou-se que o Setor Central apresentou as maiores porcentagens de ocorrência de posse para uso (31%), presos por uso (33%), prisão por tráfico (28%), tráfico (27%) e menores presos por uso (36%). Já no Setor Leste verificou-se a maior porcentagem de menores presos por tráfico: 27%. O QUADRO 13 a seguir apresenta essas informações, confirma.

VARIÁVEIS		SÍNTESE
Sexo		Masculino (90%)
Faixa etária		20 a 29 anos (37%)
Cor		Branca (64%)
Estado civil		Solteiro (62%)
Escolaridade		Ignorado (96%)
Local da morte		Hospital (39%), via pública (24%)
Meio utilizado		Arma de fogo (60%), objeto cortante ou penetrante (26%)
Dia da semana		Domingo (22%), sábado (18%)
Horário da ocorrência		18h01min as 00h00min (32%)
Posse de droga para uso próprio		Setor Central (31%), Setor Sul (24%)
Preso por uso de droga		Setor Central (33%), Setor Sul (23%)
Prisão por tráfico de droga		Setor Central (28%), Setor Oeste (22%)
Tráfico (ocorrência)		Setor Central (27%), Setor Oeste (21%)
Menor preso por uso de droga		Setor Central (36%), Setor Sul (26%)
Menor preso por tráfico de droga		Setor Leste (27%), Setor Oeste (22%)
RENDA	(sem renda)	10% dos responsáveis pelo domicílio não possuem renda
		Taxa de homicídios (Baixa): 1 a 38/100.000 habitantes
	(1 a 3 salários)	56% dos responsáveis pelo domicílio recebem esse valor
		Taxa de homicídios predominante (Baixa): 1 a 38/100.000 hab.
	(5 a 10 salários)	29% dos responsáveis pelo domicílio recebem esse valor
		Taxa de homicídios predominante (Baixa): 1 a 38/100.000 hab.
(Mais de 30 salários)	4% dos responsáveis pelo domicílio recebem esse valor	
	Taxa de homicídios: 0	
ESCOLARIDADE	(Analfabeto)	6% dos responsáveis pelo domicílio são analfabetos
		Taxa de homicídios predominante (Baixa): 1 a 38/100.000 hab.
	(Fundamental)	30% dos responsáveis pelo domicílio.
		Taxa de homicídios predominante (Baixa): 1 a 38/100.000 hab.
	(Médio)	20% dos responsáveis pelo domicílio.
		Taxa de homicídios predominante (Baixa): 1 a 38/100.000 hab.
(Superior)	12% dos responsáveis pelo domicílio.	
	Taxa de homicídios predominante (Baixa): 1 a 38/100.000 hab.	
Taxa		0/100.000 habitantes: 58% dos bairros
		1 a 38/100.000 habitantes (Baixa): 38% dos bairros
		39 a 77/100.000 habitantes (Média): 3% dos bairros
		78 a 115/100.000 habitantes (Alta): 2% dos bairros
QUADRO 13: Síntese das informações analisadas neste capítulo.		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] defende-se que os determinantes do problema estudado (homicídios) não estão situados somente na problemática local da região, mas, basicamente, nos processos sociais gerados pelas estruturas política, econômica e ideológica que reproduzem e mantêm a formação social vigente. Esses processos levam os residentes de locais mais desfavoráveis do espaço urbano a se exporem como vítimas e/ou sujeitos de diversas situações de conflito num contexto que também dificulta a busca de alternativas e de apoio social. As respostas, em cada área, serão diferenciadas, de acordo com um conjunto de atributos da população que a constitui e do espaço que ela ocupa na região, refletindo numa distribuição diferenciada da ocorrência de mortes por homicídios” (SANTOS, 1999. p. 40).

A violência é um fenômeno difícil de ser compreendido por causa da sua característica multifacetária e multicausal. As consequências advindas dela são muitas, e algumas delas, irreversíveis. Combatê-la é uma tarefa difícil, e normalmente sem resultados rápidos, principalmente se a violência que se deseja conter esteja relacionada a crimes contra a pessoa, tais como os homicídios, por exemplo. Esse crime envolve uma série de fatores predisponentes, tanto em relação às pessoas quanto ao espaço geográfico por elas habitado.

Fatores sócio-econômicos, como a renda e a escolaridade, explicam em parte as ocorrências em um dado espaço. Variáveis como condições do espaço (luminosidade, segurança, área vazia), bem como a presença de drogas lícitas e ilícitas, atuam como fatores de risco para determinado espaço.

A partir de estudos sobre a tendência espacial, os fatores predisponentes e o perfil das vítimas de homicídio, os pesquisadores do assunto, em conjunto com as autoridades competentes elaboraram programas sociais de controle das ocorrências em espaços de maior incidência. A execução dessas ações geralmente teve resultados positivos, diminuindo o

índice de crime violentos em diversos lugares do mundo onde o foco de crimes restringia a qualidade de vida das pessoas.

No Brasil, estudos desenvolvidos sobre o número de mortes por armas de fogo alertaram para a necessidade de maior controle ao acesso e à circulação das armas no país, principalmente nas favelas e nos bairros periféricos, regiões urbanas onde os conflitos armados são mais intensos. Em São Paulo, a Prefeitura Municipal desenvolveu diversos programas que atendem a famílias de bairros carentes, realizando a reintegração de famílias na sociedade a partir da geração de emprego e da implantação de equipamentos urbanos para atender crianças, adolescentes e jovens de espaços desprovidos dos mesmos.

Em Minas Gerais, a segurança pública vem desenvolvendo diversas ações, como a implantação do programa “Fica Vivo”, que tem o objetivo de controlar as ocorrências de homicídios nas cidades onde a taxas são mais elevadas. Este programa já foi implantado em Belo Horizonte, e encontra-se em processo de instalação também em Uberlândia, particularmente no bairro Morumbi, um dos mais violentos da cidade.

Verificaram-se, nesse estudo sobre os homicídios em Uberlândia, que a cidade apresenta diversos fatores de risco contextualizadores das ocorrências desse crime. Um deles é o tráfico de drogas, um crime que envolve muitos indivíduos, geralmente jovens. Outro fator é a bebida alcoólica que, alterando os sentidos e a percepção da realidade de seus usuários, promove desavenças, tanto na família quanto entre colegas, com a possibilidade de desfechos trágicos. Em Uberlândia, por exemplo, foram registradas ocorrências de homicídios em bares, apesar de esse número ter sido pequeno. Isso leva a crer que vítima ou agressor, ou ambos, tenham ingerido algum tipo de bebida alcoólica. No bar geralmente ocorrem jogos de diferentes categorias, que também podem causar desentendimento entre os jogadores e, por motivo fútil, levar à prática do homicídio. Dessa forma, a Segurança Pública, articulada nos diferentes níveis de poder, precisa controlar a difusão desses dois fatores predisponentes, uma

vez que eles geram circunstâncias favoráveis à ocorrência de homicídios.

Constatou-se que o Setor Leste de Uberlândia foi o que apresentou o maior número de ocorrência de homicídios no período de 2000 a 2003. Nele foi registrada, também, a maior porcentagem de menores presos por tráfico de drogas. Pelo fato de haver muitas crianças e adolescentes nesse setor, e poucos equipamentos públicos que atendam às necessidades básicas dessa faixa etária, essa população fica exposta a circunstâncias que favorecem o envolvimento com a criminalidade e, conseqüentemente, com o homicídio.

Muitas medidas podem ser utilizadas para controlar as ocorrências de homicídios no espaço urbano. Uma delas é o controle do acesso a drogas lícitas e ilícitas. A Lei Seca, de prevenção aos homicídios, foi instalada em Diadema/Grande São Paulo em 2002, após ter sido constatado que 60% dos homicídios ocorriam entre as 23 horas e as 4 horas da manhã. A Lei determinou o fechamento dos bares das 23 às 6 horas da manhã, em 13 municípios da Grande São Paulo. Após a implantação dessa medida, os agentes políticos verificaram uma diminuição de 25,51% no índice de vítimas de homicídios na cidade.

Fernandes (2005) comenta que essa mesma idéia já está sendo discutida na Câmara Municipal de Uberlândia para ser implantada na cidade, mas existem divergências quanto ao projeto, principalmente com relação aos comerciantes, que acreditam na possibilidade de haver prejuízos no setor e até desemprego. O autor citado afirma que

Comerciantes e funcionários do segmento uberlandense são contrários e criticam a proposição de lei. A intenção é restringir o horário de funcionamento e a comercialização de bebidas alcoólicas em bares e restaurantes, durante à noite, classificando os estabelecimentos em três tipos, de acordo com os índices de criminalidade da região onde eles estão localizados (FERNANDES, 2005, p. 1).

O poder público de Uberlândia já percebeu a necessidade de controlar e prevenir as ocorrências violentas na cidade. A Secretaria Municipal de Segurança Pública, Justiça e Cidadania de Uberlândia elaborou um projeto para que a cidade possa receber recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e de outros convênios do governo federal para a área,

já que Uberlândia foi incluída no Plano Nacional de Segurança Pública em 2005. Tais medidas já foram tomadas porque tem sido constatado, a partir dos dados do COPOM, que a criminalidade aumentou na cidade.

Popó (2003b) afirma, em uma reportagem publicada no Jornal Correio, que Uberlândia é a terceira cidade mais violenta de Minas Gerais, perdendo apenas para Belo Horizonte e Contagem. Além disso, destaca que os crimes de maior incidência são os roubos e os homicídios. Mas apesar do aumento dos homicídios verificado em Uberlândia, ressalta-se que a média anual desse crime é de sete ocorrências ao mês, um terço daquelas registradas em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais.

Medidas de combate e controle ao crime, tomadas pelo governo de Minas Gerais, no que se referem à segurança, contribuíram para uma diminuição em diversas modalidades de crimes na cidade. Ele realizou investimentos na Segurança Pública aumentando o contingente policial, o número de viaturas e de armas, o que pode ser percebido como um fator positivo tanto para a população quanto para as autoridades da cidade.

A segurança do cidadão é feita tanto por meio de investimentos diretos no aparato da segurança, quanto em investimentos indiretos realizados na educação, no lazer, na infraestrutura urbana geral, na geração de empregos, posto que a ausência dessa estrutura que ocupa a população e a capacita para viver dignamente desvia os cidadãos de contextos que, comprovadamente, incrementam os índices de crimes violentos. Diversos estudos sobre os homicídios, realizados no Brasil, constataram que os espaços urbanos providos de equipamentos públicos, tais como os de lazer, destinados, sobretudo, para a faixa etária jovem, apresentam baixas taxas de homicídios. Exemplo disso constatou-se em São Paulo, capital, onde certos locais que apresentavam altas taxas de homicídios tiveram uma relativa queda das incidências após a realização de investimentos na área social por parte do poder público. Dessa forma, a análise da distribuição de equipamentos urbanos na cidade é

importante para compreender questões relacionadas à qualidade de vida dos moradores dos bairros de risco, e para entender como é a vida social dos mesmos.

De acordo com os moradores dos bairros mais violentos de Uberlândia, a presença de equipamentos voltados à Segurança Pública intimida os criminosos à prática de atos violentos. Muitos moradores afirmaram que, após ter sido implantado o PISC no bairro, houve uma diminuição de roubos em comércios e a transeuntes. Assim, a população interpreta que a simples presença de postos policiais nos bairros ou de policiamento ostensivo nas ruas traz segurança ao local, pois enfraquece a atuação dos criminosos ao intimidá-los com a presença da segurança pública no local.

Além dessas medidas tomadas pelo poder público local, observa-se que órgãos assistencialistas subvencionados, de caráter não-governamentais, também vêm realizando investimentos na área social em Uberlândia. Investimentos estes que, apesar de não estarem diretamente voltados à manutenção da segurança e ao combate da violência, funcionam como um mecanismo de afastamento dos indivíduos das práticas criminosas.

A seguir serão apresentados alguns exemplos de instituições não-governamentais presentes em Uberlândia, listados pelo Banco de Dados Integrados de Uberlândia (2004): 1) Centro Comunitário da Igreja Presbiteriana Unida de Uberlândia, que possui uma unidade localizada no bairro Santa Mônica (Setor Leste), com um atendimento mensal de 82 crianças de 0 a 6 anos de idade. Além dessa, Uberlândia possuía, em 2003, mais 28 creches não-governamentais, totalizando um atendimento mensal de 2.518 crianças nessa faixa etária; 2) Fundação de Aprendizagem e Desenvolvimento Social do Menor – FADESOM, localizado no bairro Presidente Roosevelt (Setor Norte), que atende 415 crianças e adolescentes na mesma faixa etária citada anteriormente; e 3) Lar de Amparo e Promoção Humana, que possui cinco unidades localizadas nos bairros Planalto e Tocantins (Setor Oeste), São Jorge (Setor Sul) e Morumbi (Setor Leste) e Santa Rosa (Setor Norte). É interessante ressaltar que essa

instituição encontra-se presente em todos os setores de Uberlândia, exceto no Setor Central, onde o poder aquisitivo dos chefes de família é mais elevado, e onde o número de crianças e adolescentes também é bem menor do que naqueles. Essa instituição atende por mês 2.490 crianças e adolescentes de 6 a 13 anos de idade. Mas em 2003 havia, de acordo com o Banco de Dados Integrados de Uberlândia (2004), 19 equipamentos não-governamentais voltados ao atendimento dessa faixa etária, perfazendo um total mensal de 1339 atendimentos.

A maioria desses bairros citados anteriormente apresenta um baixo poder aquisitivo, fator este que diminui a possibilidade de crianças e adolescentes participarem, em locais privados, das atividades que são oferecidas nessas instituições gratuitamente.

Os equipamentos sociais administrados por órgãos não-governamentais apresentam uma variedade de programas que integram e desenvolvem habilidades específicas de crianças e adolescentes que participam deles. Em alguns desses equipamentos existem áreas de lazer, tais como quadras de esporte e piscinas, professores capacitados para darem aulas de reforço, cursos que ensinam fazer peças artesanais, cursos de informática prática de esportes (futebol, vôlei, natação), aulas de dança e coral, e artes marciais. Ressalta-se que é importante que a cidade se preocupe com essa faixa etária, pois muitos se enveredam pela vivência com a droga e a criminalidade violenta ainda crianças, e muitos dos casos ocorrem pelo fato de não haver algo com que se envolverem. A falta de áreas de lazer, por exemplo, não é uma das causas da prática de atos violentos, mas é algo que faz parte da rede de fatores que predis põem ao envolvimento com tais práticas.

Dentre os equipamentos públicos de lazer existentes em Uberlândia, os poli-esportivos são os mais procurados por crianças e adolescentes. Mas nos bairros periféricos, onde, inclusive, a proporção demográfica de crianças é mais alta, tais estruturas são em pequeno número ou inexistentes. Observa-se, em muitos bairros de Uberlândia, a utilização, por crianças e adolescentes, de terrenos públicos vagos para a prática de esporte (futebol,

principalmente), um indício da necessidade desses equipamentos que não pode passar despercebido.

Foram catalogadas, também, 11 quadras poli-esportivas na cidade de Uberlândia, localizadas nos seguintes bairros: Setor Leste: Custódio Pereira (duas), Segismundo Pereira; Setor Oeste: Dona Zulmira, Luizote de Freitas, Planalto, Tocantins; Setor Sul: Patrimônio; São Jorge, Santa Luzia; Setor Norte: Jardim Brasília. Elas são abertas ao público para a prática de esportes e para competições entre escolas, por exemplo.

Além dos poli-esportivos e das quadras, foram catalogados, em Uberlândia, 14 clubes: seis deles de uso privado, e oito destinados à população associada, que desenvolva algum esporte ou que faça parte de grupos sociais específicos, tais como servidores públicos, por exemplo. A população que não pode frequentar os clubes privados, ou que não fazem parte de grupos sociais específicos visita ou frequenta as áreas de lazer existentes no Parque do Sabiá, onde existem piscinas abertas ao público.

Os clubes privados são: 1) Tangará Country Clube (Morada dos Pássaros – Setor Leste), 2) Clube Girassol (Bom Jesus – Setor Central), 3) Cajubá Country Clube (Vigilato Pereira – Setor Sul), 4) Praia Clube (Cidade Jardim – Setor Sul), 5) Clube Tangará 2 (Jaraguá – Setor Oeste), 6) Clube Ipanema (Presidente Roosevelt – Setor Norte).

Os clubes para associados de grupos específicos são: 1) SESAG – Sede Campestre (Alvorada – Setor Leste), 2) SESI (Presidente Roosevelt – Setor Norte), 3) SESI – Gravatás (Granada – Setor Sul), 4) Clube dos Sub-Tenentes e Sargentos (Jaraguá – Setor Oeste), 5) Clube dos Servidores Municipais e 6) Clube Palmeiras (Jardim das Palmeiras – Setor Oeste), 7) UTC – (Martins – Setor Central), 8) SEST-SENAT (Mansour – Setor Oeste).

Outras áreas de lazer existentes em Uberlândia são as praças, que são em número de 197. A maioria delas localizadas nos bairros Santa Mônica (15), Tibery (14), Presidente Roosevelt (14), Osvaldo Rezende (10), Fundinho (9), Centro (8) e Saraiva (8). Juntos, esses

sete bairros concentram 40%% das praças existentes na cidade, o que indica uma diminuição desses equipamentos no restante da cidade.

Os moradores dos locais onde existem bastantes praças afirmaram que quase não vão a elas porque têm medo de serem vítimas da criminalidade violenta. Outros afirmaram que gostariam que em todas as praças houvesse uma pequena quadra para os filhos praticarem esporte, pois, segundo eles, as pessoas já não vão mais às praças para “passar o tempo”. Alguns citaram o nome de praças, tais como a Tubal Vilela, a Clarimundo Carneiro e a Sérgio Pacheco, localizadas no Setor Central de Uberlândia como sendo praças em que as pessoas ainda se reúnem para conversar ou praticar *cooper* ou qualquer outra atividade de lazer. Mas ressaltaram que, mesmo havendo a presença de policiais, como é o caso da Tubal Vilela e da Sérgio Pacheco, eles ainda temem a violência.

Um entrevistado afirmou que já presenciou a prática de crimes em uma dessas praças em um momento em que conversava com um amigo, e destacou que, a partir de então, ele passou a evitar aquele local em determinados horários. Isso leva-nos a pensar na Teoria das Oportunidades, abordada por Beato Filho; Peixoto; Andrade (2004, p. 76), quando eles afirmam que os fatores que mais influenciam o risco de vitimização dos indivíduos são: “[...] exposição, proximidade da vítima ao agressor, capacidade de proteção, atrativos das vítimas e natureza dos delitos”. Destes, a exposição da vítima, definida pela quantidade de tempo que os indivíduos freqüentam locais públicos, estabelecendo contatos e interações sociais, aplica-se ao relato apresentado acima pelo morador, uma vez que ele deixou de freqüentar um local público por causa do medo de se tornar vítima da violência urbana. Dessa forma, os autores afirmam que indivíduos que têm maior capacidade de evitar o contato com agressores em potencial têm uma menor probabilidade de serem vitimados.

Diante dos depoimentos dos moradores, constatou-se que, para eles, o importante é haver um lugar dentro do bairro onde crianças e adolescentes, bem como jovens possam se

divertir com segurança. E muitos disseram que as quadras de esporte, principalmente para os meninos, são importantes para preveni-los do envolvimento com as drogas e a violência.

Os parques municipais são áreas de lazer bastante procuradas pela população em Uberlândia, que possui seis: Parque Municipal do Distrito Industrial, Parque Municipal Victório Siquierolli, Parque Municipal do Mansour, Parque Municipal Santa Luzia, Parque Municipal Luizote de Freitas e Complexo Parque do Sabia.

O Parque Municipal do Distrito Industrial, também conhecido como Cinturão Verde, é uma importante reserva de vegetação nativa, localizada no Distrito Industrial (Setor Leste), e possui uma extensão de 250.000 m². Ele é constituído de Áreas de Preservação Permanente (APA) que abrangem o Córrego Liso.

O referido parque foi criado com o objetivo de se constituir em uma barreira viva entre o Distrito Industrial e os bairros próximos a ele, visando amenizar os transtornos ocasionados pela emissão de material particulado e odores advindos das indústrias implantadas neste setor da cidade.

O Parque está localizado entre os bairros Residencial Gramado, Maravilha, Pacaembu e Distrito Industrial, no Setor Norte da cidade, (PMU, 2005). A FIGURA 45 apresenta uma vista panorâmica da área, confira.



FIGURA 45: Cidade de Uberlândia. Parque Municipal do Distrito Industrial.
FONTE: www.uberlandia.mg.gov.br.

O Parque Municipal Victório Siquierolli localiza-se no Setor Norte da cidade, entre os bairros Residencial Gramado, Nossa Senhora das Graças, Cruzeiro do Sul e Jardim América (atualmente integrados com o nome de Santa Rosa).

É constituído de uma mancha de Cerrado, que abrange 232.300 m², e é uma área que se caracteriza por uma Unidade de Conservação composta de áreas derivadas de loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e áreas privadas que foram doadas pelos seus proprietários ao município. Contém, ainda, uma Área de Preservação Permanente (APA) do Córrego Liso e Córrego do Carvão.

Há, no Parque, um Museu da Biodiversidade da UFU, uma Sala Verde, um Parque Infantil, pista para caminhada e uma Trilha Interpretativa, que visa ao conhecimento do parque e à educação ambiental (PMU, 2005). Veja a FIGURA 46 que apresenta uma vista parcial do Parque.



FIGURA 46: Cidade de Uberlândia. Parque Municipal Victorio Siquierolli.

FONTE: www.uberlandia.mg.gov.br.

O Parque Municipal Mansour localiza-se no bairro com o mesmo nome, no Setor Oeste, próximo ao Anel Viário, e abrange uma área de 104.000 m². Originou-se da venda de uma área da fazenda Capim para a EMCOP (Empresa Brasileira de Urbanização e Construção Popular). Próximo a este loteamento está localizada a área denominada de Parque Municipal

Mansour, que foi institucionalizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em 1996.

A preservação dessa área permite a conservação do Córrego Pito Aceso, cujas nascentes partem, sobretudo, da área preservada. Pretende-se, ainda, construir no parque uma pista de terra batida com o intuito de estimular a prática do *cooper* pela população do bairro (PMU, 2005). A FIGURA 47 apresenta uma vista aérea do Parque, confira.



FIGURA 47: Cidade de Uberlândia. Parque Municipal Mansour.

FONTE: www.uberlandia.mg.gov.br.

O Parque Municipal Santa Luzia situa-se nos bairros Santa Luzia e Pampulha (Setor Sul), próximo ao Centro de Amostra e Aprendizagem Rural de Uberlândia (CAMARU), e estende-se por uma área de 280.000 m². É uma das poucas reservas de verde que resistiu à expansão acelerada da malha urbana de Uberlândia. É uma área quase toda ocupada por vegetação nativa, onde se encontram diversas nascentes que constituem o Córrego Lagoinha, que abrange bairros com elevada densidade populacional, tais como Santa Luzia, Pampulha e Vigilato Pereira.

Foi construída uma calçada ao redor do Parque para incentivar a prática de caminhada pelos moradores dos bairros próximos. E existe no Parque Municipal Santa Luzia um Núcleo de Educação Ambiental com local para vídeo aula, Biblioteca, Trilha e Oficinas, além de quadra de cimento para a prática esportiva.

Com esta infra-estrutura, o Parque se constitui em um excelente ambiente para prática de educação ambiental (PMU, 2005). A FIGURA 48 apresenta uma vista geral do parque, confira.



FIGURA 48: Cidade de Uberlândia. Parque Municipal Santa Luzia.

FONTE: www.uberlandia.mg.gov.br.

O Parque Municipal Luizote de Freitas foi criado em 1987 como um local de preservação ecológica, e compreende uma área de 53.120,79 m². Localiza-se dentro de um dos maiores bairros de Uberlândia, no Setor Oeste, e tornou-se a principal área verde do bairro Luizote de Freitas em função de sua beleza e importância como espaço de lazer.

Encontra-se, no seu interior, uma das nascentes do Córrego do Óleo, que represada, forma um lago. O Parque ocupa, também, uma posição estratégica no interior do bairro Luizote de Freitas (PMU, 2005). A FIGURA 49 traz uma vista do parque, confira.



FIGURA 49: Cidade de Uberlândia. Parque Municipal Luizote de Freitas.

FONTE: www.uberlandia.mg.gov.br.

O Parque do Sabiá localiza-se no bairro Tibery, Setor Leste de Uberlândia, e começou a ser construído em 1977, sendo inaugurado em 1982. Possui uma área de 1.850.000 m², que abrange um bosque de 350.000 m² de área verde, um conjunto hidrográfico composto por três nascentes que abastecem sete represas e originam um grande lago e sete outros menores; uma praia artificial com 300 m de extensão; um zoológico com animais em cativeiro de dezenas de espécies; uma estação de piscicultura com vários tanques para a reprodução de peixes; um pavilhão de 1.080 m² de área construída, que comporta 36 aquários e 36 espécies diferentes de peixes, com valor econômico e ornamental; uma pista de *cooper* de 5.100 m de extensão; duas piscinas de água corrente; vários campos de futebol; cinco quadras poliesportivas; uma quadra de areia; um campo society de grama; um parque infantil com mais de 100 brinquedos; conjuntos sanitários; Vestiários esportivos; lanchonetes e vários recantos contemplativos, entre outras instalações (PMU, 2005).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, a proposta de sua criação teve como principal objetivo proporcionar ao cidadão menos favorecido um local para a prática desportiva e outras atividades como forma de lazer, confira a FIGURA 50.



FIGURA 50: Cidade de Uberlândia. Complexo Parque do Sabiá.

FONTE: www.uberlandia.mg.gov.br.

Os parques de Uberlândia apresentam uma diversa população de visitantes, mas, de todos os parques existentes, o Victório Siquierolli e o Parque do Sabiá são os que recebem visitantes de praticamente toda a cidade. Isso se deve ao fato de haver nesses dois parques mais atrativos de lazer do que nos demais. Ressalta-se que no primeiro há uma participação maior de estudantes que vão visitar o Museu de Biodiversidade e conhecer a Trilha Interpretativa.

Nos parques Luizote de Freitas, Santa Luzia e Mansour há mais participação da população local, mas ainda não existe uma cultura, por parte da população, de frequência a locais como estes. A procura por áreas de lazer ainda se volta para locais privados.

Freitas (2004) argumenta que a idéia de *playgrounds* desenvolvida por Robert Park em 1925 é um tipo de política pública de prevenção capaz de diminuir a criminalidade, a partir da elevação do controle social em áreas pobres do espaço urbano. Os *playgrounds* se caracterizam por áreas de lazer administradas ou monitoradas por escolas, igrejas ou outras instituições locais, com o intuito de desenvolver vínculos positivos entre as pessoas desde a infância. O objetivo principal dessa intervenção é o de tentar preencher e realizar o papel da família que não pode ser empreendido por conta de diversos fatores contrários.

Constatou-se, portanto, que os homicídios apresentaram uma tendência número-

temporal bastante variável na cidade de Uberlândia. Segundo dados do COPOM (2004), entre 2000 e 2003 houve um aumento de 28% nas ocorrências de homicídios no espaço urbano, e ressalta-se que, de 2003 para 2004, houve um crescimento de 18% nas ocorrências. De 2000 a 2004, ocorreram as seguintes variações: 2000/2001: 24%; 2001/2002: 17%; 2002/2003: 11%; 2003/2004: 18%. Constata-se, portanto, que os homicídios só têm aumentado em Uberlândia, havendo uma necessidade de se estabelecer políticas públicas que intervenham sobre tal situação. Como mencionado acima, a cidade possui amplos espaços físicos, mas tem, ainda, capacidade de produzir outros, o que subsidia programas sociais de contenção à violência.

Se a Segurança Pública, juntamente com outras instituições públicas e privadas, desenvolver programas e políticas que integre a faixa etária de crianças e adolescentes, um elevado número de jovens terão chances para se envolverem menos com a criminalidade, e isso já foi comprovado por diversos estudos.

Nota-se que a Educação é o caminho para o combate à criminalidade e à violência, e não apenas a proibição de armas ou munições, ou, melhor, a coerção e repressão de uma forma geral. Isso é um fato real, pois os ensinamentos apreendidos na infância mudam o comportamento e os valores do indivíduo, tornando-o um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, e capaz de fazer escolhas sábias. A Polícia Militar, em parceria com outras instituições percebeu isso e, por meio do PROERD, vem desenvolvendo um trabalho muito importante, nas escolas, de alerta aos efeitos causados pelas drogas.

O homicídio é um crime cujas causas são diversas. Na verdade, não existe um fator único que predispõe sua ocorrência. Para compreendê-lo, faz-se necessário conhecer e cruzar uma série de variáveis, e essa metodologia já mostra que, para entendê-lo, é preciso conceber a idéia de que o homicídio é um fenômeno multifacetário:

“Tudo isso, pode-se dizer, é resultado da exclusão social, a baixa escolaridade, a falta de perspectiva de vida e até o envolvimento familiar também influenciam”
(Promotor de Justiça).

“A sensação da impunidade que o jovem, enquanto menor de idade, tem e o fato de ele se envolver na criminalidade, começando pelo uso de drogas, pelo furto e outros crimes maiores, contribui muito para isso” (Secretário Geral da Comissão de Direitos Humanos da OAB).

“Um exemplo”, prossegue: “o jovem que parte para a noite está mais perto de cair numa cilada do que os outros”. Segundo ela, essa liberdade, se não regulada, conduz a juventude para a droga, bebida e morte (Advogada).

“Muitas vezes, falta uma boa relação familiar. Aliando isso à falta de perspectiva, que leva o jovem às drogas, fatalmente haverá o caminho para a violência e daí o aumento dos assassinatos. A família é importante para o jovem” (Assistente Social).

“A principal causa está na má distribuição de renda. Não adianta pôr polícia na rua, fazer leis mais duras, se não houver uma boa distribuição de renda” (Juiz de Execução Penal) – (POPÓ, 2004).

Estudar o homicídio por ele mesmo não traz muitas descobertas, já que após ter sido consumado não há mais nada a fazer, a não ser penalizar aqueles que o cometeram, e isso se de fato vier a acontecer. Por outro lado, compreender o espaço e as relações sociais mantidas pelos sujeitos é um fator que revela como se estabelece o cotidiano de quem habita aquele espaço e, a partir disso, é possível interpretar o porquê do desencadeamento de tal delito e, por conseguinte, realizar planejamentos que visem controlar a sua incidência.

Conhecer as causas do homicídio não é uma tarefa fácil, pois este fenômeno é bastante complexo. Para entendê-lo, faz-se necessário contextualizar os dados sobre o mesmo, pois são as relações sociais que evidenciam e caracterizam o espaço geográfico e os fenômenos sociais nele desencadeados. Assim, explicações simplistas de que os homicídios tendem a apresentar uma taxa mais alta em espaços onde a desigualdade social é elevada tendem a criar estigmas e pré-conceitos sobre determinado local, e isso deve ser evitado.

Concluindo, pode-se dizer que o espaço geográfico é uma categoria importante para a compreensão dos problemas sociais e, no caso específico estudado nesta dissertação, revela-se uma categoria importante para apreender o problema da violência em Uberlândia (mas também válido a qualquer centro urbano) e, por outro lado, revela sua potencialidade geoestratégica no combate, prevenção e estruturação de ações múltiplas, coercivas, mas, sobretudo, educativa para, em longo prazo, salvar vidas, salvar cidadãos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Levantamento de Grupos de Pesquisa sobre violência. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n. 1, p. 58-62, jul./ago./set. 2002.

ALMEIDA, R. S. de. Novas visões sobre a complexidade da segregação sócio-espacial urbana no final dos anos 90. **Revista da Pós-Graduação em Geografia**, Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, Semestral, v.1, p.64-91, set./ 1997.

BANCO DE DADOS INTEGRADOS DE UBERLÂNDIA - BDI. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Uberlândia, 2004. 325p.

BAPTISTA, J. Democracia e formação policial. In: NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS (Vitória-ES). **Estratégias e desafios: violência, direitos humanos e segurança pública**. Vitória, 2003. p.40-49.

BARATA, R. Violência urbana e saúde pública. **Revista da Saúde**, v.3, n.3, p. 22-24, dez. 2002.

BEATO FILHO, C. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.37, p.74-87, jun.1998.

BEATO FILHO, C. C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n.55. p.74-89, jun. 2004.

_____. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.13, n.4, p.13-27, out./ dez. 1999.

_____. Fontes de Dados Policiais em Estudos Criminológicos: limites e potenciais. In: FÓRUM DE DEBATES, 2000, Rio de Janeiro. **Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. O problema dos homicídios em Belo Horizonte. In: RIBEIRO, L. C. de. Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência social e Educacional, 2004. P. 357-362.

BEATO FILHO, C. C. et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil de 1995 a 1999. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.5, p.1163-1171, set./out. 2001.

_____. Regionalização como estratégia para a definição de políticas públicas de controle de homicídios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.5, p. 1269-1280, set./out., 2004.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. 307p.

BORGES, D.; SOARES, G. A. D. Rio de Janeiro, fevereiro e março: os homicídios como fenômeno sazonal. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.33, n.194, p. 26-30, jun.2003.

BORRACHEIRO morre ao sair do banho. **Jornal Correio**, Uberlândia, 13 de fevereiro de 2003. Disponível em: <http://www.jornalcorreio.com.br.html>. Acesso em 15 mar. 2005.

BRASIL. **Código Penal**. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em <http://www.direito.ufrgs.br.html>. Acesso em: 26 jun.2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (SINARM), define crimes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mj.gov.br.html>. Acesso em 17 abr.2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília, 2000. 27 p.

CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.47, p.155-176, mar./ 1997.

_____. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed.34/EDUSP, 2003. 399 p.

CANO, I. Registros Criminais da Polícia no Rio de Janeiro: problemas de confiabilidade e validade. In: FÓRUM DE DEBATES, 2000, Rio de Janeiro. **Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CARDIA, N. et al. Homicídio e violação dos Direitos Humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, v.17, n.47, p. 43-73, 2003.

CARDIA, N. Violação de direitos e violência: relações entre qualidade de vida urbana, exposição à violência e capital social. In: RIBEIRO, L. C. de. Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência social e Educacional, 2004. P. 325-356.

CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Revista do IEA-USP**, São Paulo, v.17, n.47, p.43-73, 2003.

CARDIA, N.; SCHIFFER, S. Violência e desigualdade social. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n. 1, p. 25-31 jul/ago/set. 2002.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1990. 70 p.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004. 154 p.

CARRILHO, C. J. **Qualidade de vida e meio ambiente urbano nas áreas adjacentes ao Distrito Industrial de Uberlândia: uma caracterização dos bairros Nossa Senhora Aparecida, Cruzeiro do Sul e Minas Gerais**. 97 fl. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

CASTRO, H. G. de. **Elementos de segurança pública e privada**. 2003. 57 fl. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

CHAUÍ, M. Ética, política e violência. In: CAMACHO, T. (Org.) **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003. p. 39-59.

CHESNAIS, J. C. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para sua prevenção. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.4, p. 53-69, 1999.

COPOM – CENTRO DE OPERAÇÕES POLICIAIS MILITARES – COPOM (2004). **Assessoria de Estatística e Geoprocessamento**. Uberlândia: Polícia Militar de Minas Gerais, 2004.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand

Brasil, 2000. p. 15-47.

COSTA, M. R. da. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.13, n.4, p.3-12, set./2000.

COSTA, M. R. da.; LIPPI, L. F. B.; OLIVEIRA, I. I. de. M. C. E. Mortes violentas, vítimas e homicídios. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.3, p. 87-93, jul./set./1995.

DATASUS – DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br.html>>. Acesso em: 8 ago. 2004.

DIAS NETO, T. **Segurança urbana**: o modelo da nova prevenção. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 159 p.

DIMENSTEIN, G. A epidemia da violência: pesquisadores recorrem aos métodos da saúde pública na busca de explicações e soluções para a criminalidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 1996. Caderno Mais, p.5.

ENVIRONMENTAL Systems Research Institute. ArcView Gis. Versão 3.1. [S.l.]: Neuron Data, 1998. CD-ROM. (Software).

EUFRÁSIO, A. M. **Estrutura urbana e ecologia humana**: a Escola Sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34, 1999. 304p.

FEIGUIN, D.; LIMA, R. S. de. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.2, p. 73-80, abr./jun. 1995.

FELIX, A. F. **Geografia do crime**: interdisciplinaridade e relevâncias. Marília: UNESP, 2002. 149 p.

_____. Geografia do Crime de Marília/SP: Aspectos da violência e criminalidade em uma cidade média brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS URBANOS, 4. 2003, Buenos Aires. **Resumos...** Buenos Aires, 2003. CD-ROM.

FERNANDES, A. Lei Seca suscita polêmica. **Jornal Correio**, Uberlândia, 27 novembro 2005. Caderno Cidade. Disponível em: <<http://www.jornalcorreio.com.br.html>>. Acesso em: 27 nov. 2005.

FERNANDES, J. A. C. Direitos humanos é função policial. In: NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS (Vitória-ES). **Estratégias e desafios: violência, direitos humanos e segurança pública**. Vitória, 2003. p.50-61.

FERRAZ, H. **A violência urbana**. São Paulo: João Scortecci, 1994. 115p.

FERREIRA, W. R. **O espaço público nas áreas centrais: a rua como referência** – um estudo de caso em Uberlândia-MG. 2002. 346 fl. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. Família de Severino apóia desarmamento. **Folha de São Paulo**, 30 mar. 2005a. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br.html>>. Acesso em: 17 abr.2005.

_____. Campanha de desarmamento já recolheu mais de 300 mil armas, diz Thomaz Bastos. **Folha de São Paulo**, 17 abr.2005b. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br.html>>. Acesso em: 17 abr.2005.

_____. Resultado dos exames de DNA da chacina no Rio sai na quarta-feira. **Folha de São Paulo**, 21 abr.2005c. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 22 abr.2005.

FRANCISCO FILHO, L. L. **Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento**. 2004. 170 fl. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FREITAS, C. M.; RAMIRES, J. C. de L. de. Agentes sociais e produção do espaço urbano: a estrutura do Distrito Industrial de Uberlândia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 7, n. 13 e 14, p. 49-68, jan./dez. 1995

FREITAS, W. C. de P. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago**. São Paulo: Método, 2004. 150p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. Criminalidade violenta em Minas Gerais (1986/1997). Versão 1.0. Belo Horizonte: ESM Consultoria, 1998. (Aplicativo).

_____. Diagnóstico da criminalidade e do aparato de segurança pública no município de Uberlândia. Belo Horizonte: FJP, 2000. 58p.

GAWRYSZEWSKI, V. P. **Homicídios no município de São Paulo: perfil e subsídios para um sistema de vigilância epidemiológica**. 2002. 161 fl. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GAWRYSZEWSKI, V. P.; MELLO JORGE, M. H. do P. Mortalidade violenta no município de São Paulo nos últimos 40 anos. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.3, n.3, 2000.

GONTIJO, R. F. **Sistema integrado de gestão de informações de segurança pública do Estado de Minas Gerais: viabilidade e oportunidade**, 2000. Monografia (Especialização) – Academia de Polícia Militar, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2000.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. ESTATCART. Versão 1.2. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 2 CD-ROM.

IBGE/IPEA/Fundação João Pinheiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

JORNAL CORREIO. Cadernos de Segurança. Uberlândia, 2003.

KAHN, T. Armas de Fogo: argumentos para o debate. **Boletim Conjuntura Criminal**, Disponível em: <<http://www.conjunturacriminal.com.br/boletins/html>>, 2002.

LARANJEIRAS, R. **Projeto “Curtir é viver – Diga não às drogas”**. Palestra proferida junto à Prefeitura Municipal de Uberlândia, Uberlândia, 27 out. 2005.

LIMA, M. L. C. de et al. Evolução de homicídios por área geográfica em Pernambuco entre 1980 e 1998. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 462-469, 2002.

LIMA, M. L. C. de; XIMENES, R. Violência e morte: diferenciais da mortalidade por causas externas no espaço urbano do Recife, 1991. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.14, n.4, out./dez. 1998.

LIMA, R. S. de. **Criminalidade urbana: conflitos sociais e criminalidade urbana – análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo**. São Paulo: Sicurezza, 2002.

MAIA, P. B. Vinte anos de homicídios no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**,

São Paulo, v.13, n.4, p.121-129, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, E. Segregação ambiental e violência urbana. In: MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 72-105.

MELLO JORGE, M. H. do P. **Acidentes e violência no Brasil**. In: JORNADA DE TRAUMA, ACIDENTE E VIOLÊNCIA, 1., 2004, Uberlândia. (Palestra proferida na Sociedade Médica de Uberlândia, nov.2004).

MELLO JORGE, M. H. P. de. Violência como problema de saúde pública. **Ciência e Cultura**, São Paulo, ano 54, n.1, p. 52-53, jul./ago./set., 2002.

MELLO JORGE, M. H. P. de; LAURENTI, R.; GOTLIEB, S. L. D. Perfil epidemiológico da morbi-mortalidade masculina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.1, p.35-46, 2005.

MESQUITA NETO, P. de. Crime, violência e incerteza política no Brasil. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, ano 2, n.1, p. 9-42, 2001.

MINAYO, M. C. de S; SOUZA, E. R. de. Violência para todos. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 65-78, jan./mar., 1993.

_____. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, 1998. p. 513-531.

MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10, Sup.1, p. 7-18, 1994.

_____. Violência, direitos humanos e saúde. In: CANESQUI, A. M. (Org.). **Ciências Sociais e Saúde**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1997. P. 247-260.

_____. Violência como construção social: refletindo com os jovens. In: SEMINÁRIO SOBRE DRAMA SOCIAL, 1999. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FAPERJ, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 1999. P. 143-157.

MONKEN, M. H. Risco de assassinato é 87% maior para negro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2004. Cotidiano, p.1.c. 1-2.

MORAIS, R. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 113p.

MORATO, R. G.; KAWAKUBO, F. S.; LUCHIARI, A. Avaliação da qualidade de vida urbana por meio de técnicas de geoprocessamento. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. P. 9769-9784. CD-ROM.

MOTA, L. D. Nem tudo está perdido: relatório do IBGE alimenta o debate sobre a criminalidade. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, p. 1-4, jul./ago. 2004.

NAJAR, A. L; MARQUES, E. C. A sociologia urbana, os modelos de análise da metrópole e a saúde coletiva: uma contribuição para o caso brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.3, p.703-712, 2003.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO À SAÚDE – NIS (2004). **Bando de dados de mortalidade classificadas no Capítulo CID-10**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Saúde, 2004.

NUNES, P. J. Cursos integrados de extensão universitária sobre segurança pública: parcerias e interlocuções. In: NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS (Vitória-ES). **Estratégias e desafios: violência, direitos humanos e segurança pública**. Vitória, 2003. p. 26-39.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. La violencia: un problema de salud pública que se agrava e la región. **Boletín Epidemiológico de la Organización Panamericana de la Salud**, n. 11 p.1-7, 1990.

PAIXÃO, A. L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte. In: PINHEIRO, P. S. (Org.) **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.11-44.

PARK, R. A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. In: GUILHERME CARVALHO, O. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979. p. 26-67.

PERALVA, A. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 217p.

_____. **Violência por armas de fogo no Brasil – Relatório Nacional**. São Paulo: Brasil: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo – NEV/SP, 2004. 197p.

PERES, M. F. T.; SANTOS, P. C. dos. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.39, n.1, p.58-66, 2005.

PLANO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000. 55 p.

PLANO DIRETOR DE SEGURANÇA PÚBLICA DE UBERLÂNDIA. Uberlândia: Coordenadoria de Defesa Social 2005. 100p.

POCHAMANN, M. Violência e emigração internacional na juventude. **Ciência e Cultura**, São Paulo, ano 54, n. 1, p. 39-43, jul./ago./set., 2002.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. 222p.

POPÓ, P. Ex-detento é executado no lixão do Industrial. **Jornal Correio**, Uberlândia, 8 janeiro 2003a. Caderno de Segurança. Disponível em: <<http://www.jornalcorreio.com.br.html>>. Acesso em: 03 fev. 2003.

_____. Cidade é a 3ª mais violenta do Estado. **Jornal Correio**, Uberlândia, 2 fevereiro, 2003b. Caderno de Segurança. Disponível em: <<http://www.jornalcorreio.com.br.html>>. Acesso em: 6 maio 2003.

_____. Programa ajuda estudantes a não se envolver com a droga. **Jornal Correio**, Uberlândia, 4 maio, 2003c. Caderno de Segurança. Disponível em: <<http://www.jornalcorreio.com.br.html>>. Acesso em: 6 maio 2003.

_____. Crescem crimes motivados por drogas. **Jornal Correio**, Uberlândia, 5 maio 2003d. Caderno de Segurança. Disponível em: <<http://www.jornalcorreio.com.br.html>>. Acesso em: 4 set. 2003.

_____. 16 jovens foram assassinados em 2004. **Jornal Correio**, Uberlândia, 20 junho 2004. Caderno de Segurança. Disponível em: <<http://www.jornalcorreio.com.br.html>>. Acesso em: 14 ago. 2004.

_____. Cidade pesquisa aumento nos homicídios. **Jornal Correio**, Uberlândia, 7 dezembro 2005. Caderno de Segurança. Disponível em: <<http://www.jornalcorreio.com.br.html>>. Acesso em: 9 dez. 2005.

PREFEITURA Municipal de São Paulo (PMSP). Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. **Violência urbana e programas sociais**. São Paulo, 2003. 8p.

_____. Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. **Pobreza e violência no município de São Paulo**. São Paulo, 2002. 6p.

_____. Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. **Programas sociais da Prefeitura e redução da violência**. São Paulo, 2002. 11p.

_____. Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. **Pobreza, violência e investimento econômico no Estado de São Paulo**. São Paulo, 2002. 8p.

PREFEITURA Municipal de Uberlândia (PMU). Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEDUR). Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2005.

RAIZER, E. C. Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEPS): Desafios ao debate e à organização. In: NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS (Vitória-ES). **Estratégias e desafios: violência, direitos humanos e segurança pública**. Vitória, 2003. p. 96-105.

RAMIRES, J. C. de L.; SILVA, D. F. da. A estruturação dos espaços periféricos em Uberlândia: o exemplo do setor leste. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 12, n. 23, p. 47-61, jan./jun. 2000.

REFERENDO sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições. Disponível em: <http://www.wikipedia.org.pt.http>. Acesso em: 13 dez. 2005.

ROCHA, M. H. **As ocorrências de homicídios nos municípios de Minas Gerais: 1991 – 1998**. 200 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

RODRIGUES, M. Introdução ao Geoprocessamento. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOPROCESSAMENTO, 1, 1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Escola Politécnica/USP, 1990. P.1-26. CD-ROM.

ROSA, R.; BRITO, J. L. S. **Introdução ao Geoprocessamento: Sistema de Informação Geográfica**. Uberlândia: UFU, 1996. 104p.

ROSA, R.; SANTOS, M. A. F.; SOUZA, L. H. de. F. Mapeamento de homicídios em Uberlândia/MG entre 1999 e 2002, utilizando o software ArcView. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.3, n.14, p.27-45, fev.2005. Artigo disponível em: <<http://www.ig.ufu.br.html>>. ISSN 1678-6343. Acesso em: 11 mar.2005.

SANTANA, R. dos S. **Mortalidade por homicídios em Salvador 1998 – 2001: análise dos determinantes socioeconômicos**. 2004. 124 fl. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, M. A. F. **Violência urbana e homicídios em Uberlândia: caracterização e espacialização**, 2003. 81 fl. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997. 124p.

SANTOS, S. M. et al. Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.5, p. 1141-1151, set./out., 2001.

SANTOS, S. M. **Homicídios em porto Alegre, 1996: análise ecológica de sua distribuição e contexto socioespacial**. 1999. 126 fl. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.

SILVA FILHO, J. V. da.; PERES NETTO, J. **Nova geografia da criminalidade na cidade de São Paulo**. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Disponível em: <<http://www.blaudel.org.br.html>>. Acesso em: 12 fevereiro 2005.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FREITAS, N. E. de. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses**. Uberlândia: EDUFU, 2004. 158p.

SILVA, J. B. da. Estatuto da cidade versus estatuto de cidade – eis a questão: In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-34.

SILVA, J. da. **Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 230 p.

SOARES, B. R. **Habitação e produção do espaço de Uberlândia**. 1988. 195 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SOARES, L. E. et al. **Projeto Segurança Pública para o Brasil**. Brasília: Instituto Cidadania, 2002. 100p.

SOUZA, A. M. **Estratégias de combate e prevenção à criminalidade e ao uso de drogas no bairro Morumbi – Uberlândia/MG: o exemplo do PROERD**. Uberlândia: PISC/Morumbi, 21 out. 2005. Entrevista concedida a Márcia Andréia Ferreira Santos.

SOUZA, E. R. de. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10, supl.1, p. 45-60, 1994.

SOUZA, E. R. et al. Padrão de mortalidade por homicídios no Brasil, 1980 a 2000. **Boletim da Funasa (Fundação Nacional de Saúde)**, ano 2, n.7, 2002. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br.html>>. Acesso em: 30 maio 2003.

SOUZA, M. L. de. Exclusão social, fragmentação do tecido sócio-político-espacial da cidade e “ingovernabilidade urbana”. In: SILVA, B. J.; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. (Org.). **A cidade e o urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 247-264.

_____. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano VIII, n.2/3, p.25-39, set./dez.1994.

_____. Uma crise e o seu “day after”: a situação dos movimentos sociais urbanos. In: SOUZA, M. L. de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.141-178.

_____. Participação popular no planejamento e gestão de cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas: um ensaio sobre enormes obstáculos e modestas possibilidades. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. 266-275.

TEIXEIRA, A. G. Qualidade de vida e a criminalidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS URBANOS, 4, 2003, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: UNCPBA, 2003. CD-ROM.

TIAGO, D. Governador anuncia Plano Emergencial de Segurança. **Jornal Correio**, Uberlândia, 25 março 2003. Caderno de Segurança. Disponível em:

<<http://www.jornalcorreio.com.br.html>>. Acesso em: 3 fev. 2003.

TOLEDO, J. R. Violência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 1996; p.5.

TRINDADE JUNIOR, S. C. da. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Território**, Rio de Janeiro, n.5, p.31-50, jul./dez.1995.

VIOLÊNCIA urbana e concentração de renda crescem no Brasil. **Jornal Correio**, Uberlândia, 14 maio 2004. Cidade, p. B3.

WASELFISZ, J. J. **Mortes matadas por armas de fogo – 1979-2003**. Brasília: UNESCO, 2005. 32 p.

ZALUAR, A. Condomínio do diabo. As classes populares urbanas e a lógica do “ferro” e do fumo. In: PINHEIRO, P. S. (Org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 249-277.

_____. O crime S.A nas sombras do poder. In: ZALUAR, A. **Da revolta ao crime S.A**. São Paulo: Moderna, 1996. p. 96-118.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.3, p. 3-17, 1999.

_____. A guerra sem fim em alguns bairros do Rio de Janeiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, ano 54, n.1, p.32-38, jul./ago./set., 2002.

ZANOTELLI, C. L. Elementos para compreender os territórios do crime e as paisagens da violência da Aglomeração de Vitória – Espírito Santo/Brasil. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 8., 2001, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: Media Graphics, 2001. CD ROM.

ZANOTELLI, C. L. et al. Violência e espaço urbano: o caso dos homicídios da Aglomeração urbana de Vitória. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia. **Anais...** Goiânia: EDUFG, 2004. CD-ROM.

ZANOTELLI, C. L.; COUTINHO, L. A. Atlas da criminalidade violenta da Grande Vitória: 1993-2002. In: NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS (Vitória-ES). **Estratégias e desafios: violência, direitos humanos e segurança pública**. Vitória, 2003b. p. 212-237.

Anexos

ANEXO 01

Grupos de trabalho sobre violência no Brasil.

NOME DO GRUPO	ÁREA PREDOMINANTE	LINHAS DE PESQUISA	INSTITUIÇÃO	HOME PAGE
INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO - ISER	Ciências Humanas; Antropologia e Sociologia	Direitos Humanos, Violência e Segurança Pública	ISER – Instituto de Estudos da Religião	http://www.iser.org.br
GRUPO DE ESTUDOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Ciências da Saúde; Epidemiologia	Mortalidade por Causas Externas; Mortalidade por Violências	Faculdade de Saúde Pública (USP)	http://www.fsp.usp.br
PODER E VIOLÊNCIA	Sociologia	Violência social, Violência Política, Criminalidade Popular.	Universidade Federal do Ceará (UFC).	http://www.swnpd.ufc.br
ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS E PRÁTICAS DE SAÚDE	Saúde Coletiva	Violência e Gênero	USP	http://www.usp.br
CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE - CLAVES JORGE CARELI	Ciências da Saúde; Saúde Coletiva	Epidemiologia da Violência	FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz	www.:/www.ensp.fiocruz.br/claves
CIDADANIA E VIOLÊNCIA NAS AMÉRICAS	Ciências Humanas; Antropologia	Direitos Humanos e Violência Social	UNB	http://www.unb.br
ESTUDOS EM CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA	Ciências Humanas; Sociologia	Evolução da criminalidade; Políticas Públicas de Segurança	UFMG	http://fafich.ufmg.br
GRUPO DE ESTUDOS SOBRE CRIMINALIDADE E CONTROLE SOCIAL	Ciências Humanas; Sociologia	Criminalidade Violenta, Políticas Públicas de Segurança, Organizações Policiais e Penitenciárias	Fundação João Pinheiro (FJP)	http://www.fjp.gov.br
LABORATÓRIO CIDADE E PODER	Ciências Humanas; História	Políticas Públicas de Segurança e Justiça	UFF	http://www.ghp.uff.br
VIOLÊNCIA E NÃO VIOLÊNCIA	Ciências Humanas; Sociologia	Violência no Campo; Violência Institucional; Organizações Policiais; Ouvidorias	UFPA	http://www.ufpa.br
PAGU – NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO	Ciências Humanas	Gênero e Cidadania: Tolerância e Distribuição de Justiça	UNICAMP	http://www.unicamp.br
NÚCLEO DE PESQUISA DAS VIOLÊNCIAS – NUPEVI	Ciências Humanas; Sociologia, Antropologia	Epidemiologia da Violência; Crime Organizado; Políticas Públicas de Segurança e Justiça; Violência e Cultura	UERJ	http://www.ims.uerf.br

NOME DO GRUPO	ÁREA PREDOMINANTE	LINHAS DE PESQUISA	INSTITUIÇÃO	HOME PAGE
VIOLÊNCIA E CIDADANIA	Ciências Humanas; Sociologia	Evolução da Violência, Sul do Brasil e Mercosul; Políticas Públicas; Violência nas Escolas; Violência no Campo	UFRGS	http://www.ufgs.br
PROGRAMAS DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA	Ciências Sociais	Epidemiologia da Violência; Políticas Públicas de Segurança	UERJ	http://www.2.uerf.br
NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA	Ciências Humanas; Ciência Política e Sociologia	Direitos Humanos; Violência e Criminalidade; Políticas Públicas de Segurança e Justiça;; Organizações Policiais e Judiciais, Violência, Cultura e Política.	USP	http://www.nev.prp.usp.br
VIOLÊNCIA, GÊNERO, ALTERIDADES E CIDADANIA: NOVOS DESAFIOS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS	Ciências Humanas; Antropologia	...	UNB	http://www.ubn.br
LACRI – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA CRIANÇA	Psicologia; Saúde Coletiva	Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes	USP	http://www.usp.bri
NÚCLEO FLUMINENSE DE ESTUDOS E PESQUISAS – NUFEF	Ciências Humanas; Antropologia	Violência e Cultura; Organizações Policiais e Judiciárias; Políticas Públicas de Segurança	UFF – Universidade Federal Fluminense	http://www.uff..nufep
INSTITUTO DE CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	Direito; Ciência Política; Antropologia	Políticas Públicas de Segurança; Organizações Policiais; Ouvidorias	UCAM – Universidade Cândido Mendes	http://www.cesec.ucam.edu.br
NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER	Ciências Humanas; Sociologia	Violência e Gênero; Violência Doméstica	PUC/SP	http://www.pusp.br
FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA	Ciências Humanas; Ciência Política	Estado, Governo, Segurança Nacional e Segurança Pública	Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	http://www.ufpe.br
INSTITUTO FERNAND BRAUDEL DE ECONOMIA MUNDIAL	Criminologia	Prevenção da Violência; Polícia Comunitária	Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP	http://www.braudel.org.br
SEGURANÇA E JUSTIÇA	Ciências Humanas; Sociologia; Estatística	Produção de Informações sobre Segurança e Justiça	Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados – SEADE	http://www.seade.gov.br

FONTE: ADORNO, S. Levantamento de Grupos de Pesquisa. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n.1, p. 58-62, jul./ago./set. 2002.

ANEXO 02

Levantamento de trabalhos sobre violência publicados em eventos geográficos

EVENTO: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS

CORTEZ, J. da. S. A segurança pública e sua espacialização em Natal. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa, **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2002. p.176.

FELIX, S. A. et al. Geografia do Crime: possibilidades de inserção do geógrafo em políticas públicas de prevenção da violência. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa, **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2002. p. 185.

GOMES, J. A violência contra mulher. A mulher é um ser acidental e falho, seu destino é viver sob a tutela do homem. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12, 2000, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. p. 292.

ZANOTELLI, C. L. O território do crime e a paisagem da violência. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12, 2000, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. p. 632.

EVENTO: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

ANDRÉ, A. L.; GÓES, E. Violência marginal: a construção da identidade e o sentido da violência. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, 2004, Goiânia, **Anais...** Goiânia: Universidade de Goiás, 2004. p. 75.

OLIVEIRA, M. P. de. Violência e espaço urbano. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, 2004, Goiânia, **Anais...** Goiânia: Universidade de Goiás, 2004. p. 650.

QUEIROZ, I. da. S.; LACERDA, N. Espacialidades do medo: uma reflexão acerca da produção do espaço e do cotidiano sob a égide do medo da violência. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, 2004, Goiânia, **Anais...** Goiânia: Universidade de Goiás, 2004. p. 176.

ROSETTE, A. C.; MENEZES, P. M. L. de. SILVA, T. F. L. Estratégias de representação gráfica em mapeamento criminal. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, 2004, Goiânia, **Anais...** Goiânia: Universidade de Goiás, 2004. p. 187.

SANTOS, L. M. dos. Violência urbana e transporte coletivo urbano: apontamentos teóricos. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, 2004, Goiânia, **Anais...** Goiânia: Universidade de Goiás, 2004. p. 186.

SANTOS, M. A. F.; RAMIRES, J. C. de L. Análise espacial dos crimes violentos em Uberlândia. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, 2004, Goiânia, **Anais...** Goiânia: Universidade de Goiás, 2004. p. 187.

ZANOTELLI, C. et al. Violência e espaço urbano: o caso dos homicídios da Aglomeração de vitória. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, 2004, Goiânia, **Anais...** Goiânia: Universidade de Goiás, 2004. p. 596.

ANEXO 03

Levantamento de teses e dissertações sobre violência, defendidas em Programas de Pós-Graduação em Geografia.

TESES DE DOUTORADO

CARVALHO, A. P. A. de. **Meio ambiente urbano e saúde no município de Salvador.** 1997. 247 fl. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1997.

FELIX, S. A. **A Geografia do Crime urbano:** aspectos teóricos e o caso de Marília. 1996. 322 fl. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1996.

KIMURA, S. **Geografia da escola e lugar.** Violência, tensão e conflito. 1998. 198 fl. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VIEIRA NETO, J. **A urbanização e a problemática no Centro-Oeste do Brasil.** 2000. 221 fl. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

BARBOSA, A. B. **A distribuição espacial da criminalidade em Salvador.** 1999. 114p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, 1999.

BARBOSA DOS ANJOS, I. **Relação de elementos climáticos associados à criminalidade, saúde e rendimento de grãos no Paraná.** 2003. 121 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, 2003.

FELIX, S. A. **Geografia do crime:** análise da bibliografia da criminalidade numa perspectiva espacial. 199. 195 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1990.

FREIRE, D. G. **O lugar das classes médias em Maricá.** 2001. 127 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2001.

JUSTO, M. G. **Capim na festa do asfalto:** conflito pela terra em Conde, Zona da Mata Paraibana. 2000. 184 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, 2000.

MUHL, P. A. **Migração e violência:** microrregiões geográficas de Carazinho e de Porto Alegre. 2001. 215 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

QUEIROZ, I. da S. **Territorialidades do medo no grande Bom Jesus:** a violência como vetor de mudanças no espaço urbano de Fortaleza. 2000. 132 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

RAMOS FILHO, E. Da S. **Pra não fazer do cidadão pacato um cidadão revoltado:** MST e novas territorialidades na usina Santa Clara. 2002. 163 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Sergipe, 2002.

ROCHA, M. H. **As ocorrências de homicídios nos municípios de Minas Gerais em 1991 e 1998.** 2003. 200 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Tratamento da Informação espacial, 2003.

ROMERO, A. M. **Alphaville:** ilusão do paraíso. 1998. 180 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SANTANA, C. K. de. A. **A questão dos meninos/as de rua no Brasil e em Salvador:** uma análise sócio-histórica e territorial. 2000. 252 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, 2000.

VALVERDE, R. R. H. F. **A metáfora da guerra.** 2003. 99 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

VERONA, J. A. **Qualidade ambiental e de vida na cidade de Várzea Paulista-SP:** estudo de caso. 2003. 97 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2003.

EVENTO: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA

ZANOTELLI, C. L. A paisagem da violência. ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 8., 2001, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: Media Graphics, 2001. p. 584.

SANTOS, M. A. F.; RAMIRES, J. C. de. L. Contribuições da Geografia ao estudo dos homicídios em Uberlândia – MG/Brasil. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 87.

PAVIANI, A. Desemprego e violência em Brasília. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 115.

PELUSO, M. L.; TORMIM, C. V. Violência social, pobreza e identidade entre jovens no entorno do Distrito Federal. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 115.

PENNA, N. A. Processos espaciais da violência urbana: seus territórios, percepções e identidades. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 114.

_____. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 115.

ROSETTE, A. C. Cartografia temática em mapeamento criminal. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 441.

VASCONCELOS, A. M. N.; COSTA, A. A demografia da violência no Distrito Federal. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 115.

ZANOTELLI, C. L. et al. Atlas da criminalidade violenta da Grande Vitória – ES. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 317.

ZEQUIM, M. A. Violência em Londrina: mapeamento dos homicídios ocorridos na área urbana. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 358.

ORG. SANTOS, M. A. F. (2005).

ANEXO 04

Entrevistas PISC MORUMBI

LOCAL: PISC – MORUMBI

DATA: 21/10/2005

ENTREVISTADO: SGT Aleqsandro Moreira Souza

ASSUNTO: Estratégias de combate e prevenção à criminalidade

PROERD

Bem, o PROERD é um programa educacional de redução às drogas e à violência. Esse programa é desenvolvido exclusivamente pela Polícia Militar. O policial fardado vai para as escolas para estar passando para os alunos como eles devem se prevenir quando à questão de violência e ao uso de drogas.

É um programa que foi desenvolvido, e iniciou nos Estados Unidos em 1983, e foi difundido para mais de 55 países do mundo. Então, temos o PROERD em mais de 55 países do mundo, e o resultado que temos de todos os países e estados que desenvolvem o PROERD, a questão do retorno é grande demais porque a maioria daquelas crianças que passaram pelo PROERD não desenvolveram nenhum ato de violência ou ato de uso de drogas. Então, é muito importante. O policial é preparado, passa por uma seleção criteriosa, vai para as escolas, é lançado nas escolas e, nas escolas, ele vai estar trabalhando, encaminhando os alunos para essas questões. O que as crianças aprendem? O policial prega muito a questão de valores. Então, é pregado esses valores. Prega muito a questão de atos de violência e trabalha para que eles não sejam aqueles alunos violentos, e trabalha muito a questão de envolvimento com drogas. Então, passa para eles quais são os efeitos das drogas na saúde da pessoa, como elas podem aprender a se livrar do uso de drogas. É um serviço que está tendo muito efeito, está tendo muito resultado, e a gente acredita no projeto. É um projeto que está tendo muito efeito.

No Brasil, ele começou a ser desenvolvido no Rio de Janeiro, em 1992. Em 1993, em São Paulo. Em 1996, em Minas Gerais. Hoje, em Minas, quase todas as cidades com um certo número de habitantes, a gente está tendo o PROERD. Mas a gente quer que quase todas as cidades mineiras venham a ter o PROERD. E é muito importante porque a polícia está cortando o mal pela raiz. Ela está evitando que essas pessoas venham se envolver em atos criminosos. Então, é muito importante estar trabalhando exclusivamente com a prevenção.

E desse período de 1996 para cá vocês já perceberam algum resultado do trabalho? Esse resultado foi feito através de órgãos de pesquisa competentes, e foi detectado que a maioria dos jovens, de crianças e adolescentes que passaram pelo PROERD não vieram a se envolver com esses atos. Então, o resultado é grande demais. A gente tem um resultado satisfatório, não satisfatório, mas temos um resultado muito grande dessas pessoas que chegaram a passar.

Percebe-se, então, que é algo que poderia estar, de fato, sendo utilizado para prevenir mesmo. A gente percebe que a Segurança tem procurado tantas formas: proibir as armas, as munições e, só que a gente percebe que não é a solução, tanto que houve aí uma pesquisa e está bem dividida essa questão do desarmamento. A maioria que o pessoal achava que ia votar a favor do desarmamento, agora está contra, né? A questão do desarmamento divide a opinião até mesmo de policiais, de pessoas que estão

ligadas diretamente à questão de Justiça, de pessoas que estão ligadas diretamente à Segurança Pública. Então, isso aí realmente divide. A maioria das pessoas ainda está indecisa em que votar. Mas, na verdade, o que a gente precisa não é de armas. Eu acho que a maior arma que o Homem tem para combater o crime chama-se “A palavra”. Pregar valores, mostrar às pessoas que a questão da violência, a questão das drogas se combate com a Educação. Então, nada mais do que estar mostrando que a Educação é que pode mover um país, que pode estar melhorando um país. E, se houver investimento na Educação, com certeza vai haver uma queda no índice da criminalidade e da violência.

E outra questão que a gente vê de violência é que a maioria das pessoas que se envolvem em violência, principalmente a violência doméstica é devido ao uso de drogas e de álcool. Então, a gente tem aí um grande número de violências familiares. Temos, aí, famílias que estão desestruturadas porque algum membro tinha se envolvido com droga ou com o uso de álcool. Então, isso é muito importante. A gente trabalha com essa questão porque o álcool está ligado diretamente com a violência.

E os homicídios no bairro estão muito relacionados, também, com essa questão das drogas, né? É, quase que uma totalidade dos homicídios, que aqui são poucos os casos, são raros os casos, mas a maioria dos casos de homicídios que temos aqui são de pessoas que têm um passado aí de envolvimento com drogas. Então, a gente sabe que a pessoa que usa droga, a tendência é ela se envolver em atos criminosos, a praticar roubos, a praticar furtos, a praticar outros delitos. E acabam, então, com isso aí, vindo a ser eliminados por outros traficantes, por outros criminosos. Então, às vezes, vai gerar essa guerra aí entre traficantes e criminosos, e tudo gira entorno das drogas. Então, geralmente, a faixa etária dos jovens que se envolvem, que estão ligados a esses homicídios é aí, mais ou menos de 15 a 24 anos. São jovens que estão morrendo muito cedo. São jovens que estão entregando as suas vidas às drogas e estão sendo eliminados por outros traficantes, que a maioria também são jovens. Então, está havendo, aí, esta guerra devido às drogas.

LOCAL: PISC – MORUMBI

DATA: 21/10/2005

ENTREVISTADO: Sargento Aleqsandro Moreira Souza

ASSUNTO: Demanda pelos serviços do PISC

1. A demanda por atendimento se volta, sobretudo, para qual problema? Volta-se, sobretudo, para questões relacionadas à violência doméstica.

2. Qual é o sexo (masculino ou feminino) que mais procura os serviços do PISC? Principalmente feminino. São mulheres que foram agredidas por seus cônjuges, e vem procurar alguma forma de ajuda.

3. Quais os bairros que apresentam uma procura mais elevada? A maioria dos atendimentos é de pessoas do bairro Morumbi. Muitos moradores contribuem com o trabalho trazendo informações importantes para Polícia. Algumas famílias procuram o PISC para fazer reclamações sobre filhos envolvidos com drogas, que acabam se tornando violentos em casa. Então essas famílias buscam uma forma de solucionar esses problemas aqui.

4. O PISC realiza atendimento voltado ao registro de Boletins de Ocorrência de homicídios? O PISC faz registro de BOs de qualquer tipo de reclamação, inclusive de homicídios.

BOLETINS DE OCORRÊNCIA LAVRADOS NO PISC MORUMBI

BOs de homicídio e outros crimes ocorridos no Morumbi e registrados pelo PISC

HOMICÍDIOS

REGISTRO – 13/03/2003

Em 13/03/2003, segundo o senhor (xxx) e a senhora (xxx), Rua Mutum, n. 216, disseram que seu cunhado (xxx) havia ameaçado de morte sua irmã (xxx), a qual foi vítima fatal de um acidente de moto na avenida que dá acesso ao Dom Almir e às Mansões Aeroporto, a qual estava de garupa na moto, e ambos vieram a cair ao solo, e a mesma teve morte instantânea, e Alisson teve apenas escoriações. O referido indivíduo é acusado de ter cometido um homicídio no bairro Morumbi em data de dezembro de 2002, conforme BO n.94912, o qual assassinou um motorista de ônibus coletivo da empresa Triângulo com vários tiros.

REGISTRO – 29/04/2003

Em 29/04/2003, segundo relato da senhora (xxx), Rua Guapeva, n.768, a qual é irmã do senhor (xxx), disse que seu irmão foi vítima de tentativa de homicídio dias atrás, onde o autor por nome (xxx) foi até à quadra de esporte na Rua Guapeva, e efetuou quatro disparos de arma contra a vítima (xxx), o qual não foi atingido. (xxx) é namorado da ex-esposa de (xxx).

REGISTRO – 08/12/2003

Em data de 07/12/2003, por volta das 03h00min compareceu em minha residência a senhora proprietária do bar na Rua Caruru, n.163, dona (xxx) e sua filha (xxx), a qual disse que estava ocorrendo um homicídio de frente o seu bar, e muito apavorada, relatou que um indivíduo em um veículo cor prata, chevette ou scort havia executado (xxx), 20 anos (Cabeção), Rua Marilene de Fátima Cardoso, n. 199, segundo a mesma havia vários indivíduos em um veículo, e efetuaram vários disparos de armas contra a vítima, e uma perfuração na nuca. BO n. 106.460, aproximadamente 10 minutos após este crime, ocorreu um outro homicídio na Rua Pequis, n.577, onde uma outra vítima por nome (xxx), 19 anos, o qual foi alvejado por um tiro no peito pelos mesmos autores com o mesmo veículo, BO 104.497. Fui informado que na sexta-feira, (xxx) e (xxx) estavam no bairro, e segundo informações de (xxx) que vários tiros foram efetuados em frente à casa de (xxx) e (xxx), e segundo constataram que (xxx) e seu irmão é que foram os autores dos crimes.

REGISTRO – 08/12/2003

Em 08/12/2003, compareceu a este Posto Policial o repórter do programa Chumbo Grosso André Potim, o qual fez uma matéria a respeito dos homicídios que ocorreram nesta madrugada, onde foram mortos dois jovens do bairro Morumbi, e pessoas do bairro reclamava por falta de policiamento.

DROGAS**REGISTRO – 28/01/2003**

Em 28/01/2003, segundo a senhora (xxx), líder da invasão do bairro Zaire Rezende, solicita patrulhamento no assentamento devido a furtos de objetos nos barracos, sendo que os autores dos furtos é (xxx), (xxx), Rua da Paz, n.170. No barraco moram as irmãs (xxx) e (xxx), as quais fazem tráfico de drogas.

REGISTRO – 13/03/2003

Em 13/03/2003, segundo senhora (xxx), Rua Nova Boa vista, n.30, vários indivíduos suspeitos estão usando drogas na frente de sua casa e causando medo naquela comunidade, a mesma solicita patrulhamento no local para coibir tais ações.

REGISTRO – 27/03/2003

Em 27/03/2003, segundo relato da senhora (xxx), Rua Lobo Guará, n.373, disse que defronte à sua residência moram uns indivíduos por nomes (xxx) e (xxx). Os filhos (xxx), (xxx), esposa de (xxx), estão em brigas constantes e usam drogas. (xxx) está preso há 20 dias por estupro. (xxx) solicita patrulhamento na sua rua para coibir tais ações desta família.

REGISTRO – 31/03/2003

Em 31/03/2003, segundo informações, um indivíduo pelo acunhado (xxx) está em uma mobinete velha, e uma pasta tipo 007, e no interior daquela pasta há drogas e o mesmo é traficante de drogas e fornece para os bairros São Francisco, Zaire Rezende, Prosperidade, Dom Almir e Joana D’Arc, Morumbi.

ANEXO 05

Entrevista: PISC MANSOUR

LOCAL: PISC – MANSOUR

DATA: 16/11/2005

ENTREVISTADO: Assistente Social – Lucia Sangali dos Santos Lepera

ASSUNTO: Demanda pelos serviços do PISC

1. A demanda por atendimento se volta, sobretudo, para qual problema? Em ordem decrescente de procura: Pensão alimentícia, conflitos familiares, alcoolismo, negligência para com os filhos, reconhecimento de paternidade.

2. Qual é o sexo (masculino ou feminino) que mais procura os serviços do PISC? Feminino

3. Quais os bairros que apresentam uma procura mais elevada? Luizote de Freitas, Mansour, Tocantins, Guarani, Jardim Canaã, Morada Nova (Área Rural), Planalto, Jaraguá, Santo Inácio (Integrado ao Jardim das Palmeiras), Jardim Patrícia, Jardim Europa e Rocha e Silva.

4. Qual o grau de escolaridade dos atendidos? A maioria, 1º grau incompleto (Ensino Fundamental)

5. Qual a faixa de renda dos atendidos? A maioria um salário mínimo.

6. Qual a atividade profissional que predomina? Do lar, empregada doméstica.

7. Qual o estado civil que se destaca? Casado, solteiro (estes solteiros geralmente são de união estável)

8. Qual a principal área para a qual há mais encaminhamento? Social, Judicial etc? A maior procura é por questões de Direito de família, porém todas são questões sociais e a maioria recebe intervenção do serviço social (um dos objetivos do PISC é este atendimento interdisciplinar).

Dados do PISC – MANSOUR

Ano de 2004: 471 usuários cadastrados, 728 atendimentos jurídicos, 396 atendimentos psicológicos, 546 atendimentos sociais e 357 atendimentos interdisciplinar.

Ano de 2005: até setembro, 328 usuários cadastrados, 623 atendimentos jurídicos, 361 atendimentos psicológicos, 484 atendimentos sociais e 261 interdisciplinar.

Obs.: Nestes dados não estão computados os atendimentos dos estagiários de serviço social e direito.

ANEXO 06

Planos e propostas de segurança pública nacional e de outros países.

Proposta do Comitê Técnico Científico (CTC) do Ministério da Saúde

O Ministério da Saúde, diante da magnitude do problema da violência no Brasil, de sua transcendência e do impacto que provoca na morbidade e mortalidade da população, instituiu um CTC de assessoramento, ligado ao Grupo Técnico para Acidentes e Violências da Secretaria de Políticas de Saúde. Criou, também, o CTC de Prevenção de Acidentes e Violências na Infância e na Adolescência.

O plano propõe as seguintes estratégias de trabalho:

1. Dar um tom positivo ao projeto político de prevenção da violência e acidentes;
 2. Valorizar as iniciativas existentes e dispersas;
 3. Articular a formulação de política e estratégias de ações, nos diferentes órgãos e setores do SUS;
 4. Articular inter-setorialmente e com os movimentos da sociedade organizada;
 5. Manter cooperação técnica e científica com países que têm políticas pertinentes aos problemas aqui tratados;
- As ações compreenderão sensibilização, assistência e recuperação.

Proposta do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde

Esse Conselho buscou introduzir na sua agenda e de seus organismos representativos a prevenção e a atenção às vítimas de violência como tema relevante do SUS. Seu objetivo foi o de criar um plano de ação cujas metas, para 1999 eram:

1. Realizar em todos os municípios brasileiros um programa de sensibilização sobre o tema;
2. Realizar um programa de formação de recursos humanos, visando implantar um sistema de informação em todas as capitais e municípios com mais de 70/1.000.000 mortes por causas externas e naqueles onde a questão da violência é relevante;
3. Criar um modelo de vigilância epidemiológica para causas externas a ser progressivamente implantado;
4. Promover a participação das secretarias municipais nas atividades intersetoriais voltadas para a superação da violência nas comunidades locais.

Suas ações estão centradas em quatro pontos: a violência contra crianças e adolescentes; a violência contra a mulher; os atendimentos aos agravos por violência nas emergências; e o sistema de informação e vigilância às causas externas.

Plano de Combate à violência de Nova York

Essa proposta de uma nova política de segurança pública em Nova Iorque foi publicada em documento no Departamento de Polícia, em 1998. Ela incorpora diretrizes do modelo de policiamento comunitário, dando ênfase à melhoria das relações polícia/população. O plano possui quatro princípios básicos:

1. Investimento na capacidade e na inteligência investigativa;
2. Uso de táticas flexíveis e adaptáveis às mudanças na dinâmica criminal;
3. Alocação e remanejamento rápidos de recursos e de pessoal;

Avaliação contínua dos policiais nas ruas; maior colaboração da população na vigilância; redução da impunidade e articulação das autoridades locais, estaduais e federais.

Plano Integral da Colômbia

O Projeto Desarrollo, Seguridad y Paz (Desepaz) foi criado em Cali, Colômbia, em 1992, com vistas a planejar e a executar um projeto integral de política pública de enfrentamento ao problema de segurança daquela cidade. O projeto está diretamente ligado à prefeitura da cidade. Este projeto se organiza em torno de seis estratégias ou programas por área de trabalho:

1. Investigação sistemática: sistema de vigilância epidemiológica das lesões fatais, com registro diário dessas ocorrências;
2. Fortalecimento democrático comunitário: divulga e promove o exercício dos direitos humanos, a paz e a democracia, com diferentes pedagogias e formas organizadas segundo setores sociais;
3. Fortalecimento democrático institucional: programas municipais voltados para que o exercício do poder, da força e da justiça se ajustem à normatividade e aos princípios ético-sociais da Constituição Nacional, dando prioridade à instância social;
4. Setores sociais e urbanos prioritários: orienta ações e investimentos nas áreas e setores sociais menos privilegiados do município e com alta incidência de violência e insegurança;

Cultura e comunicação para a paz e a convivência: estímulo à participação da sociedade civil na construção de uma solução política negociada para o conflito social e armado entre a guerrilha e o Estado. Promove jornadas pela paz em todos os setores sociais.

Proposta do Center for Disease Control and Prevention

Esse programa se desenvolve desde o início a década de 1990, e tem servido de referência para a OPAS/OMS na sua orientação aos países das Américas. É uma abordagem científica multidisciplinar, dirigida para identificar estratégias efetivas de atuação. Os princípios que estão norteando as ações do CDC são: investir em prevenção; buscar as raízes causais, problemas econômicos e sociais como pobreza, falta de emprego e racismo etc. A proposta foi elaborada a partir de um diagnóstico epidemiológico e apresenta um método de atuação baseado nas seguintes etapas:

1. Definição do problema, que é o delineamento da morbi-mortalidade a partir de caracteres epidemiológicos;
2. Identificação epidemiológica dos fatores de risco e causas dos traumas (por quê);
3. Desenvolvimento e teste de intervenções, através de ensaios prospectivos e aleatórios, comparações de grupos populacionais, análises de tendências, estudos observacionais e de caso controle;

Implementação de intervenções com efetividade comprovada, baseada em avaliação, a fim de determinar o custo-efetividade do programa.

FONTE: Minayo e Souza (1999)

ORG. SANTOS, M. A. F.

ANEXO 07

Projetos de segurança pública desenvolvidos pela Coordenadoria de Defesa Social

1. Centro de pesquisa e extensão em violência e políticas de segurança

O seu objetivo é elaborar, acompanhar, implementar e avaliar de forma crítica as políticas públicas de combate à violência e à criminalidade em Uberlândia. É uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Polícia Militar e Civil. O Centro é constituído de pesquisadores da UFU e dos órgãos públicos envolvidos com o combate à criminalidade.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Centro, encontram-se o Geoprocessamento, a partir do mapeamento de crimes e da sua utilização no planejamento e gerenciamento das atividades policiais; desenvolvimento de estratégias e programas de controle em nível local; e capacitação de pessoas com vistas a solucionar os problemas na área da segurança pública. O prazo para início de execução do projeto está previsto para um ano e dez meses, a contar da data de sua criação.

2. Jovens Contra o Crime – JCC

O JCC é um projeto que foi apresentado para o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente em abril de 2004, tendo uma aprovação unânime com indicação para implantação em Uberlândia. O trabalho será desenvolvido em escolas e em outras instituições que abrigam menores infratores. Este programa é baseado no Youth Crime Watch of America – YCWA, iniciado na cidade de Miami/EUA, atualmente desenvolvido em vários países e em algumas regiões do Brasil, tendo já bons resultados.

Dentre vários objetivos do projeto, destaca-se o de desenvolver no jovem estudante a habilidade de liderar, pois serão eles próprios quem irão preparar, executar e assumir a responsabilidade pelo programa. O prazo inicial de execução do projeto é de 6 meses.

3. Promotoras legais populares

Os principais objetivos desse projeto pautam-se em formar mulheres de comunidades de baixa renda para que transmitam informações sobre questões familiares com vistas a promover a paz e a organização familiar, façam atendimentos psicológicos e sociais e realizem encaminhamentos que visem a diminuição de conflitos e violência estabelecidos. A seleção dos participantes e a elaboração do material de apoio está marcado no cronograma do Plano Diretor de Segurança para ter início em maio de 2005.

4. Reestruturação dos Postos Integrados de Segurança e Cidadania – PISC

Os PISC's foram criados em Uberlândia em 2001, com o objetivo de promover apoio à população nas áreas jurídica, social e psicológica, a partir de um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e universidades, a exemplo da UFU. Os principais serviços e atividades desenvolvidos pelo PISC desde sua criação são: articulação e mobilização comunitária; policiamento comunitário; orientação e encaminhamento de documentações; programas de segurança para atividades de lazer e cultura; desenvolvimento dos projetos de segurança solidária, família cidadã e promotores populares de cidadania, dentre outras. (SANTOS, 2003, p.60).

Além dos serviços desenvolvidos por profissionais da área do Direito, do Serviço Social e da Psicologia, juntamente com a Polícia Militar e a Guarda Municipal, o PISC pretende integrar os seus serviços, evitando que as pessoas se desloquem para diferentes lugares para solucionar determinado problema. Pretende-se, ainda, ministrar no próprio PISC palestras com temáticas que abordem a cidadania, a justiça e a violência. Tal reestruturação temo prazo de um ano para ser iniciada.

5. Projeto video-monitoramento “Olho Vivo”

A implantação de video-monitoramento trarão resultados rápidos e positivos na prevenção de delitos nas ruas onde serão colocadas as câmaras, pois tal sistema permite as seguintes ações: gravação das ocorrências em um Banco de Dados do Sistema do COPOM e detecção de movimentos bruscos (alarme).

O Projeto pretende reduzir em 40% os crimes violentos contra a pessoa e o patrimônio e em 50% os furtos a transeuntes, a estabelecimentos comerciais e a veículos, aumentando em 50% a prisão dos autores de furtos e roubos. O prazo de início da execução do projeto deve ser de um ano e seis meses.

6. Projeto Anjos na escola

Este projeto tem por finalidade regular as atividades do Policiamento Ostensivo Escolar voltadas para a manutenção da segurança nas escolas de ensino fundamental e médio. Pretende-se implantá-lo já no segundo semestre de 2005.

Os objetivos principais deste projeto é: fiscalizar a venda de bebidas alcoólicas a menores de idade nos estabelecimentos vizinhos à escola; prevenir e reprimir o tráfico de drogas nas escolas; fiscalizar e orientar o trânsito local; inibir atos de vandalismo contra as pessoas e contra o patrimônio público e particular nas proximidades das escolas, dentre outros.

7. Programa educacional de resistência às drogas e à violência – PROERD¹⁸

Este projeto teve início em 1998 em Uberlândia, sob o apoio do 17º Batalhão e da Secretaria Municipal de Educação, atendendo mais de 7.000 alunos da 4ª série até o ano 2000.

Além do objetivo principal do projeto, que é desenvolver ações que previnam ou reduzam o uso de drogas e combatam a violência entre crianças e adolescentes, pretende-se também manter uma divulgação do mesmo por meio de vídeos e campanhas educativas a serem desenvolvidas em empresas, escolas e reuniões comunitárias. Prazo de início: seis meses.

8. Projeto Garoto do Futuro

O projeto visa prestar um trabalho comunitário aos jovens e na faixa etária de 12 a 24 anos, que estejam envolvidos com a criminalidade e a violência. Fora este objetivo pretende-se implantar projetos temáticos e culturais nas escolas; incluir estudantes em programas de apoio a jovens e famílias e trabalhar sexualidade, afetividade, DST's e Aids e prevenção do uso de drogas, dentre outros. Prazo de início: seis meses.

FONTE: Plano Diretor de Segurança Pública de Uberlândia (2005)

¹⁸ Confira reportagem sobre o PROERD no Anexo 08.

ANEXO 08

Reportagem PROERD



Edição:04/05/2003

Programa ajuda estudantes a não se envolver com a droga

Pedro Popó
Editor

De cada 10 ocorrências lavradas pela Polícia Militar de Uberlândia envolvendo conflitos familiares pelo menos a metade está relacionada ao uso de drogas por parte dos filhos. Já houve casos em que um pai pediu à Polícia Militar para levar o filho preso porque não agüentava mais vê-lo furtar os poucos pertences da casa para abastecer o vício de *crack*.

Segundo o comandante da 9ª Região Militar, coronel Davidson Lopes da Silva, por causa dessas situações a PM tem se preocupado não apenas em reprimir mas principalmente em orientar os pais. A unidade de Uberlândia criou o Proerd, um programa de prevenção, que se tornou modelo no Estado e é aproveitado em várias cidades do País.

O programa consiste em o policial militar visitar escolas da rede pública e ministrar palestras sobre os perigos da droga. Por meio do esclarecimento, a criança passa a saber o que pode ocorrer e cresce livre desse mal. De acordo com Silva, o Proerd tem dado resultados positivos e evitado que surjam novos usuários adotados pelo tráfico.

Casos como os de São Paulo, considerado um grande centro, bem como de Araguari e Uberlândia, cidades do interior mineiro, acontecem porque a droga "é a paixão do viciado", diz a psicóloga judicial Christina Tavares Mota, que lida diariamente com pessoas presas por uso ou tráfico de drogas e por causa dela destruíram seus lares.

Segundo ela, o viciado se despoja de quaisquer outros sentimentos construtivos, como por exemplo, o amor por si ou pela família e se destrói. Ao analisar o caso do pai que matou o filho em São Paulo, ela frisa que a atitude desesperada do pai pode ser interpretada como "uma tentativa de conter o sentimento destrutivo do filho".

O juiz de Execução Penal de Uberlândia, Relbert Shineider Verly, opina que "o problema é a falta de Deus, de amor e da boa relação entre os familiares". De acordo com ele, tudo isso leva o jovem a se enveredar pelos caminhos da droga. Se não há em casa tais valores, ele vai a outro caminho que é a droga, porém ela gera a violência.

FONTE: POPÓ (2003c)